

OFÍCIO Nº 048 ISTA

Brasília, H de marco de 1998.

Senhor Governador,

Temos a grata satisfação de cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, encaminhar cópia do Convênio de Delegação do Porto de Cáceres devidamente assinado, para ciência e providências que se fizerem necessárias.

Atenciosamente

WILDJAN DA FONSECA MAGNO Secretário de Transportes Aquaviários - STA

> METAMAT BECEBBMOS

> > Bacde de Comunicana

A Sua Excelência o Senhor **Dante Martins de Oliveira** Governador do Estado de Mato Grosso Cuiabá - MT

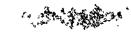
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

CONVÊNIO N.º 002 /98

CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, E O ESTADO DE MATO GROSSO PARA A ADMINISTRAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DO PORTO DE FLUVIAL DE CÁCERES.

Aos quatro dias do mês de março de 1998, a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, inscrito no CGC/MF sob o n.º 37.115.342/0032-63, neste ato representado pelo Ministro de Estado dos Transportes, ELISEU LEMOS PADILHA. casado, advogado, CPF n.º 009.227.730-68, com domicílio especial no 6º andar do Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, Distrito Federal, neste ato assistido pelo Secretário de Transportes Aquaviários, Senhor WILDJAN DA FONSECA MAGNO, brasileiro, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade n.º 4518 CREP-1º Região e do CPF n.º 002.902.891-49, residente e domiciliado no Setor Habitacional Individual Sul - SHIS Q! 27, Condomínio Quintas da Alvorada Lago Sul lote 26, Brasília(DF), doravante, denominado simplesmente DELEGANTE, e o Estado de Mato Grosso. representado por seu Governador, DANTE MARTINS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado portador da Carteira de Identidade n.º 751.428 SSP/MT, CPF/MF n.º 160.342.361-34, com domicílio à Rua Canadá s/nº, na cidade Célula Santa Rosa, no Estado de Mato Grosso, doravante denominado DELEGATÁRIO, resolvem celebrar o CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO, com a interveniência da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério dos Transportes, inscrita no CGC/MF n.º 44.837.524/0001-07, neste ato representada, pelo seu Diretor - Presidente MARCELO DE AZEREDO, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade n.º 14.192.428-7/SSP-SP, CPF/MF 028.264.018-58, com domicílio na Rua Bahia, 643 aptº 91, Higienópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, adiante designada simplesmente INTERVENIENTE, tendo em vista o que consta do processo n.º 50000.010370/97-48, observadas as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 8.666, de 21 de junho de 1993 e 9.277, de 20 de maio de 1996, bem assim o Decreto n.º 2.184, de 24 de março de 1997, com as alterações constantes do Decreto n.º 2.247, de 06 de junho de 1997, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

by J.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO-CODESP ADMINISTRAÇÃO DA HIDROVIA DO PARAGUAI-AHIPAR

ATA DE REUNIAO

No dia primeiro de abril de um mil novecentos e noventa 👄 no escritório da Administração do Porto de Caceres-MT, reuniram-se os Srs. Armando Carlos Arruda de Lacerda e Marlon Acilino Squario Valle Bastos -Chefe \da METAMAT Administrativo da CODESP/AHIPAR, visando dar cumprimento Nucleo termos do Convenio nº 002/98, celebrado entre a Uniao, Ministerio dos Transportes e do Estado de intermedic do Grosso, delegando a este a Administração e a exploração do Fluvial de Caceres. Com relacão aos empregados da CODESP/AHIPAR, lotados no porto de Caceres, a METAMAT solicita informacao contendo relacao dos mesmos, copias de registro de empregado, z dossie funcional e fichas financeiras para que os mesmos pela atual sucessora da administracao absorvidos exploração do porto fluvial de Caceres. Quanto a clausula cessão dos bens, ficou definido que, para la realização inventario, sera marcada, entre a METAMAT e a CODESP/AHIPAR, data conveniente, respeitando o prazo determinado pela clausula oitava sessenta dias, máximo a partir da vigencia do Convenio. as despesas fixas(agua, energia eletrica e telefone) fara as Concessionarias a solicitação de CODESP/AHIPAR final nesta data. Quanto a integracao ao SISCOMEX, devera procurar a Secretaria da Receita Federal no sentido de 🗋 credenciar junto ao sistema, e solicita a CODESP/AHIPAR manter sistema ate o dia 10/04/98, responsabilizando, a METANAT, pelo ressarcimento das despesas no periodo de primeiro a ate essa data de 10/04/98, de um funcionario do porto de Ladario-MS, (Sr. Elcio Franco Rull), para dar andamento nos servicos de controle dos embarques, com despesas a serem ressarcidas a AHIPAR. quaisquer despesas relativas ao porto passarao a ser de exclusiva METAMAT a partir desta data. A METAMAT responsabilidade d a exploração e administracao da também, æ de existentes no local destinado ao novo Porto edificacoes As 12:00 horas, nada mais tendo a tratar, Caceres-MT. todos assinada, perante testemunhas.

Amando/mmi/2:

Testemyahas

CODESPYAHIPAR

Clais &. Rull Cont. Capetaxis

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 30 A Transportadora afixará, em lugar visivel aos usuários, nos locais de venda de passagens e nos terminais, transcrições do artigo 29 desta Lei.

CAPÍTULO VI Das Disposições Gerais

Art. 31 Na fixação das tarifas do transporte coletivo de : passageiros, baseados em serviços eficientes, serão considerados, em todos os seus componentes, o custo operacional dos serviços e a justa remuneração do ; investimento.

Parágrafo único. A tarifa referida neste artigo será : preservada pelas regras de revisão e de reajuste previstas nas leis aplicaveis, no: . Regimento desta Lei e demais Normas Complementares.

- Art. 32 Os estudantes de escolas de qualquer grau que utilizarem habitualmente o transporte coletivo de passageiros, nas linhas intermunicipais de características urbanas, terão desconto de 50% (cinquenta por cento) nas passagens, mediante exibição de documento comprobatório dessa situação.
 - Art. 33 Não será permitido fumar no coletivo.
- Art. 34 Os encarregados da fiscalização do Poder concedente terão tivre acesso aos equipamentos, às instalações integrantes do serviço e aos registros contábeis das empresas Transportadoras.
- Art. 35 É vededa a exploração dos serviços numa mesma linha por empresas transportadoras que mantenham entre si vinculo de interdependência econômica.
- Art. 36 É assegurada a qualquer pessoa o acesso a informações e a obtenção de certidões e cópias de atos, contratos, decisões, despachos ou pareceres retativos a licitações ou às próprias concessões de que trata esta Lei.
- Art. 37 Não será permitido o transporte de passageiros em pé, aivo nas linhas de características urbanas e nos casos de prestação de socomo.
- Art. 38. O planejamento e as condições de operação dos serviços de transporte intermunicipal de características urbanas são da responsabilidade do Estado e dos Municípios envolvidos em cada caso, que poderão conveniar-se para o exercício desta competência, na forma da Lei.
- Art. 39 As Transportadoras pagarão emblumentos, conforme tabela a ser fixada pelo DVOP, por serviços administrativos do seu interesse que lhe forem prestados.
- Art. 40 Ficam as autoridades policiais, especialmente a Policia Rodoviária Estadual, obrigades, quando solicitadas pelo DVOP, a prestar o apolo necessário para retenção e apreensão de veículos que estiverem realizando serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, sem autorização do poder concedente.
- Art, 41 O uso de publicidade nos veículos de transporte coletivo só será autorizado pelo DVOP em casos especiais.
- Art. 42 Poderá ser autorizada, através de Concorrência Pública, a criação de nova tinha em linha já existente, sempre que houver interesse público, a demanda de passageiros comportar mais de um horário em cada sentido e, de preferência, quando existir apenas uma empresa transportadora explorando os serviços.
- Art. 43 A autorização a que se refere o artigo anterior poderá ser para o transporte convencional, igual ao já existente, ou para o transporte alternativo, realizado por veículos diferenciados e de menor capacidade de transporte.

Parágrafo único. As condições de operação do transporte alternativo referido no presente artigo serão definidas no Regulamento desta Lei.

CAPÍTULO VII Das Disposições Finais e Transitórias

- Art. 44 Nos casos de delegação, mediante licitação, de novas concessões para exploração de linhas existentes, fica assegurada és Transportadoras em operação a faculdade de reduzir as respectivas frotas e freqüência de viagena, até os limites estipulados para o novo serviço.
- Art. 45 Ficam mantidos, sem caráter de exclusividade, pelo prazo fixado nos contratos de outorga, as atuais concessões, decorrentes de disposições legais e regulamentares anteriores.
- Art. 46 Dentro de 60 (sessenta) dias o Poder Executivo regulamentará a presente Lei.
 - Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 48 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente, a Lei Estadual nº 3,475, de 24 de dezembro de 1973 e seu Regulamento.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 19 de fevereiro de 1998, 177º de Independência e 110º de República.

DARTE MARTINS DE OLIVETRA
HERMES COMES DE MISERA
HERMES GONES DE MEURA
MULLER
MELIO ADELINO VIERA
HILARIO MOZER NETO
EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA
JOSE GONCAL VES BOTELIAO DO PRADO
VALTER ALBANO DA SILVA
FRANCISCO TARQUINO DALTRO
ALDO PASCOLI ROMANI
VITOR CÂNDIA
FAUSTO DE SOUZA FARIA
JULIO STRUBBING MULLER NETO
MAURÍCIO MAGALHÁES FARIA
ANTERO PAES DE BARROS NETO
ANTONIO HANS
BEATRICE MARIA PEDROSO DA SILVA
LUIZ EMIDIO DANTAS
FREDERICO GUILHERME DE MOURA MULLER
SABINO ALBERTÁO FILHO
CARLOS AVALONE JUNIOR
ELISMAS BEZERRA ARRUDA

Autoriza à Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, a promover atos necessários à restruturação de suas atribuições institucionais, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 66, Incisos III e V, da Constituição Estaduel, e com base no Artigo 46 da Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro de 1992 e.

considerando as iniciativas em curso pelo Governo Federal no sentido de descentralizar as ações e delegar atribulções aos Estados e Municipios:

considerando que a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, e o Decreto nº 2.247, de 06 de junho de 1997, autorizam o Ministério dos Transportes a delegar aos Estados, a administração e exploração de portos sob sua responsabilidade, desde que o Estado se habilite , nos termos da Lei;

considerando o disposto no Oficio nº 031/STA, de 03 de fevereiro de 1998, do Ministério dos Transportes e;

considerando que as atuais atribuições institucionais da METANAT, the facultam, com pequenas adequações, desempenhar o mister a que serefere os atudidos diplomas federais,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Companhia Mato-grossense de Mineração - METAMAT, ouvidos seus órgãos deliberativos, a promover atos necessários à reestruturação de suas atribuições institucionais, mediante Projeto de Lei, propondo modificações nos objetivos da Companhia.

Art. 2º A METAMAT atuará, a contar da data de publicação deste Decreto, como órgão delegatário do sistema portuário, no ámbito do Estado de Maio Grosso, visando a consecução do que dispõe a Lei nº 9.277, de 1997, regulamentada pelo decreto nº 23.247, de 06 de junho de 1997.

Art, 3º A METAMAT deverá definir diretrizes básicas para o desenvolvimento sócio-econômico auto sustentado do sistema portuário no ámbito do Estado de Mato Grosso, considerando sempre e possibilidade de delegação à iniciativa privada das atividades passíveis de exploração comercial, nos termos des leis federals que regem as concessões, respeitadas as leis ambientais acerca do tema.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Palaguás, em Culabá, 19 de fevereiro de 1998, 177º da Independência e 110º da República.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve exonerar IVONETE ANDRADE ARRAIS do cargo de Direção e Assessoramento Superior, Nível DAS-1, de Assistente de Gabinete da Auditoria Geral do Estado, a partir de 1º de janeiro de 1998.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 31 de janeiro de 1998.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

JOSÉ GONÇAL PER BOTELHO DO PRADO Secretario Auggor Gejal do Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO,

no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR a senhora CLEUTA FORTE DALTRO DO NASCIMENTO, do cargo de Direção e Assessoramento Superior - DAS-2, de Chefe da DIVISÃO DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD) da Secretaria de Estado de Saúde, a partir desta data.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá-MT, 17 de severeiro de 1998.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

JULIO STRUBING MULLER NETO

avulsos.

Parágrafo Primeiro - A inscrição ao cadastro do trabalhador portuário dependerá, exclusivamente, de prévia habilitação profissional do trabalhador interessado, mediante treinamento realizado em entidade indicada pelo órgão de gestão de mão-de-obra.

Parágrafo Segundo - O ingresso no registro do trabalhador portuário avulso depende de prévia seleção e respectiva inscrição no cadastro de que trata o inciso I deste artigo, obedecidas a disponibilidade de vagas e a ordem cronológica de inscrição no cadastro.

Parágrafo Terceiro - A inscrição no cadastro e o registro do trabalhador portuário extinguem-se por morte, aposentadoria ou cancelamento.

Art. 28 - A seleção e o registro do trabalhador portuário avulso serão feitos pelo órgão gestor de mão-de-obra avulsa, de acordo com as normas que forem estabelecidas em contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 29 - A remuneração, a definição das funções, a composição dos ternos e as demais condições do trabalho portuário avulso serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários.

Capítulo VI Da Administração do Porto Organizado

Seção I Do Conselho de Autoridade Portuária

Art. 30 - Será instituído, em cada porto organizado ou no âmbito de cada concessão, um Conselho de Autoridade Portuária.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Conselho de Autoridade Portuária:

- I baixar o regulamento de exploração;
- II homologar o horário de funcionamento do porto;
- III opinar sobre a proposta de orçamento do porto;
- IV promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias;
 - V fomentar a ação industrial e comercial do porto;
- VI zelar pelo cumprimento das normas de defesa da concorrência;
 - VII desenvolver mecanismos para atração de cargas;

12

De: Enge Alex Oliva Para: Or Armando Lacerda VIII - homologar os valores das tarifas portuárias;

IX - manifestar-se sobre os programas de obras, aquisições e melhoramentos da infra-estrutura portuária;

X - aprovar o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto;

XI - promover estudos objetivando compatibilizar o plano de desenvolvimento do porto com os programas federais, estaduais e municipais de transporte em suas diversas modalidades;

XII - assegurar o cumprimento das normas de proteção ao meio-ambiente;

XIII - estimular a competitividade;

XIV - indicar um membro da classe empresarial e outro da classe trabalhadora para compor o conselho de administração ou órgão equivalente da concessionária do porto, se entidade sob controle estatal;

XV - baixar seu regimento interno;

XVI - pronunciar-se sobre outros assuntos de interesse do porto.

Parágrafo Segundo - Compete, ainda, ao Conselho de Autoridade Portuária estabelecer normas visando o aumento da produtividade e a redução dos custos das operações portuárias, especialmente as de contêineres e do sistema roll-on/roll-off.

Parágrafo Terceiro - O representante dos trabalhadores a que se refere o inciso XIV do Parágrafo Primeiro deste artigo será indicado pelo respectivo sindicato de trabalhadores em capatazia com vínculo empregatício a prazo indeterminado.

Art. 31 - O Conselho de Autoridade Portuária será constituído pelos seguintes blocos de membros titulares e respectivos suplentes:

I - bloco do poder público, sendo:

- a) um representante do Governo Federal, que será o presidente do Conselho;
 - b) um representante do Estado onde se localiza o porto;
- c) um representante dos Municípios onde se localiza o porto ou os portos organizados abrangidos pela concessão; Maratario en Enio?
 - II bloco dos operadores portuários, sendo:
 - a) um representante da Administração do Porto; 🤲 👵
 - b) um representante dos armadores; 🐣
 - c) um representante dos titulares de instalações portuárias privadas localizadas dentro dos limites da área do porto;

- d) um representante dos demais operadores portuários; 🚩
- III bloco da classe dos trabalhadores portuários, sendo:
- a) dois representantes dos trabalhadores portuários avulsos;
- b) dois representantes dos demais trabalhadores portuários;
- IV bloco dos usuários dos serviços portuários e afins, sendo:
- a) dois representantes dos exportadores e importadores de mercadorias; and Hamilla de Maleira de
- b) dois representantes dos proprietários e consignatários de mercadorias;
 - c) um representante dos terminais retroportuários. 🗈

Parágrafo Primeiro - Para os efeitos do disposto neste artigo, os membros do Conselho serão indicados:

- I pelo ministério competente, Governadores de Estado e Prefeitos Municipais, no caso do inciso I do caput deste artigo;
- II pelas entidades de classe das respectivas categorias profissionais e econômicas, nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo;
- III pela Associação de Comércio Exterior AEB, no caso do inciso IV, alínea a do caput deste artigo.
- IV pelas associações comerciais locais, no caso do inciso IV, alínea b do caput deste artigo.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho serão designados pelo ministério competente para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual ou iguais períodos.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho não serão remunerados, considerando-se de relevante interesse público os serviços prestados.

Parágrafo Quarto - As deliberações do Conselho serão tomadas de acordo com as seguintes regras:

- I cada bloco terá direito a um voto;
- II o presidente do Conselho terá voto de qualidade.

Parágrafo Quinto - As deliberações do Conselho serão baixadas em ato do seu presidente.

Art. 32 - Os Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs) instituirão Centros de Treinamento Profissional destinados à formação e aperfeiçoamento de pessoal para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às obserações portuárias e suas atividades correlatas.

ATA DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT, REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 1999

Aos quatro dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e noventa e nove, às 15:00 horas, reuniu-se o Co selho de Administração da METAMAT com a finalidade de eleger os integrantes da Diretoria da Empresa, atendendo ao disposto no Artigo Trinta e Um de seu Estatuto Social, para o biênio 1999 a 2001. Os Senhores Membros do Conselho de Administração resolvem eleger para compor a Diretoria da Companhia os Senhores: Sidney Durante, brasileiro, casado, Biólogo, CIC 903.722.048-72, RG 9.192.696 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua 6 Quadra 23, Casa 263 - Bairro Recanto dos Pássaros - Diretor Presidente, Vital Anselmo da Silva, brasileiro, casado, servidor público, CIC 199.755.389/91, RG 1.072.561 SSP/PR, residente e domiciliado nesta Capital - Diretor Administrativo e Financeiro e Wanderlei Magalhães de Resende, brasileiro, casado, geólogo, CIC 361.216.306=04, RG 293.306 SSP/MG, residente e domiciliado no Setor Centro-Norte, Bloco 03 Apto.104- Bairro Morado do Ouro, nesta Capital, para o cargo de Diretor Técnico. Nada mais havendo para ser tratado, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Metamat deu por encerrada a reunião, determinando a mim Samuel Pedro de Sales, secretário, que lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada é assinada por todos. Cuiabá, 04 de janeiro de 1.999.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÁRLOS AVALONE JUNIÓR

Presidente do Conselho

SIDNEY/DURANTE Membro do Conselho

SERGIO MACHNIC

Membro do Conselho



COMPANHIA MINERAÇÃO METAMAT

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 1998.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de Hum mil, novecentos e noventa e oito, reuniram-se os acionistas da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, na forma do Artigo 135 da Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, na sede da METAMAT, à Avenida Jurumirim, 2.970 - Bairro Plan: to, nesta Capital, de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial de Mato Grosso, edições de 09, 10 e 13 de julho de 1998, que está assim redigido: Edital de Convocação-Assembléia Geral Extraordinária -Ficam convocados os Acionistas da Companhia Matogrossense de Mineração -METAMAT, para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária no dia 21 de julho de 1998, às 15:00 horas, na sede da METAMAT, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação e Alteração do Estatuto Social e Regimento Interno; b) Substituição de membro do Conselho de Administração; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Verificando o número legal de acionistas, conforme assinaturas apostas no livro de presença, e tendo convidado a mim, Samuel Pedro de Sales, para secretariá-los, deu por instalada a Assembléia Geral Extraordinária e pediu que procedesse a leitura do referido Edital. Em seguida o Sr. Carmindo Francisco Ferreira - Diretor-Presidente da METAMAT, apresentou a exposição de motivos constantes do ítem "a" do Edital, demonstrando a necessidade de se alterar o Estatuto Social e Regimento Interno, com a finalidade de adaptálos à nova realidade operacional da Empresa, sendo propostas as seguintes alterações: -Artigo Terceiro: Acrescenta-se o item VII - Atuar como órgão delegatário do sistema portuário, no âmbito do Estado de Mato Grosso, no mesmo artigo está inserido o Parágrafo Quinto; Artigo Quinto - Alteração do Capital Social; Alteração do Parágrafo único do Artigo Vinte e Seis dando nova redação; Alteração do Artigo Vinte e Oito - A Diretoria está constituida por 04(quatro) Diretores; Alteração do Artigo Vinte e Nove - Acrescido de Ol(um) Diretor de Portos. Inserir o Artigo Trinta e Nove - Competência da Diretoria de Portos; Renumerar o Artigo Trinta e Nove que passa a Ser Artigo Quarenta e seguintes na mesma ordem, passando o Estatuto a ter 50(cinquenta) artigos; Alterar o Artigo Quarenta e Tres, dando nova redação, sendo as mesmas submetidas à imediata apreciação, discussão e votação, foram aprovadas pelos acionistas, ficando o estatuto consolidado com a seguinte redação:

//

DE

ESTATUTO DA COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO METAMAT

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

ARTIGO PRIMEIRO: A Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, é uma Sociedade por ações, de economia mista, constituída na forma da Lei nº 3.130 de 03 de dezembro de 1971 e Decreto Estadual nº 329 de 14 de dezembro de 1971, que se rege pelas disposições da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e por este Estatuto.

ARTIGO SEGUNDO: A Sociedade tem sede e foro na cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, com endereço à Av. Jurumirim nº 2970, Bairro Planalto, podendo manter filiais, agênciais, escritórios ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria, observadas as determinações legais.

ARTIGO TERCEIRO: A Sociedade tem por objetivo principal o incremento do desenvolvimento dos setores de mineração e administração dos portos do Estado, podendo para tanto:

- I Atuar no campo de pesquisas minerais, lavra, compra, venda, importação, exportação, industrialização, transporte de minerais, e admistração de jazidas próprias ou de terceiros situadas em qualquer parte do território nacional, ou no exterior
- II Construir, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração, sociedades coligadas e controladas, e ainda associar-se a grupos nacionais e/ou estrangeiros.
- III Celebrar Convênios ou Contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras.
- IV Prestar serviços à órgãos do setor público ou privado.
- V Editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.
- VI Realizar ações na área de fomento e Extensão Mineral, Mapeamento geológico básico, Modérnização Tecnológica e Capacitação Técnica e Desenvolvimento de Projetos Especiais.
- VII Atuar como órgão delegatário do sistema portuário, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a consecução do ítem I dos seus objetivos sociais, a Sociedade utilizar-se-á, preferencialmente, de serviços contratados à iniciativa privada, visando incentivar o seu desenvolvimento no estado através da participação nos programas.

Per Mary 11



da empresa, bem como permitindo a necessária apropriação de recursos humanos, técnicos, e administrativos, minimizando custos e otimizando os resultados dos projetos a serem desenvolvidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços prestados pela Sociedade a entidades dos setores públicos e privados serão sempre remunerados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Sociedade poderá desenvolver projetos, e trabalhos de interesse público, custeados pelo estado, por agências do Governo Federal ou órgãos de apoio ao setor de mineração nacionais ou internacionais.

PARÁGRAFO QUARTO: - Para consecução do item VII dos seus objetivos, a Sociedade deverá definir diretrizes básicas para o desenvolvimento sócio-econômico auto sustentado do sistema portuário no âmbito do Estado.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL, AÇÕES E ACIONISTAS

ARTIGO QUINTO: O Capital Social da Sociedade é de R\$ 40.629.338,37 (Quarenta milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos) representado por 35.404.732 ações (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quatro mil, setecentos e trinta e duas ações) ordinárias nominativas endossáveis de valor de R\$ 1,15 (um real e quinze centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO: As ações são indivisíveis em relação à sociedade.

ARTIGO SEXTO: Cada ação tem direito a hum voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

ARTIGO SÉTIMO: A Sociedade pode emitir certificados múltiplos de ações e provisóriamente cautelas que a represente.

PARÁGRAFO ÚNICO: As ações e as cautelas provisórias serão assinadas em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

DE

ARTIGO OITAVO: Eventuais modificações do capital social far-se-ão nos termos do Capítulo XIV da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese de aumento de capital, os acionistas terão direito de preferência para subscrição das ações correspondentes ao aumento, na proporção do número de ações que possuírem, sendo que, ao Governo do Estado de Mato Grosso, representado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração; nos termos do Decreto nº 005/03/75, será assegurado sempre uma subscrição mínima de 51% (cinquenta e hum por cento) de acões com direito a voto.

ARTIGO NONO: Por deliberação da Diretoria e prévia autorização do Conselho Fiscal, a Sociedade poderá adquirir ações de acionistas de seu próprio capital.

ARTIGO DEZ: São acionistas da Sociedade:

- a) O Estado de Mato Grosso;
- b) Pessoas Físicas ou Jurídicas de Direito Público e Privado Nacionais e/ou Estrangeiros.

CAPÍTULO ΠΙ

ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

ARTIGO ONZE: São órgãos da Sociedade:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - A Diretoria:

IV - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO DOZE: Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver 1 (uma) assembléia geral ordinária para:

- I tomar as contas dos administradores, exeminar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
 III eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- IV aprovar a correção da expressão monetária do capital social (Art. 167) e, extraordináriamente, sempre que convocada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou pelos acionistas que representam número legal.

ARTIGO TREZE: As Assembléias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho, Diretor Presidente ou por um dos Diretores presentes por eles indicado. Na falta ou impedimento destes a Assembléia indicará aquele que deverá dirigir os trabalhos, cabendo sempre a quem presidir a Assembléia, a escolha do Secretário.

ARTIGO QUATORZE: Só poderão participar da Assembléia Geral, os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome no Livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião.

ARTIGO QUINZE: Os acionistas poderão ser representados na Assembléia Geral por Procurador que prove tal qualidade respeitados os impedimentos legais.

ARTIGO DEZESSEIS: A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á a qualquer tempo e para qualquer fim que não seja os da competência da Assembléia Geral Ordinária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As Assembléias Gerais Extraordinárias serão precedidas de uma convocação mínima de 08 (oito) dias úteis, com a necessária divulgação para conhecimento dos acionistas.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO DEZESSETE: A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração composto de três membros, eleitos pela Assembléia Geral e por uma Diretoria composta de três membros, eleita pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO DEZOITO: O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, e seus membros deverão ser acionistas da Sociedade, sendo a representação da Companhia privativa dos Diretores.

ARTIGO DEZENOVE: O mandato dos membros do Conselho de Administração será de dois anos, permitida a reeleição, terminando sempre a 02 de Janeiro dos anos impares.

ARTIGO VINTE: Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, proceder-se-á de acordo com o disposto no artigo 150 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76.

ARTIGO VINTE E UM: A Presidência do Conselho de Administração será reservada ao representante do acionista majoritário.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nas ausências temporárias do Presidente do Conselho, este será substituido pelo Conselheiro que por ele for previamente indicado.

ARTIGO VINTE E DOIS: O Conselho de Administração reunir-se-á com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros sempre que convocado pelo seu Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO: As convocações para as reuniões do Conselho de Adiministração deverão acontecer com uma antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

ARTIGO VINTE E TRÊS: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos, e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de desempate.

ARTIGO VINTE E QUATRO: Os Conselheiros serão remunerados na mesma proporção do Conselheiro Fiscal da Sociedade, quando não exercerem função na Administração Pública Estadual, que seja remunerada.

ARTIGO VINTE E CINCO: Os membros do Conselho de Administração, até máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para os cargos de Diretores.

ARTIGO VINTE E SEIS: Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições citadas, criar e extinguir cargos e funções, fixar vencimentos, gratificação e vantagens do quadro de pessoal da empresa.



segundo grau civil.

MATOGROSSENSE

Parágrafo Único: As funções gratificadas terão seus valores fixados na proporcionalidade do Artigo Quarenta, honorários dos demais diretores, em 33 % (trinta e tres por cento) para FG1, 25% (vinte e cinco por cento) para FG2 e 17 % (dezessete por cento) para FG3.

SECÃO IV

DA DIRETORIA

ARTIGO VINTE E SETE: A Diretoria é orgão de direção que representa, privativamente, a Sociedade, coordena e supervisiona suas atividades de acordo com este Estatuto e com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e Assembléia Geral.

ARTIGO VINTE E OITO: A Diretoria está constituída por 04 (quatro) Diretores, brasileiros, obrigatoriamente residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração na forma estatutária.

ARTIGO VINTE E NOVE: A Diretoria é composta de 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 01 (um) Diretor Técnico e 01(um) Diretor de Portos.

PARÁGRAFO ÚNICO: O cargo de Diretor Presidente deverá ser preferencialmente de técnico com formação universitária. O cargo de Diretor Técnico preferencialmente deverá ser preenchido por Geólogo/Engenheiro de Minas do quadro permanente da empresa. ARTIGO TRINTA: Não poderão exercer conjuntamente o cargo de Diretor, pessoas que forem entre si ascendentes ou descendentes, sogro e genro, cunhados, parentes afins até o

ARTIGO TRINTA E UM: O mandato dos Diretores será de dois anos podendo ser reeleitos, terminando sempre em 02 de Janeiro dos anos impares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos casos de vacância por renúncia ou morte, de qualquer membro da Diretoria, o Diretor em exercício solicitará reunião do Conselho de Administração a fim de eleger outro membro da Diretoria o qual completará o mandato do substituto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nas ausências temporárias do Diretor Presidente, caberá ao Conselho de Administração indicar o substituto. Nas dos demais Diretores, caberá ao

1.11

ĎΕ

Diretor Presidente designar o substituto eventual, não podendo tal designação recair em pessoas estranhas ao quadro funcional da empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de ausência temporária dos 03 (três) Diretores, estes poderão constituir dentre servidores da Sociedade procuradores com poderes transitórios e específicos para o exercício de determinadas atribuições de competência da Diretoria.

ARTIGO TRINTA E DOIS: É vedado aos Diretores e aos procuradores o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto da Sociedade. Além de sua ineficácia em relação à sociedade, a violação implica responsabilidade civil e criminal do infrator.

ARTIGO TRINTA E TRÊS: Os membros da Diretoria ficam sujeitos à Cláusula de sigilo estabelecida no "caput" do Art. 48 deste Estatuto.

ARTIGO TRINTA E QUATRO: As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos cabendo ao Diretor Presidente, além do seu voto, o voto de desempate.

ARTIGO TRINTA E CINCO: Compete a Diretoria, além do que lhe couber por força da Lei, ou de outros dispositivos deste Estatuto:

- I Gerir os negócios sociais, cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembléia Geral, e do Conselho de Administração, instalar escritórios e outros, da Sociedade em cidades do estado, fora dele, ou no exterior, sempre que as necessidades do serviço assim exigir.
- II Elaborar e manter atualizado o Regimento Interno da Companhia
- III Aplicar e gerenciar o Plano de Cargos e Salários da empresa.
- IV Baixar instruções, normas, ordens de serviço e portarias, quando de caráter geral.
- V Elaborar e executar, uma vez aprovada, a programação anual de atividades da Sociedade.
- VI Apreciar e discutir sobre medidas propostas por Diretores para o aperfeiçoamento de seus serviços e solução de seus problemas.
- VII Aprovar o orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos da Companhia.
- VIII Distribuir e aplicar o lucro apurado na forma estabelecida neste Estatuto e na forma da Lei.
- IX Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, e em suas relações com terceiros.
- Apresentar anualmente ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral o Relatório Anual das Atividades da Sociedade, bem como o balanço e demais demonstrações financeiras.

ARTIGO TRINTA E SEIS: Compete ao Diretor-Presidente:

- Representar a Sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele e em suas relações com terceiros, podendo para tal fim constituir procurador, e também delegar ao Diretor Administrativo e Financeiro essas atribuições.
- II Convocar e presidir as Assembléias Gerais.
- III Convocar e presidir reuniões da Diretoria, sempre que tenha de tratar de assuntos de interesse da Sociedade, não compreendidos nas atribuições específicas de cada um dos Diretores.
- IV Desenvolver e promover Convênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia e assiná-los com os demais Diretores.
- V Apresentar anualmente à Assembléia Geral o relatório das atividades da Companhía.
- VI Movimentar as contas bancárias da Companhia, sempre em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro ou Diretor Técnico.
- VII Manter e supervisionar os serviços da Assessoria Jurídica e Banco de Dados.
- VIII- Baixar instruções e normas para a administração de fundos de repasse e de outras operações financeiras, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro.
- IX Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais de acionistas. Baixar instruções, normas, ordens de serviços e portarias de caráter geral, e assiná-las em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro.
- XI Supervisionar e solicitar às áreas Administrativa, Financeira e Técnica as providências ao bom desempenho das tarefas que lhes competem, assim como o andamento de seus programas e projetos.

ARTIGO TRINTA E SETE: Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

- I Dirigir, coordenar, orientar e supervisionar os setores sob sua direção.
- II Assinar juntamente com o Diretor Presidente e Diretor Técnico, contratos, convênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia.
- III Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, e na ausência deste com o Diretor Técnico, documentos que envolvam movimentação financeira e ou responsabilidade patrimonial da Sociedade.
- IV Gerir as atividades administrativas, econômicas, financeiras, comerciais e contábeis da Sociedade, bem como seus recursos humanos e materiais, sempre em conjunto com o Diretor-Presidente.
- V Cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria.
- VI Assinar portarias, instruções, normas e ordens de serviço de caráter geral.
- VII Substituir outro Diretor, quando designado pelo Diretor-Presidente.
- VII Elaborar e apresentar ao Diretor-Presidente, anualmente o orçamento-programa da sociedade para o exercício seguinte, e Relatório de suas atividades e do acompanhamento da execução das receitas e despesas da empresa sempre que solicitado.



- Conceder férias, licenças, vantagens e indenizações aos servidores da Companhia, com a IX anuência do Diretor-Presidente e na forma da Lei
- Χ -Colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções.
- XI Elaborar anualmente a proposta orçamentária e o plano de aplicação dos recursos da Companhia.
- XII -Manter os serviços de Auditoria Interna e Externa da Companhia.
- XIII Propôr à Diretoria a criação de órgãos, funções e contratações, atendendo as conveniências do serviço, bem como o plano de remuneração dos serviços da Companhia.

ARTIGO TRINTA E OITO: Compete ao Diretor Técnico:

- Definir normas e instruções de serviços nas áreas de suas atribuições.
- II Cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria.
- Π -Substituir eventualmente, outros Diretores da Companhia, por determinação do Diretor Presidente.
- IV Apresentar mensalmente ao Diretor Presidente, relatório de suas atividades, bem como anualmente a programação para o exercício seguinte.
- Colaborar com o Diretor Presidente no desempenho de suas funções.
- Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de Planejamento e Política VI -Mineral, Prospecção, Pesquisa e Mapeamento, os Setores de Topografia, Desenho e Laboratório Químico e Artesanato Mineral da Companhia.
- Assinar, juntamente com o Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro, VII contratos, convênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia.

ARTIGO TRINTA E NOVE:

Compete ao Diretor de Portos:

V

- Ι Definir normas e instruções de serviços nas áreas de suas atribuições
- II Cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria. Substituir eventualmente, outros Diretores da Companhia, por determinação do Diretor Ш Presidente.
- Apresentar mensalmente ao Diretor Preszidente, relatório de suas atividades, bem como IV anualmente a programação do exercicio seguinte.

Colaborar com o Diretor Presidente no desenvolvimento de suas funções.

- Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de Planejamento e Política de VI execução Portuária.
- Assinar juntamente com o Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro. VII contratos, copnvênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia.
- ARTIGO QUARENTA: Os Diretores, durante o mandato, terão seus honorários fixados em 90 % (Noventa Por Cento) do salário de Secretario de Estado, mantendo sempre a proporcionalidade de 10 % a mais, entre os honorários do Diretor Presidente e dos demais diretores. As verbas de representação serão calculadas tendo como referência 90 % da representação do Secretario de Estado mantendo o procedimento dos honorários.
- ARTIGO QUARENTA E UM: Os Diretores não pertencentes ao quadro de pessoal da Metamat, não terão vinculo empregatício com a empresa e receberão remuneração, conforme previsto no Artigo Quarenta, durante o mandato, fazendo juz aos direitos enunciados no Artigo 16 da Lei 8.036 da CLT, no seu desligamento.
- ARTIGO QUARENTA E DOIS: O funcionário nomeado para o cargo de Diretor, durante o mandato, deixa de perceber o salário e as vantagens do seu cargo efetivo, passando a perceber a remuneração prevista no Artigo Quarenta.
- ARTIGO QUARENTA E TRES: Todos os servidores do quadro efetivo da Cia., que tenhan exercido o cargo de Diretor por um período de dois (dois) anos, após o término do mandato, passarão a perceber o teto salarial da categoria, acrescido de 30% (trinta por cento). Aqueles que permanecerem no cargo por 04 (quatro) ou mais terão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o teto salarial.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO QUARENTA E QUATRO: A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente composto de três membros e de igual número de suplentes,

JI.

DE

eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, acionistas ou não, residentes no país, podendo ser reeleitos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Compete ao Conselho Fiscal exercer as atribuições que a lei lhe confere.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o disposto no parágrafo terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As deliberações do Conselho Fiscal constarão das atas lavradas em livro próprio.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de vaga, falta ou impedimento dos membros efetivos, serão convocados os membros suplentes, na ordem em que forem eleitos.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO QUARENTA E CINCO: O exercício social coincidirá com o ano civil.

ARTIGO QUARENTA E SEIS: No fim de cada exercício social proceder-se-á ao Balanço Geral da Sociedade com observância das prescrições legais.

ARTIGO QUARENTA E SETE: Do lucro líquido apurado em cada exercício, depois de feitas as deduções e aplicações determinadas por lei, o saldo ficará à disposição da Assembléia Geral, que lhe dará a devida destinação nos termos da proposta feita pela Administração da Sociedade ouvido o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V

DA LIQUIDAÇÃO

*/



ARTIGO QUARENTA E OITO: No caso da dissolução da Sociedade, a Assembléia Geral deliberara sobre as condições, o modo e prazo de liquidação, elegerá o liquidante, bem como o respectivo Conselho Fiscal, estabelecendo suas remunerações.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO QUARENTA E NOVE: Considerar-se-ão confidenciais, devendo a Sociedade mantê-las sob sigilo, as informações obtidas durante a prestação de serviços remunerados por terceiros, bem como os resultados das análises e pesquisas por estes contratados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os elementos do corpo técnico da Sociedade serão contratados sob cláusula de sigilo quanto as informações pertencentes à sociedade ou a clientes, não podendo exercer funções externas ou manter vínculos, que a juízo da Diretoria, possam comprometer os aspectos de insuspeição e de imparcialidade, que devem distinguir as atividades da Sociedade.

ARTIGO CINQUENTA: Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

Cuiabá, 21 de julho de 19

Conselho de Administraç

Ali Veggi Atala Presidente

Carmindo francisco Ferreira

Conselheiro

Sergio Machnic Conselheiro

DF

Diretoria da Metamat

Carmindo Francisco Ferreira Diretor Presidente Vital Anselmo da Silva Diretor Administrativo e Financeiro

Wanderlei Magalhies de Resende Diretor Técnico

Referindo-se ao item "b" da ordem do dia - Substituição de membro do Conselho de Administração, a Assembléia resolve substituir os Srs. Carlos Avalone Júnior - Presidende do Conselho - brasileiro, casado Engenheiro Civil, CREA 3374D/MT, RG Nº 11.204.716 SSP/SP, CIC Nº 205.824.631-49, residente e domiciliado à Rua Manoel Leopoldino, nº 185, aptº 801 - Bairro Araés - Cuiabá/MT e Membro do Conselho - Armando Carlos Arruda de Lacerda, brasileiro, casado, empresário, carteira de identidade RG Nº 6552932 SSP-RJ, CPF 022.663.181-87, residente e domiciliado nesta Capital.Os senhores acionistas resolvem dar posse aos novos conselheiros que fica composto da seguinte forma: Presidente do Conselho - Sr. ALI VEGGI ATALA Secretário de Indústria Comércio e Mineração, brasileiro, casado RG 00001 -CRQ, CPF 1818925001-25, residente e domiciliado à travessa da Esperança nº 88, bairro Jardim Primavera - Cuiabá Mato Grosso, e para Membro do Conselho o Sr. CARMINDO FRANCISCO FERREIRA, brasileiro, casado, RG 0342971-7, CPF 304435631-87, residente e domiciliado à Rua Maracanã nº 15 CEP 78060470, Cuiabá Mato Grosso, permanecendo no cargo o Membro do Conselho -SERGIO MACHNIC, brasileiro, casado, empresário, RG N 1 884 567 SSP/PR, CPF 387.217.759-15, residente e domiciliado à Rua Rondonópolis, nº 761 - Centro - Primavera do Leste-MT. Com relação ao ítem "c" - Outros assuntos de interesse da sociedade, Tendo em vista a dificuldade financeira da Companhia, os acionistas autorizam a Diretoria, alienar bens moveis e imoveis que não atendam aos objetivos da Empresa. Nada para ser tradado, o Sr. Presidente da Assembléia deu por encerrada a reunião,



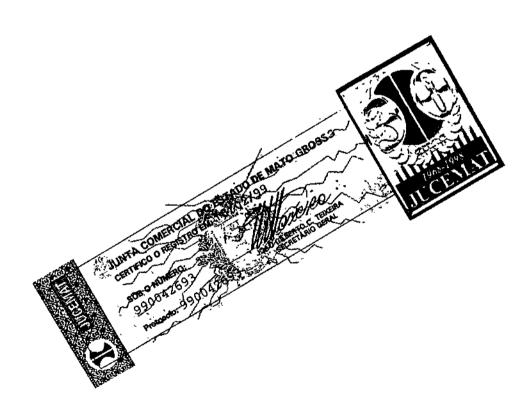
determinando a mim Samuel Pedro de Sales, Secretário, que lavrasse a Ata, que após lida e achada conforme e assinada por todos, Cuiabá, MT, 21 de julho de 1998.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALI VECGI ATALA Presidente do Conselho

SERGIO MACHINIC Membro ALI VEOGI ATALA
p.p. Governo dia Estado

CARMINDO FRANCISCO FERREIRA Membro



Publicacies Diversas

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO .

ESCRITURA N.º 3.415-LIVRO N.º 20-B — FLS. 170 a 189 v. QUARTO TRASLADO:

> Escritura pública de CONSTITUIÇÃO DE SO-CIEDADE ANONIMA, na forma abaixo:

SAIBAM quantos a presente escritura virem que. aos 21 dias do mes de Março de ano de 1.972, nesta cidade de Cuiaba, Capital do Estado de Mato Gresso, em Cartorio, perante mint. Tabeliãos comparéceram como outorgantes e reciprocamente outorgados:. 1) O GO-VERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, repretado neste ato pela COMPANHIA DE DESEN-LVIMENTO DO ESTADO DE MATO GRUSO ODEMAT CGC. 03.474.053, sociedade de economia mista com séde nesta Capital, à Avenida Getúlio Vargas, 1.208, por competência recebida pelo Decreto u.º 329, de 14/12/71, publicado no Diário Oficial do dia 17 de dezembro de 1971, e por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, conforme Ata do dia 9/2/72, que será transcita e fará parte integrante desta escritura: 2) BRASN 11 JAPAN INCORPORATION, sociedade comercial estabelecida em MASUDA BLDG. 7-12-4 TSU-KIJI CHUO-KU, TOKIO. JAPAO, representada nês-TSUNATAKE ANZAKI. te ato por seu Presidente nos termos da decisão do Conselho de Administração, em reunião de 05 de fevereiro de 1972, cuja ata será, transcrita e fará parte integrante desta escritura; TSU-NATAKE ANZAKI, japonės, casado, geólogo, domiciliado em KAGOSHIMA. Japão, passaporte n.º ME 130510 expedido em 24/6/71: 4)- TOSHIRO ARITA. japonės, casado, industrial, domiciliado em KANAGA-WA, Japão, passaporte n.º PME 124373, expedido em 1)/71; 5)- WASABURO TSUDA, japonės, casado, erciante, domiciliado em Cuiabá (MT), à Rua do Carno, 59, Carteira Modêlo 19, n.º 9572, expedida em 21/09/60 C.I.C. 030712351; 6)- GABRIEL JULIO DE MATOS MULLER, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta Capital, à Praça D. Antonio Corrêa, 163, Carteira de Identidade R. 48981, expedida em 10/03/48, pelo Serviço de Identificação do Ministério da Guerra, CIC. 001 950 061; 7)-DIOGO DOUGLAS CARMONA, brasileiro, casado. bancário, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Ricardo Franco, n.º 429 - C1C 021705401 - Carteira de Identidade n. 26.414153, expedida pelo Ministério da Guerra; 8)- LENINE DE CAMPOS POVOAS, brasileiro, casado, Professor Universitário, residente e domiciliado nesta Capital à Avenida Getúlio Vargas, n.º 811. CIC. 001 966 731 - Carteira de Identidade RG. 205 999 Cuiabá-MT. 9)- SATOSIII KUROYANAGI, brasileiro. casado, economista, residente e domiciliado à Rua Senador Vilasboas, 285. nesta Capital, CIC - 021 734 841 -Carteira de Identidade RG. 214431, expedida em 18/02/ 71, pela Secretaria de Segurança Pública, em Cuiabá-MT, os comparecentes meus conhecidos, bem como das duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, don

fe. Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados referidos, salairlo cada um por sua vez, me soi dito: I - Que têm entre si justo e contratado constituir uma sociedade anônima, como de fato pela presente escritura e na melhor forma de direito constituem sob a denominação so-cial de COMPANHIA MATOGROSSENSE DE Mi-NERAÇÃO - M E T A M A T - com séde e foro nesta-Capital do Estado de Mato Grosso, à Avenida Getúlio Vargas, 1.208, tendo por objeto o incremento do desenvolvimento do setor de mineração no Estado de Mato; Grosso, atuando no campo da pesquisa lavra, compra, venda, importação, exportação, industrialização e trans-, porte de minerais metálicos e não metálicos, enquadrados nas diversas classes constantes do Código de Mine-ração, nos termos do Decreto 62934 de 2 de julho de 1.968; explorar e administrar jazidas proprias ou de terceiros, situadas em qualquer parte territorial, digo. do Território Nacional; associar-se a grupos nacionais ou estrangeiros para a realização de seus objetivos; cele-brar contratos e conventos. Fica entendido que a Estado de Alato trosso mantera jo controle acionario da sociedade, participando com o minimo de 51% (cinquenta c um por cento) do capital social e assegurando nos aumentos de capital, uma subscrição minima de 51% (cinquenta e um por cento). Il - Que o capital inicial da so-ciedade, inteiramente subscrito, e de Cr\$ 1.300.000,00 (Hum milhão e trezentos mil cruzeiros), dividido em 130.000 (Cento e trinta mil) ações ordinárias, nominativas, no valor de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada assim distribuidas pelos Outorgantes e reciprocamente outor-. gados, já qualificados: a) O Governo do Estado de Mato Grosso, através da CODEMAT, subscreve 67.500 (sessenta e sete mil e quinhentas) ações, no valor de Cr\$ 675,000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros); b) BRASMAT JAPAN INCORPORATION, subscreve 62.360 (sessenta e dois mil, trezentas e sessenta) ações. no valor total de Cr\$ 623.600 (seiscentos e vinte e três mil, e seiscentos cruzeiros), esclarecendo o seguinte: por força da decisão do Conselho de Administração da BRAS-MAT, conforme a ata aludida no item 2, a BRASMAT autorizou a subscrição de 20.000.000 (vinte milhões) de ienes, equivalentes em moeda corrente nacional aproximadamente a Cr\$ 360,000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros). Em face da quota da BRASMAT - ser de Cr\$ 623,600,00 (séiscentos e vinte e três mil e seiscentos cruzeiros), seu presidente, Sr. TSUNATAKE, ANZAKI, neste ato, subscreve a diferença necessária à complementação de sua quota, ad referendum do Conselho de Administração, cujo extrato de Ata será em data oportuna averbado à margem da presente escritura. c) TSUNA-TAKE ANZAKI, subscreve. 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros): d) TOSHIRO ARITA, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); e) WASABURO TSUDA. subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); f) GABRIEL JULIO DE MAT-TOS MULLER, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); g) DIOGO DOU-GLAS CARMONA, subscreve 20, (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200.00 (duzentos cruzeiros); h) LENINE DE CAMPOS PÓVOAS, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); i) SA-TOSHI KUROYANAGI, subscreve 20 (vinte) ações no . valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); III - Que 10% (dez por cento) do capital subscrito, em espécie ou seja Crs 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros), sab realizados neste ato e os restantes 90%, (noventa por cento) secão realizados em chamadas, pão differiores a

30 (trința) dina IM)- Que a sociedade anônima (ns-tituida reger-se-a pelas Leis e regulamentos vigentes, ou a vigorar, que lhes forem pertinentes, e em especial pelo estatuto social a seguir transcrito, ora aprovado e adotado pelos outorgantes e reciprocamente outorgados: ESTATUTO SOCIAL - CAPITULO I - DA SOCIE-DADE E SEUS FINS - Artigo 1.º - A Companhia Matogrossense de Mineração METAMAT - constituída na forma da Lei 3.130, de 3 de dezembro de 1971 e Decreto n.º 329, de 14 de dezembro de 1971, é uma sociedade de economia mista, regida pelas normas baixadas por este Estatuto e pelas disposições da Lei das Sociedades Anônimas. Artigo 2.9 A Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, tem como objetivo principal o incremento do desenvolvimento do setor de mineração no Estado, podendo para tanto: I - Atuar no Campo de pesquisa, lavra, compra, venda, importação, exportação, industrialização e transporte de minerais metálicos e não metálicos enquadrados nas diversas classes constantes do Código de Mineração (Cap. Il "Da conceitunção e da classificação de jazidas e das minas" -Decreto 62934 de 2 de julho de 1968), podendo explorar e administrar jazidas próprias ou de terceiros, situadas em qualquer parte do Território Nacional. II - Associarse a grupos nacionais, e estrangeiros para a realização dos objetivos do inciso I celebrando contratos acionário, digo, e convênios, devendo obrigatoriamente, manter o contrôle acionário e participar com o percentual muimo de 51% (ciriquenta e um por cento), do capital social. CAPITULO II - DO PRAZO E DA SEDE - \rigo 3." - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado: Artigo 4.º - A Companhia terá sede e foro em Cuiabá. Capital do Estado de Mato Grosso, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 1.208. CAPITULO III - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES - Artigo 5.º - O capital social é de Cr\$ 1.300.000,00 (HUM MI-LHAO E TREZENTOS MIL CRUZEIROS), dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações nominativas, en-dossáveis de Cr\$ 10.00 (dez cruzeiros) cada uma. § 1.º. O Governo do Estado de Mato Grosso, representado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, nos termos do Decreto n.º 329, de 17 de dezembro de 1971, e, de acordo com decisão da Assembleia Geral, cuja Ata faz parte dos atos constitu-tivos, participa com capital inicial de Cr\$ 675.000,00 (seisventos e setenta e cinco mil cruzeiros), assegurando em todos os aumentos de capital social uma subscrição minima de 51% (cinquenta e um por cento) de ações com direito a voto. § 2.º - A Companhia, de acôrdo com a deliberação da Assembleia Geral, poderá aumentar o seu capital, mediante subscrição de novas ações ou bonificações aos acionistas pela distribuição eventual de reservas acumuladas incorporação de bens, disponibilidades e pela reavaliação do ativo decorrente a atualização ou correção monetária, nos térmos da Lei n.º 4357/64. Artigo 6.º - O valor das ações será integralizado após a aprovação do presente estatuto, sendo 10% (dez por cento) neste ato e o restante em chamados não inferiores a 30 (trinta) dias. Artigo 7.º - A ação é individual em relação à sociedade. Artigo 8.º - As ações ou seus títulos representativos serão escritos em vernáculo e conterão: a) denominação da Companhia, sua sede e prazo de duração. b) a cifra representativa do capital social e o número de ações em que se divide: c) o número de ordem da ação, o seu valor nominal e a categoria. d) as assimaturas do Diretor Presidente e do Diretor Comercial ou Administrativo, Artigo 9.º - Por se tratar de ações endossáveis (Lei 4728/65, arts. 32 e 33 conterão ainda: ويالمنافضة فالمعادي ويجيع مراسيتها

ration survey . 42

a) declaração desua transferibilidade, mediante endosso; b) o nome e qualificação do proprietário da ação inscrito no Livro de Registro de Ações Endossáveis; c) se a af ção não estiver integralizada, o débito do acionista e a época e lugar de seu pagamento e as condições de integralização fixadas pela Assembléia Geral. CAPÍTULO IV - DOS ACIONISTAS - Artigo 10 - Serão acionistas da Companhia: a) O Estado de Mato Grosso; b) pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras (c) pessoas Jurídicas de direito público Paragrafo unico - O acionista só poderá ser representado na Assembleia mediante procuração por instrumento público e com poderes especiais, determinando-se a hora e o focal. da reunião, devendo o instrumento ser depositado na sede ou em outro local indicado pela Companhia, atê a véapera do dia marcado para a Assembléia. CAPITULO V - DA ORGANIZAÇÃO - Artigo 11 - São órgãos da METAMAT - 1 - De deliberação Assembleia Geral; II De fiscalização: Conselho Fiscal: III - De administração: Diretoria; a) órgãos de assessoramento: b) órgãos executivos. § Unico - A estruturação dos órgãos de administração da METAMAT será objeto de Regimento. Interno da Companhia. CAPÍTULO VI: DA DIRE-TORIA - Artigo 12 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 7 (sete) membros, eleitos em Assembleia Geral os quais exercerão os cargos de DIRETOR PRESIDENTE. DIRETOR VICE-PRE-SIDENTE, DIRETOR SUPERINTENDENTE, DI-RETOR COMERCIAL, DIRETOR TECNICO. RETOR FINANCEIRO - DIRETOR ADMINISTRA TIVO, § 1.º - Os cargos de Diretor poderão ser exercidos por quaisquer pessoas, acionistas on 1130, mas de reconhecidas capacidade e idoneidade moral comprovada, e terão seus vencimentos fixados pela Assembleia Geral. § 2.º - Facultando o Estatuto a admissão de acionistas estrangeiros (art. 10, letra b), na composição da Diretoria não poderão tomar parte mais que 3 (tres) estrangeiros, sendo privativo dos nacionais o cargo de Diretor Presidente. § 3.º - São inelegiveis para os cargos de diretor os legalmente impedidos, conforme o § 4.º do artigo 116, do Decreto Lei 2.627, de 26 de setembro de 1940, 4.0 - Não poderão exercer conjuntamente o cargo de Diretor acionistas que forem entre si ascendentes ou descendentes, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, parentes e afins até o 2.º grau civil. § 5.º Para garantia de sua gestão, deverá cada Diretor, ou alguém por ele, caucionar 20 (vinte) ações da Companhia, caução esta que só será levantada depois de haver o Direior deixado o cargo após aprovação das últimas contas por ... êle apresentadas. § 6.0 - O mandato dos Diretores sera .. de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos ou destituidos pela Assembléia Geral. § 7.9 - Nas ausencias temporárias. do Diretor Presidente, o Diretor Vice-Presidente o substituirá, e nas dos demais Diretores caberá so Diretor Presidente designar o substituto eventual, não podendo tal designação recair em pessoas estranhas à Diretoria. § 8.º - Ocorrendo vaga definitiva na Diretoria os demais Diretores em exercício, em sessão conjunta com o Conselho Fiscal, escolherão um Diretor, o qual exerce-rá o cargo até que a 1.ª Assembléia Geral Ordinária que se seguir ratifique a escolha ou eleja outro que com-pletara o mandato do substituido. Artigo 13 . As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. cabendo ao Diretor Presidente, alem do seu, o voto de desempate. Artigo 14 - Compete à Diretoria, alein do que couber por força de lei ou outros dispositivos deste Estatuto: I - gerir os negócios sociais, cumprir e fazer

eumprir o Estatuto da Companhia, bem como as deliberações da Assembléia Geral, instalar os executivos em outras cidades do Estado ou fora dêle e sempre que a necessidade do serviço assim exigir. II - elaborar e manter atualizado o Regimento Interno da Companhia; III - criar e extinguir órgãos, cargos e funções e fixar vencimentos e demais vantagens do pessoal; IV - "c. lher, juntamente com o Conselha Fiscal, substitutos para os Diretores, no caso de vaga definitiva na Diretoria, observando-se o disposto no § 8 do artigo 14. V - fazer a programação geral das atividades da METAMAT; VIaprovar o orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos da Companhia; VII - decidir sóbre as operações que elevam a mais de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a responsabilidade de um só cliente: VIII - apreciar e decidir sôbre as medidas propostas pelo Diretor Superintendente para o aperfeiçoamento de seus serviços e solução de seus problemas; IX - distribuir e aplicar o lucro apurado na forma estabelecida neste Estatuto. Artigo 15 - Compete ao Diretor Presidente: 1 - representar a Companhia ativa ou passivamente, em juizo ou fora dêle, e.em suas relações com terceiros, podendo para tal fim, constituir procurador; II-convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e dirigir seus trabalhos; III - convocar e presidir reuniões da Diretoria, sempre que devam ser tratados assuntos de interesse da Companhia, não compreendidos nas atribuições específicas de cada Diretor; IV - assinar com o Diretor Superintendente e com o Diretor Comercial, convênios, ajustes ou acôrdos de interesse da Companhia; V - assinar os documentos que envolvam responsabilidades patrimonial da empresa, em conjunto com os demais Diretores. VI' - apresentar, anualmente, à Assembléia Geral, o relatório das atividades da Companhia; VII - designar Diretores para substituir, temporàriamente, os respectivos titutalres. digo, titulares. Artigo 16 - Compete ao Diretor Presidente, digo, Vice-Presidente a substituição do Diretor Presidente em seus impedimentos eventuais e, em conjunto com o mesmo, orientar os negócios da sociedade em geral. Artigo 17 -Compete ao Diretor Superintendente: I - Assinar como Diretor Presidente e com o Diretor Comercial convênios, ajustes ou acôrdos de interêsse da Companhia; II orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da METAMAT; III - promover reuniões da Diretoria sempre que o interesse dos serviços as justificar; IV - cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria; V - baixar instruções, normas e ordens de serviços; VI propor à Diretoria a criação de órgãos, cargos e funções, atendida a conveniência do serviço, bem como o plano de remuneração dos servidores da Companhia. Artigo 18 - Compete ao Diretor Comercial: I - Decidir sobre a comercialização dos produtos da empresa, obedecidas as demais disposições dêste Estatuto; II - assinar, com o Diretor Presidente e com o Diretor Superintendente, documentos, nos termos do art. 17, IV, III - substituir outros Diretores da Companhia, quando para isto for designado pelo Diretor Presidente; ARTIGO 19 - Compete ao Diretor Técnico: I - digiri, digo, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar, todos os setot se técnicos da Companhia; II - solicitar ao Diretor Superintendente as providências que não sejam de sua alçada e necessárias ao bom andamento dos trabalhos; III - substituir outros Diretores da Companhia quando para isto for designado pelo Diretor Presidente: IV - apresentar, anualmente, ao Diretor Superintendente relatório de suas atividades; V executar todas as demais atribuições que primeira publicação do aviso de convocação e o da reali-

lhe foram cometidos pelo Diretor Presidente. Attigo 20 - Compete ao Diretor Financeiro: 1 - decidir sobre operações econômico-Financeiras nos limites de sua competência: II - elaborar, anualmente, a proposta orçamentária e o relatória geral das atividades da Companhia; III - assinar juntamente com o Diretor Administrativo, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras, da Companhia l'IV - apresentar anualmente, relatório de suas atividades. Artigo 21. - Compete ao Diretatorio de suas actividades. Tetigo ao de controle de supervi-retor Administrativo: 1 - Dirigir, coordenar e supervi-sionar os setores administrativos e de contrôle da Com-panhia; II - Assinar juntamente com o Diretor Financeiro, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras, da Companhia e autenticar os papéis que exigirem essa formalidade; III - Colaborar na elaboração do orçamento da Companhia; IV - Substituir outros Diretores da Companhia, quando para isso for designado pelo Diretor Presidente; V - apresentar, anual-mente, ao Diretor Presidente, relatório de suas atividades: VI - Baixar instruções e normas disciplinares; VII - Admitir e dispensar empregados, bem como designar e dispensar ocupantes de funções gratificadas, ouvido o Diretor Presidente; VIII - Dar posse aus servidores da Companhia, conceder férias, vantagens e indenizações aos mesmos. CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 22 - A Assembléia Geral é a reunião dos acionistas, convocada e instalada na forma da Lei e deste Estatuto: § Único - A Assembléia Geral será or-dinária ou extraordinária. Artigo 23 - A Assembléia Geral tem poderes para resolver todos os negócios da Companhia e para tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e ao desenvolvimento de seus trabalhos e operações. Artigo 24 - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á até a primeira quinzena do mês de março de cada ano, em local, dia e hora previamente fixados pela Diretoria, e terá por fim: a) a apreciação do relató-rio e a exame das contas e balanço da Diretoria, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, deberando, digo, deliberando sobre os mesmos; b) a eleição anual dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria, quando for o caso; c) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Artigo 25 - Um mês pelo menos antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral Ordinária, a Diretoria fará comunicados por avisos publicados na forma da Lei, que se acham à disposição dos acionistas: a) o Relatório da Diretoria, sôbre a marcha dos negócios sociais, no exercicio findo e os principais fatos administrativos; b) Cópia do Balanço e cópia da Conta de Lucros e Perdas; c) Parecer do Conselho Fiscal. § Único - Até. 5 (cinco) dias antes. no máximo do día marcado para a realização da Assembléia Geral, serão publicados no órgão oficial do Estado ou em outro órgão de grande circulação, o Relatório da Diretoria, Balanço e a conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal. Artigo 26 - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á em qualquer tempo, para qualquer fins que não os apontados no artigo 27, e poderá ser convocada: a) pelo Diretor Presidente, sempre que julgar conveniente; b) pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos em lei. Artigo 27 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á pela empresa mediante convites ou avisos publicados 3 (três) vêzes no mínimo, no orgão oficial do Estado e em outro jornal de grande circulação. Os convites, ainda que sumaria-mente, mencionarão a Ordem do Dia da Assembleia, o local, dia e hora da reunião. Artigo 28 - Entre o dia da

zação da Assembléia Geral mediará o prazo de 8 (oito) dias, no mínimo, para a primeira convocação e o de 5 (cínco dias, para as convocações posteriores. Artigo 29 -Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembléia Geral instala-se em primeira convocação com a presença de acionistas, com direito a voto, que representarem no minimo, um quarto do capital social. Artigo 30 - Pessoas presentes a Assembléia Geral deverão provar sua qualidade de acionista. § único - Os acionistas poderão ser representados, na Assembléia Geral, por procuradores devidamente habilitados. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus suplentes, não poderão ser procuradores ou representantes dos acionistas na Assembléia Geral. Artigo 31 - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Companhia e secratariadas pelos acionistas que foram convocados para tal fim. Artigo 32 - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas na lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. § Unico - As deliberações da Assembléia Geral referentes à distribuição de lucros e reforma de estatutos serão tomadas por dois terços de votos dos acionistas presentes. Artigo 33 - A Ata dos Tra-'hos e Resoluções da Assembléia Geral serão lavrados no livro competente, assinados pelos membros da mesa elos acionistas que a ela tenham comparecido. § Único - Para validade da Ata é suficiente a assinatura de tantos deles quantos constituirem por seus votos a maioria necessária às deliberações tomadas pela Assembléia da Ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. Artigo 34 - A Assembléia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto ou aumento de Capital sòmente se instalará em primeira ou segunda convocação, com a presença dos acionistas que representam dois terços no mínimo, do capital com direito de voto, instalando-se, todavia, em terceira, com qualquer número. CAPÍTULO IX - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 35 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de três membros e três suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, acionistas ou não, residentes no País, sendo permitida . reelcição. A remuneração que aos mesmos couber será fixada pela mesma Assembléia que os eleger. Artigo 36 -Compete ao Conselho Fiscal desempenhar todas as imâncias que lhe são conferidas pela legislação espe-cio s. Artigo 37 - Participará do Conselho Fiscal, pelo neños um Contador, de conformidade com o Decreto Lei n.º 9.295, de 27/4/46, e a Resolução n.º 70 de 18/9/58, do Conselho Fiscal, digo, Federal de Contabilidade. Unico - Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal empregados da Companhia, os parentes dos Diretores até 3.º grau civil e os que se acharem impedidos nas condições previstas no § 4.º, do art. 116, da Lei 2.627 de 6/9/40. CAPITULO X - DO BALANÇO E DOS LI-7RÓS - Artigo 38 - O balanço geral será levantado no im de cada exercício social, aos 31 dias do mês de Deembro, procedendo-se a verificação dos lucros e prejuios. Esses balanços serão assinados pela Diretoria. Arigo 39 - A demonstração da conta de Lucros e Perdas ue acompanharás o balanço geral, deverá obedecer às isposições legais constantes do art. 136, do Decreto Lei 527, de. 26/9/40. Artigo 40 - Além dos livros obrigatóos e auxiliares, terá a Companhia mais os seguintes:) Registro de Ações Nominativas; 2) Registro de ransferência de Ações Nominativas; 3) Atas das Asimbléias Gerais; 4) Atas das Reuniões da Diretoria; Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e 6) Livro de

Ações Endossáveis. CAPÍTULO XI - DOS LUCROS -Artigo 41 - Dos Lucros liquidos apurados anualmente serão deduzidos: a) uma quota de 5% (cinco por cento) para constituição do FUNDO DE RESERVA LEGAL. a fim de assegurar a integridade do capital; b) uma quota para distribuição de dividendos, até o máximo de 15% (quinze por cento) ao ano, sôbre o capital. cuja forma de 🙃 pagamento, em moeda corrente, a Assembléia Geral estabelecerá; c) uma quota de participação do empregado, a critério da Diretoria, por merecimento ou eficiência, até o limite de 10% (dez por cento); d) uma quota de até 7% (sete por cento) a ser distribuída à Diretoria, desde que seja distribuído aos acionistas um dividendo à razão de 6% (seis por cento) a.a., no mínimo. Artigo 42 - Após feitas as deduções do artigo anterior, o restante do lucro líquido será levado a crédito da conta LUCROS EM SUSPENSO, que ficará à disposição da Assembléia Geral. CAPITULO XII - DA LIQUIDA-ÇÃO - Artigo 43 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. § Unico - A Assembléia Geral Extraordinária, convocada para o fim especial de liquidação, estabelecerá o modo pelo qual deverá ser feita a liquidação, nomeará os liquidantes e o Conselho Fis-cal, estabelecendo sua remuneração e determinando o prazo do mandato dos liquidantes e seus fiadores. CA-PITULO XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 44 -Anualmente será enviado ao Governador do Estado, relatório da Administração da Companhia. Artigo 45 - Os Casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, convocada na forma dêstes Estatutos. Artigo 46 - O mandato dos primeiros Diretores eleitos e nomeados nos termos do presente Estatuto, expirará na data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1975. V) que, sempre, de comum acôrdo, êles outorgantes e reciprocamente outorgados, haviam deliberado escolher os membros que deverão compor a Diretoria da Sociedade no primeiro período de mandato estatutário e que são: GABRIEL JULIO DE MATTOS MULLER, Diretor Presidente; TOSHIRO ARITA, Diretor Vice-Presidente; LENINE DE CAMPOS PÓVOAS, Diretor Superintedente; WA-SABURO TSUDA, Diretor Comercial; TSUNATAKE ANZAKI, Diretor Técnico; SATOSHI KUROYANA-GI, Diretor Financeiro; DIOGO DOUGLAS CARMO-NA, Diretor Administrativo, todos já anteriormente qualificados; VI - que, para integrarem o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o primeiro período social, foram escolhidos e nomeados os seguintes efetivos: Gabriel Francisco de Matos Neto, brasileiro, casado, Engenheiro agrônomo e advogado, residente e domiciliado. nesta Capital, à Travessa Dom Bosco n.º 891, Carteira de Identidade RG 203.930, C.I.C. 001 920 071; Luiz Carlos Armani, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital à Rua São Benedito n.º 190, Carteira de Identidade RG 209.681, C.I.C. 001 728 631; Tokio Katsu, japonês, casado, comerciante, residente nesta Capital à Rua Antônio Maria 58, Carteira de Identidade de Estrangeiro RG no 250092, expedida em Cuiabá em 05/02/70, C.I.C. 027 902 891; Suplentes: Osvaldo de Oliveira Fortes, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Mato Grosso, 282, Carteira de Identidade n.º RG 204.715, C.I.C. 001 728 801; Wagner Bèrtoli, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital à Travessa João Bento 381, Carteira de Identidade RG 3.166.919, C.I.C 001731771; Shunsake Araoka, japonês, casado, comerciante, residente nesta Capital, Carteira de Identidade para Estrangeiro RG 250.571, expedida pelo SRG-MT em Cuiabá a 23/06,

70, C.1.C. 034587171, os quais no exercício de seu cargo, larão juz a uma remuneração fixada em um salário minimo por reunião a que comparecerem. VII) Que a remuneração básica da Diretoria será de 3 (três) salários mínimos regionais, e quando em função será acrescida de mais 20 (vinte) salários mínimos regionais. VIII) que, cumpridas tôdas as formalidades legais; os outorgantes e reciprocamente outorgados, declaram refinitivamente constituída a Sociedade e conferem à Diretoria escolhida, plenos poderes para tomar junto às autorida-des competentes; as providências necessárias no sentido de sua completa legalização. Transcreve-se, a seguir os documentos que fazem parte integrante desta escritura Decreto n.º 329, de 14 de dezembro de 1.971 - Autoriza a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A (CODEMAT) a promover a constituição da Companhia Matogrossense de Mineração (META-MAT) e dá outras providências. O Governador do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidos pelo art. 42 item III. da Constiutição, digo, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, e autorização pelo art. 1.º da Lei n.º 3.130 de 3 de Dezembro de 1971. Decreta TIGO 1.º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Estado de Mato Grosso S/A (CODEMAT) autori-'. la a promover todos os atos que se fizerem necessários à constituição e implantação da Companhia Matogrossense de Mineração (METAMAT). Artigo 2.º - Caberá a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A a subscrição e integralização do capital social por parte do Governo do Estado e correspondente a subscrição de 51% das ações da Metamat nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 3.130 de 3 de Dezembro de 1971. § Unico · Para os fins do disposto neste artigo fica a Codemat autorizada a movimentar os recursos de crédito especial aberto de conformidade com o artigo 3.º da Lei supra citada. Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Palácio Alencastro em Cuiabá. 14 de Dezembro de 1971, 150.º da Independência e 83.º da República. (as) José M. F. Fragelli - Osvaldo de Oliveira Fortes - Paulo Coelho Machado. Da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, lizada em 09 de Fevereiro de 1972". Finalmente pasndo ao item e do Edital, Outros assuntos de interesse Sociedade, o Sr. Presidente tendo em vista o que de-termina a Lei 3.130 de 03/12/71 e Decreto n.º 329 de 14/12/71, propõe à presente Assembléia que a CODE-MAT promova a Constituição de Metamat - Companhia Matogrossense de Mineração, com participação majoritária, na nova Sociedade, conforme dispositivos citados acima, o qual os senhores Acionistas deliberaram pela aprovação da referida proposta, mecanicamente, digo, unanimemente,. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente colocou livre a palavra a quem dela quizesse fazer uso. Cómo ninguém se pronunciara, agradeceu a presença dos senhores acionistas suspendendo a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Tradução n.º J-20.503. - Certifico e dou fé para os fins de direito, que nesta data foi-me presente um documento escrito no idioma japones, o qual era do teor seguinte: Tradução: "FIRMA BRASMAT JAPAN INCORPO-RATION - Matriz: Cidade de Tókio Chuo KU, Tsukichi, 7 Chome n.º 12-4 - Modo de Esetuar Publicações: Por isernção, digo, inserção no Diário Oficial. Valor par de cada Ação: 500 yens - Número Total de Ações de Emissão Autorizada: 160.000 ações, Número Total de

Ações Emitidas: 40.000 ações - Valor do Capital: 20.000.000 Yens - Data do Registro da Fundação: 3 de Pevereiro de 1972. Objetivos Sociais: 1 - Exploração dos recursos naturais e implantação de indústrias locais no Brasil; 2 - Exportação e importçaoa, digo, importação de máquinas de mineração, produtos agricolas e minerais, bem como de mercadorias em geral; 3 - Todos os serviços relacionados com os itens anteriores, e participação ou investimento em empreendimentos correlatos. DI-RETORES: Tsunatake Anzaki, Genkichi Hashimoto, Toshiro Arita, Hisayo Kuraishi, Tkashi Kyoda. Nome e endereço do DIRETOR REPRESENTANTE: TSU-NATAKE ANZAKI, residente na Provincia de Chiba, Cidade de Ichikawa, Mama 3-chome, 8-10 - CONSE-LHEIROS FISCAIS: Yuji Sugiyma, Hirekazu Uragu-chi. OUTRAS DISPOSIÇÕES: RESTRIÇÕES A CES-SÃO DE AÇÕES: para a cessão de ações desta empresa, é necessária a autorização da Diretoria. A presente-. Certidão confere com o Livro de Registro original. Em 5 de Fevereiro de 1972. DIRETORIA DA JUSTIÇA DE TOKIO - Agência de Nihonbashi. O Oficial de registro. - Mitsuo Umehara (Selo Oficial). AUTENTI-CAÇÃO DO SELO (Selo): "Brasmat Japan Incorporation" Cidade de Tokyo, Chuo-Ku. - Tsukichi, 7-chome 12-4 BRASMAT JAPAN INCORPORATION. O Diretor representante - Tsunatake Anzaki, nascido em 15 de Abril de 1916. Certifico a Exatidão dos dados acima. Em 5 de fevereiro de 1972. DIRETORIA DA JUSTI-ÇA DE TOKIO - Agência de Nichonbashi. O Oficial de Registro, - Mitsuo Umezaki (Sêlo Oficial) "CERTI-FICADO: Certificamos que as anexas Certidão de Registro e Autenticação de selo são documentos autentigistro e Autenticação de selo são documentos attentos cos expedidos pela Agência de Nihonbashi da Diretoria da Justiça de Tokyo em 5 de Fevereiro de 1972. Em 8 de fevereiro de 1972. Cidade de Tokyo, Chuo-Ku, Tsuki-chi, 7-chome, 12-4 BRASMAT JAPAN INCORPORA-TIONS. O Diretor Representante. Tsunatake Auzaki (Selo da firma)". "REGISTRO N.º 54/1972. Certifico que Tsunatake Anzaki, Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation, e signatário do documento anexo, reconheceu perante mim, TABELIAO, ser autentico o seu selo nominal constante do referido documento. Dou fé. Aos 8 de Fevereiro de 1972, neste Cartório de Tabelião Público sito na Cidade de Tokyo, Chuo-KU, Nihonbashi Kabuto-Cho, 1 chome, n.º 8 O Tabelião Público junto à Diretoria da Justica de Tokyo, Shigemasa Kato (Selo Oficial e Assinatura do Tabelião). "NOTA Lia-se, a seguir, em Português: "Reconheço como verdadeira a firma supra do Sr. SHIGEMASA KATO, Tabelião Público junto à Diretoria da Justiça de Tokyo. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar com o selo deste consulado Geral. Para que êste documento produza eseitos no Brasil, deve a minha assinatura ser, por seu turno, legalizada na Se-cretaria de Estado de Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscais da República. Pagou Cr\$ 6,00 ouro, ou yens 2.250,00 Tab. 54 na 1.ª via Iocoama com 9 de severeiro de 1972 (as.) Carlos Eugênio Catta-Preta, - Consul Geral. Havia selos consulares no valor de Cr\$ 6.00 ouro)". "Reconheço verdadeira a assinatura de Carios Eugênio Catta-Preta, Consul do Brasil em Iocoama. Delegacia Fiscal de São Paulo, aos 29 de fevereiro de 1000. (as.) Severino Quintino de Andrade, Chefe da S (Carimbo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional São Paulo)". A firma Quintino, digo, Severino Quin de Andrade, estava devidamente reconhecida pelo Cartório de Notas - Dr. Sérgio Salles, na Capital de

Paulo, aos 1.º de março de 1972. EM FÉ DO QUE, FIR-MO A PRESENTE TRADUÇÃO. São Paulo 07 de março de 1972. (aa) Tuyoci Ohara - EM CARIMBO: Tuyoci Ohara Insc. Def. Mun. n.º 75.479-X Tradutor Público TEL - 32-6807-32-0770 - São Paulo, Praça João Mendes, 182 - 8° s/82 - TRADUÇÃO nº J-20.508 - Certifico e dou fe, para fins de direito que nesta data foi-me presente um documento, escrito no idioma japonês o qual era do teôr seguinte: TRADUÇÃO "Estatutos Sociais da Brasmat Japan Incorporation - Cidade de Tokyo, Chuo-ku, Tsukichi 7 - chome, 12-4 (Masuda Bldg) Telefone: (543) - 3.778 - BRASMAT JAPAN INCORPORATION, ESTATUTOS SOCIAIS - CAPI-TULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - (Denominação Social). Art. 1.º - Esta companhia constituida com a denominação de BRASMAT JAPAN INCORPORATION. (Objetivos Sociais) Art. 2.º - Esta companhia tem por objetivos: 1.0) explorar os recursos naturais, e implantar indústrias locais no Brasil; 2.0) Exportação e importação de maquinários, produtos agrícolas, mine-txir, pesquisas, bem como de mercadorias em geral: 3.º) Realizar todos os serviços relacionados com os itens anteriores, participar ou investir empreendimentos correlatos. (Sede) Art. 3.º - esta companhia estabelece sua Matriz em Chuo-Ku Cidade de Tokyo (Modo de Efetuar Publicações) Art. 4.º - As publicações serão ieitas, digo, desta companhia serão feitas mediante mserção no Diário Oficial. CAPÍTULO II - AÇÕES - Número de ações de Emissão Autorizadas - Art. 5.º - o número Total de ações de emissão autorizada desta companhia é de 160.000 ações todas no valor par. (Valor par de cada ação). Art. 6.º - O valor par de cada ação desta companhia é de 500 yens. (Títulos de Ações) Art. 7.º - Os titulos de ações desta companhia serão todas nominativas, e serão representativos de uma ação. 10 ações, 100 ações, ou 1.000 ações (Restrições à Cessão de Ações). Art. 8.º Para cessão de ações desta companhia é necessária a autorização da Diretoria". (TRANSFERÊNCIA DE NO-ME) Art. 9.º - O acionista que desejar um formulário, digo, transferir ações desta companhia deverá preencher formulários proprios de solicitação, e entregá-los à companhia juntamente com as ações. (Reemissão de ações, de títulos de ações) Art. 10.º - O acionista que, por motivo de divisão reunião ou estrago, desejar a reemissão dos títulos de ações, deverá preencher formulários próprios de solicitação, e entregá-los à companhia, devidamente assinado ou firmado, juntamente com as ações. § Unico - Para reemissão dos títulos de ações, em virtude de extravio, deverá o interessado, além dos formulários próprios devidamente assinados ou firmados representar também o original ou uma certidão da sentenca judicial de caducidade dos referidos títulos (EMO-LUMENTOS) Art. 11.º - Ao formular os querimen-tos de que trata os dois artigos anteriores o interessado deverá pagar os emolumentos fixados pela companhia. (Comunicação do Domicilio ou de Outros dados do acionista) Art. 12.º - O acionista da companhia, ou seu representante legal, ou seu procurador, deverá comunicar a companhia o nome, endereço, e o sélo pessoal, respectivos, mediante formulários próprios, o mesmo devendo fazer na ocorrência de qualquer alteração nos itens comunicados. CAPOTILO, digo, CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS (Época de Convocação) Art. 13.º - A Assembléia Geral Ordinária de Acionistas ao encerramento do balanço de cada exercicio, digo, Art. 13.º - A Assembléia Geral Ordinária de Acionistas desta companhia será convocada dentro dos

2 meses seguintes ao encerramento do balanço de cad exercício. A Assembléia Geral Ordinária, Extraordiná ria de Acionistas será convocada a qualquer tempo, som pre que necessário. (Presidência da Sessão). Art. 14.9 A Assembléia Geral de Acionistas será presidida pel Diretor Representante. Nos impedimentos do Direto Representante, será a mesma presidida por um Diretor No caso de impedimento de todos os Diretores, a As sembléia será presidida por um acionista eleito entre o acionistas presentes (Deliberação) Art. 15.º - As delibe rações da Assembléia Geral serão tomadas pela maiori. absoluta de votos de acionistas com direito de voto pre sentes, salvo disposições diversas da Lei ou dos presentes estatutos. (Exercício do Direito de Voto através de Procurador) Art. 16.º - O acionista poderá exercer sei direito de voto através de um procurador que seja tam bém acionista. CAPÍTULO IV - DIRETORES, CON SELHEIROS FISCAIS E REUNIOES DA DIRETO RIA (Número de Diretores e de Conselheiros Fiscais Art. 17.º - Esta companhia terá de 3 a 6 Diretores, mais de um Conselheiro Fiscal. (Eleição dos Diretores Art. 18.º - Os Diretores, serão eleitos em Assembléii Geral de Acionistas, com a presença de acionistas qui representem mais de um terço de ações emitidas, sende que as deliberações serão tomadas pela maioria absolut: dos votos representados. Na eleição dos Diretores não será permitido o voto acumulativo, salvo se houver a exigências nesse sentido por parte de acionistas que re presentam mais de um quarto das ações emitidas. (Man dato dos Diretores e dos Conselheiros Fiscais) Art. 19. - O mandato dos Diretores será de dois anos, e o do. Conselheiros Fiscais, de um ano. Entretanto, se a As sembléia Geral Ordinária de Acionistas, correspondente ao último exercício social do período de mandato terminar após a expiração do mandato, êste será prorroga-do até o término de tal Assembléia. § Unico - O mandato dos Diretores ou Conselheiros Fiscais eleitos para preenchimento de vaga, ou em virtude de aumento de número de diretores, ou de conselheiros fiscais, coinci-dirá com o restante do mandato dos deinais Diretores ou Conselheiros Fiscais. Convocação de Reunião da Diretoria) Art. 20.0 - As reuniões da Diretoria serão convocadas de acordo com o que esta estabelecer, devendo os avisos serem entregues a cada Diretor, com a antecedência minima de 4 dias salvo motivo de urgência. (Diretor Representante) Art, 21.9 - Haverá nesta companhia um Diretor Representante, que será o sev Diretor Presidente. § Único - Por eleição realizada en reunião da Diretoria, serão escolhidos dentre dos diretores um Diretor Gerente e um Diretor Executivo. CA-PITULO V - CONTAS - (Exercicio Social) Art. 22.0 -O Exercício social desta companhia irá de 1.º de janeiro a 31 de Dezembro de cada ano. (Distribuição de Lucros). Art. 23.º - Os dividendos serão distribuídos aos acionistas ou aos credores pignoraticios por último registrados no Livro de Registro de Acionistas, em cada exercicio. CAPITULO VI - DISPOSIÇÕES ADICIONAIS (Número Total de Ações a Şerem Emitidas por Ocasião da Constituição da companhia) Art. 24.9 - É de 40.000 ações o número total de ações a serem emitidas por ocasião da constituição da companhia. (Primeiro Exercício Social) Art. 25.º - O primeiro exercício social da companhia irá da data da constituição da companhia até o dia 31 de dezembro de 1972. (Mandato da Primeira Diretoria) Art. 26.º - O mandato da primeira Diretoria e do primeiro Conselho Fiscal desta companhia terminara no dia do encerramento da primeira Assembleia Geral Or-

dinária de Acionistas que se realizar após a posse nos cargos. (Fundadores) Art. 27.º - São os seguintes os nomes e enderêços dos fundadores e as ações subscritas pi mesmos pi ocasião da constituição desta sociedade: Nome: Enderêço: Ações Subscritas: TSUNA-TAKE ANZAKI: Provincia de Chiba-Ichikawa-shi, Mama 3-Chome, 8-10 12.000; GENKICHI HASHIMO-TO, Cidade de Tokyo, Arakawa-ku, Higeashi Ohisa 4-chome. 10-15-6.000; TOSHIRO ARITA Provincia de Kanagawa, Ka, akura-shi, Nagatani, 123 - 6.000 - HI-SAYO KURAISHI - cidade de Tokyo, Kita-ku Kamiya 3 chome, 50-9-6.000; TAKASHI KYODA - Provincia de Chiba, Matsutoshi, Tokiwar, digo, Tokiwihira, cho me 236.000; YUGI SUGIYAMA Cidade de Tokyo, Setagaya-ku, Matsubara 5 chome 9,20 1.000; HIROKAZU URAGUCHI - Provincia de Chiba, Eunabashi-shi, Minami Motomachi, 4-13 1.000; Os fundadores da BRAS-MAT JAPAN INCORPORATION mandaram assim elahorar os presentes estatutos, que assinam e firmam a seguir. Em 30 de janeiro de 1972. Fundadores: Tsunatake Anzaki, Genkichi Hashimoto, Toshiro Arita, Hisayo raiahi, Takashi Kyoda, Yuji Sugyama, Hirokazu Urzeuchi. "Certifico que a presente Certidão confere com Estatutos Sociais devidamente notarizados pelo Tabelião Público Shinzo Hasagawa da Diretoria da Justica. belião Público Shinzo Hasegawa, da Diretoria da Justiça de Tokyo, em 2 de severeiro de 1972. Em 8 de severeiro de 1972. Cidade de Tokyo, Chuo-ku. Tsukichi 7 chôme n.º 12-4; BRASMAT JAPAN INCORPORA-TION - O Diretor Representante - Tsunatake Anzaki (Sélo do Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation. NOTA: Em folhas apensa, liam-se os seguintes dizeres: (EM JAPONES): REGIATRO NO 53/1972. Certifico que Tsunatake Anzaki, Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation, e signatário do documento anexo, reconheceu perante mim, Tabelião, ser autêntico o seu selo nominal constante do referido documento. Dou fe. Aos 8 de fevereiro de 1.972, neste Cartório de Tabelião Público sito na Cidade de Tokyo, Chuo-Ku, Nihonbashi Kabuto-cho, I chome, n.º 8. O Tabelião Público junto à Diretoria da Justica de Tokyo, - Shigemasa Kato (Selo Oficial e Assinatura do Irtelião). NOTA: Lia-se, a seguir em Português: (EM ATUGUES) Reconheço como verdadeira a assinatu-pra do Sr. Shigemasa Kato, Tabelião Público junto a Diretoria da Justiça de Tóquio. E, para constar inde convier, mandei passar o presente, que assinei e iz selar como selo deste Consulado Geral. Para que ese documento produza efeitos no Brasil, deve a minha -ssinatura ser por seu turno, legalizada na Secretaria de Istado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fisais da República. Pagou Cr\$ 6,00 ouro ou yens 2.250,00 =a 1.7 Via Tab. 54-C. locoama, em 9 de fevereiro de 972. (as) Carlos Eugênio Catta-Preta, Cônsul Geral. Havia selos acumulares no valor de Cr\$ 6,00 ouro). Reinheço verdadeira a assinatura de Carlos Eugênio Cat-Preta, Cônsul do Brasil em Iocoama. Delegacia Fisal em São Paulo, aos 29 de severeiro de 1972. (as) Seprino Quintino de Andrade, Chefe da S.E.C. (Carimbo a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Pau-)". A firma de Severino Quintino de Andrade, estava vidamente reconhecida pelo 17.º Cartório de Notas r. Sérgio Salles, na Capital de São Paulo, aos 1.º de arço de 1972. EM FB DO QUE, FIRMO A PRE-ENTE TRADUÇÃO. São Paulo, 07 de março de 1972. UYOCI OHARA. EM CARIMBO: TUYOCI OHA-A - Insc. Def. Mun. n.º 75.479 X : Tradutor Público - 32-8807 e 82-0770 São Paulo Praça João Mendes,

All the state of the same of the same

182 - 8.º s/82. TRADUÇÃO n.º J-20.506, João Mendes. 182. 8.º, digo. Certifico e dou fé para os fins de direito, que nesta data foi-me presente um documento escrito. no idioma japonês o qual era do teór seguinte o TRA-DUÇÃO "ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA As 10 horas da manha no dia 5 de fevereiro de 1972, realizou-se na sala da Diretoria uma reunião da Diretoria, estando presentes todos os seus membros (em número de 5) Proposta: investimento associado, Expos o senhor Presidente o plano de se firmar um contrato de investi-mento associado com a empresa CODEMAT S/A;; com séde no Estado de Mato Grosso, República do Brasil, estambém de se participar do capital social da empresa mista a ser constituída. Depois de exaustivas discussões, a Diretoria deliberou unanimemente aprovar a assinatura de tal contrato, e o investimento proposto, sendo que tão logo sejam obtidas as aprovações do gravações do gravações do gravações de gr tão logo sejam obtidas as aprovações do governo de am-bos, os países, esta empresa subscrevera uma parte e-quivalente a cerca de 20.000.000 yens em moeda japonesa, correspondente a 49% do capital social da empresa mista constituenda. Para a clareza do deliberado, foi lavrada a presente ata, que vai a seguir assinada por todos os Diretores. Em 5 de fevereiro de 1972: BRASMAT JAPAN INCORPORATION (Selo da empresa) Presidente - Tsunatake Anzaki. (selo) Diretores (Genkichi-Hashimoto (selo) - Toshiro Arlta (selo) Hisayo Kura-ishi (selo) - Takashi Kyoda (selo) Certificamos que a presente copia da ata da reunião da Diretoria de 5 de -Fevereiro de 1972, confere com a ata original. Em 8 de fevereiro do 1972. Cidade de l'okyo, Chuo-ku, Tsukichi, chome a." 12-4. BRASMAT JAPAN INCORPORA-TION - O Diretor Presidente Tsunatake Anzaki (selo) do Diretor Presidente)". REGISTRO N.º 55/1972. Certifico que Tsunatake Anzaki, Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation e signatário do documento anexo, reconheceu perante mim. Tabeliko, set aittentico o seu selo nominal, constante do referido documento. Dou fé. Aos 8 de feveriro de 1972, neste Cartorio de Tabelião Público sito na Cidade de Tokyo-Chuo-Ku, Nihonbashi Kabuto-cho, I chome n.º 8. O Tabelião Pú-Ninondashi Kaduto-eno, i enome n. o. C. Labeliao Fublico Junto à Diretoria da Justiça de Tokyo. Shige-masa-Kato (Assinatura e Selo Oficial do Tabeliao). NO TA: Lia-se a seguir, em Portugues: Reconllego verdadeira a firma supra do Sr. Shigemasa Kato, Tabeliao Público, junto à Diretoria da Justiça de Toquio. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar com o selo deste Consulado Geral Para que este documento produza os efeitos no Brasil, deve a minha assinatura ser por seu turno legalizada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscais da República. Pagou Cr\$ 6.00 ouro, ou yens 2.250,00 na 1.º via Tab. 54-C. Iocoama, em 9 de 4e-vereiro de 1972. as) Carlos Eugênio Catta Preta, Consul Geral (Havia selos consulares no valor de Cr\$ 6.00 ouro)". "Reconheço verdadeira a assinatura da Carlos Eugenio Catta-Preta, Consul do Brasil, em Tocoama Delegacia Fiscal em São Paulo, aos 29 de fevereiro de 1972. (as) Severino Quintino de Andrade, Ghefe da S.E.C. (Carimbo da Delegacia Fiscal do Tespuro Nacional em Carimbo da Deregaria riscai do Lespuro Macional em São Paulo)". A firma de Severino Quintino de Andrado, está devidamente reconhecida pelo pelo 129 Cartório de Notas - Dr. Sérgio Salles, na Capital de São Paulo, aos 1º de março de 1972. EM FÉ DO QUIE, FIRMO A PRESENTE TRADUÇÃO. São Paulo, 07 de março de 1972. (as) Tuyoci Ohara. EM CARIMBOL TUYOCI OHARA Insc. Def. Mun. n.º 75.479.3 3 Traditor Pa. blico TEL. 32.6807 e 32-6770 São Paulo Prica João

Mendes 182 8.6 s/82 - DEPOSITO - CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ES-TADO DE MATO GROSSO, na qualidade de fundadora da COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINE-RAÇÃO, METAMAT, em cumprimento ao disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 5.956 de 01/11/43 e artigo 19, item V da lei n.º 4.595 de 31/12/64 depositam no BANCO DO BRASIL S/A, a importância de Cr\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL CRUZEIROS), proveniente das quantias que recebeu dos subscritores de Capital e, para os fins previstos no § 2.º do referido artigo 1.º menciona a seguir os nomes dos subscritores, domiciliados e quotas respectivas: N.º - SUBSCRITO -QUOTAS Cr\$ - O Governo do Estado de Mato Grosso · Palácio Alencastro Cuiabá - Mato Grosso 675.000.00 67.500,00 - 02 - BRASMAT JAPAN INCORPORATION Masuda Bldg 7-12-4; Tsukiji Tokyo - Japão 623.600,00 62.360,00 - 03 - Tsunatake Ánzaki n.º 8-10-3 Chome Mama Tchikawa Shi-Chita - Japão 200,00-20,00 04- Wasaburo Tsuda Rua do Carmo 59 - Cuiabá-Mt 200,00 20,00 05 05 Gabriel Júlio de Mattos Muller - Praça Dr. Antônio-Currea, 163 - Cuiaba-Mt 200,00 20,00 06 - Diogo Douglas Carmona Rua Ricardo Franco 429, Cuiabá-Mt 200,00 20,00 07 - Lenine de Campos Póvoas - Av. Getúlio Vargas 811, Cuiabá-Mt 200,00 20,00 08 - Satoshi Kuroyanagi - Rua Senador Vilas Boas 285 Cuiabá, Mt 200,00 20,00 09 - TOSHIRO ARITA n. 123 HASE Kamakura SHI KANAGAWA, Japão 200.00 - 20,00 Total Cr\$ 1.300,000,000 - 130.000,000 - Importa o presente depósito em Cr\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL CRU-ZEIROS) Cuiabá-Mt de Março de 1972 (aa) Gabriel-Julio de Mattos Muller Engo Agro - Gabriel J. de Mattos Muller - Diretor Presidente (aa) Gabriel Francisco de Mattos Muller, digo, Neto - Diretor Superintendente (aa) Luiz Carlos Armani Econo - Luiz Carlos Armani -Diretor Administrativo Banco do Brasil S/A doc/ Cuia-bá-(MT) 07 de março de 1972 - 31029 Depósito Obriga-tório, A Vista - 56 - Constituições e aumento de capital de sociedades anônimas (Decreto Lei 5956/43) Companhia Matogrossense de Mineração - METAM. a n.º 26735 - Recebimento Fizemos hoje o seguinte a crédito de sua conta acima - Histórico. Recebemos da CODE-MAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO O ESTADO DE MATO GROSSO, representada por eus Diretores Srs. GABRIEL JULIO DE MATTOS TULLER. GABRIEL FRANCISCO DE MATTOS NETO e LUIZ CARLOS ARMANI, valor correspondente a 10% do Capital subscrito pelos acionistas fundadores, constantes da relação anexa no importe de cento e trinta mil cruzeiros - Importâncias Cr\$ 130.000,00 Total Cr\$ 130,000,00 Brasil - 115-72-Mar-7 (RUBRICA I-LEGIVEL) - 130,000,00 ROM 4 - EM TEMPO: Retifica-se a parte inicial desta escritura, item 1, onde se le "O Governo do Estado de Mato Grosso representado neste ato pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT - CGC. 03.474053. Sociedade de economia mista com séde nesta Capital à Avenida Getúlio Vargas 1208, por competência recebida pelo Decreto n.º 329 de 14-12-71 publicado no Diário Oficial do día 17 de dezembro de 1971 que passa a tera seguinte redação: 1 - "A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT CGC. 03. 474053 sociedade de economia mista com sede nesta Capital à Av. Getúlio Vargas, 1208, por autorização recebida do Govêrno do Estado de Mato Grosso através do Decreto 329, de 14-12-71, que será transcrita na , mente. A firma Brasmat Japan Incorporation, o Dr. TSU-NATAKE ANZAKI e TOSHIRO ARITA, no ato es-

tão representados pelo seu hastante procurador o Dr. WASABURO TSUDA, conforme procuração lavrada às fis. 133, do livro n.º 55 destas Notas, que vai transcrita a seguir: Armas da República - República Federativa do Brasil - Estado de Mato Grosso - Comarca da. Capital Avenida Presidente Vargas 141 1.º distrito prédio próprio, Privativo dos Inventários, Orfãos de Meno res Ausentes e Interditos - Tabelião - ARNALDO RONS DON - Substituta MARIA HELENA RONDON - Cartório do 5.º Oficio - Traslado 1.º - Livro 55 - fls. 133 -Procuração bastante que fazem assinam os abaixo des. clarados SAIBAM quantos este público instrumento virem que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e setenta e dois, aos dez dias do mês de março, nesta cidade de Cuiaba, Capital do Estado de Mato Grosso, perante mim, compareceram co-mo Outorgantes o Dr. TSUNATAKE ANZAKI, por si-e como Diretor Presidente da Brasmat Japan Incorporation sociedade comercial estabelecida em BLDG-7-12-4 TSUKIJI CHUOKU TOKIJOPAO, japones, casado: geólogo, domiciliado em KAGOSHIMA, Japão, Passa-porte n.º PME 130510 expedido em 27-10-71 e TOSHI-RO ARITA, japones, casado industrial, domiciliado em KANAGAWA, Japão, Passaporte n.º PME 124733 ex-pedido em 29-9-71, reconhecido pelos próprios de mim-TABELIAO e das duas testemunhas abaixo assinadas do que dou fé perante as quais por êles me foi dito que, por este instrumento, nomeava e constituia seu bastante, procurador o Sr. WASABURO TSUDA, japonês, casa-do, comerciante, domiciliado em Cuiabá MT à Rua do Carmo, 59 Portador da Carteira Modelo 19 n.º 9.572 ex-pedida em 21-9-60 CIC. 030712351. com poderes especiais para assinar escritura pública de Constituição de Sociedade Anônima, da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, E, de como assim disseram do que dou fé, lavrei este instrumento que, sendo-lhes lido aceitaram e assinam coni as testemunhas, e interpretes SATOSHI KUROYANAGI, brasileiro, casado, economista residente e domiciliado na Rua Senador Vi-las Boas, 285, e LAURO MITUO KUROYANAGI, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, residente à Rua N.S. Sant'Ana 105 Vila Nice casa 13 Carteira de Identidade 1879869 - CIC 138575259, meus conhecidos e aqui residentes comigo. ARNALDO RONDON, Tabelião do Cartório do 5.º Oficio que a fiz escrever dou fé e assino. O Tabelião do Cartório do 5.º Oficio.: (aa) Arnaldo Rondon. (aa) Tsunatake Anzaki (aa) Toshiro Arita. (aa) Satoshi Kuroyanagi. (aa) Lauro Mituo Kuroyanagi. (aa) NADA MAIS TRASLADADA EM SEGUIDA DOU FÉ. Eu, (aa) Arnaldo Rondon. Tabelião do 5.º Oficio, que a fiz datilografar, con-feri, achei conforme do que dou fé e assino em público e raso. Em testo, sinal público da verdade. (aa) O Ta-belião do Cartório do Quinto Oficio. Assim convencionados me pediram lhes lavrasse a presente escritura a qual feita foi lida por mim, TABELIAO, às partes que concordaram Outorgaram e assinam com as testemunanhas, Neuza Elis de Brito Taques e Avanildes Cacilda de Souza Gomes, minhas conhecidas e aqui residentes comigo. ARNALDO RONDON. TABELIAO que a fiz escrever dou fé e assino. O Tabelião do 5º Oficio. (aa) Arnaldo Rondon: Cuiabá, 21 de março de 1972. (aa) GA-BRIEL JULIO DE MATTOS MULLER: (aa) GA-BRIEL FRANCISCO DE MATTOS NETO. (aa) LUIZ CARLOS ARMANI. (22) pp. WASABURO TSUDA: (22) pp. WASABURO TSUDA. (23) pp. WASABURO TSU-DA. (aa) WASABURO TSUDA. (aa) GABRIEL DR. MATTOS MULLER (aa) DIOGO DOUGLAS CAR-

MONA. (4a) LENINE DE CAMPOS POVOAS. (4a) SANOSHI KUROYANAGI, (4a) NEUZA ELIS E BRITO TAQUES. (4a) AVANILDES CACILDA DE SOUZA GOMES. NADA MAIS. TRASLADADA EM SEGUIDA (DOU FÉ. Eu, Leonice Silva, Tabelião do 5.º Oficio, que a fiz datilografar, conferi, achei conforme do que don fé e assino em público e taso.

Em test^o.... da verdade. ...LEONICE SILVA

P/ Tabelião do Cartório do Quinto Ofício

ESCRITURA N.º 3.418 LIVRO N.º 20-B FLS. 189 a 192v QUARTO TRASLADO

Escritura pública de re-ratificação na forma abaixo: SAIBAM quantos esta pública escritura de reratificação virem que aos cinco dias do mês de abril do ano de 1972, nesta cidade de Cuiaba, Capital do Estado de Mato Grosso, em Cartório, perante mim Tabelião, compareceram como Outorgantes e reciprocamente outorgados: 1) A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT - C.G.C. n.º 03.474 673, sociedade de economia mista com sede nesta Capi-, à Av. Getúlio Vargas, 1 208, por autorização recebi-3 do Govêrno do Estado de Mato Grosso, através do Decreto 329 de 14-12-71 publicada no Diário Oficial do dia 17 de dezembro de 1971, e por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, conforme Ata do dia 9-2-72; 2) BRASMAT JAPAN INCORPORATION, sociedade comerciai estabelecida em Masuda Bldg - 7-12-4 Tsukji Chuo-Ku, Tokio, Japão, representada neste ato por seu Presidente - Tsunatake Anzaki nos termos da decisão do Conselho de Administração, em reunião de 05 de fevereiro de 1972; 3) Tsunataki Anzaki, japonés, casado, geólogo, domiciliado em Kagoshima, Japão, passaporte n.º ME 130510 expedido em 24-6-71; 4) Toshiro Arita, japonês, casado, industrial domiciliado em Kanagawa. Japão, passaporte n.º PME 124373, expedido em 29-9-71, estando os três últimos no ato representados pelo seu bastante procurador o sr. Wasaburo Tsuda, jap. casado, residente e domiciliado nesta cidade à Rua do Carmo, 59. Portador da Carteira Modelo 19 n.º 9.572 expedida em 21.9.60. C.I.C. 030 712 351, conforme procuração lala às fls. 133 do livro n.º 55 desta Notas; 5.º) Wasabero Tsuda, já acima qualificado: 6) Gabriel Júlio de attos Muller, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta Capital à Praça D. Antonio Correa, 163, Carteira de Identidade RG. 48981. pedida em 10-03-48-, pelo Serviço de Identificação do Ministério da Guerra, C.I.C. 001.950.061; 7) Diogo Douglas Carmona, brasileiro, casado, bancário residente e domiciliado nesta Capital à Rua Ricardo Franco n.º 429, C.I.C. 021.705.401, Carteira de Identidade n.º 29414153, expedida pelo Ministério da Guerra: 8) Lenine de Campos Póvoas, brasileiro, casado, professor universitário. residente e domiciliado nesta Capital à Avenida Getulio Vargas n.º 811, C.I C. n.º 001 966 731. Carteira de Identldade RG. 205999, Culabá-Mt; 9) Satoshi Kuroyanagi brasileiro, casado, economista residente a Rua Senador. Vilasboas, 285, nesta Capital, C.I.C. 021 734 841, Carteira de Identidade Rg 214431, expedida pela Secretaria de Segurança Pública, em Cuiabá-MT, os presentes meus conhecidos e das duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas pelos outorgantes e reciprocamente outorgados mefoi dito que pela escritura pública lavrada as fls. 170 a 189v. do livro nº 20-B, sob nº 3.415, em 21-3-72, constituiram numa Sociedade Anônima sob a denominação

Social de Companhia - Matogrossense de Mineração -METAMAT, que acontecendo, no entanto que da referi-da escritura ficou constando erradamente e que ora se retifica os seguintes itens: No preambulo, no item "1-Onde se le "Fica entendido que o Estado de Mato Grosso mantera o contrôle acionário de sociedade redija-se "A CODEMAT mantera o contrôle acionário da Socies dade". No preâmbulo no item 11, onde se le "dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações ordinárias nomi-nativas", redija-se" dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações ordinárias, nominativas endossáveis", no pre-âmbulo, na alinea "a" do item 11 onde se lê "O Governo do Estado de Mato Grosso através da CODEMA?" re-dija-se "A CODEMAT, subscreve...", no preambulo, alinea "b" do item Il Onde se le "Sr. Tsunatake Anzaki, neste ato, subscreve a diferença", redija-se: "Sr. Tspnatake Anzaki, neste ato, subscreve em nome da BRAS-MAT, a diferença" "No Estatuto Social - Art. 5.º Onde, se le" dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações nominativas endossáveis", redija-se "dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações ordinárias nominativas endossáveis, § 1º "Onde se lê" O Estado de Mato Grosso" rediines "A CODEMAT" No Estatuto Social artigo 12 dija-se "A CODEMAT". No Estatuto Social, artigo 12. § 8 onde se le "os demais Diretores em exercício, em sessão conjunta com o conselho fiscal escolherão um Di-retor, redija-se "Os demais Diretores em exercicio, escolherão um Diretor". No Estatuto Social artigo 14, item IV onde se lê "escolher juntamente com o Conselho Fiscal, Substitutos" redija-se "escolher Substitutos". No-Estatuto Social artigo 14 item VI, onde se le l'aprovar o orçamento anual" redija-se "Apreciar e encaminhar a assembléia Geral, e proposta orçamentária, anual" No Estatuto Social artigo 19 item IV onde se le "Apresentar anualmente ao Diretor Superintendente", redija-se 'Apresentar anualmente ao Diretor Presidente". No. Estatuto Social artigo 20, item III- Onde se le "os docu-... mentos que envolvam responsabilidade financeira da companhia" redija-se "os documentos que envolvam mo-vimentação financeira da companhia" No Estatuto Social, art. 21 item I onde se le" os setores administrativos o de contrôle da Companhia redija-se "os setores administrativos da Companhia". No Estatuto Social artigo 21 item II onde se le documentos que envolvam responsabilidade financeira da Companhia redija-se "documentos que envolvam movimentação financeira da Companhia". No Estatuto Social artigo 21 item VII onde se le "funções gratificadas ouvido o Diretor Presidente" redija-se "funções gratificadas". No Estatuto Social artigo 41 alínea "b" onde se le "até o máximo de 15% ao ano sobre o Capital, redija-se" no minimo de 6% ao ano sôbre o valor nominal das ações"; No Estatuto Social artigo 41, alínea "d" onde se le "numa quota de até 7% (sete por cento), no mínimo, redija-se "numa quota de até 7% (sete pi cento) a ser distribuída à Diretoria" que assim retificando a aludida escritura naquela partes, como de fato presente ore a retificam, ratificavani-na; nas demais partes, para que com retificação ora feita lique produzindo todos seus devidos e legais efeitos. Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados é ante as testemunhas, me foi dito que aceitavam a presente escritura em seus expressos têrmos. Assim convencionados, me pediram-lhes lavrasse a presente escritura a qual feita, foi, lida por mim Tabelião as partes, que concordaram, outorgaram e assinam com as testemunhas Neuza Elis de Brito Taques e Avanildes Cacilda de Souza Go-

the same of the sa

mes, minhas conhecidas e aqui residentes, comigo, Arnaldo Rondon, Tabelião do 5º eficio, que a fiz escrever, dou fé e assino. O Tabelião do Cartório do 5º Oficio. (Aa) ARNALDO RONDON. Cuiabá 5 de abril de 1972. Gabriel Júlio de Mattos Muller. Gabriel. Francisco de Mattos Neto. Luiz Carlos Armaní. pp. Wasaburo Tsuda. pp. Wasaburo Tsuda. pp. Wasaburo Tsuda. pp. Wasaburo Tsuda. Wasaburo Tsuda. Gabriel Júlio de Mattos Muller. Diogo Douglas Carmona. Lenine de Campos Póvoas. Satoshi Kuroyanagi. Neuza Elis de Brito Taques. Avanildes Cacilda de Souza Gomes. NADA MAIS TRANSLADADA EMSEGUIDA, DOU FÉ. Eu, Leonice Silva, Tabelião do 5º Oficio, que a fiz datilografar, conferi achei conforme do que dou fé a assino em público e raso Em test.ºda verdade.

LEONICE SILVA

() Tabelião do Cartório do Quinto Oficio.

JUNTA COMERCIAL
Do Estado De Mato Grosso

CERTID & O N.º 11.022

CERTIFICO, em cumprimento ao de pac lo exarado no processo protocolado sob o n.º 1.078, dirigido por COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT - que aos catorze dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e setenta e dois, por decisão da 2.ª Turma de Vogais, foi registrada sob o n.º 24.569, e seus atos constitutivos arquivados sob o n.º SA/458, uma sociedade anônima de economia mista, com a denominação social idêntica a da requerente, com séde nesta Capital, à Avenida Presidente Vargas, 1.208. Eu, (as. ilegivel) datilografei. Eu, (as. ilegivel) conferi. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Cuiabá (MT), 14 de abril de 1.972. JOAO BARBOSA CARAMURO Secretário Geral

AGROPECUARIA SÃO MARCOS S.A. C.G.C. — 03.580.867/001

Ata da Assembléia Geral Ordinária Realizada no dia 25 de março de 1972.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e dois, às 10.00 horas, na séde social da AGROPECUARIA SÃO MARCOS S/A., nesta cidade de Diamantino. Estado de Grosso, devidamente convocados por anúncios insertos no Diário Oficial do Estado de M. Grosso, nos dias 28 de fevereiro de 1972. 01 de março de 1972 e 03 de março de 1972, reuniram se em primeira convocação. os Acionistas da mesma entidade , para deliberarem sóbre os assuntos mencionados na ORDEM DO DIA. constantes da convocação adiante transcrita: - Assinado no Livro de Presença e, nêle feitas as indicações da Lei, verificou-se haver número legal; pela presença da totalidade dos acionistas que compõe o quadro social, pelo que o Sr. Dir. Pte. da Sociedade Francisco Barbosa Lima, deu por instalada a presente Assembleia na forma dos Estatutos, pedindo aos presentes que escolhessem dentre os Acionistas, o Presidente da

3.

Assembléia em curso. Por aclamação geral dos i nhores Acionistas, assumiu a presidência dos trat lhos o próprio Diretor Presidente da entidade, que co vocou a mim, Elias Gonçalves de Souza, para secrei riar os trabalhos, no que acedi, ficando dessa form constituída a mesa. — Em seguida, determinou o S Presidente, que procedesse à leitura dos anûncios convocação, o que fiz e que são do seguinte teôr: AGF PECUARIA SÃO MARCOS SIA: C.G.C.M.F. n. 03.480.867/001 - ASSEMBLEIA GERAL ORDIN RIA - 1a. Convocação - Ficam convocados os & nhores Acionistas da AGROPECUARIA SÃO MARCO S/A., para a Assembléia Geral Ordinária, a realiza se no dia 25 de março de 1.972, às 10.00 horas, na séc social da sociedade, na cidade de Diamantino, Estac de Mato Grosso, a fim de tomarem conhecimento deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) : Leitura, discussão e votação do Relatório da Diret ria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros Perdas, e Parecer do Conselho Fiscal, referente e exercício de 1971; b) — Outros assuntos de interês: da Sociedade e que não dependerem de convocação e pecial. Outrossim, acham-se à disposição dos Sri Acionistas, na séde social, os documentos a que se rei re o artigo 99 do Decreto Lei n. 2.627 de 26 de seten bro de 1940. — Diamantino—Mt., 21 de severeiro c 1972. — Francisco Barbosa Lima — Presidente. seguir o Sr. Presidente disse que em se tratando a îtem "a", fosse lido o Relatório da Diretoria, as peçt contábeis que compunham o Balanço Geral, a Di monstração da Conta de Lucros e Perdas, referente s exercício de 1971. Continuando, o Sr. Presidente 1 vou ao conhecimento da Assembléia, que por motivo alhelos a vontade da atual Diretoria e, já superado no exercício de 1971, a sociedade não elegeu os Mem bros Efetivos e Suplentes do seu Conselho Fiscal n prazo regularmentar, razão pela qual as peças conti beis acima aludidas estavam sem o respectivo pari cer desse orgão fiscal. Frisou mais, o Sr. Presidente que os documentos que os originaram, ficou a dispos ção dos Acionistas pelo prazo legal, não tendo sid verificada nenhuma irregularidade nos mesmos, soll citando assim, que a digna Assembléia aprovasse o supras citados documentos sem o competente Parece do Conselho Fiscal. Após as discussões de praxe abstendo se de votar os legalmente impedidos, foi Relatório da Diretoria, o Balanço Geral e a Demon tração da Conta Lucros e Perdas referentes ao exerc cio de 1971, aprovados sem restrições, por unanimida de de votos. Em prosseguimento o Sr. Presidente il berou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ct mo ninguém se manifestasse o Sr. Presidente deu po encerrada a presente Assembléia Geral Ordinária. sur pendendo os trabalhos pelo tempo necessário à lavra tura da respectiva Ata, que depois, de lida e achad conforme vai por todos assinada, Diamantino-Mt. 25 de março de 1972. aa) Francisco Barbosa Lima Presidente, Elias Gonçalves de Sousa — Secretáric Otogamizio Batista Gomes, Juvenal Domingos Mai tins Lopes, Augusto Apatecido Arroyo Marchi, Robet to Aparecido Arroyo Marchi, Durvalino Comar. Alber to Carles Pesciotte e Felicio Marão, ...

FRANCISCO BARB. SA LIMA - Presidente

Pulicacies Diversas

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO (METAMAT)

ESCRITURA N.º 3.415-LIVRO N.º 20-B -- FLS. 170 a 189 v. QUARTO TRASLADO:

> Escritura pública de CONSTITUIÇÃO DE SO-CIEDADE ANONIMA, na forma abaixo:

SAIBAM quantos a presente escritura virem que, aos 21 dias do mes de Março de ano de 1.972, nesta cidade de Cuiaba, Capital do Estado de Mato Grosso, em Cartorio, perante mim. l'abelião, compareceram como outorgantes e reciprocamente outorgados: 1) O GO-VERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, repretado neste ato pela COMPANHIA DE DESEN-LVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO CODEMAT - CGC. 03.474.053, sociedade de economia mista com sede nesta Capital. à Avenida Getúlio Vargas, 1.208, por competência recebida pelo Decreto u.º 329, de 14/12/71, publicado no Diário Oficial do dia 17 vle dezembro de 1971, e por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, conforme Ata do dia 9/2/72, que será transcrita e fará parte integrante desta escritura; 2) BRASM 1 JAPAN INCORPORATION, sociedade co-mercial est-belecida em MASUDA BLDG, 7-12-4 TSU-KIJI CHUO-KU, TOKIO, JAPAO, representada nês-te ato por seu Presidente TSUNATAKE ANZAKI, te ato por seu Presidente nos termos da decisão do Conselho de Administração. em reunião de 05 de fevereiro de 1972, cuja ata sera, transcrita e fará parte integrante desta escritura: TSU-NATAKE ANZÁKI, japonês, casado, geólogo, domiciliado em KAGOSHIMA, Japão, passaporte n.º ME 130510 expedido em 24/6/71; 4)- TOSHIRO ARITA, japonês, casado, industrial, domiciliado em KANAGA-WA, Japão, passaporte n.º PME 124373, expedido em 1/71; 5)- WASABURO TSUDA, japonês, casado, erciante, domiciliado em Cuiabá (MT), à Rua do ino, 59 Carteira Modêlo 19, n.º 9572, expedida em 21/09/60 C.I.C. 030712351; 6)- GABRIEL JULIO DE MATOS MULLER, brasileiro, casado, engenheiro agronomo, residente e domiciliado nesta Capital, à Praça D. Antonio Correa, 163, Carteira de Identidade RG 8981, expedida em 10/03/48, pelo Serviço de Identifiação do Ministério da Guerra, CIC. 001 950 061; 7)-DIOGO DOUGLAS CARMONA, brasileiro, casado, Jancário, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Ricardo Franco, n.º 429 - CIC 021705401 - Carteira de Identidade n. 26.414153, expedida pelo Ministério da Juerra; 8)- LENINE DE CAMPOS POVOAS, brasiziro, casado, Professor Universitário, residente e domiiliado nesta Capital à Avenida Getúlio Vargas, n.º 811. IIC. 001 966 731 - Carteira de Identidade RG. 205 999 Juiabá-MT. 9)- SATOSIII KUROYANAGI, brasileiro. asado, economista, residente e domiciliado à Rua Se-ador Vilasboas, 285, nesta Capital. CIC - 021 734 011 arteira de Identidade RG. 214431, expedida em 18/02/ 1, pela Secretaria de Segurança Pública, em Cuiabá-MT, s comparecentes meus conhecidos, bem como das duas stemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, don

en de la companya de

fe. Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados referidos, falando cada um por sua vez, me foi dito: I - Que têm entre si justo e contratado constituir uma sociedade anônima, como de fato pela presente escritura e na melhor forma de direito constituem sob a denominação social de COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MI-NERAÇÃO - METAMAT - com séde e foro nesta Capital do Estado de Maio Grosso, à Avenida Getulio Vargas, 1.208, tendo por objeto o incremento do desenvolvimento do setor de mineração no Estado de Mato Grosso, atuando no campo da pesquisa lavra; compra, venda, importação, exportação, industrialização e transporte de minerais metálicos e não metálicos, enquadrados nas diversas classes constantes do Código de Mineração, nos termos do Decreto 62934 de 2 de julho de 1.968; expiorar e administrar jazidas proprias ou de terceiros, situadas em qualquer parte territorial, digo, do Território Nacional; associar-se, a grupos macionais ou estrangeiros para a realização de seus objetivos; celebrar contratos e convenios. Fica entendido que o Estado de Mato Grosso manterá o controle acionário da socie-c dade, participando com o minimo de 51% (cinquenta cum por cento) do capital social e assegurando nos aumentos de capital, uma subscrição minima de 51% (cinquenta e um por cento). II - Que o capital inicial da sociedade, inteiramente subscrito, è de Cr\$ 1.300.000,00 (Hum milhão e trezentos mil cruzeiros), dividido em 130.000 (Cento e trinta mil) ações ortlinárias, nominativas, no valor de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada assimi distribuidas pelos Outorgantes 'e reciprocamente outor-, gados, já qualificados: a) O Governo do Estado de Mato Grosso, através da CODEMAT, subscreve 67.500 (sessenta e sete mil e quinhentas) ações, no valor de Cr\$ 675,000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros); b) BRASMAT JAPAN INCORPORATION, subscreve 62.360 (sessenta e dois mil, trezentas e sessenta) ações. no valor total de Cr\$ 623.600 (seiscentos e vinte e três mil, e seiscentos cruzeiros), esclarecendo o seguinte: por força da decisão do Conselho de Administração da BRAS-MAT, conforme a ata aludida no item 2, a BRASMAT autorizou a subscrição de 20.000.000 (vinte milhões) de ienes, equivalentes em moeda corrente nacional aproximadamente à Cr\$ 360,000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros). Em sace da quota da BRASMAT - ser de Cr\$ 623.600,00 (seiscentos e vinte e três mil e seiscentos cruzeiros), seu presidente, Sr. TSUNATAKE, ANZAKI, neste ato, subscreve a diferença necessária à complementação de sua quota, ad referendum do Conselho de Administração, cujo extrato de Ata será em data oportuna averbado à margem da presente escritura, c) TSUNA-TAKE ANZAKI, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) :-d) TOSHIRO ARITA, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); e) WASABURO TSUDA. subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); f) GABRIEL JULIO DE MAT-TOS MULLER, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); g) DIOGO DOU-GLAS CARMONA, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200.00 (duzentos cruzeiros); hy LENINE DE CAMPOS POVOAS, subscreve 20 (vinte) ações no valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); i) SA-TOSHI KUROYANAGI, subscreve 20 (vinte) ações no , valor total de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros); III - Que 10% (dez por cento) do capital subscrito, em espécie ou seja Cr8 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros), san realizados neste ato e os restantes 20% (noventa por cento) serão realizados em chamadas não inferiores a

30 (trinta) dias IV). Que a sociedade anônima ora cons-tituida reger-se a pelas Leis e regulamentos vigentes, ou a vigorar, que lhes forem pertinentes, e em especial pelo estatuto social a seguir transcrito, ora aprovado e adorado pelos outorgantes e reciprocamente outorgados: ESTATUTO SOCIAL - CAPITULO I - DA SOCIEDADE E SEUS FINS - Artigo 1.º - A Companhia Matogrossense de Mineração METAMAT - constituída na forma da Lei 3.130, de 3 de dezembro de 1971 e Decereto n.º 329, de 14 de dezembro de 1971, é uma sociedade de economia mista, regida pelas normas baixadas por este Estatuto e pelas disposições da Lei das Sociedades Anonimas. Artigo 2.9 A Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, tem como objetivo principal o incremento do desenvolvimento do setor de mineração no Estado, podendo para tanto: I - Atuar no Campo de pesquisa, lavra, compra, venda, importação, exportação, industrialização e transporte de minerais metálicos e não metálicos enquadrados nas diversas classes constantes do Codigo de Mineração (Cap. II "Da conceituação e da classificação de jazidas e das minas" -Decreto 62934 de 2 de julho de 1968), podendo explorar e administrar jazidas proprias ou de terceiros, situadas em qualquer parte do Território Nacional. Il - Associarse a grupos nacionais, e estrangeiros para a realização dos objetivos do inciso I celebrando contratos acionário, digo, e convenios, devendo obrigatoriamente, manter o contrôle acionario e participar com o percentual mínimo de 51% (ciriquenta e um por cento), do capital social. CAPITULO II - DO PRAZO E DA SEDE - \rigo 3.0. - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado: Artigo 4.º - A Companhia terá sede e foro em Cuiaba, Capital do Estado de Mato Grosso, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 1.208. CAPITULO III - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES - Artigo 5.º - O capital social é de Cr\$ 1.300.000,00 (HUM MI-LHAO E TREZENTOS MIL CRUZEIROS), dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações nominativas, endossáveis de Cr\$ 10.00 (dez cruzeiros) cada uma § 1.º -O Governo do Estado de Mato Grosso, representado pe-la Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, nos termos do Decreto ... 329, de 17 de dezembro de 1971, e, de acordo com decisão da Assembleia Géral, cuja Ata faz parte dos atos constitutivos, participa com capital inicial de Cr\$ 675.000,00 (seisentos e setenta e cinco mil cruzeiros), assegurando em todos os aumentos de capital social uma subscrição minima de 51% (cinquenta e um por cento) de ações com direito a voto. § 2.º A Companhia, de acôrdo com a de-liberação da Assembleia Geral, poderá aumentar o seu capital, mediante subscrição de novas ações ou bonificações aos acionistas pela distribuição eventual de reservas acumuladas incorporação de bens, disponibilidades e pela reavaliação do ativo decorrente a atualização ou correção monetária, nos termos da Lei n.º 4357/64. Arcorreção monetaria, nos termos da Lei n.º 4357/64. Artigo 6.º O valor das ações será integralizado após a aprovação do presente estatuto, sendo 10% (dez por cento) neste ato e o restante em chamados não inferiores a 30 (trinta) dias. Artigo 7.º A ação é individual em relação à sociedade. Artigo 8.º - As ações ou seus títulos representativos serão asocieda am mandados não inferiores a lação à sociedade. Artigo 8.º - As ações ou seus títulos representativos serão escritos em vernáculo e conterão: a) denominação da Companhia sua sede e prazo de duração. b) a cifra representativa do capital social e o número de ações em que se divide: c) o número de ordem da ação, o seu valor nominal e a categoria. d) as assimaturas do Diretor Presidente e do Diretor Comercial ou Administrativo, Artigo 9.º - Por se tratar de ações endossáveis (Lei 4728/65, arts. 32 e 33 conterão a sida endos de conterão a sida en conterão a sida endos de conterão a sida endos Signal Margaret States

and the second

a) declaração desua transferibilidade, mediante, endosso; b) o nome e qualificação do proprietário da ação inscrito no Livro de Registro de Ações Endossaveis; c) se a af ção não estiver integralizada, o débito do acionista e a época e lugar de seu pagamento e as condições de integralização fixadas pela Assembléia Geral. CAPÍTULO IV - DOS ACIONISTAS - Artigo 10 - Serão acionistas da Companhia: a) O Estado de Mato Grosso; b) pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras : c) pessoas Jurídicas de direito público. Parágrafo único - O acionista só poderá ser representado na Assembleia mediante procuração por instrumento público e com poderes especiais, determinando se a hora e o local. da reunião, devendo o instrumento ser depositado na sede ou em outro local indicado pela Companhia, afe a véapera do dia marcado para a Assembléia CAPITULO V - DA ORGANIZAÇÃO - Artigo 11 - São órgios da METAMAT - I - De deliberação Assembléia Geral; II - De fiscalização: Conselho Fiscal: III - De administração: Diretoria; a) órgãos de assessoramento: b) órgãos executivos. § Unico - A estruturação dos orgãos de administração da METAMAT será objeto de Regimento-Interno da Companhia. CAPÍTULO VI DA DIRE-TORIA - Artigo 12 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 7 (sete) membros, eleitos em Assembléia Geral os quais exercerão os cargos de DIRETOR PRESIDENTE. DIRETOR VICE-PRE-SIDENTE, DIRETOR SUPERINTENDENTE, DI-RETOR COMERCIAL, DIRETOR TRONICO, DI RETOR FINANCEIRO & DIRETOR ADMINISTRA TIVO. § 1.º - Os cargos de Diretor poderão ser exercidos por quaisquer pessoas, acionistas on não, mas de reconhecidas capacidade e idoneidade moral comprovada, e terão seus vencimentos fixados pela Assembleia Geral. § 2.º - Facultando o Estatuto a admissão de acionistas estrangeiros (art. 10, letra b), na composição da Diretoria não poderão tomar parte mais que 3 (tres) estrangeiros, sendo privativo dos nacionais o cargo de Diretor Presidente. § 3.º - São inelegiveis para os cargos de diretor os legalmente impedidos, conforme o § 4.º do artigo 116, do Decreto Lei 2.627, de 26 de setembro de 1940. § 4.0 - Não poderão exercer conjuntamente o cargo de Diretor acionistas que forem entre si ascendentes ou descendentes, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, parentes e afins até o 2.º grau civil. § 5.0 Pára garantia de sua gestão, deverá cada Diretor, ou alguém por esta que só será levantada depois de haver o Direior deixado o cargo após aprovação das últimas contas por ... éle apresentadas. § 6.º - O mandato dos Diretores sers., de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos ou destituidos pela Assembléia Geral. § 7.º - Nas ausencias temporarias. do Diretor Presidente, o Diretor Vice-Presidente o substituirá, e nas dos demais Diretores caberá, so Diretor Presidente designar o substituto eventual, mão podendo tal designação recair em pessoas estranhas à Directoria. § 8.0 - Ocorrendo vaga definitiva na Diretoria on demais Diretores em exercício, em sessão conjunta com o Conselho Fiscal, escolherao um Diretor, o qual exercerá o cargo até que a 1.ª Assembléia Geral Ordinária que se seguir ratifique a escolha ou eleja outro que com-pletará o mandato do substituido. Artigo 13 As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. cabendo ao Diretor Presidente, além do seu, o voto de desempate. Artigo 14 - Compete à Diretoria, alein do que couber por força de lei ou outros dispositivos deste Estatuto: I - gerir os negócios sociais, cumprir e fazer

الإدامي الأسريبية

cumprir o Estatuto da Companhia, bem como as deliberações da Assembléia Geral, instalar os executivos em outras cidades do Estado ou fora dele e sempre que a necessidade do serviço assim exigir. II - elaborar e manter atualizado o Regimento Interno da Companhia; III - criar e extinguir órgãos, cargos e funções e fixar vencimentos e demais vantagens do pessoal; IV - escolher, juntamente com o Conselha Fiscal, substitutos para os Diretores, no caso de vaga definitiva na Diretoria, observando-se o disposto no § 8 do artigo 14. V - fazer a programação geral das atividades da METAMAT; VIaprovar o orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos da Companhia; VII - decidir sobre as operações que elevam a mais de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a responsabilidade de um só cliente: VIII - apreciar e decidir sobre as medidas propostas pelo Diretor Superintendente para o apersciçoamento de seus serviços e solução de seus problemas; IX - distribuir e aplicar o lucro apurado na forma estabelecida neste Estatuto. Artigo 15 - Compete ao Diretor Presidente: 1 - representar a Companhia ativa ou passivamente, em juizo ou fora dêle, e em suas relações com terceiros, podendo para tal fim, constituir procurador; II-convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e dirigir seus trabalhos; III - convocar e presidir reuniões da Diretoria, sempre que devam ser tratados assuntos de interesse da Companhia, não compreendidos nas atribuições específicas de cada Diretor; IV - assinar com o Diretor Superintendente e com o Diretor Comercial, convênios, ajustes ou acôrdos de interesse da Companhia; V - assinar os documentos que envolvam responsabilidades patrimonial da emprêsa, em conjunto com os demais Diretores. VI' - apresentar, anualmente, à Assembléia Geral, o relatório das atividades da Companhia; VII - designar Diretores para substituir, temporàriamente, os respectivos titutalres, digo, titulares. Artigo 16 - Compete ao Diretor Presidente, digo, Vice-Presidente a substituição do Diretor Presidente em seus impedimentos eventuais e, em conjunto com o mesmo, orientar os negócios da sociedade em geral. Artigo 17 -Compete ao Diretor Superintendente: I - Assinar como Diretor Presidente e com o Diretor Comercial convênios, ajustes ou acôrdos de interêsse da Companhia; II orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da METAMAT; III - promover reuniões da Diretoria sempre que o interêsse dos serviços as justificar; IV - cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria; V - baixar instruções, normas e ordens de serviços; VI propor à Diretoria a criação de órgãos, cargos e funções, atendida a conveniência do serviço, bem como o plano de remuneração dos servidores da Companhia. Artigo 18 - Compete ao Diretor Comercial: I - Decidir sôbre a comercialização dos produtos da empresa, obedecidas as demais disposições dêste Estatuto; II - assinar, com o Diretor Presidente e com o Diretor Superintendente, documentos, nos termos do art. 17, IV, III - substituir outros Diretores da Companhia, quando para isto for designado pelo Diretor Presidente; ARTIGO 19 - Compete ao Diretor Técnico: I - digiri, digo, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar, todos os setores técnicos da Companhia: II - solicitar ao Diretor Superintendente as providências que não sejam de sua alçada e necessárias ao bom andamento dos trabalhos; III - substituir outros Diretores da Companhia quando para isto for designado pelo Diretor Presidente: IV - apresentar, anualmente, ao Diretor Superintendente relatório de suas atividades; V - executar todas as demais atribuições que .

lhe foram cometidos pelo Diretor Presidente. Artigo 20 - Compete ao Diretor Financeiro: I - decidir sobre operações econômico-Financeiras nos limites de sua competência; II - elaborar, anualmente, a proposta orçamentária e o relatória geral das atividades da Companhia; III - assinar juntamente com o Diretor Administrativo, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras, da Companhia; IV - aprésentar anualmente, relatório de suas atividades. Artigo 21. - Compete ao Diretor Administrativo: I - Dirigir, coordenar e supervisionar os setores administrativos e de contrôle da Com-panhia; II - Assinar juntamente com o Diretor Financeiro, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras, da Companhia e autenticar os papeis que exigirem essa formalidade; III - Colaborar na elaboração do orçamento da Companhia IV - Substituir outros Diretores da Companhia, quando para isso for designado pelo Diretor Presidente; V - apresentar, anualmente, ao Diretor Presidente, relatório, de suas atividades: VI - Baixar instruções e normas disciplinares; VII - Admitir e dispensar empregados, bem como designar e dispensar ocupantes de funções gratificadas, ouvido o Diretor Presidente; VIII - Dar posse aus servidores da Companhia, conceder sérias, vantagens e indenizações aos mesmos. CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 22 - A Assembléia Geral é a reunião dos acionistas, convocada e instalada na forma da Lei e deste Estatuto: § Único - A Assembléia Geral será ordinária ou extraordinária. Artigo 23 - A Assembléia Geral tem poderes para resolver todos os negócios da Companhia e para tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e ao desenvolvimento de seus trabalhos e operações. Artigo 24 - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á até a primeira quinzena do mês de março de cada ano, em local, dia e hora previamente fixados pela Diretoria, e terá por fim: a) a apreciação do relatório e a exame das contas e balanço da Diretoria, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, debetando, digo, deliberando sobre os mesmos; b) a eleição anual dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria, quando for o caso; c) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Artigo 25 - Um mês pelo menos antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral Ordinária, a Diretoria fará comunicados por avisos publicados na forma da Lei, que se acham à disposição dos acionistas: a) o Relatório da Diretoria, sôbre a marcha dos negócios sociais, no exercicio findo e os principais satos administrativos; b) Cópia do Balanço e cópia da Conta de Lucros e Perdas; c) Parecer do Conselho Fiscal. § Único - Até 5 (cinco) días antes. no máximo do dia marcado para a realização da Assembléia Geral, serão publicados no órgão oficial do Estado ou em outro órgão de grande circulação, o Relatório da Diretoria, Balanço e a conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal. Artigo 26 - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á em qualquer tempo, para qualquer fins que não os apontados no artigo 27, e poderá ser convocada: a) pelo Diretor Presidente, sempre que julgar conveniente; b) pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos em lei. Artigo 27 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á pela empresamediante convites ou avisos publicados 3 (tres) vezes no mínimo, no órgão oficial do Estado e em outro jornal de grande circulação. Os convites, ainda que sumar a-mente, mencionarão a Ordem do Dia da Assembleia, o local, dia e hora da reunião. Artigo 28 - Entre o dia da primeira publicação do aviso de convocação e o da reali-

zação da Assembléia Geral mediará o prazo de 8 (110) dias, no mínimo, para a primeira convocação e o de 5 (cinco dias, para as convocações posteriores. Artigo 29 -Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembléia Geral instala-se em primeira convocação com a presença de acionistas, com direito a voto, que representarem no mínimo, um quarto do capital social. Artigo 30 - Pessoas presentes a Assembléia Geral deverão provar sua qualidade de acionista. § único - Os acionistas poderão ser representados, na Assembléia Geral, por procuradores devidamente habilitados. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus suplentes, não poderão ser procuradores ou representantes dos acionistas na Assembléia Geral. Artigo 31 - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Companhia e secratariadas pelos acionistas que foram convocados para tal fim. Artigo 32 - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas na lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. § Único - As deliberações da Assembléia Geral referentes à distribuição de lucros e reforma de estatutos serão tomadas por dois terços de votos dos acionistas presentes. Artigo 33 - A Ata dos Tra-'hos e Resoluções da Assembléia Geral serão lavrados no livro competente, assinados pelos membros da mesa clos acionistas que a ela tenham comparecido. § Unico - Para validade da Ata é suficiente a assinatura de tantos dêles quantos constituirem por seus votos a maioria necessária às deliberações tomadas pela Assembléia da Ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. Artigo 34 - A Assembléia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto ou aumento de Capital sòmente se instalará em primeira ou segunda convocação, com a presença dos acionistas que representam dois terços no mínimo, do capital com direito de voto, instalando-se, todavia, em terceira, com qualquer número. CAPITULO IX - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 35 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de três membros e três suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, acionistas ou não, residentes no País, sendo permitida a reeleição. A remuneração que aos mesmos couber será fixada pela mesma Assembléia que os eleger. Artigo 36 -Compete ao Conselho Fiscal desempenhar todas as imâncias que lhe são conferidas pela legislação espe-s. Artigo 37 - Participará do Conselho Fiscal, pelo menos um Contador, de conformidade com o Decreto Lei n.º 9.295, de 27/4/46, e a Resolução n.º 70 de 18/9/ 58, do Conselho Fiscal, digo, Federal de Contabilidade. § Unico - Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal os empregados da Companhia, os parentes dos Direto-es até 3.º grau civil e os que se acharem impedidos nas condições previstas no § 4.º, do art. 116, da Lei 2.627 de 26/9/40. CAPITULO X - DO BALANÇO E DOS ...I-VROS - Artigo 38 - O balanço geral será levantado no im de cada exercício social, aos 31 días do mês de Deembro, procedendo-se a verificação dos lucros e prejuios. Esses balanços serão assinados pela Diretoria. Arigo 39 - A demonstração da conta de Lucros e Perdas ue acompanharás o balanço geral, deverá obedecer às isposições legais constantes do art. 136, do Decreto Lei 627. de 26/9/40. Artigo 40 - Além dos livros obrigatóios e auxiliares, terá a Companhia mais os seguintes:
) Registro de Ações Nominativas; 2) Registro de ransferência de Ações Nominativas; 3) Atas das Asembléias Gerais; 4) Atas das Reuniões da Diretoria;) Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e 6) Livro de

Ações Endossáveis. CAPÍTULO XI - DOS LUCROS -Artigo 41 - Dos Lucros liquidos apurados anualmente serão deduzidos: a) uma quota de 5% (cinco por cento) para constituição do FUNDO DE RESERVA LEGAL: a fim de assegurar a integridade do capital; b) uma quota para distribuição de dividendos, até o máximo de 15% (quinze por cento) ao ano, sôbre o capital, cuja forma de 🧍 pagamento, em moeda corrente, a Assembléia Geral estabelecerá; c) uma quota de participação do empregado, a critério da Diretoria, por merecimento ou eficiencia, até o limite de 10% (dez por cento); d) uma quota de até 7% (sete por cento) a ser distribuída à Diretoria, desde que seja distribuído aos acionistas um dividendo à razão de 6% (seis por cento) a.a., no mínimo. Artigo 42 - Após feitas as deduções do artigo anterior, o restante do lucro líquido será levado a crédito da conta LUCROS EM SUSPENSO, que ficará à disposição da Assembléia Geral. CAPITULO XII - DA LIQUIDA-ÇÃO - Artigo 43 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. § Unico - A Assembléia Geral Extraordinária, convocada para o fim especial de liquidação, estabelecerá o modo pelo qual deverá ser feita a liquidação, nomeará os liquidantes e o Conselho Fiscal, estabelecendo sua remuneração e determinando o prazo do mandato dos liquidantes e seus fiadores. CA-PIŢULO XIII - DISPOŚIÇÕES GERAIS - Artigo 44 -Anualmente será enviado ao Governador do Estado, re-latório da Administração da Companhia. Artigo 45 - Os Casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, convocada na forma dêstes Estatutos. Artigo 46 - O mandato dos primeiros Diretores eleitos e nomeados nos termos do presente Estatuto, expirará na data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1975. V) que, sempre, de comum acôrdo, êles outorgantes e reciprocamente outorgados, haviam deliberado escolher os membros que deverão compor a Diretoria da Sociedade no primeiro período de mandato estatutário e que são: GABRIEL JULIO DE MATTOS MULLER, Diretor Presidente; TOSHIRO ARITA, Diretor Vice-Presidente; LENINE DE CAMPOS PÓVOAS, Diretor Superintedente; WA-SABURO TSUDA, Diretor Comercial: TSUNATAKE ANZAKI, Diretor Técnico; SATOSHI KUROYANA-GI, Diretor Financeiro; DIOGO DOUGLAS CARMO-NA, Diretor Administrativo, todos já anteriormente qualificados; VI - que, para integrarem o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o primeiro periodo social, foram escolhidos e nomeados os seguintes efetivos: Gabriel Francisco de Matos Neto, brasileiro, casado, Engenheiro agrônomo e advogado, residente e domiciliado nesta Capital, à Travessa Dom Bosco n.º 891, Carteira de Identidade RG 203.930, C.I.C. 001 920 071; Luiz Carlos Armani, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital à Rua São Benedito n.º 190, Carteira de Identidade RG 209.681, C.I.C. 001 728 631; Tokio Katsu, japonês, casado, comerciante, residente nesta Capital à Rua Antônio Maria 58, Carteira de Identidade de Estrangeiro RG nº 250092, expedida em Cuiabá em 05/02/70, C.I.C. 027 902 891; Suplentes: Osvaldo de Oliveira Fortes, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Mato Grosso, 282, Carteira de Identidade n.º RG 204.715, C.I.C. 001 728 801; Wagner Bertoli, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital à Travessa João Bento 381, Carteira de Identidade RG 3.166.919, C.I.C 001731771; Shunsake Araoka, japones, casado, comerciante, residente nesta Capital, Carteira de Identidade para Estrangeiro RG 250.571, expedida pelo SRG-MT em Cuiabá a 23/06,

70, C.I.C. 034587171, os quais no exercício de seu cargo, farão juz a uma remuneração fixada em um salário minimo por reunião a que comparecerem. VII) Que a remuneração básica da Diretoria será de 3 (três) salários mínimos regionais, e quando em função será acrescida de mais 20 (vinte) salários mínimos regionais. VIII) hue, compridas todas as formalidades legais; os outorgantes e reciprocamente outorgados, declaram refinitivamente constituida a Sociedade e conserem à Diretoria escolhida, plenos poderes para tomar junto às autoridades competentes, as providências necessárias no sentido de sua completa legalização. Transcreve-se, a seguir os documentos que fazem parte integrante desta escritura Decreto n.º 329, de 14 de dezembro de 1.971 - Autoriza a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A (CODEMAT) a promover a constituição da Companhia Matogrossense de Mineração (META-MAT) e dá outras providências. O Governador do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidos pelo art. 42 item III. da Constiutição, digo, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, e autorização pelo art. 1.º da Lei n.º 3.130 de 3 de Dezembro de 1971. Decreta -TIGO 1.º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Estado de Mato Grosso S/A (CODEMAT) autorila a promover todos os atos que se fizerem necessários à constituição e implantação da Companhia Matogrossense de Mineração (METAMAT). Artigo 2.º - Ca-

berà a Companhia de Desenvolvimento do Estado de

Mato Grosso S/A a subscrição e integralização do capital social por parte do Governo do Estado e corres-

pondente a subscrição de 51% das ações da Metamat nos

termos do artigo 2.º da Lei n.º 3.130 de 3 de Dezembro

de 1971. § Unico - Para os fins do disposto neste artigo

fica a Codemat autorizada a movimentar os recursos de crédito especial aberto de conformidade com o artigo 3.º da Lei supra citada. Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Palácio Alencastro em Cuiabá. 14 de Dezembro de 1971. 150.º da Independência e 83.º da República. (as) José M. F. Fragelli - Osvaldo de Oliveira Fortes - Paulo Coelho Machado. Da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso : CODEMAT, lizada em 09 de Fevereiro de 1972". Finalmente pasndo ao item e do Edital, Outros assuntos de interesse Sociedade, o Sr. Presidente tendo em vista o que determina a Lei 3.130 de 03/12/71 e Decreto n.º 329 de 14/12/71, propõe à presente Assembléia que a CODE-MAT promova a Constituição de Metamat - Companhia Matogrossense de Mineração, com participação majoritária, na nova Sociedade, conforme dispositivos citados acima, o qual os senhores Acionistas deliberaram pela aprovação da referida proposta, mecanicamente, digo, unanimemente. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente colocou livre a palavra a quem dela quizesse fazer uso. Como ninguém se pronunciara, agradeceu a presença dos senhores acionistas suspendendo a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Tradução n.º J-20.503. - Certifico e dou fé para os fins de direito, que nesta data foi-me presente um documento escrito no idioma japones, o qual era do teor se afinte: Tradução: "FIRMA BRASMAT JAPAN INCORPO-RATION - Matriz: Cidade de Tókio Chuo KU, Tsukichi, 7 Chome n.º 12-4 - Modo de Efetuar Publicações: Por isernção, digo, inserção no Diário Oficial. Valor par de cada Âção: 500 yens - Número Total de Ações de Emissão Autorizada: 160.000 ações. Número Total de

Ações Emitidas: 40.000 ações - Valor do Capital: 20.000.000 Yens - Data do Registro da Fundação: 3 de Fevereiro de 1972. Objetivos Sociais: 1 - Exploração dos recursos naturais e implantação de indústrias locais no Brasil; 2 - Exportação e importçaôa, digo, importação de máquinas de mineração, produtos agrículas e minerais, bem como de mercadorias em geral; 3 - Todos as serviços relacionados com os itens anteriores, e participação ou investimento em emprecudimentos correlatos. RETORES: Tsunatake Anzaki, Genkichi Hashimoto, Toshiro Arita, Hisayo Kuraishi, Tkashi Kyoda. Nome e endereço do DIRETOR REPRESENTANTI: TSU-NATAKE ANZAKI, residente na Provincia de Chiba, Cidade de Ichikawa, Mama 3-chome, 8-10 - CONSE-LHEIROS FISCAIS: Yuji Sugiyma, Hirekazu Uraguchi. OUTRAS DISPOSIÇÕES: RESTRIÇÕES A CES-SAO DE AÇÕES: para a cessão de ações desta empresa, é necessária a autorização da Diretoria. A presente ... Certidão confere com o Livro de Registro original. Em 5 de Fevereiro de 1972. DIRETORIA DA JUSTIÇA DE TOKIO - Agência de Nihonbashi. O Oficial de registro. - Mitsuo Umehara (Selo Oficial). AUTENTI-CAÇÃO DO SELO (Selo): "Brasmat Japan Incorporation" Cidade de Tokyo, Chuo-Ku. - Tsukichi, 7-chome 12-4 BRASMAT JAPAN INCORPORATION. O Diretor representante - Tsunatake Anzaki, nascido em 15 de Abril de 1916. Certifico a Exatidão dos dados acima. Em 5 de fevereiro de 1972. DIRETORIA DA JUSTI-CA DE TOKIO - Agência de Nichonbashi. O Oficial de Registro, - Mitsuo Umezaki (Sêlo Oficial) "CERTI-FICADO: Certificamos que as anexas Certidão de Registro e Autenticação de selo são documentos autenticos expedidos pela Agência de Nihonbashi da Diretoria da Justiça de Tokyo em 5 de Fevereiro de 1972. Em 8 de severeiro de 1972. Cidade de Tokyo, Chuo-Ku, Tsukichi, 7-chome, 12-4 BRASMAT JAPAN INCORPORA-TIONS. O Diretor Representante. - Tsunatake Anzaki (Selo da firma)". "REGISTRO N.º 54/1972. Certifico que Tsunatake Anzaki, Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation, e signatário do documento anexo, reconheceu perante mim, TABELIAO, ser autentico o seu selo nominal constante do referido documento. Dou fé. Aos 8 de Fevereiro de 1972, neste Cartório de Tabelião Público sito na Cidade de Tokyo, Chuo-KU, Nihonbashi Kabuto-Cho, 1 chome, n.º 8 O Tabelião Público junto à Diretoria da Justiça de Tokyo, Shigemasa Kato (Selo Oficial e Assinatura do Tabelião) "NOTA Lia-se, a seguir, em Português: "Reconheço como verdadeira a firma supra do Sr. SHIGEMASA KATO, Tabelião Público junto à Diretoria da Justiça de Tokyo. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e siz selar com o selo deste consulado Geral. Para que este documento produza efeitos no Brasil, deve a minha assinatura ser, por seu turno, legalizada na Se-cretaria de Estado de Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscais da República. Pagou Cr\$ 6,00 ouro, ou yens 2.250,00 Tab. 54 na 1.ª via locoama com 9 de severeiro de 1972 (as.) Carlos Eugênio Catta-Preta, - Consul Geral. Havia sélos consulares no valor de Cr\$ 6,00 ouro)". "Reconheço verdadeira a assinatura de Carlos. Eugênio Catta-Preta, Cônsul do Brasil em Iocoama: Ne-legacia Fiscal de São Paulo, aos 29 de fevereiro de 10. 2. (as.) Severino Quintino de Andrade, Chese da S. (Carimbo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional São Paulo)". A firma Quintino, digo, Severino Quin de Andrade, estava devidamente reconhecida pelo Cartório de Notas - Dr. Sérgio Salles, na Capital de

Paulo, aos 1.º de março de 1972. EM FÉ DO QUE, FIR-MO A PRESENTE TRADUÇÃO. São Paulo 07 de março de 1972. (aa) Tuyoci Ohara - EM CARIMBO: Tuyoci Ohara Insc. Def. Mun. n.º 75.479-X Tradutor Público TEL - 32-6807-32-0770 - São Paulo, Praça João Mendes, 182 - 8° s/82 - TRADUÇÃO nº J-20.508 - Certifico e dou fe, para fins de direito que nesta data foi-me presente um documento, escrito no idioma japonês o qual era do teôr seguinte: TRADUÇÃO "Estatutos Sociais da Brasmat Japan Incorporation - Cidade de Tokyo, Chuo-ku, Tsukichi 7 - chome, 12-4 (Masuda Bldg) Telefone: (543) - 3.778 - BRASMAT JAPAN INCORPORATION. ESTATUTOS SOCIAIS CAPI-TULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - (Denominação Social). Art. 1.º - Esta companhia constituída com a denominação de BRASMAT JAPAN INCORPORATION. (Objetivos Sociais) Art. 2.º - Esta companhia tem por objetivos: 1.º) explorar os recursos naturais, e implantar industrias locais no Brasil; 2.0) Exportação e importação de maquinários, produtos agricolas, mine-tais pesquisas, bem como de mercadorias em geral: 3.º) Realizar rodos os serviços relacionados com os itens anteriores, participar ou investir empreendimentos correlatos. (Sede) Art. 3.º - esta companhia estabelece sua Matriz em Chuo-Ku Cidade de Tokyo (Modo de Efetuar Publicações) Art. 4.º - As publicações serão feitas, digo, desta companhia serão feitas mediante inserção no Diário Oficial. CAPÍTULO II - AÇÕES - Número de ações de Emissão Autorizadas - Art. 5.º - o número Total de ações de emissão autorizada desta companhia é de 160.000 ações todas no valor par. (Valor par de cada ação). Art. 6.º - O valor par de cada ação desta companhia é de 500 yens. (Títulos de Ações) Art. 7.º - Os titulos de ações desta companhia serão todas nominativas, e serão representativos de uma ação, 10 ações, 100 ações, ou 1.000 ações (Restrições à Cessão de Ações). Art. 8.º - Para cessão de ações desta companhia é necessária a autorização da Diretoria". (TRANSFERÊNCIA DE NO-ME) Art. 9.º - O acionista que desejar um formulário, digo, transferir ações desta companhia deverá preencher formulários próprios de solicitação, e entregá-los à companhia juntamente com as ações. (Reemissão de ações, de títulos de ações) Art. 10.º - O acionista que, por motivo de divisão reunião ou estrago, desejar a reemissão dos títulos de ações, deverá preencher formulários próprios de solicitação, e entregá-los à companhia, devida-mente assinado ou firmado, juntamente com as ações. § Unico - Para reemissão dos títulos de ações, em virtude de extravio, deverá o interessado, além dos formulários próprios devidamente assinados ou firmados representar também o original on uma certidão da sentença judicial de caducidade dos referidos títulos (EMO-LUMENTOS) Art. 11.º - Ao formular os requerimentos de que trata os dois artigos anteriores o interessado deverá pagar os emolumentos fixados pela companhia, (Comunicação do Domicílio ou de Outros dados do acionista) Art.: 12.º - O acionista da companhia, ou seu representante legal, ou seu procurador, deverá comunicar a companhia o nome, endereço, e o sêlo pessoal, respectivos mediante formulários próprios, o mesmo devendo fazer na ocorrência de qualquer alteração nos itens comunicados. CAPOTILO, digo, CAPITULO III - ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS (Época de Convocação) Art. 13.º - A Assembléia Geral Ordinária de Acionistas ao encerramento do balanço de cada exercicio, digo, Art. 13.º - A Assembléia Geral C. dinária de Acionistas desta companhia será convocada dentro dos

ran ber verille bei

2 meses seguintes ao encerramento do balanço de cadexercício. A Assembléia Geral Ordinária, Extraordiná ria de Acionistas será convocada a qualquer tempo, som pre que necessário. (Presidência da Sessão). Art. 149 A Assembléia Geral de Acionistas será presidida pel Diretor Representante. Nos impedimentos do Direto Representante, será a mesma presidida por um Diretor No caso de impedimento de todos os Diretores, a As sembléia será presidida por um acionista eleito entre o acionistas presentes (Deliberação) Art. 15.º - As delibe rações da Assembléia Geral serão tomadas pela maiori. absoluta de votos de acionistas com direito de voto pre sentes, salvo disposições diversas da Lei ou dos presentes estatutos. (Exercício do Direito de Voto através de Procurador) Art. 16.º - O acionista poderá exercer ser direito de voto através de um procurador que seja tam bém acionista. CAPÍTULO IV - DIRETORES, CON SELHEIROS FISCAIS E REUNIÕES DA DIRETO RIA (Número de Diretores e de Conselheiros Fiscais Art. 17.º - Esta companhia terá de 3 a 6 Diretores, mais de um Conselheiro Fiscal. (Eleição dos Diretores Art. 18.º - Os Diretores, serão eleitos em Assembléi: Geral de Acionistas, com a presença de acionistas que representem mais de um terço de ações emitidas, sendque as deliberczões serão tomadas pela maioria absolut: dos votos representados. Na eleição dos Diretores não será permitido o voto acumulativo, salvo se houver a exigências nesse sentido por parte de acionistas que re presentam mais de um quarto das ações emitidas. (Man dato dos Diretores e dos Conselheiros Fiscais) Art. 19. - O mandato dos Diretores será de dois anos, e o do. Conselheiros Fiscais, de um ano. Entretanto, se a As sembléia Geral Ordinária de Acionistas, correspondente ao último exercício social do período de mandato terminar após a expiração do mandato, êste será prorrogado até o término de tal Assembléia. § Unico - O mandato dos Diretores ou Conselheiros Fiscais eleitos para preenchimento de vaga, ou em virtude de aumento de número de diretores, ou de conselheiros fiscais, coincidirá com o restante do mandato dos demais Diretores ou Conselheiros Fiscais. Convocação de Reunião da Diretoria) Art. 20.0 - As reuniões da Diretoria serão convocadas de acordo com o que esta estabelecer, devendo os avisos serem entregues a cada Diretor, com a antecedência mínima de 4 días salvo motivo de urgên-cia. (Diretor Representante) Art. 21.º - Haverá nesta companhia um Diretor Representante, que será o sev Diretor Presidente. § Unico - Por eleição realizada en reunião da Diretoria, serão escolhidos dentre dos diretores um Diretor Gerente e um Diretor Executivo. CA-PITULO V - CONTAS - (Exercício Social) Art. 22.º - O Exercício social desta companhia irá de 1.º de janeiro a 31 de Dezembro de cada ano. (Distribuição de Lucros). Art. 23.º - Os dividendos serão distribuídos aos acionistas ou aos credores pignoraticios por último registrados no Livro de Registro de Acionistas, em cada exercicio. CAPITULO VI - DISPOSIÇÕES ADICIONAIS (Número Total de Ações a Şerem Emitidas por Ocasião da Constituição da companhia) Art. 24.9 - É de 40.000 ações o número total de ações a serem emitidas por ocasião da constituição da companhia. (Primeiro Exercício Social) Art. 25.º - O primeiro exercício social da companhia irá da data da constituição da companhia até o dia 31 de dezembro de 1972. (Mandato da Primeira Diretoria) Art. 26.º - O mandato da primeira Diretoria e do primeiro Conselho Fiscal desta companhia terminara no dia do encerramento da primeira Assembleia Geral Or-

THE WHITE STREET

dinária de Acionistas que se realizar após a posse nos cargos. (Fundadores) Art. 27.º - São os seguintes os nomes e enderêços dos fundadores e as ações subscritas pi mesmos pi ocasião da constituição desta sociedade: Nome: Enderêço: Ações Subscritas: TSUNA-TAKE ANZAKI - Provincia de Chiba-Ichikawa-shi, Mama 3-Chome, 8-10 12.000; GENKICHI HASHIMO-TO, Cidade de Tokyo, Arakawa-ku, Higeashi Ohisa 4-chome. 10-15-6.000; TOSHIRO ARITA Provincia de Kanagawa, Ka, akura-shi, Nagatani, 123 - 6.000 - HI-SAYO KURAISHI - cidade de Tokyo, Kita-ku Kamiya 3 chome, 50-9-6.000; TAKASHI KYODA - Provincia de Chiba, Matsutoshi, Tokiwar, digo, Tokiwihira, cho me 23 6.000; YUGI SUGIYAMA Cidade de Tokyo, Setagaya-ku, Matsubara 5 chome 9,20 1.000; HIROKAZU URAGUCHI - Provincia de Chiba, Eunabashi-shi, Minami Motomachi, 4-13 1.000; Os fundadores da BRAS-MAT JAPAN INCORPORATION mandaram assim elaborar os presentes estatutos, que assinam e firmam a seguir. Em 30 de janeiro de 1972. Fundadores: Tsunatake Anzaki, Genkichi Hashimoto, Toshiro Arita, Hisayo aiahi, Takashi Kyoda, Yuji Sugyama, Hirokazu Urzouchi. "Certifico que a presente Certidão confere com Estatutos Sociais devidamente notarizados pelo Tablica Páblica Shiras Hasaraya da Diretoria de Justi belião Público Shinzo Hasegawa, da Diretoria da Justiça de Tokyo, em 2 de severeiro de 1972. Em 8 de severeiro de 1972. Cidade de Tokyo, Chuo-ku. Tsukichi 7 chome n.º 12-4; BRASMAT JAPAN INCORPORA-TION - O Diretor Representante. - Tsunatake Anzaki (Selo do Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation. NOTA: Em fôlhas apensa, liam-se os seguintes dizeres: (EM JAPONES): REGIATRO N.º 53/1972. Certifico que Tsunatake Anzaki, Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation e signatário do documento anexo, reconheceu perante mim, Tabelião, ser autêntico o seu sélo nominal constante do referido documento. Dou fé. Aos 8 de fevereiro de 1.972, neste Cartório de Tabelião Público sito na Cidade de Fokyo, Chuo-Ku, Nihonbashi Kabuto-cho, 1 chome, n.º 3. O Tabelião Público junto à Diretoria da Justiça de Tokyo, - Shigemasa Kato (Sêlo Oficial e Assinatura do [5-selião]". NOTA: Lia-se, a seguir em Português: (EM ATUGUES) Reconheço como verdadeira a assinatu-a pra do Sr. Shigemasa Kato, Tabelião Público junto Diretoria da Justiça de Tóquio. E, para constar nde convier, mandei passar o presente, que assinei e z selar como selo deste Consulado Geral. Para que es-: documento produza efeitos no Brasil, deve a minha ssinatura ser por seu turno, legalizada na Secretaria de stado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fissis da República. Pagou Cr\$ 6,00 ouro ou yens 2.250,00 a 1.3 Via Tab. 54-C. locoama, em 9 de fevereiro de 972. (as) Carlos Eugênio Catta-Preta, Cônsul Geral. Havia selos acumulares no valor de Cr\$ 6,00 ouro). Reinheço verdadeira a assinatura de Carlos Eugênio Cat--Preta, Consul do Brasil em Iocoama. Delegacia Fis-1 em São Paulo, aos 29 de severeiro de 1972. (as) Serino Quintino de Andrade, Chefe da S.E.C. (Carimbo Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Pau-)"... A firma de Severino Quintino de Andrade, estava vidamente reconhecida pelo 17.º Cartório de Notas - Sérgio Salles, na Capital de São Paulo, aos 1.º de arço de 1972. EM FB DO QUE, FIRMO A PRE-NTE TRADUÇÃO. São Paulo, 07 de março de 1972. JYOCI OHARĂ. EM CARIMBO: TUYOCI OHA-Insc. Def. Mun, n.º 75.479 X . Tradutor Público - 32-8807 e 82-0770 São Paulo Praça joão Mendes.

Allegan State Commission of the Com-

182 - 8.º s /82. TRADUÇÃO n.º J-20.506, João Mendes. 182, 8.º, digo, Certifico e dou fé para os fins de direito, que nesta data foi-me presente um documento escrito no idioma japonês o qual era do teor seguinte TRA-DUÇÃO "ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA AL 10 horas da manha no dia 5 de fevereiro de 1972, realizou-se na sala da Diretoria uma reunião da Diretoria. estando presentes todos os seus membros (em humero de 5) Proposta: investimento associado, Expos o senhor Presidente o plano de se firmar um contrato de investimento associado com a empresa CODEMAT S/A;; com sede no Estado de Mato Grosso, República do Brasil, e também de se participar do capital social da empresa mista a ser constituida. Depois de exaustivas discussões, a Diretoria deliberou unanimemente aprovar a assinatura de tal contrato, e o investimento proposto, sendo que tão logo sejam obtidas as aprovações do governo de am-bos, os países, esta empresa subscrevers uma parte e-quivalente a cerca de 20.000.000 yens em mocda japonesa, correspondente a 49% do capital social da empresa mista constituenda. Para a clareza do deliberado, foi lavrada a presente ata, que vai a seguir assinada por todos os Diretores. Em 5 de fevereiro de 1972: BRASMAT JAPAN INCORPORATION (Selo da empresa) Presi-dente - Tsunatake Anzaki. (selo) Diretores; Genkichi Hashimoto (selo) - Toshiro Arlta (selo) Hisayo Kura-ishi (selo) - Takashi Kyoda (selo) Certificamos que a presente cópia da ata da reunião da Diretoria de 5 de Fevereiro de 1972, confere com à ata original. Em 8 de fevereiro de 1972. Cidade de l'okyo. Chuc-ku: Tsukichi, chome n." 12-4. BRASMAT JAPAN INCORPORA-TION - O Diretor Presidente Tsunatake Anzaki (selo) do Diretor Presidente)". REGISTRO N.º 55/1972. Certifico que Tsunatake Anzaki. Diretor Representante da Brasmat Japan Incorporation e signatario do documento anexo, reconheceu perante mim, Tabelião, set ainten-tico o seu selo nominal, constante do referido documento. Dou fé. Aos 8 de feveriro de 1972, neste Cartorio de Tabelião Público sito na Cidade de Tokyo-Chuo-Ku. Nihonbashi Kabuto-cho, I chome n.º 8. O Tabelião Público Junto à Diretoria da Justiça de Tokyo. Shige-masa-Kato (Assinatura e Sêlo Oficial do Tabelião). NO TA: Lia-se a seguir, em Portugues: Reconliego verdadeira a firma supra do Sr. Shigemasa Kato, Tabelião Público, junto à Diretoria da Justiça de Togluo, E. para constar onde convier, mandei passar o presente, que as-sinei e siz selar com o selo deste Consuludo Geral. Para que este documento produza os eseitos no Brasil, deve a minha assinatura ser por seu turno legalizada na Se-cretaria de Estado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscais da República. Pagou Cr\$ 6,00 ouro, du yens 2.250,00 na 1.º via Tab. 54-C. locoma ciu 9 de fevereiro de 1972. as) Carlos Eugênio Catta Pieta, Cônsul Geral (Havia selos consulares no valor de Cr\$ 6,00 ouro)". "Reconheço verdadeira a assinatura da Carlos Eugênio Catta Parte Cânsul da Basinatura da Carlos Eugenio Catta-Preta, Consul do Brasil, em Tocciama Delegacia Fiscal em São Paulo, aos 29 de fevereiro de 1972 (as) Severino Quintino de Andrade, Chefe da BEC (Carimbo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Carimbo da Delegacia riscal do Lespuro Nacional em São Paulo)". A firma de Severino Quintino de Andrade, está devidamente reconhecida pelo pelo 12.º Cartório de Notas - Dr. Sérgio Salles, na Capital de São Paulo, aos 1.º de março de 1972. EM FE DO DUIL FIRMO A PRESENTE TRADUÇÃO. São Paulo, 07 de março de 1972. (as) Tuyoci Ohara. EM CARIMBO 1 TUYOCI OHARA Insc. Def. Mun. n.º 75.479, X Traditor Poblico TEL. 32.6807 e 32-6770 São Paulo 1 Traca 1050

Mendes 182 8. s/82 - DEPÓSITO - CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, na qualidade de fundadora da COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINE-RAÇÃO, METAMAT, em cumprimento ao disposto no artigo 1º do Decreto-Lei n.º 5.956 de 01/11/43 e artigo 19, fitem V da lei n.º 4.595 de 31/12/64 depositam no BANÇO DO BRASIL S/A, a importância de Cr\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL CRUZEIROS), proveniente das quantias que recebeu dos subscritores de Capital e, para os fins previstos no § 2.º do referido artigo 1.º maistra. 27 artigo 1.º menciona a seguir os nomes dos subscritores, domiciliados e quotas respectivas: N.º - SUBSCRITO -QUOTAS Cr\$ - O Governo do Estado de Mato Grosso - Palácio Alencastro Cuiabá - Mato Grosso 675.000.00 - 67.500,00 - 02 - BRASMAT JAPAN INCORPORATION - Masuda Bldg 7-12-4; Tsukiji Tokyo - Japão 623.600,00 62.360,00 - 03 - Tsunatake Anzaki n.º 8-10-3 Chome Mama Tchikawa Shi-Chita - Japão 200,00-20,00 04- Wasaburo Tsuda Rua do Carmo 59 - Cuiabá-Mt 200,00 20,00 Correa, 163 - Cuiaba-Mt 200,00 20,00 06 - Diogo Douglas Carmona Rua Ricardo Franco 429, Cuiabá-Mt 200,00 20,00 07 - Lenine de Campos Póvoas - Av. Getúlio Vargas 811, Cuiabá-Mt 200,00 20,00 08 - Satoshi Kuroyanagi - Rua Senador Vilas Boas 285 Cuiabá, Mr 200,00 20,00 09 - TOSHIRO ARITA n. 123 HASE Kamakura SHI KANAGAWA, Japão 200.00 - 20,00 Total Cr\$ 1.300.000,00 - 130.000,00 - Importa o presente depósito em Cr\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL CRU-ZEIROS) Cuiabá-Mt de Março de 1972 (aa) Gabriel-Júlio de Mattos Muller Engo Agro - Gabriel J. de Mat-tos Muller - Diretor Presidente (aa) Gabriel Francisco de Mattos Muller, digo, Neto - Diretor Superintendente (aa) Luiz Carlos Armani Econo - Luiz Carlos Armani -Diretor Administrativo Banco do Brasil S/A doc/ Cuia-bá-(MT) 07 de março de 1972 - 31029 Depósito Obriga-tório, A Vista - 56 - Constituições e aumento de capital de sociedades anônimas (Decreto Lei 5956/43) Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT n.º 26735 - Recebimento Fizemos hoje o seguinte a crédito de sua conta acima - Histórico. Recebemos da CODE-MAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO O ESTADO DE MATO GROSSO, representada por eus Diretores Srs. GABRIEL JULIO DE MATTOS
TULLER, GABRIEL FRANCISCO DE MATTOS
NETO e LUIZ CARLOS ARMANI, valor correspondente a 10% do Capital subscrito pelos acionistas fundadores, constantes da relação anexa no importe de cento e trinta mil cruzeiros - Importâncias Cr\$ 130.000,00 To-tal Cr\$ 130.000,00 Brasil - 115-72-Mar-7 (RUBRICA I-LEGIVEL) - 130.000,00 - ROM 4 - EM TEMPO: Retifica-se a parte inicial desta escritura, item 1, once se le "O Govêrno do Estado de Mato Grosso representado neste ato pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT - CGC. 03.474053, Sociedade de economia mista com séde nesta Capital à Avenida Getúlio Vargas 1208, por competência recebida pelo Decreto n.º 329 de 14-12-71 publicado no Diário O-ficial do dia 17 de dezembro de 1971 que passa a ter a seguinte redação: 1 - "A Companhia de Desenvolvimen-, to do Estado de Mato Grosso - CODEMAT CGC. 03. 474053 sociedade de economia inista com sede nesta Capital à Av. Getúlio Vargas, 1208, por autorização recebida do Govêrno do Estado de Mato Grosso através do Decreto 329, de 14-12-71, que será transcrita na presente. A firma Brasmat Japan Incorporation, o Dr. TSU- : NATAKE -ANZAKI e TOSHIRO ARITA; no ato es-

tão representados pelo seu hastante procurador o Dr. WASABURO TSUDA, conforme procuração lavrada às fls. 133, do livro n.º 55 destas Notas, que vai transcrita a seguir: Armas da República - República Federa; tiva do Brasil - Estado de Mato Grosso - Comarca da Capital Avenida Presidente Vargas 141 1.º distrito prédio próprio, Privativo dos Inventários, Orfãos de Menos res Ausentes e Interditos - Tabelião - ARNALDO RONE DON - Substituta MARIA HELENA RONDON - Cartório do 5.º Oficio - Traslado 1.º - Livro 55 - fls. 133 -Procuração bastante que fazem assinam os abaixo de clarados SAIBAM quantos êste público instrumento virem que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e setenta e dois, aos dez dias do mês de março, nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, perante mim, compareceram co-mo Outorgantes o Dr. TSUNATAKE ANZAKI, por sie como Diretor Presidente da Brasmat Japan Incorpora-tion sociedade comercial estabelecida em BLDG-7-12-4 TSUKIJI CHUOKU TOKIJOPAO, japones, casado: geólogo, domicibado em KAGOSHIMA, Japão, Passa-porte n.º PME 130510 expedido em 27-10-71 e TOSHI-RO ARITA, japonês, casado industrial, domiciliado em KANAGAWA, Japão, Passaporte n.º PME 124733 expedido em 29-9-71, reconhecido pelos próprios de mim TABELIAO e das duas testemunhas abaixo assinadas do que dou sé perante as quais por êles me foi dito que, por este instrumento, nomeava e constituia seu bastante procurador o Sr. WASABURO TSUDA, japonês, casado, comerciante, domiciliado em Cuiabá MT à Rua do Carmo, 59 Portador da Carteira Modelo 19 n.º 9.572 expedida em 21-9-60. CIC. 030712351, com poderes espericiones ciais para assinar escritura pública de Constituição de Sociedade Anônima, da Companhia. Matogrossense de Mineração - METAMAT, E, de como assim disseram do que dou fé, lavrei este, instrumento que, sendo-lhes lido aceitaram e assinam com as testemunhas, e intérpretes SATOSHI KUROYANAGI, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Senador Vilas Boas, 285, e LAURO MITUO KUROYANAGI, brasileiro, solteiro, engenheiro agronomo; residente à Rua N.S. Sant'Ana 105 Vila Nice casa 13 Carteira de Identidade 1879869 - CIC 138575259, ineus conhecidos e aqui residentes comigo, ARNALDO RONDON, Tabelião do Cartório do 5.º Oficio que a fiz escrever dou fé e assino. O Tabelião do Cartório do 5.º Oficio (aa) Arnaldo Rondon. (aa) Tsunatake Anzaki (aa) Toshiro Arita. (aa) Satoshi Kuroyanagi. (aa) Lauro Mituo Kuroyanagi. (aa) NADA MAIS TRASLADADA EM SE-GIDA, EM SEGUIDA DOU FÉ. Eu, (aa) Arnaldo Rondon. Tabelião do 5.º Oficio, que a fiz datilografar, conferi, achei conforme do que dou fé e assino em público e raso. Em testo, sinal público da verdade, (aa) O Ta-belião do Cartório do Quinto Olício. Assim convencionados me pediram lhes lavrasse a presente escritura a qual feita foi lida por mim, TABELIAO, às partes que concordaram Outorgaram e assinam com as testemunnhas, Neuza Elis de Brito Taques e Avanildes Cacilda de Souza Gomes, minhas conhecidas e aqui residentes comigo. ARNALDO RONDON. TABELIAO que a fiz escrever dou fé e assino. O Tabelião do 5º Oficio. (2a) Arnaldo Rondon: Cuiabá, 21 de março de 1972. (aa) GA-BRIEL JULIO DE MATTOS MULLER, (an) GA-BRIEL FRANCISCO DE MATTOS NETO (12) LUIZ CARLOS ARMANI. (aa) pp. WASABURO TSUDA: (aa) pp. WASABURO TSUDA. pp. WASABURO TSU-DA. (aa) WASABURO TSUDA. (aa) GABRIEL DR MATTOS MULLER (az) DIOGO DOUGLAS CAR-

MONA. (aa) LENINE DE CAMPOS POVOAS. (aa) SANOSHI KUROYANAGI, (aa) NEUZA ELIS E BRITO TAQUES. (aa) AVANILDES CACILDA DE SOUZA GOMES. NADA MAIS. TRASLADADA EM SEGUIDA (DOU FÉ. Eu, Leonice Silva, Tabelião do 5.º Ofício, que a fiz datilografar, conferi, achei conforme do que dou fé e assino em público. c Taso.

Em test^o.... da verdade. LEONICE SILVA

P/ Tabelião do Cartório do Quinto Oficio

ESCRITURA N.º 3.418 LIVRO N.º 20-B FLS. 189 a 192v QUARTO TRASLADO

Escritura pública de re-ratificação na forma abaixo: SAIBAM quantos esta pública escritura de reratificação virem que aos cinco dias do mês de abril do ano de 1972, nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, em Cartório, perante mim Tabelião, compareceram como Outorgantes e reciprocamente outorgados: 1) A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT - C.G.C. n.º 03.474 ora, sociedade de economia mista com sede nesta Capià Av. Getúlio Vargas, 1 208, por autorização recebi-3 do Governo do Estado de Mato Grosso, através do Decreto 329 de 14-12-71 publicada no Diário Oficial do dia 17 de dezeinbro de 1971, e por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, conforme Ata do dia 9-2-72; 2) BRASMAT JAPAN INCORPORATION, sociedade comercial estabelecida em Masuda Bldg - 7-12-4 Tsukji Chuo-Ku, Tokio, Japão representada neste ato por seu Presidente - Tsunatake Anzaki nos termos da decisão do Conselho de Administração, em reunião de 05 de fevereiro de 1972; 3) Tsunataki Anzaki, japonês, casado, geólogo, domiciliado em Kagoshima, Japão, pass par e n.º ME 130510 expedido em 24-6-71; 4) Toshiro Arita, japonês, casado, industrial domiciliado em Kanagawa. Japão, passaporte n.º PME 124373, expedido em 29-9-71. estando os três últimos no ato representados pelo seu bastante procurador o sr. Wasaburo Tsuda, jap. casado, residente e domiciliado nesta cidade à Rua do Carmo, 59. Portador da Carteira Modêlo 19 n.º 9.572 expedida em 21.9.60. C.I.C. 030 712 351, (conforme procuração la-la às ils. 133 do livro n.º 55 desta Notas; 5.º) Wasa-Tsuda, já acima qualificado; 6) Gabriel Júlio de attos Muller, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta Capital à Praça D. Antonio Corrêa, 163, Carteira de Identidade RG. 48981, expedida em 10-03-48-, pelo Serviço de Identificação do Ministério da Guerra, C.I.C. 001.950.061; 7) Diogo Douglas Carmona, brasileiro, casado, bancário residente e domiciliado nesta Capital à Rua Ricardo Franco n.º 429, C.I.C. 021.705.401, Carteira de Identidade n.º 29414153, expedida pelo Ministério da Guerra: 8) Lenine de Campos Póvoas; brasileiro, casado, professor universitário. residente e domiciliado nesta Capital à Avenida Getúlio Vargas n.º 811, C.I C. n.º 001 966 731. Carteira de Identidade RG. 205999, Culabá-Mt; 9) Satoshi Kuroyanagi brasileiro, casado, economista residente a Rua Senador. Vilasboas, 285, nesta Capital, C.I.C. 021 734 841, Carteira de Identidade Rg 214431, expedida pela Secretoria de Segurança Pública, em Cuiabá-MT, os presentes meus conhecidos e das duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas pelos outorgantes e reciprocamente outorgados mefoi dito que pela escritura pública lavrada as fls. 170 a 189v. do livro nº 20-B, sob nº 3.415, em 21-3-72, constituiram numa Sociedade Anônima sob a denominação

Social de Companhia - Matogrossense de Mineração METAMAT, que acontecendo, no entanto que da referida escritura ficou constando erradamente e que ora se retifica os seguintes itens: No preambulo, no item "1. Onde se le "Fica entendido que o Estado de Mato Grosso manterá o contrôle acionário de sociedade redija-se "A CODEMAT manterá o contrôle acionário da Socies dade". No preâmbulo no item II, onde se le "dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações ordinárias nominativas", redija-se" dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações ordinárias, nominativas endossáveis", no pre-âmbulo, na alinea "a" do item 11 onde se lé "O Governo do Estado de Mato Grosso através da CODEMAT" redija-se "A CODEMAT, subscreve...", no preâmbulo, alinea "b" do item Il Onde se le "Sr. Tsunatake Anzaki, neste ato, subscreve a diferença", redija-se : "Sr; Tsunatake Anzaki, neste ato, subscreve em nome da BRAS-MAT, a diferença" "No Estatuto Social - Art. 5.º Onde, se lê" dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações nominativas endossáveis", redija-se "dividido em 130.000 (cento e trinta mil) ações ordinárias nominativas en-dossáveis, § 1º "Onde se lê" "Onde se lê" "Onde se lê" "O Estado de Mato Grosso ... atos constitutivos" re-dija-se "A CODEMAT, no Estatuto Social artigo 10 a-línea "a", "Onde se lê" O Estado de Mato Grosso", re-dija-se "A CODEMAT". No Estatuto Social, artigo 12. § 8 onde se le "os demais Diretores em exercicio, em sessão conjunta com o conselho fiscal escolherão um Diretor, redija-se "Os demais Diretores em exercicio, escolherão um Diretor". No Estatuto Social artigo 14, item IV onde se lê "escolher juntamente com o Conselho Fiscal, Substitutos" redija-se "escolher Substitutos". No-Estatuto Social artigo 14 item VI, onde se le "aprovar o orçamento anual" redija-se "Apreciar e encaminhar a assembléia Geral, e proposta orçamentária, anual" No Estatuto Social artigo 19 item IV onde se le "Apresentar anualmente ao Diretor Superintendente", redija-se 'Apresentar anualmente ao Diretor Presidente'. No Estatuto Social artigo 20, item III. Onde se le "os docu-... mentos que envolvam responsabilidade financeira da companhia" redija-se "os documentos que envolvam mo-vimentação financeira da companhia" No Estatuto Social, art. 21 item I onde se le" os setores administrativos o de contrôle da Companhia redija-se "os setores administrativos da Companhia". No Estatuto, Social artigo 21 item II onde se le documentos que envolvam responsabilidade financeira da Companhia redija-se "documentos que envolvam movimentação financeira da Companhia". No Estatuto Social artigo 21 item VII onde sé le "funções gratificadas ouvido o Diretor Presidente" redija-se "funções gratificadas". No Estatuto Social artigo 41 alínea "b" onde se le "até o máximo de 15% ao ano sobre o Capital, redija-se" no minimo de 6% ao ano sôbre o valor nominal das ações"; No Estátuto Social artigo 41, alínea "d" onde se le "numa quota de até 7% (sete por cento), no minimo, redija-se "numa quota de até 7% (sete pi cento) a ser distribuída à Diretoria" que assim retificando a aludida escritura naquela partes, como de fato presente ore a retificam, ratificavam-na: nas demais partes, para que com retificação ora feita fique produzindo todos seus devidos e legais efeitos. Pelos outorgantes e reciprocamente outórgados é ante às testemunhas, me foi dito que aceitavam a presente escritura em seus expressos térmos. Assim convencionados. me pediram-lhes lavrasse a presente escritura a qual feita, foi lida por mim Tabelião as partes, que concordaram, outorgaram e assinam com as testemunhas Neuza Elis de Brito Taques e Avanildes Cacilda de Souza Go-

The state of the s

mes, minhas conhecidas e aqui residentes, comigo, Arnaldo Rondon, Tabelião do 5º oficio, que a fiz escrever, dou fé e assino. O Tabelião do Cartório do 5º Oficio. (Aa) ARNALDO RONDON. Cuiabá 5 de abril de 1972. Gabriel Júlio de Mattos Muller. Gabriel Francisco de Mattos Neto. Luiz Carlos Armaní. pp. Wasaburo Tsuda. pp. Wasaburo Tsuda. pp. Wasaburo Tsuda. Opp. Wasaburo Tsuda. Wasaburo Tsuda. Gabriel Júlio de Mattos Muller. Diogo Douglas Carmona. Lenine de Campos Póvoas. Satoshi Kuroyanagi. Neuza Elis de Brito Taques. Avanildes Cacilda de Souza Gomes. NADA MAIS TRA VELADADA EMSEGUIDA, DOU FÉ. Eu, Leonice Silva, Tabelião do 5º Oficio, que a fiz datilografar, conferí achei conforme do que dou fé a assino em público e raso Em test.ºda verdade.

LEONICE SILVA O Tabelião do Cartório do Quinto Oficio.

JUNTA COMERCIAL
Do Estado De Mato Grosso

CERTIDAO N.º 11.022

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no processo protocolado sob o n.º 1.078, dirigido por COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO • METAMAT - que aos catorze dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e setenta e dois, por decisão da 2.ª Turma de Vogais, foi registrada sob o n.º 24.569, e seus atos constitutivos arquivados sob o n.º SA/458, uma sociedade anônima de economia mista, com a denominação social idêntica a da requerente, com séde nesta Capital, à Avenida Presidente Vargas, 1.208. Eu, (as. ilegível) datilografei. Eu, (as. ilegível) conferi. O REFERIDO É VERDADE E DOU FE.

Cuiabá (MT), 14 de abril de 1.972. JOÃO BARBOSA CARAMUR: Secretário Geral

AGROPECUARIA SÃO MARCOS S.A. C.G.C. -- 03.580.867/001

Ata da Assembléia Geral Ordinária Realizada no dia 25 de março de 1972.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e dois, às 10.00 horas, na séde social da AGROPECUARIA SÃO MARCOS S/A., nesta cidade de Diamantino. Estado de Mato Grosso, devidamente convocados por anúncios insertos no Diário Oficial do Estado de M. Grosso, nos dias 28 de fevereiro de 1972, 01 de março de 1972 e 03 de março de 1972, reuniram se em primeira convocação. os Acionistas da mesma entidade , para deliberarem sóbre os assuntos mencionados na ORDEM DO DIA. constantes da convocação adiante transcrita: nado no Livro de Presença e, nêle feitas as indicações da Lei, verificou-se haver número legal, pela presenca da totalidade dos acionistas que compõe o quadro social, pelo que o Sr. Dir. Pte. da Sociedade Francisco Barbosa Lima, deu por instalada a presente Assembleia na forma dos Estatutos, pedindo aos presentes que escolhessem dentre os Acionistas, o Presidente da

Assembleia em curso. Por aclamação gerat dos t nhores Acionistas, assumiu a presidência dos trat lhos o próprio Diretor Presidente da entidade, que co vocou a mim, Elias Gonçalves de Souza, para secrei riar os trabalhos, no que acedi. ficando dessa form constituída a mesa. — Em seguida, determinou o S Presidente, que procedesse à leitura dos anûncios convocação, o que fiz e que são do seguinte teôr: AGF PECUARIA SÃO MARCOS SA. C.G.C.M.F. n. 03.480.867/001 — ASSEMBLEIA GERAL ORDIN RIA — 1a. Convocação — Ficam convocados os & nhores Acionistas da AGROPECUARIA SÃO MARCO S/A., para a Assembléia Geral Ordinária, a realiza se no dia 25 de março de 1.972, às 10.00 horas, na séi social da sociedade, na cidade de Diamantino, Estar de Mato Grosso, a fim de tomarem conhecimento deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) : Leitura, discussão e votação do Relatório da Diret ria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros Perdas, e Parecer do Conselho Fiscal, referente a exercício de 1971; b) — Outros assuntos de interês: da Sociedade e que não dependerem de convocação e cecial. Outrossim, acham-se à disposição dos Sr Acionistas, na séde social, os documentos a que se ref re o artigo 99 do Decreto Lei n. 2.627 de 26 de seten bro de 1940. — Diamantino—Mt., 21 de fevereiro c 1972. — Francisco Barbosa Lima — Presidente. seguir o Sr. Presidente disse que em se tratando « îtem "a", fosse lido o Relatório da Diretoria, as peçi contábeis que compunham o Balanço Geral. a De monstração da Conta de Lucros e Perdas, referente s exercício de 1971. Continuando, o Sr. Presidente l vou ao conhecimento da Assembléia, que por motivo alheios a vontade da atual Diretoria e, já superado no exercício de 1971, a sociedade não elegeu os Mem bros Efetivos e Suplentés do seu Conselho Fiscal n prazo regularmentar, razão pela qual as peças conti beis acima aludidas estavam sem o respectivo para cer desse orgão fiscal. Frisou mais, o Sr. Presidente que os documentos que os originaram, ficou a dispos ção dos Acionistas pelo prazo legal, não tendo sid verificada nenhuma irregularidade nos mesmos, soli citando assim, que a digna Assembléia aprovasse o supras citados documentos sem o competente Parece do Conselho Fiscal. Após as discussões de praxe abstendo se de votar os legalmente impedidos, foi Relatório da Diretoria, o Balanço Geral e a Demon tração da Conta Lucros e Perdas referentes ao exerci cio de 1971, aprovados sem restrições, por unanimida de de votos. Em prosseguimento o Sr. Presidente Il berou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e cr mo ninguém se manifestasse o Sr. Presidente deu po encerrada a presente Assembléia Geral Ordinária. Tut pendendo os trabalhos pelo tempo necessário à lavra tura da respectiva Ata, que depois de lida e achad conforme vai por todos assinada, Diamantino Mt. 25 de março de 1972. aa) Francisco Barbosa Lima Presidente, Elias Gonçalves de Sousa — Secretáric Otogamizio Batista Gomes, Juvenal Domingos Mai tins Lopes, Augusto Apatecido Arroyo Marchi, Robet to Aparecido Arroyo Marchi, Durvalino Comar. Albei to Carles Pesciotte e Felicio Marão; ...

FRANCISCO RARB. SA LIMA - Presidente

Cherametr mathibution sea to effectively

Ate de America de Geral Ordina-cio e istroccidenti de M.IAPAT realizados comulativamente - pa 30 de ebcil de 1977, em primei-re convolucão.

NETRUK

And trinto dies do mes de méril de 1979, se 10:00 horses, franciscom de mes actonitates as Licepania Rejusticos as planetis, em antengian tie, mind to de estina 191 to to the franciscom as planetis, em antengian tie, mind de estina 191 to to the estination of the est

ISTATUTO SOCIAL

carfria o 1

OF SUCTIONES E SEES FIRS

Artigo 10):

A Composite Malagrapeone de Mineração-MCIA Mair, cuintituda de from de Lei av 3.130 de 83 de derente de 1771 e Decret Intudad av 3.79 de 16 de derente de 1771, a uma esta inte de economia min ta regida pelos sormas deste juntato a pelos disposis como de Lei des Sociedades Menciosa.

Artigo 20): -

A Componista Mitogrosse se de Minesação MCTA MAT-, tem como bujetiss principal o incre -penvolvimento do aetos se minesação do Latamento do desenvolviment do, podendo para tento:

- pere tanto:

 I Atuar no comio de proquino, levra, compra, venda, importado reportação, industrialização e introdute de minerala montalidad e não metácicos nos olverons claboras constintes do Edito de "ineración (Canituda 111 "Ja Conceltuação y on Classificação de Jaridas y das Minas" Decreto 67.916 de 27 de julho de 1968), podendo emplorar y acalimistar jusidos" proprias ou de terceiros situados em qualquer parte do territorio nacional.
- qualquer parte do território nacional.

 Constituir publicarias ou apacciar-ae;
 a grupos macionals e estranquiros burarealização dos orjetivos do incino l.es
 lebrando contratas é convenios.devendo:
 obrigatoriamente, manter o especial est
 exionaria com o escentual minimo de
 51% (tincpenta e m.m. por cento) do Capital Spotal, quando se tratas de quulos mata, participas e raisça dos macio mata, porticipas pipitoriamente, em igualdade de consiste du, mesmo minoritoriamente, media ta borovação previa do
 Conselho de Administração.

≈ARAGRAFO ÚNICO: -

Pare a consecució so live I sos su jetivos acciala, a consecució so live I sos su jetireferencialmente, de acrividos contratados a iniciativa
convada, viannos incentivar o se, secenvalvimento, e sos
ticiseçãos nos programas de émpreja, som comu adoutrir
ticiseçãos nos programas de émpreja, com comu adoutrir
com através de locaçãos de 735 de cora especializato, e sinda, permitir a mecessaria flexibilidad de apropriacas de recursos humanos, termicos e moministrativos, em funças sos projetos a serem desenvolvidos.

DARTITULD II

DO PROZE E DA SEDE

Artigo 30): -

O prezo de duração da sociedade é por ' tempo indeterminado.

Artigo 40): - A Companhie terá sede e foru na cidade '
de Cuisbá, Capital do Estado de Mato Grosso, com endereco provisório na freça Santos Dumont,
150. 150.

CAPITULD III

OF CAPITAL SOCIAL E DAS ACCES

Artigo SP): - D Copitel sociel é de Cr\$ 354,047,320.00 (trasentos e cincoente e quatro milhões, quarento e note mil, trasentas e vinte crusatros),cividido em 35.404.332 ações ordinatios monimotivos, tridusciveis, de Cr\$ 10,00 (dez crusatros) codo uma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: -

An Governo do Estado de Mato Grosgo: Te-prementado peta Scoretaria de Industria. Comercio e furinmo, non termos da Gerreto nº 05 de 15 de março de 1975, e pasenurado m: 1000a da pumentos do Co-pital sucial uma autagrição minima, de 51%(cinemento e/ hum por centa) de acoes com direito a voto.

PARÁGRAFO SEGUMDO: -

A Compannia de acordo ema o deliberação de Assembleia Gerolpedera comentar o de Assembleia Gerolpedera comentar o de acordo em contrato de novas acose ou bonia ficacione non ocionistas entes distribucion de reventual renervos acumulanas, incornance, que de estas, classiabilitades ou activo incornance de estas classiabilitades ou activo incollizado accorrence de acualização ou correção acuativo incollizado accorrence de acualização do correção acuativo incollizado de correção acuativo incollizado de Lei no. a. 157/64.

Artigo 60): -

A nção é indivisívol em reinção à eocie-

Artigo 70): -

- econo e mous illulos reprusantativos: ren encritos es versamuto e renierras
- danastas, da da suctedade, sua espe e preca de maracias:
- a effect representative de cepital '
 muchal e a manero de agres an 'mes ar divide:
- to commerce or medica the ordinate and the

u) - as anniontures de Directe Greater a dente e Directe administrativo -financairo.

Artigo 80); -

4

for an trains de ações endussáveis con-termojsista

e) - declaração de qua transferibilidada mediante endoses

mediante entonno:
none e qualificação do proprieté rio de açan, inacrita no tivro de
Recietra de Aques Endoennvele;
ar a ução estivar integratirada o
o debito do actualeta, a e endoe e
lugar de aeu pagamento, e en condi
ções de injegratiração fixados per
do Acambiria Geral.

CAPITULD IV

DOS ACIDNISTAS

Artigo 90): -

Serão acionistes da Companhie:

a) - C Estado de Meto Grosso;

b) - pessoss fisicas ou jurídicas, necionais ou estrangeiras;
c) - pessoss jurídicas de direito pú - blico.

O acloniste so podera ser representado na Assembleia, mediante piocuração por instrumento público e fom poderes especiala, evierminando-se a hota e local da Fauniad Gavendo o instrumento da se decositado na agos cu em pursu local indicado pela Companhia, até a vespera do dia marcado para a Assembleia.

CAPÍTULO V

DA DRUGNIZAÇÃO

Art190 100): -

São érgãos do METAMAT:

1 - de deliberação: Asarmbiéia Gerel:

II - de fiscellische: Contelno fiscel:

III - we Administração: Lonacino de Edm<u>i</u> mistração e Opretoria:

a) - proãos de asacsansmento;

b) - prypos executivos.

FARÁGRAFO ÚNICO: -

A estruturação dos órgãos de adminis -tração da METAMAT, sera objeto de Reg<u>i</u> acoto Interno da Companhia.

CAPITULO VI

DA ADHINISTRAÇÃO

Artigo 110): - A Sociedade será administrada por um Donaelho de Administração compusso de DO Attês membros, eleitos em Assembleia Gerai, que ceve rão act actonistas do masma, e por uma Diretoria compos to de O2(doia) membros.

Artigo 129): - O Conselho de Administração e orção de deliberação colegiado, sendo a representação da Companhia privativa dos Diretores.

Artigo 139): -

De membros do Conselho di Administre cao sermo elettos pelo Argembleia Ge ral e destituíveis a qualquer tempo, e ver o remonera nos na sesna proporção que os eccuros do Conselho Fia cal da Companhia.

Occirendo vaga no Conselho de Administração, procedet-gera de acusar com o disposto no artigo 150 e seus paregraçõe, do lei nº.... 6_404/76.

Year.

D mondeto dgs mongroe do Contelho de Administr to nere de Ulidate) enos .

Dermitido a rec'eição, Sor tempos pengre em 15 du marça dos enos importas. Artigo 150): 2

As deliberth we in Forme to de Adoints treeve seron tomados por s. " whit wi with Artigo 160): -

DO CONSCENO DE ELMENTESTINGES - DESETÊNCIA

Artica 170): -

Compete so Conselho de Administração:

I - first a attentação geral dos argacias' de Companhie:

31 - Elemer e destituir as Directorea da Enganda e fizor-thus a temputation, no establições, observanda a unu dispus esta fatatuta.

III - Figuralizar a neutro una Diretorea e e-manime a posigner tempo, un sistos a papila da Componhia, suficitor informecima musta suntra tos calchiados su ca visa de estatecimo, a quillaquer per

19 · Communat a Non-releta diesal gomento ful gas sementente no no camo do artigo -132 de 141 6404 de 15/15/76:

4 - Montfestor-on estate on technicism on Auministration on conton in discretorin

VI - Autorishs a blicanto de brus de ativa permanente, a coestituição de desa te-cia o a prentação de quentino a ouriqueou de terrelios

VII - Faculter e destitutr un miditures ting perdentes, se couver.

verem deliberarges conficulty a punity of purity of the punity of the entire of the punity of the pu

DA DIRETORIA- COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Artigo 189): -

A Diretoria esta communta por DE(dola)

Diretorea, productiva e uprimatoriamen

te resonenten no pobolemitos e craticularia a contonir
tampo peso Connelho chambinistració, na forma deparata
tatuço, os quais exercisos as torgos de prietor Persidente e Diretor Administrativo e Financriss.

PARÁGRAFO PRIFEIRO:-

De entanjos dy Concelho de Administra -ção, ete o merimo de 1/J 'hum torço' , poderão ser eleitos para o cargo de Diretor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: -

On marque de liretor podurão set exer-licos ser quellura susses, unionista : ou não, man de reconnecido calcildade v librelogoe en -ral comprovada, e terão seus vancimentos fixados pela : Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO: -

. . . •

Fecultando o Estatuto a nomissão de a-cionistas estranguirosiastigo 90-jura 5), entes não poderão cumpor e Diretorio.

PARAGRAFO QUARTO: Jimo inclenivets pera os caroas de vire toris de lecelerate impedidos, contorme o artigo 147 da Lei 6.404 de 15/12/76.

PARÁGRAFO QUINTO:

Não poderão exercer conjuntamente o sergo de Diretor, acionistas que forem entre si ascendetes ou descrizentes, sogra e genra, cunha coa, parentes e afins ate o assundo grau civil.

PARÁGRAFO SEXTO: -

Pere gorantia de sua destão, deverá co-os Diretor. En alquem por ele, contro-ner 20 (vinte) ações do Compania, conção está que do se ra levantada depois de haver o Diretor ocixado o cargo: e aprovadas as contas por ele apresentadas.

PARÁGRAFO SÉTIFO: - O mandato dos Diretoreo sera de Oz-(dols) enos podendo ser recipitos ou destituídos pelo Conselho de Administração, terminan-do sempre em 15 de março dos anos impares.

engagaso OTTAVO: -

Mos susências temporárias do Dire-tor Presidente, o seu substituto e-ventual, merá o Diretor Administrativo e financeiro.

Deprience vaga definitiva na Direto ria, o Piretor em exercicio, solicitara reunida do Conselho de Coministração, a fia de ele ger o outro menoro da Direteria, o qual completara o mondato du substituido.

As delimeration de Directio derão tombus (un moiorit de la lance, culto do so Direct Providente also de seu veta, e voto de de companio.

Artigo 200): -

Garnets # Diretoria. Alon the oun countries to Fire the tell, ou outron's dispositives dassafe fit tutor

1 - gerir de .espatide no. cia.com ...
com deliberocomo de .espatide parei, e do logor do .espatide berei, e do logor do .espatide berei, e do logor do .espatide se contrato en outros cimicas de Catado de Catado de contrato de contrat aprvice sesim exicit:

11 - sieterer # monter ntumilizado 0 Hegiacito interna da Cumpandis;

. III - erier a extinguir, Enrops a fun phea e fiset vencimentos a de -mois vantagens do pessual;

18 - betser instructor, somme, ursens
de metulços a portariam, quemio

de caroter geral;

Faret a programming paral dan' exteriorise no enterest;
 autorioris no enterest;
 autorioris accusento minut a c

plano de anilsan, nu dua rusurum un Lompunite; 433 - dutitite matre an unernaine que vitaminente de Cristita (BM) (III - vitaminente de Cristita (BM) (III - vitaminente de Cristita (BM) (III - vitaminente III dute de 1g

. VIII - mirector e discuttr sobre medica propostos pur Utricares pur se o operfeigonmento de serviços e solução de T

1x - distribuir e epitenr o lucro opurado na furma estabelacida

nasta Entatuto.

Artigo 210):_-

Compete so Diretor Presidente: .

1 - representar a Campanhia, ativa re passivamente em juiro ou fora de-le, e em suas relocoro com terceiros;

II - atrair pare a Companhia, recursos que oportunizem a piene realiza ção de seus abjetivos;

111 - convocar juntomente com o Diretor
Administrativo e Financeiro. es
Assembletas Germia Ordináriuse Extracroinarias, no rop
ma de lei e dirigir seus tracalhos.

IV - convocer e presidir reunides de Biretoria, sempre que devem ser i tratadas assuntos de interesse da sociadada, não compreendides nas etribuiçose específicas de coda : Diretor;

V - assinar com o Diretor Administra-tivo a Financeiro, contratos, con-vênios, sjuates ou acordos de interésse de Componnia;

VI - assinar de intertase de Componnia; vem responsabilidade catrimonia; da Empresa, em conjunto com o Diretor Administrativo; e Financeiro;

VII - essiber juntam t.m a DiretorAdministrativo e Financeiro do Cumentos que envolvam savicentação financeiro do Con-

VIII - apresentar anualmente de Conseino de Administração e d Allmoieis - Geral o relatório des atividoses do Concennia:

IX - dirigir, occrrener.orientar e s pervisioner os seteres tecnices

da Compenhia:

\$ - cumprir e farer cumprir as deci -aõce da Diretoria;

XI - bolxer portariss, instruções,nor-mas, oruens de serviços na ares

de sues atribuições; XII - molicitar ao Diretor Administrati po e financeiro as providencias T que não mejam de sua alçada e necessarios ao pom de -pempenho dos trabalhos.

Artigo 220): -

0

Compete so Diretor Administrativo e Fi-

) - emainar juntamente com o Diretor-Presidente, contratos, convenios, ejuates e acordos de interesse da Compannia;

II - decidir soure as etividaces econo mices e finenceires de Companhia, nos limites de suo competência;

ill = cumprir e farer cumprir sa deci =
 aces da Diretoria;

ly - elaborar onvalmente a proposta o<u>r</u> çamentaria da Companhia;

V - assinar juntamente com o Diretor-Presidente, todos od documentos ' que envolvem movimentoção financeira da Companhia;

VI - bolker partaries, loatrucues, nor mes, ordens de serviços na arco de euss atribuições;

VII - orientar e fiscalizar da actorea administrativos e financeiro d Companhia:

VIII - admitir e diapensar emprenados de sun arza, e quendo das desbie, por sun arza, e quendo das desbie, por sulleitação do respectivo titulor, dor posas, concrost feries, ventagens e indeniração, bem como designar us securentes de cardos em comissões e funções grotificados ouvido o Diretor Prusidente:

IX + eleborer, pera corovação, a alena de resuntraced dos empregencia;

X - dirigir, privater, coordener, inplanter, e quorevisioner us metor
res de prudução e tenerciulização de minerios, «/nu .;
produtos minerais induptinitizados, quer diretamente ;
ou indiretamente miroves de contratos;

XI - propor à Diretoria a crinção inatolar filiate, escritorisa de compondia em outras cidentes centro ou fore do talado;

XII - aproveder an Direin; Presidente, an eximinante, un relatorio do ausa: attuidades, hem cumu programscen un transino pera u areroioto anguinte.

PAHAGHALD (MICO:

O Dietar Prenidente e o Diretar & si official Presidents as Director of Statistics of Statistic

Artigo 230): - Os Conscinnicos e Direttres entas inventidos non seus carqua entitorio enpinniura de termo de proma de tivio de Açar de Con (...)

sinniura de termo de proma de tivio de Açar de Con (...)

se Administración de 30 (trinta) dias entas a numero.

A Accembléis Gerel flenie o monts ter global ou individual to membles du Connelho de Administração e Conselho flaca, Enterest. To Conselho de Auministração fixor a remuneração dos messass de Diretorio.

CAPSTULO_VII

DA ASSCHOLÉTA GERAL

A Assenciéta Gerel é a reuniño com e-eloniétas, convocans e instaleis - na forma de Lei y anata fataluta.

A Assembleta Berol tey poderes onto resolver todos os negacios da Etypo y nhis e para tomar as decisões que julgor conventento o sua defesa e su desenvolvimento de seus trabalhos e coerg

PARÁGRAFO ÚNICO: -

A Assembléis Geral será ordinária su extraordinatio.

A Agmembleis Geral Creinaria.crollisar sera sie a primetra sulprema un mus de de marco de cada emo em local dio o hora previonario (in xenos pois Diretoria, e tera por lim: artigo 279): -

a) = Tomar B conts cos ecministrado res, exeminar, discutir e vuter
que demonstrações financeiras: D) - delipatat socia a destinita de

distribuição de dividendos; c) - elegar de menoros cos Carselhos' de Administração e fisca:, fixon

do-juse a temmesacan!

d) - aprover e entreção de express monetaria do capita) serial.

Um mes pelo menos antes ce deta fivada para .a. realização da Assembleia Gural Estampilo. a realização da Assembleia Gural Estampilo. a Diretoria fara comunitado por avisos cuministados de Cel, que en achas a dispusição das acionistada ma da Lei, que en achas a dispusição das acionistadas

a) - relatório da Administração acore negacios sociais, e principais fatos administrativos do exercício findo:

b) - cópia des demonetrações finenceiras , conforme artigo 176 da Lei nº 6.404/76 de 15/12/76;

c) - pareces dos Auditores Independentes

PBRÁGRAFD ÚNICO:-

Até OS(cinto) dies entes do cie entre-do pare a replizeuro de Astroleia Ec-do pare a replizeuro de Astroleia Ec-ral, però publicado no propa oficial du Estado eu em un tro organo de grande circulação, o ketatorio do Diretoria, tro organo de grande circulação, o ketatorio do Diretoria. Balança, es desunatrações finenceiros, insteur 235 Audito-rea Independente e Pareter do Conocino fiscal.

A Resembleia Geral Extreordinaria reun nir-ea-a em queltrer tempu, lara quel-quer fim que não apontados no artio. Es, a postru akr convocada:

a) - pelo Concelho: d. Puministração ou pe la Diretoria, et. ara que juigarem convenientes;

p) - pelos scionistas ou pelo Conselfo Fiscal, dos Curos previstos em lei-

A convocação de Acorabisis detal far mos a segimente amineio de seisos publicandos O3(três) veres, no michao, no ériga oficial do Leis do e em outro jornal un granga effecte, ao. És convitra en mos que appropriata a granga de convitra en o de convertamente, associação o jenes do de maneralista de outrolps reunieu.

Entre o die de primatre publicação do moine o proporte e en en restitación de Aunembidia Geral aculare e provide de Dictinida dias : ; de Aunembidia de esta aculare aculare de o de Occinida dias : ; de Aunembidia de esta aculare aculare de o de Occinida dias : ; de Aunembidia de o de Occinida dias : ; de Aunembidia de o de Occinida dias : ; de Aunembidia de Occinida de Occinidad de Occinid

Bessulvedes se secusiones blantegus es Artius 320): -

ŧ.

lei, a Aquestiéta heral tuatalurences em primetra convenção, com a precenta de arigojulou, com alerita a voto, e qua toureventes su eleiso um quatto do capital.

Artico 339): -

Promuon presenter à Amendiain Geral' deverau provut ava qualidade de acto-

ninths.

On actonistam podermo ser representa-dos na Auschbiela Gerol, por procesto-porem devidomente hobilitados, do formo de lei e deute ((atatuto-

As Assembliss Gerois serso providi-des pelo Diretor Presidente da Lampa-nhia a secretariadas pelo sciunista que for convocado par ra tal fim-

As Reliberações da Assembléta Cerni .
rescalvados en excessões praviatas em
lei, serão tomados por esjorio obsoluin de votos, não se
computando os votos em branco.

A Ata des trabalhos e Resoluções da Assembleia Geral, seran lavrados no li vio próprio, assimodos pelos membros da mesa e pelos acin mietas que a ela tenham comparecido.

PARÁGRAFO ÚNICO: -

Para validade da Ata é suficiente e aminatura de tantos delea quantos : enestituirem por seus vetos a naioria necessaria as deli persones tomados pela Ecsemblela . Sa Ata extroir-se-so certidoes ou copies eutenticados para os fins legais-

A Assembleia Geral Extraordinária oue tiver por objetivo a referma dos issa tutos ou aumento do capital, somenta se instalara en ori meira convocação, com a pretença coa acconistas que irbigamente dois tercos no minimo, do capital com difeito a sentem dois tercos no minimo, em segunda convocação, com qualquer numero.

CAPTULO VI

CONSCUED FISCAL

Artigo 300): - A Companhia tera um Donsgino fiscal c D3(tres) arthres e d3(tres) archetes ejeitos anualmente pela Assembleia Geral Grainaria.acco-nistas ou não, residentes no país, sendo permitida a ree-leição. A remuneração que aos mesmos couper sera visada/ pela mesmo Assembleia que os eleger.

Artigo 35°): -

Ariigo 354/: Compete eo Conselho fiscal desempe hhar es funções e incumenties que lhe são conferidas pela legislação específica.

Participareo do Conselho Fiecal, pesso es naturals, residentes no pala, diplo es naturals, residentes no pala, diplo pesdos em curso universitario ou que tenham exercico, por prezo minimo de O3(tres, anos, cargo de ecoministrador de empresos ou Conselheiro Fiecal.

PARÁGRAFO ÚNICO:-

Não podem per eleitos para o Conselho fincel os empregados do Companhio, os parentes dos Diretores até 30 grou civil e os que se o cherem impedidos no forme du lei.

CAPTIULD IX

DO BALANÇO E DOS LIVAOS

O Helanço Geral ecrá leventaco no fim de cada exercicio sociol cos Miltrin ta e hum) diam do men de dezembro procedence es everifi cacão dos lucros ou prejuízos. Esses balanços serão asui medos pela Diretoria.

#21100 42P): -

As demonstrack - fingaceiths upuntho: obedecer_me __introduces leneis cons -tantes do Capitula XV e eccues, ou-Loi nV i.404 uz 15/. 12/76.

Artigo 439);-

Além due livros obrigatúrios e auvili arce, tura a Compormio mois os ocqui<u>n</u>

- 1) Regintro de Ações Kominstivau:
- Argistro de Trunsforüncia de Ações -AnninoCivas;
- 3) Atma due Americation Germin:
- 4) Ales dan Hruntöen en Ottrtoris;
- a) Ates a Parenerse on Consulbu (incel) 6) Ates do Conselho de Administrações

7) - Livra do Presença de Acidoistas.

LANSTING A

MIR CURROS

Artign 440):"-

bus luries limiths apprentes summaris, serso deducidad:

- a) una tota de Sifetoro por centalpose conettroloni do filhto le discuso (f GAL, e fim de ennegorar a intentida de do capital;
- b) umo cuta para dintell'utque una sivi dendos, ote u marine la follocie pur contil un assi, come u cantill cuja forea se personente, especiale correcte a secondileta Cerul entale-lecera;
- e) = umo cota de até OS (ceta par centa) a ner distribuida au. Diretorescales de que seja distribuida uma acioni\(\frac{1}{2}\) tas e razas de ES (acta por centa\(\frac{1}{2}\) au ano, no minima.

Artique 4541: .

-pos feitem es produções an aftino antert or, o restante on intro atquio sem juvodo e crédita do conje LUCHO EN SUSPENSO que ficaro e disposiçõe da Assembleia Geral.

contruco xi

DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 46P): -

% sociedade entrará em liquidação nos é $\underline{\alpha}$ sos previstos em let.

PARÁGRAFO ÚNICO: -

A Assembleia Geral Estractdinatio. Convo quas país o fin espadial de ilcustracou . Estabelectra o mono pelo quas covers per totto a trout-dação. Nomezer do liquidentes e o Const. To Fitchit. Total Defendo sua remunerace

CAPITULO XII

. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 470): -

Anuelmente será envisdo en Governador do Estado, relatorio da Administração

da Companhia.

Artigo 480): -

A sociedade não poderá manter, em seu quadro de empregados, funcionarios es v vennam representar mais de um terço do . daedio susa;.

Artigo 190):
Os ensus umissus serau resolvidos pele
Assembléis Garal, conocada ne forma
deste Estatuto. A seguir, o Sr. Preniente deixou livre
a pelevra e como ninguem dela firense usa, declarau encerrado a Assembleia determinando a layratura da presente Ata, que capois de liba e aprovada, e por tudos anaite Ata, que capois de liba e aprovada, e por tudos anaineda. Duima, 10 de abril de 1979. Jose Augusto Martiner de Arauja Souza, Escretario; Salactor Ecpain; lvoCuiabano Scaff; Jone Augusto Mertinez de Araujo Suura;
Cuiabano Scaff; Jone Augusto Mertinez de Araujo Suura;
Diogo Ocuçira Carmuna; Altu Pascoli Mersoni; Ary Diancardi
ni; Vosco Roiz de Palma filho.

Certifico que a presente é cápis fiel extraÍda da Ata Original, trunscrita no Livro Proprio.

Cuinbo, O4 de maio de 1979.

SALADINO ESGATO Diretor Presidente

MATA COMCRETAL OD ESTADO DE MATO EXCESSO

CERIIDEO

Contifice, mie par decisio do 20 Turme, foi memi-vada nesti junto Comercial, sub o nv. 14070 e primeira vio da presente nto.

Culeba, 19/9/79.

JORO OMADOSA CAPAMINÚ

SCCRETARIO CORAL

Cineamenty excessioningsearl be mirenoliffe

Ata da Americinia Geral Grujna-fia e fetementicatia da Milamaf realizadas Cumulativamenta ga 30 de abell da 1979, en primei-ra convolucuo.

Ala de Apendidis Great Ordinarilla et futernistica de disease principales de la constitución de la constituc

ISTATUTO SOCIAL

cartua o 1

of socitiones it sees this

Artigo 10): -

A Companies Mulogramment de Mineracko-Mila Mais, constituida de forme de Let no 3.337 de D3 de decembro de 1971 e Decembro Lataquej de 3.9 de 16 de decembro de 1971, e uma notation de economia minitaregida pelan nurmos deste juintate e pelas dispositações de Lei das Sociedades Anordess.

Artigo 74): -

A Compandia Mulagrosse de Mineração META MAI-, tem como objetis principal o intre-mento do dependo interesto do estos de mineração do Late-do, podendo para insto:

- pere tanto:

 I Atuar no commo de traquinos, lavas, compra, venda, laboritatad reportação, indutribitação e transporte de minerala motalicos e não melatico, não diversas
 clacase constantes do Codido de "IneraemotCanituda III "Ja Conceituação e os
 Classificação de Jaridas e das Minesa"
 Decreto 67.91 de 27 de julho de 1968),
 pudendo emplorar e administra jaridas"
 proprias du de terceiros situados em
 qualquer parte do territorio nacional.
- qualquer parte do território nacional.

 Constituir subsiciárias ou absociar-se?

 a prupus nacioneis e catranquiros para
 realização dos esjetivos do inciso 1.c;
 labrando contratos e convenios, devendo
 obrigatoriamente, manter o controle aci
 cionario com o sercentual manhos de
 "Silícinconta e rum por cento) do Conital Social quanco se tratar de quidos
 cetranquiros. Com relocio dos nacio
 mais, participar majoritoriamente, em iqualdade de consistes ou, mesmo minoritoriscente, media to aprovação previa ou
 Conselho de Administração.

=ARAGRAFD ÚNICO: ~

Pera a consecucad do item I dos dojetiuna socials, a consecucad do item I dos dojetiproterrociolmente, de serviços contratados a iniciativa
contratada, vianado intentivar o st. compositivamento, dos
ticipação nos programas da impreja, pom como socializatanou-bau através da locação de «so de obre especializado, e ainda, permitir a receptação fienicilidade de a
propriação de recursos humanos, francos e poministratiups, em função dos projetos a serra desenvolvidos.

CAPITULO TI

DO PRAZO E DA SEDE

Artigo 30): -

O prazo de duraces da sociedade é por f tempo indeterminado.

Artigo 60): - A Companhie tera sede e foru ne cidade '
de Culeba, Cesital do Estado de Maio Grosso, com endereço provisório na Preça Santos Dumont,
150.

CAPÍTULO 111

90 CAPITAL SUCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 50): - D Copital social é de Cr\$ 355.047.320,00 (treventos e cincoenta e quatro milhões, quarenta e sete ell, treventos e vinte crustives),cividido em 35.404.337 nções orcinerias cominativos, endosauveis, de Cr\$ 10,03 (dez crustivas) cude uma.

PARÉTREFO PRINCIRO: -

An Bourros de Estado de Mato Groses: re-presentado prio Scoratoria de Industria. Comercio e furiamo non termos do Secreta nº 05 de 15 de marco de 1975, e posecuraço en todos os cumentos do Ca-pital suciel uma masserica mantas, de Sintelnocenta en ham por conto) de acces com diretto a voto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: -

A Commentio de scordo tom a deliberação de Aspendiela Berul, podera numentar o peu capital, mediante subcertas de novam acoas de boma ficações apa colosistas meias listribulçãos de eventual reservou acomulanta, incommenco de meias, incumnibilidades, requalização de acto invalização decorrence de tualização do correção sonaturia, nos termos da Lei número 30/64.

A meno é indivisivol em reinção à mocie-

Artigo 70)1 -

- econe e eros titulos reprosentativos i
- destinition, da do moctedade, sue esta e prese de direchi:
- a ctru representativa da ceptiel ' quitat o a asserto de apres am que ae divide;
- a moment or arrive de equitio and be-

na noniveluces du Diretur Spraiden dente e Diretur Administrativo - é finançairo:

1 Artigo 80): -

Por se trator de eçües endumnávete con-terño, minum:

a) - declaração de quo trena eribilidade mediante enduena;

mediante endueno:

nona e qualifi ... no no propriata - rio de scar, inacrite nu tivro de Replatro de Acona Lammanavela;

se a scho settuer interprittindo o présito do actualeto, e a encos e lugar de seu popomento, e a condições de interpritticado ficados perios de Acambirta Geral.

CAPITULO IV

DOS ACIDNISTAS

Artigo 90): -

Serão acionistes de Companhie:

e) - g Estado de Mato Grosso;

b) - pessons fisicas ou jurídices, neoi oneis ou estrangeiras; c) - pessons jurídicas de direito pú -blico.

O acionista so pourra ser representado na Assembleia, mediante procuração por instrumento público e com poderes especiais, determinendo-se a nora e locul da reunião, devenda o instrumento do-se a nora e locul da reunião, devenda o instrumento e ser decesitado na sede ou en outro local indicado pela Compannia, até a vespera do dia marcado para e Assembleia.

CAPSTULD V

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 109): -

São érgãos da ACIAMAT:

I - se celiberação: Asarmbleia Gerel:

II - or fiscalização: Containo Fiscal;

III - de Administrução: Conselho de Fami nistração e Diveteria:

e) - ólgãos de esarspolamento:

b) - érgada executivos.

PARÁGRAFO ÚNICO: -

A estrutureção dos órgãos de adminis -tração da METAMAT, sera objeto de Regi eento Interno da Companhia.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 110): - A Sociedade será administrada por um Director de Conselho de Administração composto de Di (176) membros, eleitos em Assembleia Geral, que cave rão ser acionistas do Masma, e por uma Directora composta de D2(cola) membros.

Artigo 120): - O Conscibo de Administração é orção de deliberação colegiãos, sendo a repre-sentação da Companhia privativa coa Diretores.

Os membros do Comecino de Administra ção serão picitos pelo Argembielo De ral e destituívela a qualquer tempo, e pero remunera dos na sesma proporção que os membros do Companhio.

Ocorrendo vaga no Conselho to Cominta-tração,proceder-pera de acusto com o ' dienceto no artigo 150 e seus paragrafos, de Lei nº.... 5.404/75.

D mondato dos mengros do Conselho de Administr- so vera de difecia anca .

Dermitida e recisição, ter-sente recipro se 15 du morço dos anos imparate.

Artigo 160): -

DO CONSCLINO DE COMEMENTATION - CALIFORNIA "

Artico 179): -

Compete so Conselho de Administração:

I - fixet a difentação geral dos negúcios' de Companhis:

II - Elegar o destituis as Disctores de Can penhis e fixor-lius a temenetaçõe, e ad atribulções, unacresida a una dispos -seta Leintuto.

papels of Companhia, outletter information of the course o

By - Consequent a Americate General queendo pol que consequente do ou como do estado -132 do tal 6404 de 19/17/76;

of a mailfeaturen relieves as relativities the fichalmintensing of an emitted the Directoria

VI - Autorizar a disemajo de tena do ativo permanente, a constituição de deum se-sio a a prentação de quemetina a portunção de teravisoa

VII - Cacolher e destituir De mulitures inde pendentes, se couver.

PARALAAFO (MICO: -

do r boulte or or star day regence.

To r boulte or or star day regence.

By Consella at . Contaking a per tool.

deliteration sectionist a probett stallan person.

DA DIACTORIA- CUMPOSIÇÃO E COMPCIÊNCIA

Artigo 189): -

te terreting.

A Diretoria erra composta por OC(dola)

Diretoria, Crost Piron e portuente constituiente a quasquet
te residentes no polocientos e centituiente a quasquet
tempo prio Connelho de amministração, de apma deste tatatuto, os quala exercisão os torque de Ulietor freei dente e Diretor Administrativo e financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:-

Og mimuros do Connelho de Alministra -ção, ete o márimo de 1/3 'hum terco) , poderão ser eleitos para o carço de Diretor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: -

Os carque de liretor poderão per exer-lidos por que, quer sussob, Jolonasia ; ou mão, mas de reconnecido catalidade e libertidade mo -ral comprovada, e terão seus vancimentos ligados pelo ; Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCEJRO: -

.

Fecultando o Estátuto a admissão de am cionistam estrangeirogiartigo govietra b), estes não poderão compor a Diretoria.

PRAGRAFO DUARID: Decomplicity pers on corons or vice
toris on architects impeditors. Conforme o artigo 147 da Lei G_AD4 de 15/12/76.

PARÁGRAFO QUINTO: -

Mão poderão exercer conjuntamente o cargo de Diretor, scionistas que forem! entre si escendetes ou descendentes, sogra e genra, cunha com, parentes e afins ate o accundo grau civil.

PARÁGRAFO SEXTO: -

Pere gorantia de sua cestão devera co-ca Diretor. Su alguem por ele, coucto-nar 20 (vinte) ações da Companha, coução esta que do de ra levantada depois de naver a diretor delazon o esegu-e aprovadas as contas por ele apresentadas.

PARÁGRAFO SÉTIFO: - O mandato dos Directores será de O2-(dois) ense podenda ser recleitos ou destituídos pelo Egnacia de Administração, terminan-do sempre em 15 de março dos anos impares.

engineero DITAVO: -

Mas susficios temporários do Dire-tor Presidente, o seu substituto e-ventual, será o Diretor Administrativo e financeiro. PARÁGRAFO DOMO:-

Decreace vaga definitiva na Diretoria, o Piretor en exercicio, solicitará reunião da Conselho de Caministração, a fin de rigger o outro membro da Direteria, o qual completará o mondato do substituido.

As delimeteçum de "iretatio derio" tompdem per maintis de dotare, culvig do so Diretor Piratérate sace de seu verm, e voto de de semoste.

Consulte e Diretoria, alca do cua control va control va

I - gerir de descritad en lois, com - orir e facer numeril a tutatuto e de deliberações de macembieio testal, a de donnelho de habilitariscuo, instatur escritorios em oueram simula de Cetado de fora delejisto compre que a mescosiones da contra delejisto compre que a contra delejisto compre que a mescosiones de contra delejisto con service mealm exicir;

11 - eleberar e monter nivalizado o Regimento interno da Componia;

.. III + crier = watinguir, cargos = fun care = fixer vencimenton = no =

ante ventagene du presuel; EW - being instruction contras, grants
de serviços e portariam, quents

ue careter peral:

- faret a distancies minat a constant a minat a constant a constant and constant an

91

plano de epilaci, nu due recureum de Computidia;

(cem wil crotation) annothering tendemining on the fatting and the fatting and

• VIII - ensector o dincultr entre medica o o aperfelgomento de anua ocrutena e colução do 7 anua problemati

IX - distribuir e splicar u lucto s opuredo na forma setubolacidos

neste Estawio.

Artigo 210):_-

Compete so Diretor Presidents: .

I - representer a Compositio, etten e'
prostemente en julio ou fore dele, e en suas milicuro com tercetros:

Il - atrair para a Commento, recurso que oportunizem a piene realiza ção de asua pojetivos:

111 - convocar juntamente com o Diretor Administrativo e financeiro. «s Assembleias Germia Droinnifuse Estraordinerias, na for ma da Lei e dirigir seus tracalhes.

IV - convocar e procidir reunioes da Biretoria, arabre que cevam ser tratados ensumtos de interesas da acciadade, não compresoides has atribuições específicas de cada : Diretor;

V - assinar com o Diretor Administra-tivo e financeiro, contratog.con-vênios, ajustes ou acordos de interzase de Componnia;

VI - assinar os documentos que envol -vem resonsabilidade patrimonial, , em conjunto com o Diretor Administrativo,

VII - Useiner juntamente com o Diretor-Administrativo e financeiro on com-punhia:

VIII - apresentar anualmente de Conselho de Administração e a Assumbleia -Geral o relatúrio des atividades da Concennia:

IX - dirigit, contrener.orientar e su-pervisioner os esteres teunicos .

de Compenhia;

4

.

I - cumprir e faser cumprir an deci -añes da Diretoria;

. XI - bolker porteries, instruções, nor-mas, gruena de serviços na essa de sums etribuições;

XII - solicitar an Diretor Administrati an e finenceiro sa providencias T que não arjam de sun algado e necessarios ao bom de -sempenho dos trabalhos.

Artigo 220): -

Compete so Diretor Administrativo e fi-nenceiro:

3 - essinar juntamente com o Diretor-Presidente, contratos, convenios, ejustes e scordos de interesse de Compannia;

11 - decidir sobre se etividedes econò mices e finenceires de Companhie, nos limites de sun competência;

111 - cumprir e fazer cumprir se deci -sões de Diretoris;

V - assinar juntumente com o Diretor-Presidente, todos os documentos ' que tavolvem movimentação financeira de Companhia:

VI - beiser porterias, instruções,nor-mes, ordens de serviços na esco de mues atribulções;

WII - orientar e fiscolizar us sctoten' aceinistrativos e financeiro ca Companhia;

VIII - monițir e dispensar empregadus de sum area, e quendo des demais, pur sum area, e quendo des demais, pur splicitação do respectivo titular, der popse, concrete ferios, vantagens e indeniração, uem como designar ua scupentas de carqua em comissous e funções gracificados ouvido o Director Prusidente;

IX - elaborer, pera morovoção, o plano de remuneração dos expreçamos;

X - dirigir, orienter, coordener, implemente, c pupervisioner us probres de produção e conorciulização de sinerios, a/ao . produtos minerais industrializados quer diretamente ou indiretemente elroves de contratos;

XI - proper à Opertorie a criação
Instalar fillula, socritarios de representação de Componeia em ...ce cidades dentro ou fora de tatado;

ou note in ceremi;

RII - epresenter an Diretor Presidente,
entalmente, um relatorio de muse'
estividades, bue cumo programação de translito uses d
exercicio seguinte.

PANAGNATO (MICO: .

District Prenidente e Otentar (ni netativity maintivity maintivity maintivity maintivity monecus, net mitativita de netativita de netativita de netativita de netativita de nitricita de n

De Conscinuires a Directores acciós in-mustidos nos seus serves accidente ac-simalita de termo de porce de tives de Atan de tima (co.). de Administración de 30 (trinto) dies apos a nomencia. Artigo 230): -

A Accembléia Garat fisciá o monto tel global du individual des membres do Connelho de Administração fisca a femuneração dos securios de Consulho de Administração fisca a femuneração dos securios de Diretorio.

CAPITULO VII

DA ASSEMULÇIA GERAL

A Resombleia Geral é a truntão 227 a-etonistos, convocada e instaleya na forma da Let e deste fatatuto.

A Assembleis Gerol tes Anderes sars "

Theolyer todos os nejicios du 1270 ;

Theolyer todos os nejicios du 1

PARÁGRAFO ÚNICO: -

A Assembléja Geral será ordinátia ou extraordinacia.

A Appendicia Geral Ordinatia, replikaj sera ste a primetro culordon de mas sera ste a primetro culordon de mas se marco de cada emb es locut, dio e nora previonante el asos pois Diretorio, e tera por fim:

a) - Tomor a conta coa aministrado res, examiner, discutor e vota

es cempnatrações financeiras:

b) - deliberar accre a cestinica ne lucro liquido co exercicia a distribuição da dividendos; E) - eleger po menoros cos Carselhos' de Administração e Fiscei, fixon

do-lhee a remuneração;

d) - aprover a correção de expressão monetaria do capital actial.

Artigo 280): -

im mes pelo menos antes de deta fivada para .e. realizada da Ascembleia Geral Controrla. e predirecão do Ascembleia Geral Controrla. a Diretoria fore comunitado por avisas cualidades na cora da Lei, que se amam a disposição cos ocionistas:

a) - relatorio da Administração esser ineccios sociais, e principais fatos administrativos do exercicio findo;

b) - copts des demonstrações finerceiros -conforme artigo 176 da Lei nã 6.404/76 de 15/12/76;

c) - parecer dos Auditores Independentes

PORÁGRAFD ÚNICO:-

Até Os(cinco) dies entes de cie morca-do pore a realizeção de Asercoleis Ge-ral, pero publicado no orgão eficial co, Esteo) cu em ou-tro orgão de grande circuleção, o Relatorio da Diretoria, tro orgão de grande circuleção, o Relatorio da Diretoria, Balança, es demonstrações financeiras, Porteer aos Audita-Balança, es demonstrações financeiras, Porteer aos Audita-rea Independentes e Parceer do Conocido Fiscal.

a Assemble's Geral Extraordinaria reun nir-es-a ca quaintri tempo. Jaja quain que fim que não apontedos no artir. I, a covers ser convocada:

a) - pelo Conocino o Poministraceo ou se la Diretoria, su ava que juigerem convenientes:

a) - palos ecionistas ou pelo Conseiro Fiscal, dos comos previstos em lei.

A conversed de Acermilée derai for me-a mediant amineta de actor pour cados 03(três) verses, no minimo, no order estado que esta de a em outre jornas de dranda estruicas. Es convitro de a em outre jornas de dranda estruicas. Es convitro el manda que successor en estado que successor en el de me-ainte en el de me-ainte el de me-ainte en el de me-ainte e

Entre o dia do primeira publicação do avias de converção e a es rentização? de Ausomblis Greal amularo o proto de Liberto diam : : de Ausomblis Greal amularo o proto de Liberto diam : : de Ausomblis Greal amularo o proto de Liberto de Converge de Securio de Converge de Artigo 3193: -

Artigo 320); -

1

Resulvating as requesting previoties em

let, a Annobléta Lerol tentolofousé en primeira convenção, com a picamica de arianjaton, com direita a vata, e que representem un ofoimo um quarto -do copital.

#rtipo 339): -

Pennons presenten & Assembleia Gerat' deverso provos sus cuolidade de acin-

nintbs.

PAPACRAFO GHICO:-

Da actoniatas poderão ser representa-dos na Ausembiria Geral, por plucula-pores devidamente hobilitados, ou forma da lei e deute i

As Assembleion Gerata serão presidi — dos pelo Diretor Presidente da Companhia e secretariadas pelo acionista que for convocado para tal fim-

Artigo 3597: At deliberações de Accembiéle Gerni pessalvados em excessões previsées tel, serão tomados por majorio absolute de votes, não se computendo oo votos em branco.

A Ata Eqs trabminus e Resoluções do Asserbleia Beral, serão laviados no li wro proprio, essinados celos menoros sa meso a pelos ación nistas que a sia trobas comperecido.

PARÁGRAFO ÚNICO: -

Pere velidade de Ata e suficiente a assinatura de tentos deleg quantos i constituirem por seus votos a maioria necessaria at deli berações tomadas pela Arasmoleia . Ja Ata extrair-se-bo certidões ou copias autenticados para os fina legais.

Artigo 370):
A Assembleia Geral Extraordinaria oue tiver por objetivo a reforma des itia tutos ou aumento do capital, somente se instalata em primeira convecação, por a presença dos acienistas due freig aentem deia tercas no minimo, do exeltar com difeito à voto, instalando-se todavio, em segunda convocação, com realoustr numero. Majdnet unweig. Word' imerijanto

CAPITULD VIII

CONSELHO FISCAL

Artigo 380): - A Companhia terá um Consglho Fiscal e D3(tres) montres e D3(tres) surlentes eleitos anuglmente pela Assembleja Geral Ordinaria.emonistas ou nao, residentes no país, sendo cermitico a resleto. A renunaração que soa mesmos coupar sara fixada pela mesmo Assembleia que os eleger.

Compete eo Conselho Fiscal desemps - nhar as funções e incumpencias que lhe são conferidos pela legisloção específica.

Participarão do Conselho Fiacal, pesages naturals, residentes no país, diplomedos em curso universitario du que tenham exercico, por prazo minimo de Ol(tren, anos, cerro de administrador de empresos ou Conselheiro Fiacal.

napárrafo ÚNICO:-

Mão podem ser elettos para o Commelho Fiscal os empregados da Compunhio, os porentes dos Diretores eté 30 gras civil e os que se a cherem impedidos na forme de lei.

CAPTIULO IX

DO BRIANÇO E ODS LIVROS

O Balanço Geral sera leventaco no fim de ceda exercicio social, con Jiltrin ta e hum) diam do men de derembra procedendo-se a verifi mação dos lucros ou prejuizos. Esses balanços serao assi nedos pela Diretoria.

As demonstrações financeiros devarão objedecer en Sievasicões lensia cons se tantes do Cabitulo XV e acções, da Lei ou 6.404 de 15/. 12/76.

Artiga 439):-

Além dus livros chrimatúrios e susili ores, toro a Compunhia sula os ceguin

· test

- 1) Regintro de Ações Kominations:
- 2) Acqistro de Trunsferência de Açõea -Montentiums;
- Atam das Ampomolétes Cersia:
- 4) Atos den Kruntüen om Otrrtorio:
- 4) Stat p Paterstau de Commutes elecul 6) - Ates to Conseino de Administração:

7) - Livra do Presença de Actualistas.

confiner x

sas tucnas

Artigo 440):*-

bin, luctus iliquidan aparados musiments,

- e) uma cota de Sifetaro por centripare constituição do filmit DC discusa Li GAL, a fim de annequias a intensida de da expitai;
- uma ruta para districticia districtica di districtica di di consider e l'elegatore por contil an ada, corre u rapital, cuja fores de preparente, em monda i corrente a foreculiria derui rolabericces:
- c) une cote de ete 6% (rete per centu) e ser distribuido no. Diretores,des de ege seja mistribuito una accessi-tam a resen de 6% (seta per cento) ; no eno, no minimo.

Artigo NOUP:

Após fettas es unduches es artigo initert

es, o restante di lingo itacido bein lue

vodo e crédito do conje LUCHO EN SUSPLMIJ que ficore e
disposição da Assembleia Gerol.

CAPÍTULO XI

DA LIQUIDACÃO

Artigo 460): -

% sociedade entrará em liquidação nos $c_{\underline{b}}$ soa previstos em lei.

рапаснаго (ж.: 00: -

A Asmembleia Geral Extractibaria. convo quos para o fim esoncial te ilcumnacio , estabelectra o mono pelo dual covern per rella a ilmui-cacao, nomezra as licuidentes e o Esnarimo tinculiesta-deicendo sua remuneraceo e determinanto prazo do monos to cos liquitantes e seus fimiores.

CAPITULO XII

. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 470): -

Anuelmente será goviado ao Governador do Estado, relatorio da Administração

da Companhia.

ertigo 460): -

A mociedade não poderá manter, em seu quadro de empregados, fincionacios es -venham sepresentar moia de um terço do :

tranceiros que

Artigo 490):

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Gerul, convecada na forma deste Estatuto. A sequir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra e como minquem dela firense uso, declardo enterado a Estableia, determinando o leyratura do insuado te Ato, que cepoia de lido e aprovada, e por todos antitados. Cuiada, jo de abril de 1879. Jose Augusto Martinado e Aroujo Scuza, - tecretario; Solacino Ergain; los Cuiadono Scaff; Jose Augusto Martinado e Aroujo Scuza, - tecretario; Solacino Ergain; los Cuiadono Scaff; Jose Augusto Martinado e Aroujo Suuda i Diogo Ocuplas Carmona; Aldu Pascoli Actani; Ary Diancardini; Vosco Roiz de Palma Filho.

Gertifico que o prenente é cópio fiel 'extraída da Ata Original, trunscrito no Livro Proprio.

Cuiebe, O4 de majo de 1979.

SALADINO ESCAIB Olietor Presidents

MINTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

<u>ccsii040</u>

Cartifico, mie por decisão da 20 Turma, foi armit-nesti Junes Comercial, sub o mº, 14070 a primeira vous nest, when Com vin do presents sta.

Culebi, 19/9/79.

JUNO DAMNOSA CAPAMINÓ

rica dani Ti

SECRETARIO SCHAL



ATA DE REUNIAO

No dia primeiro de abril de um mil novecentos e noventa no escritório da Administracao do Porto de Caceres-MT, reuniram-se os Srs. Armando Carlos Arruda de Lacerda - Presidente 'da 'METAMAT e Marlon Acilino Sguario Valle Bastos - Chefe do Nucleo Administrativo da CODESP/AHIPAR, visando dar cumprimento aos termos do Convenio nº 002/98, celebrado entre a Uniao, por intermedio do Ministerio dos Transportes e do Estado de Mato Grosso, delegando a este a Administração e a exploração do Fluvial de Caceres. Com relacao aos empregados da CODESP/AHIPAR, lotados no porto de Caceres, a METAMAT solicita informação contendo relacão dos mesmos, copias de registro de empregado, 🦔 dossie funcional e fichas financeiras para que os mesmos - possam ser absorvidos pela atual sucessora da administracao e exploração do porto fluvial de Caceres. Quanto a clausula loitavada cessao dos bens, ficou definido que, para a realização do inventario, sera marcada, entre a METANAT e a CODESP/AHIPAR, data conveniente, respeitando o prazo determinado pela clausula oitava de sessenta dias, máximo a partir da vigencia do Convenjo. Com relacao as despesas fixas(agua, energia eletrica e telefone) a CODESP/AHIPAR fara as Concessionarias a solicitação de consumo final nesta data. Quanto a integracao ao SISCOMEX, a METAMAT devera procurar a Secretaria da Receita Federal no sentido de - se credenciar junto ao sistema, e solicita a CODESP/AHIPAR manter o sistema ate o dia 10/04/98, responsabilizando, a METAMAT, pelo ressarcimento das despesas no periodo de primeiro a ate essa data de 10/04/98, de um funcionario do porto de Ladario-MS, (Sr. Elcio Franco Rull), para dar andamento nos servicos de controle dos embarques, com despesas a serem ressarcidas a AHIPAR. quaisquer despesas relativas ao porto passarao a ser de exclusiva responsabilidade da METAMAT a partir desta data. A METAMAT assume, também, a exploração e administração da area edificações existentes no local destinado ao novo Caceres-NT. As 12:00 horas, nada mais tendo a tratar, todos assinada, perante testemunhas.

Metamat

COBESEVAHIPAR

Testemunthas:

Clais F. Rull Cont. Capatazis

1

3

記るのは

Arti 30 A Transportadora afixará, em lugar visivel sos usuários, venda de passagens a nos terminais, transcrições do artigo 29 nos locals de desig Lei.

CAPÍTULO VI Das Disposições Gerais

Art. 31 Na fixação das tarifas do transporte coletivo de passageiros, baseados em serviços eficientes, serão considerados, em todos os seus componentes, o custo operacional dos serviços e a justa remuneração do investimento.

Parágrafo único. A terifa referida neste artigo será preservada pelas regras de revisão e de reajuste previstas nas leis aplicáveis, no Regimento desta Lei e demais Normas Complementares.

Art. 32 Os estudantes de escolas de qualquer grau que utilizarem habitualmente o transporte coletivo de passageiros, nas linhas intermunicipais de características urbanas, terão desconto de 50% (cinquenta por canto) nas passagens, mediante exibição de documento comprobatório dessa situação.

Art. 33 Não será permitido fumar no coletivo.

Art. 34. Os encarregados da fiscalização do Poder concedente tarão livre acesso aos equipementos, às instalações integrantes do serviço e sos registros contábeis das empresas Transportadoras.

Art. 35 É vedada a exploração dos serviços numa mesma linha por empresas transportadoras que mantenham entre al vínculo de interdependência econômica.

Art. 36 É assegurada a qualquer pessõa o acesso a informações e a obtenção de certidões e cópias de atos, contrátos, decisões, despachos ou pareceres relativos a licitações ou às próprias concessões de que trata esta Lei.

Art. 37 Não será permitido o transporte de passageiros em pé, selvo nas linhas de características urbanas e nos casos de prestação de socorro.

Art. 38. O planejamento e as condições de operação dos serviços de transporte intermunicipal de características urbanas são da responsabilidade do Estado e dos Municípios envolvidos em cada caso, que poderão conveniar-se pera o exercício desta competência, na forma da Lei.

Art. 39 As Transportadoras pagarão emolumentos, conforme tabels a ser fixada pelo DVOP, por serviços administrativos do seu interesse que lhe forem prestados.

Art. 40 Ficam as autoridades policiais, especialmente a Polícia Rodoviária Estadual, obrigadas, quando soliciladas pelo DVOP, a preatar o apoio necessário para retenção e apreensão de velculos que estiverem realizando serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, sem autorização do poder concedente.

Art. 41 O uso de publicidade nos veículos de transporte colativo só será autorizado pelo DVOP em casos especials.

Art. 42 Poderá ser autorizada, através de Concorrência Pública, a oriação de nova linha em linha já existente, sempre que houver interesas público, a demanda de passageiros comportar mais de um horário em cada sentido e, de pretenência, quando existir apenas uma empresa transportadora explorando os serviços.

Art. 43 A autorização e que se refere o antigo anterior poderá ser para o transporte convencional, Igual so já existente, ou para o transporte atternativo, realizado por velculos diferenciados e de menor capacidade da transporte.

Parágrafo único. As condições rie operação do transporte alternativo referido no presente sitigo serão delinidas no Regulamento desta Lei.

CAPITULO VII Das Disposições Finale e Transitóries

Art. 44 Nos casos de delegação, mediante ficitação, de novas concessões para exploração de linhas existentes, fica assegurada às Transportadoras em operação a faculdade de reduzir as respectivas frotas e freqüência de viegens, até os limites estipulados para o novo serviço.

Art, 45 Ficam mantidos, sem caráter de exclusividade, pelo prazo fixado nos contratos de outorga, as atuais concessões, decorrentes de disposições legais e regulamentares anteriores.

Art. 46 Dentro de 60 (sessente) dias o Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 48 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente, a Lei Estadual nº 3,475, de 24 de dezembro de 1973 e seu Regulemento.

Palácio Palaguás, em Cuiabá, 19 de fevereiro de 1998,

177º da Independência e 110º da República.

DANTE MARTINS DE OLEVEIRA
JERNES GOMES DE MEREU
SULLIMONE FREDERICO DE MOURA MULLER
HELIO ADELINO VIEIRA
HILÁRIO MÓZER NETO
EDISON ANTÓNIO COSTA BRITTO GARCIA
JOSE GONCALVES BOTELIO DO PRADO
VALTER ALBANO DA SILVA
FRANCISCO TARQUINIO DALTRO VALTER ALBANO DA SILVA
FRANCISCO TARQUINIO DALTRO
ALDO PASCOLI ROMANI
VITOR CÁNDIA
FAUSTO DE SOUZA FARIA
FAUSTO DE SOUZA FARIA
FAUSTO DE SOUZA FARIA
FAUSTO BORDO MAGALHÃES FARIA
ANTORIO MAGALHÃES FARIA
ANTORIO HANS
BEATRICE MARIA PEDROSO DA SILVA
LUZ EMIDIO DANTAS
FREDERICO GUILMERME DE MOURA MULLER
SABINO ALBERTÃO PILHO
CARLOS AVALONE SINICM
ELISMAR DEZERRA ARRUDA

DECRETO NO 2 121; AND DE --- DE --- DE TEVEREIRO DE 1998.

Autoriza Companhia Autoriza à Companina mato-grossenas de Mineração - METAMAT, a promover atos necessários à reestruturação de suas atribuições institucionais, e dá outras

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que the confere o Artigo 68, Incisos III e V, da Constituição Estaduel, e com base no Artigo 48 da Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro de 1992 e,

considerando as iniciativas em curso pelo Governo Federal no sentido de descentralizar as ações e delegar atribuições aos Estados e Municipios;

considerando que a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, e o Decreto nº 2.247, de 06 de junho de 1997, autorizam o Ministério dos Transportes a delegar aos Estados, a administração e exploração de portos sob sua responsabilidade, desde que o Estado se habilite, nos termos da Lei;

considerando o disposto no Oficio nº 031/STA, de 03 de fevereiro de 1998, do Ministério dos Transportes e;

considerando que as atuais atribulções institucionais da METANAT, the facultam, com pequenas adequações, desempenhar o mister e que se refere os atudidos diplomas federais,

DECRETA:

Art. 1º Pica autorizada e Companhia Mato-grossense de Mineração - METAMAT, ouvidos seus órgãos deliberativos, a promover atos necessários à reestruturação de suas atribulções institucionais, mediante Projeto de Lei, propondo modificações nos objetivos de Companhia.

Art. 2º A METAMAT atuerá, a conter da data de publicação deste Decreto, como órgão delegatário do sistema portuário, no ámbito do Estado de Mato Grosso, visando a consecução do que dispõe a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1998, regulamentada pelo decreto nº 23.247, de 06 de junho de 1998.

Art. 3º A METAMAT deverá definir diretrizes básicas para o desenvolvimento sócio-econômico auto sustentado do sistema portuário no ámbito do Estado de Mato Grosso, considerando sempre a possibilidade de delegação à iniciativa privada das atividades passiveis de exploração comercial, nos termos das leis federais que regem as concessões, respeitadas as leis ambientais acerca do tema.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir na dete de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 19 de 177º da Independência e 110º da República. fevereiro de 1998.

> DANTE MARTINS DE OLIVEIRA ernador do <u>Es</u>

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve exonerar IVONETE ANDRADE ARRAIS do cargo de Direção e Assessoramento Superior, Nível DAS-1, de Assistente de Gabinete da Auditoria Geral do Estado, a partir de 1º de janeiro de 1998.

Palácio Palaguás, em Culabá, 31 de janeiro de 1998.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA Governador do Estado

JOSÉ GONÇAL PENDOTELHO DO PRADO Secretário Augiga Gojal do Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO,

no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR a senhora CLEUTA FORTE DALTRO DO NASCIMENTO, do cargo de Direção e Assessoramento Superior - DAS-2, de Chefe da DIVISÃO DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD) da Secretaria de Estado de Saúde, a partir desta data.

Palacio Paiaguas, em Cuiaba-MT, 17 de fevereiro de 1998.

DANTÉ MARTINS DE OCIVEIRA

JULIO STRUBING MULLER NETO



OFÍCIO Nº 048 ISTA

Brasília, \mathcal{H} de março de 1998.

Senhor Governador,

Temos a grata satisfação de cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, encaminhar cópia do Convênio de Delegação do Porto de Cáceres devidamente assinado, para ciência e providências que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

WILDJAN DA FONSECA MAGNO Secretário de Transportes _____ Aquaviários - STA

> METAMAT BECEBENOS Culaba 24 de 03 de 19 48

> > estes de Comunicação

A Sua Excelência o Senhor Dante Martins de Oliveira Governador do Estado de Mato Grosso Cuiabá - MT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

CONVÊNIO N.º 002 /98

CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, E O ESTADO DE MATO GROSSO PARA A ADMINISTRAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DO PORTO DE FLUVIAL DE CÁCERES.

Aos quatro dias do mês de março de 1998, a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, inscrito no CGC/MF sob o n.º 37.115.342/0032-63, neste ato representado pelo Ministro de Estado dos Transportes, ELISEU LEMOS PADILHA. casado, advogado, CPF n.º 009.227.730-68, com domicílio especial no 6º andar do Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, Distrito Federal, neste ato assistido pelo Secretário de Transportes Aquaviários, Senhor WILDJAN DA FONSECA MAGNO, brasileiro, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade n.º 4518 CREP-1º Região e do CPF n.º 002.902.891-49, residente e domiciliado no Setor Habitacional Individual Sul - SHIS QI 27, Condominio Quintas da Alvorada Lago Sul lote 26, Brasilia(DF), doravante, denominado simplesmente DELEGANTE, e o Estado de Mato Grosso. representado por seu Governador, DANTE MARTINS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado portador da Carteira de Identidade n.º 751.428 SSP/MT, CPF/MF n.º 160.342.361-34, com domicílio à Rua Canadá s/nº, na cidade Célula Santa Rosa, no Estado de Mato Grosso. doravante denominado DELEGATÁRIO, resolvem celebrar o CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO, com a interveniência da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP. sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério dos Transportes, inscrita no CGC/MF n.º 44.837.524/0001-07, neste ato representada, pelo seu Diretor - Presidente MARCELO DE AZEREDO, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade n.º 14.192.428-7/SSP-SP, CPF/MF 028.264.018-58, com domicílio na Rua Bahia, 643 aptº 91, Higienópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, adiante designada simplesmente INTERVENIENTE, tendo em vista o que consta do processo n.º 50000.010370/97-48, observadas as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 8.666, de 21 de junho de 1993 e 9.277, de 20 de maio de 1996, bem assim o Decreto n.º 2.184, de 24 de março de 1997, com as alterações constantes do Decreto n.º 2.247, de 06 de junho de 1997, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

by J.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a delegação, da União para o para o Estado de Mato Grosso, da administração e exploração do Porto Fluvial de Cáceres, nos termos da Lei n.º 9.277, de 10 de maio de 1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.184, de 24 de março de 1997, com as alterações constantes do Decreto n.º 2.247, de 06 de junho de 1997, observadas as disposições da Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

A partir da vigência deste Convênio de Delegação, ficam sem efeitos as responsabilidades e atribuições da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, que lhe foram estabelecidas no Convênio de Descentralização n.º 001/95 e seus Termos Aditivos.

CLÁUSULA SEGUNDA DA IDENTIFICAÇÃO DOS BENS QUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO DO PORTO

Os bens que integram o patrimônio do Porto Fluvial de Cáceres, são aqueles decorrentes do inventário de que trata a Cláusula Oitava deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA DA FORMA DE ADMINISTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO PORTO, RECEITAS E DESPESAS

O DELEGATÁRIO exercerá, por intermédio de entidade vinculada criada para este fim específico, a administração e exploração do Porto Fluvial de Cáceres, retirando-se da operação portuária e, em conseqüência, deixando de prestar diretamente os serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, no prazo máximo de 06 (seis) meses da vigência deste Convênio, restringindo suas atividades no Porto às funções de Autoridade Portuária.

Parágrafo único. Será receita portuária aquela advinda da remuneração pelo uso da infra-estrutura aquaviária e terrestre, arrendamento de áreas e instalações, aluguéis e projetos associados, que deverá ser aplicada, exclusivamente, para o custeio das atividades delegadas, manutenção das instalações e investimento no porto.

X

CLÁUSULA QUARTA DO BALANCO

Na data da transferência do porto ao DELEGATÁRIO, a INTERVENIENTE promoverá num prazo de 30 (trinta) dias, o levantamento do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do Porto, transferindo ao DELEGATÁRIO, todos os direitos e obrigações, ressalvados os contratos de obras, serviços e aparelhamento de que tratam a Cláusula Nona do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA DO PESSOAL

O DELEGATÁRIO assume como sucessor os Contratos Individuais de Trabalho dos empregados lotados na Administração do Porto Fluvial de Cáceres, relacionados no Anexo I deste Convênio, o qual fará parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro - O DELEGATÁRIO assume a contribuição do PORTUS - Instituto de Seguridade Social referente a parcela da patrocinadora enquanto vigentes os Contratos de Trabalho.

Parágrafo Segundo - O DELEGATÁRIO assume, também, os encargos decorrentes de acordos trabalhistas, oriundos de Plano de Incentivo para Desligamento Voluntário, celebrados entre a Administração do Porto Fluvial de Cáceres e seus empregados.

Parágrafo Terceiro - As obrigações decorrentes de reclamações trabalhistas, transitadas em julgado, até a data da assinatura deste Convênio, serão de responsabilidade da União e as em andamento serão de responsabilidade do DELEGATÁRIO.

Parágrafo Quarto - No caso de ajuizamento de reclamatórias após a transferência dos contratos de trabalho para o DELEGATÁRIO, mas relativas à postulação de direitos referentes a períodos anteriores a essa data, a União poderá ser denunciada a lide.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DO DELEGATÁRIO

São obrigações do DELEGATÁRIO:

1 - exercer o objeto da presente delegação, obedecendo aos termos da Lei n.º
 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 e demais legislações aplicáveis; ∖;

Dul

X

+

- II promoverⁱ o arrendamento de áreas e instalações do porto delegado, observando as diretrizes do "Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias" do **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**;
- III promover a reestruturação administrativa e organizacional do porto delegado, de forma a ajustar seu quadro de pessoal à função precípua de Autoridade Portuária;
 - IV exercer as competências estabelecidas no Art. 33 da Lei n.º 8.630/93;
- V receber, conservar e zelar pela integridade dos bens patrimoniais do Porto Fluvial de Cáceres, incluindo a sua infra-estrutura de proteção e acesso, mantendo-os em perfeita condição de conservação e funcionamento, até a sua devolução à União;
 - VI manter atualizado o inventário e registro dos bens vinculados ao Porto:
- VII - manter programas de treinamento de pessoal e de busca permanente da melhoria da qualidade na prestação do serviço objeto da delegação;
- VIII manter pessoal técnico e administrativo próprio ou de terceiros legalmente habilitados e em quantitativo suficiente para a prestação de serviço adequado;
- IX recolher aos cofres públicos todos os tributos e contribuições incidentes ou que venham a incidir sobre bens e atividades objeto da delegação;
- X prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários do Porto, sem qualquer tipo de discriminação e sem incorrer em abuso de poder econômico, atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas;
- XI adotar medidas necessárias para que haja a manutenção e reposição de bens e equipamentos vinculados ao porto, bem como a aquisição de novos bens, de forma a assegurar a atualidade do aparelhamento do porto;
- XIII manter seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, para dar cobertura as suas responsabilidades com o DELEGANTE, com os usuários e terceiros;
- XIII apresentar relatório anual, contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, que servirão de base para Tomada de Contas realizada por Junta designada pelo **MINIŞTÉRIO DOS TRANSPORTES** através da Secretaria de Transportes Aquaviários;
- XIV implementar obras de melhoramentos destinadas a garantir a manutenção de serviço adequado, aumentar a sua segurança e a modicidade da tarifa do porto;

XV - responsabilizar-se perante terceiros por\atos praticados durante a vigência do presente Convênio, afetos à exploração do porto;

DV

24

1

- XVI devolver ao DELEGANTE, ao final do prazo da delegação, todos os bens que lhe forem cedidos em decorrência deste Convênio:
- XVII dar condições e apoiar o DELEGANTE no exercício das atividades de acompanhamento, fiscalização e controle deste Convênio:
- XVIII respeitar os tetos das tarifas portuárias em vigor e só proceder a revisão e o seu reajuste nos termos do artigo 70 da Lei n.º 9.069, de 29/6/95
- XIX prestar, mensalmente, ao MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, informações sobre a movimentação de embarcações e mercadorias, e a execução dos planos e programas, destacando os de arrendamento, obras de melhoramentos e cumprimento das metas de exploração do porto;
- XX assegurar a devida proteção ao meio ambiente, tanto para os projetos próprios quanto para os de terceiros.

Parágrafo Único - A entidade mencionada no caput da Cláusula Terceira fica sub-rogada em todas as obrigações do DELEGATÁRIO definidas no presente Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DO DELEGANTE

São obrigações do DELEGANTE:

- I acompanhar, fiscalizar e controlar a execução deste Convênio, por intermédio do Departamento de Hidrovias Interiores da Secretaria de Transportes Aquaviários:
- Il intervir, sempre que necessário, para garantir a prestação de serviços adequados:
 - III realizar Tomadas de Contas Anuais.

CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO DOS BENS

Até 60 (sessenta) dias da entrada em vigor deste Convênio, as partes farão o inventário dos bens que integram o patrimônio do Porto. que serão cedidos ao DELEGATÁRIO, nele incluindo o rol das obras em andamento e sob a responsabilidade da

INTERVENIENTE.

Parágrafo Primeiro: - Concluído o inventário a que se refere o caput desta Cláusula, no prazo de 20 (vinte) dias, as partes convenentes firmarão Termo de Entrega e Recebimento dos Bens, que conterá disposição expressa sobre reversão dos bens à União.

Parágrafo Segundo - Os bens adquiridos durante a vigência do Convênio para exploração do porto , ficarão afetos ao seu patrimônio e reverterão à União ao término deste Convênio, independentemente da indenização.

Parágrafo Terceiro - Os bens inservíveis serão objeto de baixa e alienação mediante autorização do Ministério dos Transportes, através da Secretaria de Transportes Aquaviários, devendo o produto da alienação ser utilizado na aquisição de bens após aprovação de Plano de Aplicação pela referida Secretaria.

CLÁUSULA NONA DOS CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS EM VIGOR

Os contratos de obras, serviços e fornecimento, vigentes na data de assinatura do presente Convênio, poderão ser sub-rogados ao **DELEGATÁRIO**, caso este manifeste interesse.

Parágrafo Único - A manifestação de interesse deverá ser escrita e as negociações entre as partes, para a sub-rogação prevista nesta Cláusula, serão formalizadas em termo, que deverá ser anexado ao respectivo processo de delegação e fará parte integrante deste convênio, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA DA EXTINÇÃO

Na hipótese de extinção da delegação, não resultará para a União qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos vencidos ou a vencer, assumidos pelo **DELEGATÁRIO** com seus empregados, com terceiros e, inclusive, débitos de natureza fiscal em todos os níveis de governo.

Parágrafo Único - Excluem-se desta Cláusula os contratos a serem celebrados pelo DELEGATÁRIO, cujos prazos de vigência excedam o da delegação, desde que o DELEGANTE figure como interveniente dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO PRAZO

 γ

Č.

O prazo da presente delegação é de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável na forma da Lei n.º 9.277/96.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VIGÊNCIA

O presente instrumento entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA DENÚNCIA

As partes poderão denunciar o presente Convênio, mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - Constituem motivos para denúncia deste Convênio a superveniência de ato, fato ou Lei que o torne inviável, a conveniência administrativa devidamente justificada, ou o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições, responsabilizando-se pelas respectivas indenizações a parte que der causa à denúncia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICAÇÃO

As partes farão publicar o extrato do presente Convênio, respectivamente, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, correndo as despesas à conta do **DELEGANTE** e do **DELEGATÁRIO**, respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

As partes convenentes elegem o foro de Brasília(DF), para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução deste Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Inf

P

L

E, por assim estarem justos e acordados, as partes assinam este Convênio em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas.

Brasília - DF, 04 de março de 1998.

ELISEU PADILHA

Ministro de Estado dos Transportes
DELEGANTE

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Governador do Estado do Mato Grosso
DELEGATÁRIO

MARCELO DE AZEREDO
Diretor - Presidente da CODESP
INTERVENIENTE

WILDJAN DA FONSECA MAGNO Secretário de Transportes Aquaviários ASSISTENTE

TESTEMUNHAS:

Vice-Governador JOSÉ MÁRCIO PANOFF DE LACERDA

Senador CARLOS BEZERRA

plant de splitação dos cuturess de temponida;

911 - Onchils minte en interio, ben nive vittiniannerio de Cistuitibil, di vittiniannerio de Cistuitibil, di Le con ell'accionali ambienti de le con ell'accionali ambienti de le con ell'accionali ambienti de le con ell'accionali ambienti dell'accionali ambienti delle con ell'accionali ambienti delle con ell'accionali ambienti dell'accionali ambienti delle con ell'accionali ambienti della contra della cont

1X - distribuit e spilont o lucto *

neste Estatutu.

Artion 2163: "

Compete as Diretor Presidents: .

1 - representar a Composita, ativa representate em juito ou fore de-

11 - atrair para « Cumpombio, recutada que oportunizem a plema recitza -

Assembleles Gerole Ordinarius Extreordinarius, nu (or me di triolitation de l'inonceiro, su Assembleles Gerole Ordinarius Extreordinarius, nu (or me du Lei e dirigir sune translass.

19 - convocer e promitir Paunière de Oliftorie, tempre que povem ecr : tratedre seguntos de interese da sociadang, não compreendides nas stribuições específicas de cada :

V - assinar com o Diretor Administra-tivo e Financeiro, contreto, con-vênice, ajustes ou ecordos de interesse de Componia;

vi appropriate de interesse de Componia;
vi appropriate de documentos que envolavem responsabilidade catrimonia;
de Empresa, em conjunto com o Diretor Administrativo;
a Financeiro;

VII - estinat juntamente com o Diretor-Róministrativo e financeiro do Eurentos que envolvam movimentação financeira os Com-

VIII - apresentar anugimente de Conseino de Administração e d Assendiesa o Geral o relatório des atividades da Concennta:

IX - dirigir, contends orientes e ou-parvisioner on severes technicos

de Compennie:

X - numbris e fases numbris sa deci -sões da Disetorie;

X1 - beiner porteries, instruções, nor-mes, oruens de serviços ne erea

XII - molicitar ao Diretor Administrati no e Financeiro en providencias y que não sejam de aus alcada e necessarios ao pum de « sempenho dos tracalhos.

Artigo 220): -

و ع

. . 0

Compete so Diretor Administrativo e fi-nanceiro:

3 - ensiner juntamente com o Diretor-Presidente, contretos, convenios, ejustes e ecordos de interesse de Compennie;

II - decidir sobre em militades economica, militades financeiras os Compannia, nos limitad de suo compannia;

111 - cumprir e fazer cumprir sa deci -

1V - elaboret onusimente a proposta or enmentario da Companhia;

y = aspiner juniumente com o Diretor-Presidente, todos po documentos (Presidente, todos po documentos (que envolvam movimentação financeira de Companhia;

VI - beiser portories, instruções,not-mas, ordens de serviçõe ha erco

VII - orienter e flacalizar da ectoren*
equinistrativos e finenceiro da
Companhiel de must etribulções;

WIII - somilir e disponser emprendus de sum ares, e ousnos cas demals, pir supertius titularidor popas, concour feries, unntagons e indenirsquis. Eve como designar us scupantes de ceruse en comissous a funções gratificados puvidu o Diretor Praesdente:

IX - eleborar.pera entoueção, o pleno de remuneração due empreçacia;

de remuneraum due ampreçade. O diend:

X - dirigir, orienter, confuente, implemente, plentur, e unprevisiquer us orientere e unprevisiquer us orientere elemente elem

All - approximate an Olympia Presidente, such that the such such that the strategies are strategies were strategies and strate

· PANACHATO (INTCO:

Director Prenidents so Director Set and Set of the Control of Section Set of Set of Section Set of Set of Section Set of Set of Section Section Set of Section Section Set of Section Se

Artigo 230): De Conoribeiros e Direteres surias inunatidos nos peus estypa suntincte enunatidos estypa suntincte en
estypa sun

ertigo Zubli . A Approbléte Garol Fianté o monte ten global ou individual des membres de Conselho de Administração e Conselho limpo, ¿suceste es Conselho de Administração fixat o Esmuneração dos estatos de Diretorio.

CAPITULO VIT

DA ASSCHOLÉTA GERAL

d Assembléia Geral é a runtion une a-cionistes, convocada e instaleus na forma da Lei e Grata Estatula.

W Besembles Getal tes badeles surs .

Whise bats famet as declace due juidat cannouncers a costs teads to the product to be a translater surs to the product to the product

PARÁGRAFO ÚNICO: -

A Assembléja Geral merá ordinária ou extraordinaria.

4 Assembleis Geral Cretharic realizar A Agrempleia Geral Croinstat.ftgiltage sera ate a primetro tulniona un mus os marco de cada ano co local, dia o hora previonanto figurados pera Diretoria, e tera por fim: Artiqu 279): -

a) = former e conta coa acministrado
res, examiner, discutir y vota
as memonarrações financeiras:

b) - deliberar mobre a destinstad de lucro liquido co exercicio e a

pietribuição de dividendos: c) - eleger os memoros cos forselhos. de Administração e Fiscal, fixan

do-lhes a remuneração;

d) - aprover a correção de capressão: moneteria do capital accial.

im mes pelo menos entes de dete fivada pera e reslitacão de Ramemaleia Goral Estimária. a Diretoria fora comunicado por sujada qualicados na sur-me de Lei, que se sumas a dispusição das ecionistas:

e) - reletório da Administração sobre negocios socieis, e principais fatos administrativos do exercício findo;

b) - cópia des demonstrações financeiras , conforme artigo 176 da Lei nº 6.404/76 de 15/12/76;

c) - parecer dos Auditores Inceprezentest

Pantumeru UnitutAté OS(cinco) dies entes do cle morcedo pare a realização de Aser-cleia Gerel, erro publicado no argae oficial cu Entedo cu pen outro orgae de grande circulação, o leciatorio da Diretoria,
tro orgae de grande circulação, o leciatorio da Diretoria,
tro orgae de grande circulação, o leciatorio da AuditoBalanço, as occumentaciones financeiras, farecer pos Auditorea Independente o Parecer do Conocino Fiscal.

A Assembleie Geral Extraordinaria reun Artiqo 290):-Douboggs:

We was the design of the form of the design of

a) - pris Conocino o. Auninistrajos ou pe la Diretoria, ut are que juagarea monvenientes;

p) - pelos ecianietas ou pelo Conseiro fiscal, dos cause previsios em lei-

A synvosecou de Acompléta detal for assessables municipales de la seconda de Acompléta de la seconda de la seconda

de ducrebivis brest and transcription of the design of the

Art100 329); -

Supenivedna es seconoces pirvistas em

LEI No. 3.130 de 3 de Dezembro de 1.971.

Autoriza o Poder Executivo a promover a constituição de uma Sociedade de Economia Mista e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 10. - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a constituição de uma Sociedade por ações de Economia Mista, que denominar-se-à Compannia Matogrossense de Mineração "META-MAT", com o capital inicial de CrS MAT", com o capital inicial de Cr\$
1.300.000,00 (hum milhão e trezentos
mil cruzeiros) e que terá por finalidades a pesquisa, exploração, beneficiamento e comercialização de minerais em geral.

Artigo 20 - O Governo do Estado de Mato Grosso, manteré o controle acionéno de Sociedade criscia por esta les atravei de Sociedades Anonumes em que foi arionista maioritario, devendo a sua participação sei sempre superior a 51% ou canitai social.

Artigo 30. - Fica aberto no corrente exercício na Delegacia Fazendária do Tesouro do Estado, o crédito especial de Cr\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros) para fazer face às despesas decorrentes da integralização da participação do Estado no capital inicial da METAMAT de conformidade com o estabelecido nos artigos 10, e 20, desta lei, correndo as despesas à conta do excesso de arrecadação que os índices técnicos autorizam prever.

Artigo 40. - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a baixar as normas complementares que se fizerem necessárias cução da presente lei.

Artigo 50. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá 3 de Dezembro de 1.971, 1500, da Independencia e 830. da República.

JOSÉ M.F. FRAGELLI SALOMÃO FRANCISCO AMARAL PAULO COELHO MACHADO OTAVIO DE OLIVEIRA OSWALDO DE OLIVEIRA FORTES ERNESTO VARGAS BAPTISTA LUCÍDIO DE ARRUDA. EDIO LOTUFO JOAQUIM ALFREDO SOARES VIANNA

Artigo 10 autorizado a : rus 14 de Ma pertencente 8 le municipio. Posto de Saúc médios, pelo ; comissão de 1 Secretário de Estado.

Artigo 2e na data de si disposições er.

> Dá a d ROCHA de Esta Campo (

O GOVER MATO GROS: Paço sabe! vz do Estado guinte lei: Artigo 10. CE ROČHA" Estadual de Grande. 3 Artigo 20.

EQ 9,1271

LEI No. 3.131 de 3 de Dezembro de 1.971.

Autoriza o Governo a adquirir o imovel que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE

MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte:

Estima a do Estad exercícic

Cliebungerty bereimingen ben in intermelign

Ata da Bummirjele jai Ordina-tia e tetroprofinito da AFTAMAT tim o fatementemente en el immat remitación cumulativamenta en 30 de abril en 1979, em primet-za convolação.

Ate do Amendairi. ... in Ordinatile of Catamarina in a Chandrill of Catamarina and Shand problems of Catamarina and C

PRIATORO MIGRAL

cartria o t

ON SOCILOADE E SEUS FIIS

Art190 14)t

A Empanhin Matographene de Mintreceo-MCTA Mato, cumbituida de toima de tei av 3.1307 de D3 de derembra de 1771 e Decembra de 1779 de 14 de desembra de 1771, e mas notociale de ecumeja migita, regida pelas durants deste tantos e pulas disposi e ção da Lei das Sociedades Romines.

Artigo 20): .

A Composite Matogrovector de Minereção META MAI., tem commo objetivo bilocterio a indire-mento do decempolvimento da estas co mineração do Lata-do, podendo para tanto:

- para tanto:

] « Atuar no compo de pregutado, levra, compre, venca, tecoriação, espartação, indupristinação e irritorte de minerala emtelicos e não estático, não diversos
 elações constantes do Codigo de "jareaco(Confluia III." "Da Conceltuações de
 Classificação de Jaridas a das Minas"
 Decreto 52,914 ce 27 de julho de 1460),
 podendo emplarar e acainturiar jaridas'
 proprias du de terciros situações y
 qualquer perte do territorio nacional.

 Constituis minaterial em apagetaras.
- Qualquer perte do territorio nacional.

 Constituir sundiciarlas ou associar-se'
 a gruppa nacionela e natranquisos ourarealização dos estetivos do inciso I.ca
 labrando contrata e conventos sevendo
 obrigatoriamente, manter o controla aci
 cionaria com o errectutal minimo de
 Silíctoconta e no por tento; no Capital Social, quanto se tratar de quoda
 restranquiros. Con relacio eso nacio
 mais, participar rejoritariamente, en iqualdade do contilles du mesmo minoritariamente, meciaria aprovação previa do
 Conselho de Acultistadão.

SARAGMAFO ÚNICO: -

Pare e consecucio do item i dos dojetivos socialis, a inclasado utilizar-se-a,
preferencialmente, de acrajos incitatados a iniciativa
prisada, vianado incentivar o ik. eccenvolvimento, e osc
iticidação nos programas de contras, pem comu adestrir
indo-hou através da locação de "io de obre especializatino-hou através da locação de serem desenvolvidos.

Proprincão de recursos fumanos tranicos e apeninistratiproprincão de recursos fumanos tranicos e apeninistrati-

CAPSTULO II

DO PRAZO E DA SEDE

Artigo 30): -

O prezo de duração da sociedade é por f trapo indeterminado.

Artigo 40): - A Conconnia terá sede e foro na cidade '
ce Cuiaba, Capital do Estado de Maio Grosso, com endereço proyisório na Preça Sontos Dumont,
150.

CAPTIOLD III

DO CAPITAL SOCIAL E DAS ACTES

Artigo 59): - D Capital social e du Er\$ 354.047.329.00 (trezentos e cincoenta e quatro milhora; quarenta e sete mil. trezentos u vinte cruzrirus),civioldo em 35.404.33% nções preinariso moninativos, cuousseveis, de Ci\$ 10,03 (dez cruzeiros) coda umb.

PARAGRAFO PRIMEIRO: -

Ao Governo de Estado de Mato Grosso: re-presentado pero Scaretaria de Industria. Comercio e furimo non termos do Jechto na OS de 15 de marco de 1975, e potendrado en todos os numeros no co-pital sucial uma sepadario minimo, no Sidicincoente es hum por centos de acces com diteito a voto.

A Commonia de acordo tomas deliberación da Assembleia Lerol, podera tumentor o da Assembleia Lerol, podera tumentor o de nova ecose ou bonia ficocura aos acionistas mejas discribuiçum de servitum ficocura aos acionistas mejas discribuiçum de cera, atruminho reservus acumulanto, incorporação de cera, atruminho reservus acumulanto, incorporação de activo incidio, respectivo do activo incidio, respecto ou correcção aconocurato, nos termos de Lei au. 6.357/64.

Artigo 60): •

A ação é indivisívol em rejeção é aucie-

Artigo 70}t -

- An oction of principle representations and the section of the sect
- e) Uniteding in ac authoriside, sur sour e prosa de directur;
- a effect representative to copital aucini of superior de agree se in ar filvior;
- a) a mineral to prime its active now was

g) - an annineture de Diretor President dente e Diretor Moministrativo à Financatro.

Artigo 80)1 -

Por ne tratar de ações enduseiveis con-terão, sicula:

a) - declaração de eus transferibilidade mediante enduses;

madiente enimano;

b) e mane e numificação no propriato rio do atém, innérita nu livra de Registro de Agues Luduennveis;

c) e e a ução estiver intrigrativada o primito do actualsta, e a praca e lugar de neu pogamento, e un condições de injujulidação fisadas per la Asacauleia Geral.

CAPTIOLO IV

DOS ACIONISTAS

Artigo 90): -

Serão acionistes da Compenhis:

e) - a Estado de Mela Grasso:

b) - presone fisitne ou juridices,neci oneis ou estrangeiras; c) - presones juridices de direito pu -blico.

O acionista sú pocerá ser representado na Assembleia, meciante procuração por instrumento público e com pocerea asocalais, determinando-se a nota e local de reunião, devando o instrumento e aer occesitado na acce du em outro local indicado pela Compannia, até a veapera do dia marcado para a Assembleia.

CAPSTULO V

DA DREENIZAÇÃO

Artigo 100): -

São órgãos es METAMAT:

I - de deliberação: Assembleta Geral;

II - de fiscalização: Conseino Fiscal;

111 - de Administraçõu: Constino de Edmi mistreção e Oisetaria:

a) - prgans de esaresosamento;

b) - črpšom executivos.

PARÁSRAFO ÚNICO: -

A estruturação dos órgãos de adminis -tração da METAMAI, sera objeto de Reg<u>i</u> mento Interno da Companhia.

CAPITULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 110): - A Sociedade sera administrada por um Conselho de Administração temposto de D3 (tres)membros, eleitos em Asserbiela Garal, que ceve rão acr acionistas do membro. e po. uma Diretoria compos ta de D2(cois) membros.

Artigo 170): - O Consolno de Administração é árcão de deliberação colegison, sendo a reora - sentação de Companhie privativa dos Diretoras.

Artigo 139): -

Os membros do Conselho di Administra ção serão eleitos pela frecablela Ge ral e destituívela a qualquer tempo, e pelo remanera pos na mema proporção que os membros do Euraelho fin cal de Componhia.

Oporrendo vaga no Connelho se idministração, proceser-pe-a de acuson com o disposto no artigo 150 é seua paragrafos, do tei nº.... 5.404/76.

D mondato des mengros de Concelho de Adelnistr" do sero de Ulicale) anea .

permitida e rec'elção, ter unada reque em 15 de marça dos enos (moures.

As deliberto en 🚾 finne to de Adolni<u>s</u> tracão aeras fondos por al faire ad elem Artico 160): -

DO CONSCENO DE FUNTATSTANCIA - MENETÊNCIA

Artico 179): -

1

Compete so Conselho dy Albaniatraçãos

1 - first a prientação geral dus argácios?

If . Elemer o destituir os Otretores do Con pondis e fisor-inos a temperaçõe, y no atribuições, un errendo o uno dispue . esta tatatuto.

papels de Cumundite de vice de la constitue de

1V - Convenier a Anni-cità de le quando de artigo i una conveniente de les como de artigo i 132 de tel 6406 de 15/17/764

- Boutfestor-ut mibre na printirios do Austristanção e ou contro do Diretoria

VI - Autorizat a alleton, in de bress de atleto germanente, a constituição de deux re-min e a prentação de quantias a uncliques de termeiros

VII - Cacolher e destituir on multures inte

PRABBARATO (MICO: -

store posts and the transfer of from the store posts are stored the region of the store store the store stor

DA DIRETORIA- COMOSIÇÃO E COMCIÊMIA

Artigo 189): -

te terentrop.

A Diretorie -cra composta son GC(daia)

Oiretorie-cratteiras v sorigatoriamen
te residenten no bassierator e contituivota e consumor
tempo pelo Conselho Co miminalização, na sorma deste istesuto, os quelo emercación os saras de viletor Proel dente e Diretor Administrativa e financeiro.

PARÁGRAFO PAJYZIRO:-

De exemples de Connelho de Alministra -ção, ete o merimo de 1/3 'hum torço' . poderão ser eleitos para o cargo de Diretor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: -

Os carque de liretor poderão ser exer-lipos por quillura punhos, delocatas, ou não, man do reconnecido establidade e indecidade ma rel comproveda, e toras teus vencimentos tiasoon delo . Conselho de Administração.

PANÁCRAFO TERCEJRO: -

Fecultando o Estatuto a nomissão de p-cionistam estrenguiros(artido 90-letra b), entre não poderão compor a Diretoria.

nondinaro quanto:
Jão incleqiveta pera os cardos de Dire

toris de lecemente impedidos, conforme o artigo 147 da Lei 6,404 ce 15/12/76.

PARÁGRAFO QUINTO: -

Who podered exercer conjuntamente a chron de Diretor, acionistas que forem' entre si ascendetes du descentantes, sogra e genzo, cunhà don, parentes e afins ate o arquido grau civil.

DERÁGRAFO SEXTO: -

Para quientis de sus gestão devera ca-os Diretor. Su alduem por ele, coucid-nor 20 (vinte) sedes do Compania coução esta que so se ra levantada depois de haver i diretor decisado o cargo-ra provedes as contas por ele apresentadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO: - O mandato dos Directores será de DZ-(dois) enos podendo ser reclettos ou destituídos pelo Conselho se Administração, terminan-do sempre em 15 de março dos anos impares.

PARÁMBAFO DITAVO: -

Mas aueincias temporárias do Dire -tor Presirente, o seu aubatitulo e-ventual, aerá o Diretor Administrativo a financeiro.

PARÁGRAFO MOMO:-

Decertanto vaga definitivo no Citato rio, o l'iretor em exercicio, malicitará reunião do Connelho de loministração, a fin de ele ger o outro membro da Direteria, o qual completará o mondato do aubatitudo.

Artigo (90): -

Antique 1903: - An enlimeration de l'internit les de tomaten du mairrit de leitan, cultur de se Direter Printente example de seu velu, a vote du di

Communication of the state of t

II - elector e enter atualizado o Hegierato interno da Compandia;

.. III - erier e watinguls, cargos e fim thee s flant vencimentan e de -do persual:

mnim vantngenø de mainicos a instassas demina

ne careter geral;

A . Loses a bendramming many q o

plane de epitinghis due roturnos de Lempschia;

wil constrain non recommend industrian de distincte de distincte de distincte de distincte de la construcción de la construcció

p sporrelgamments per seus services e ablução de

1X - distribult e splicht o lucto sporedo na forma estabelecida Acate Catamio.

Artigo 219): _-

Compete so Diretor Presidents: .

I e representer a Comunità, attente e possivimente en juizo ou fora de les es ausa relacoro com tercultos:

Il + atreir pare a Cumpannia, recursos que oportunizos a piene realiza - que oportunizos a piene realiza -

III - Convocer juntomente com o Direter Administrativo e financeiro. se Assembléist Ortale Ordináriose Estreoroinarias, na for ma da lei a dirigir seus trecaines.

IV - convocer e presisir reunides de Biretoria, sempre que covam ser tretadra essentos de interese da acciedade, não compreendides nea etribulções específicas de cada Diretori

V - essinar com o Diretor Administra-tivo è financairo, contratos, con-vênios, ejustes ou ecordos de interesse de Componnia;

VI - essiner de Compannia;

VI - essiner de Compannia;

vem responsabilidade catrimonia;

de Emprese, em conjunto com o Diretor Administrativo;

e financeiro;

VII - striner juntemente com o Diretor-Auministrativo a Financeiro do -Eumentos que envolvam movimentação financeiro do Com-

VIII - apresentar anualmente de Conseiho de Administração e a Abumboleia -Geral o reletário des atividades so Compannia:

IX - dirigir, opprognar.oriențar e m pervisionar os actores tecnicos

de Componhie:

-9

16

X - numprir e farer numprir as deci -sors de Diretoria;

XI - beimer porteries, instruções, nor-mes, ormens de serviços na eres

XII - solicitar so Diretor Administrati so e financeiro ya providencias ue não sejam de sua elçada e necessarias ao com ce -empenho dos trabalhosde eues stribuiçõesi

Artigo 220): -

Compete so Diretor Administrativo e Fi-manceiro:

1 - ameinar juntamente com o Diretor Presidente, contratos, convenios ejustes e scordos de interesse de impanie:

II - decidir soure as actividades econò micos e finenceiras de Companhia, nos limites de sua competência:

111 - cumprir e ferer cumprir se deci eces da Diretoria; 1V = elaborar onusimente a proposta or cameniario de Companhia;

y - ascinar juntumente com o Diretor-Presidente, todos os documentos · Que envolvam movimentocas financeira du Companhia;

VI ~ boimer portation, instruction, not-man, ordens on services my erro

de mues atzibulções; WII - orienter e flecultor os ectoros eceloletrativos e financeiro do Companhie;

VIII - admițir e dispensar emprendus de sun area, e duendo das demais, per epliciteção do respectivo titular, der posse, conceder feries, vantagens e indenizació, sem como destenar us scunantes de cardos em comissous e funções gratifica-das ouvido o Diretor Prusidente:

4s remmeración des ambiedessi.

de remuneración dus empregnaces:

X - dirigir, ocienter, dourdener, implentar, e superviser un entorplentar, e superviser un entorplentar e construitated de minerios, e/os , produtes minerais industrimitantes, quer diretemente es industrimitantes, quer diretemente es industrimitantes, quer diretemente el industrimitantes entretes el instaler fillate, socitarios de representação de Composita em mutras cidentes usantro ou fora da testado;

TII - spresenter an Diretor Presidente, et interior per cuen programeten um trimeino pera detividades, hem tumo programeten um trimeino pera descricio seguinte.

PANAGHATO (MICO: *

D Dirthe Presidente a Direta (m)

note partial a decrease removement as the trace of the second partial and second mentions and second mentions are the second partial and second mentions are second such as the second mention of the second mentions are a second such as the second mention of the second second mention of the second second mention of the second secon

Artigo 230): - Da Conscibniros a Diretores susto investidos nos seus catyos entitacio assinatura de termo de prese de livio de Alan du tim vici.
de Administracio, etc. 30 (trinto) dise apos a nomero.

Artigo 200): - A Accembiéta Garai fisencé o moute tet que de la constituent des medicas de Conselho de Administração e Conselho Finda planta de Accesso de Accesso fisence a remuneração de Accessos de Accessos Conseine of ...

CAPTIULD VIT

DA ASSEMOLÉTA GERAL

A Assembléta Gerel é a reuniño 129 an Clonistas, Convocada e instair: » na Forma da Lei e deste Estatuto.

A Assembléis Gerol try poderes para frecuer todos de negacios de limpo ; mais é para tomar es declades que julgar convenientry a sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coera sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coera sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coera sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coera sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coera sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coera sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coera sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos es coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos e coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos es coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos es coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus trabalhos es coeras sua defesa e so desenvolvimento de seus elemento de seus elementos de seus e

PARÁGRAFO ÚNICO: -

A Assembléia Geral será ordinária Du extraordinária. ;

A Agremoléis Geral Croinária, rostivas mera ste a primetro culnicos do mes ve merco de cada esto ca local, dia e sora previorance fin 48008 por a Otretoria, e tera por fim: Artiqu 270): -

a) - Tomer e conta cos acministrado : res, examinar, discurir e voter as deadnarrações financeiras;

b) - deliberar acors a destinscao de distribuição de distrendos:

 eleget os memoros cos Ecraelhos* ne Administração e Fiscai, fixan do-jus a ismoustadad:

d) - epraver e correção de extreosão e social.

Um mos pelo menos antes do data flyago para .a realização do Ascempleis Goral Intinocio. a Diretoria fara comunicado por evisos bublicados no torma de Lei, que se acrae a disposição dos colonistas:

a) - relatório da Administração acre-megacioa sociais, e principais fatos administrativos do exercício findo;

b) - cópia des demonstrações finereciras . conforme artigo 176 da Lei nº 6.404/76 de 15/12/76;

c) - parecer son Auditores Independentes!

Até OS(cinco) dies entes do cle morcado pare a restiteuro de Asserbisia Geral, orre publicado no organ oficial co Entes ou en outra organ de grande circulação, o heistorio do diretoria,
tra organ de grande circulação, o heistorio do diretoria,
tra organ de grande circulação, o heistorio do diretoria,
tra organ de grande circulação, con local de partir do Conocino Fiscal.
Ten Independentes e Partir do Conocino Fiscal.

A Assembléis Gerat Extraordinária revenirenses em que contrata tempo. Jaya que se que fim que não apontedos no artio. To, a posero exe ponvocada:

a) - pelo Conselho s. Anministração ou pe la Ofretoria, si are que juigerem convenientes:

p) - palos ecionistes de polo ConselPo fiscal, dos cuesos previstos em lei-

Artigo 300): -

A convocação de Acommitête útrol for mo-a multante amineta nu exisco puoticados OS(três) veres, no hinhou, no order effectul on terá
no e em notro gornal de granda especial, de convetira
stoda quo vomessumente, aunicipación a trana no ota de meestada quo vomessumente, aunicipación a trana no ota de meeconitro, o local, ata e nutalia revolue.

Artigo 310): - Entre o dis do primeira publicação do meion de convençõe e o es restisación de Auscembivia Geral aculare o provi de Coloridad Illust : : de Auscembivia Geral aculare o provide o de Coloridad Osas elimano, mara e premeira convocações postariorem.

A-1100 320)1 -

Bananivetne es secpeañes pievistne es

LEI No. 3.130 de 3 de Dezembro de 1.971.

Autoriza o Poder Executivo a promover a constituição de uma Sociedade de Economia Mista e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 10. - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a constituição de uma Sociedade por ações de Economia Mista, que denominar-se-à Companius Matogrossense de Mineração "META-MAT", com o capital inicial de Crs MAT", com o capital inicial de Cr\$
1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros) e que terá por finalidades a pesquisz, exploração, beneficiamento ecomercialização de minerais em geral.

Artigo 20 - O Governo do Estado de Misto Grosso, mantera o controle acionáno ca Sociedade criscia po: esta lei atravai de Sociedades Anonumas em que joi acionista maiontario, devendo a sua participação sei sempre superior à 51% qui capital social.

Artigo 36. - Fica aberto no corrente exercício na Delegacia Fazendária do Tesouro do Estado, o crédito especial de Cr\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros) para fazer face às despesas decorrentes da integralização da participação do Estado no capital inicial da METAMAT de conformidade com o estabelecido nos artigos 10. e 20. desta lei, correndo as despesas à conta do excesso de arrecadação que os índices técnicos autorizam prever.

Artigo 40. - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a baixar as normas complementares que se fizerem necessárias a execução da presente lei.

Artigo So. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá 3 de Dezembro de 1.971, 1500, da Independencia e 830. da República.

JOSÉ M.F. FRAGELLI SALOMAO FRANCISCO AMARAL FAULO COELHO MACHADO OTAVIO DE OLIVEIRA OSWALDO DE OLIVEIRA FORTES ERNESTO VARGAS BAPTISTA LUCIDIO DE ARRUDA ÉDIO LOTUFO JOAQUIM ALFREDO SOARES VIVNNA

Estado. Artigo 2e na data de si disposições er.

Artigo 1c autorizado 8 :

rus 14 de Ma pertencente a

le municipio. Posto de Sauc médios, pelo ;

canissão de 1

Secretário de

Dá a d ROCHA Esta بيل Cambo (

O GOVEE. MATO GROS Pago sabe! va do Estado guinte lei: Artigo 10. CE ROCHA" Estadual de Grande. 3 Artigo 20.

EQ 9.12.71

LEI No. 3.131 de 3 de Dezembro de 1.971.

Autoriza o Governo a adquirir o imóvel que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE

MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte:

Estima a do Estad exercício

Cinabanta matmanicii ma be eticana Ro

Ata da Agaimistéig Geral Dedicas TIRE EXTENSIONAL NAME AND THE PROPERTY OF A CONVOLUCION O

Non trints dies de "Ce entril de 1979, se 10:00 horse, frendrumen en mojoulitat en Chemenia Retugueren de minimaire "Minima Minimaire "Minimaire "Minimair

ISTATUTO SOCIAL

LAPTIMO 1

OR SHE ICORDIC E SCUS FIRS

Artigo 10): -

A Composite Mategratement de Mineração Mila Mate, contattuida de forma de tel se 1.130 de 03 de derembra de 1371 e hacer: Estadant de 3.09 de 16 de derembra de 1371, e uma esta lese de economia mia ta, regium pelas courants deste (statito e pulas dispost e fire de lei das Sociedados Manufest.

Artigo 20): -

A Composible Mulagrosscrae de Mineração MCIA MAI-, tre como objetivo principal o inder -mento do deprovolvimento do setor de mineração do Later do, padendo para tunto:

- pere tento:

 I Atuar nu comus de perquinus, levra, compre, vinca, importação, esportação, indutrialização e triannoste de minerale en
 talicas e não actalica, nas olverons
 tlesnes constantes do Codino de "inesacao(Confluie III "Da Concettuação de
 Clesificação de Aridas e das Minos"
 Decerto 57.514 de 27 de julho de 1468),
 podendo emplorar e acaloistica Jalidas,
 proprias ou de terreiros elusdos espoundader perte Co território nacional.

 I finantizate municipales qui antoctar-se!
- Constituir subsidiarias ou astociar-se' e grupus nacionals e ratranquiros pura realização dos esjativos do inciso l.c. lebrando contratos e conventos devendo obtigatoriamente, annuer o controla noi actual como controla e no percentual annua de filíctinocomia e no por cento, do Casital Social, quanco se tratar de grupose testranquiros. Com relacio eos nacio mais, participar asjonitoriamente, en inqualdade de contrate du, mesmo minoritariamente, media la oprovação previa do Conselho de Activistração.

PARAGRAFD ÚNICO: -

Para a tensecutão do item I dos dojetiuma sociais. A iscrisdade utilizar-se-a.
Storarenciaimente, de acruiça iscrizatados a iniciativa
striusos, vianado incentivar o se, iscenvolvimento, e daj
ticidação nos programas sa impreia, ora come addirira
tendu-hou através do locação de -20 de dos especializatendu-hou através do locação de -20 de dos especializatendu-hou através do locação de -20 de dos especializatendu-hou através do locação de -20 de dos dos especializatendu-hou através do locação de -20 de dos dos de securios de securio

CAPITULO II

DO PRAZO E DA SEDE

Artigo 30): -

O prazo de duração da sociedade é por ' tempo indeterminado.

Artigo 40): - A Componhia terá sede e foru na cidade *
de Culabá, Capital du Estudo de Maio de Culabá, Capital du Estudo de Maio Grosso, com endereço provisorio na Preça Santos Oumoni,
15G.

CAPÍTULO 111

OG CAPITAL SUCIAL E DAS AÇÕES

Artigo SP): - D Copital sacial à de Crs 35t.047.320.00 (tresentes e discoente e quatro milhões, quarrota e aute mil, tresentes e vinte erustriva), divigios em 35t.004.330 ações ordinertas imminutivas, endus-aports, de Crs 10.03 (dez erustica) codu uma.

PARAGRAFO PRINCIPO: -

An Governo en Estado de Mato Grosgo: re-prenetado pela Servatoria de Industria. Comércio e Iurimo.non termos ao Jecreto na US de 15 de marco de 1975, e notrourado en todos os numerosa do co-pital sucial uma subscriços minimo, de SINCEIncoenia ri num por contor de acces com direito a voto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: -

A Commentia de acordo tem o deliberação de Assembleia Gerulpedera sumenter o de nova acoas ou continue amostras de nova acoas ou continue mon acionistas notas aparentacions ou reversus personantes acondo acoas acoas de compos de contra acondo acoas de cal notabilitação du correção acoas de cal notabilitação du correção acoas acoas de cal notabilitação du correção acoas acoas de cal notabilitação du correção acoas acoas de cal notabilitação de correção de correções de correção de correção de correção de correções de correções de correções de correções de correções de correções de correçõe

Artigo 60): -

A noño é indivisival em relação à socie-

Artigo 79)1 -

- An acons e seus titulos excrusantativos e seras encettos en vermunio a conserva:
- domination is no muticulate, sue ever e prato de dispublica
- a ciffs representative on cepter;
 author of constructive on cepter;
 ac divisor
- o) a minorph to mribes the mainta sub ba-

d) - as annimatures do Diretor President drote e Diretor Posisiatestivo - s financeiro.

Artino 60)1 -

Por es tratar de ações endussávels con-terão, simint

- e) deciminção de que transferibilidade mediante entuandi
- mediante empueno:

 b) none e quatificação do prouristario de stan, instrita nu tivro de
 Registro de Actora Lemmanoveia;

 c) se a ucau estiver integralizada o
 o debito do actoristo, e a rente e
 lugar de are ponamento, e an consi
 com de integralização frances per
 la Assambleia Ceral.

CAPITULO IV

DOS ACIONISTAS

Artigo 90): -

Serão acionistas da Companhis:

- m) o Estado de Meto Grosso:
- b) presone fisicas ou juridicee,naci onela ou estrangelise: c) presones juridices de direito pu -bilco.

PARÁGRAFO ÚNICO: -

O ecionista só poderm ser representado na Assemblaia, mediante procuração por instrumento público e tem poderte especiala, determinêm do-se a hois e local de reunião, devendo o instrumento e ser decositado na side ou em outro local indicado para la Compannia, eté a venera do pia mercado pora a Assem bieta.

CAPSTULO V

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 109): -

São érgãos de AETAMAT

I - de deliberação: Assembleta Geral;

II - de fiscolização: Conseino Fiscol;

- 111 de Administração: Conselho de Admi mistração e Diretoria:
 - a) organs de essessoramento:
 - b) promom executivos.

FARÉGRAFO ÚMICO: -

A estruturacão dos órgios de adminis -tração da METAMAT, sera objeto de Reg<u>i</u> wento Interno da Companhis.

CAPITULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

A Societade sera atministraca por um Conselho de Administração composto de Polítos em Assonbleia Geral, que cevê as de musma, e por uma Diretoria compra Artigo 110): -03 (tres)membros, eleit rão acr actoristas de A ta de O2(cola) membros.

Artigo 129): - O Conselho de Administração é órção de deliperação coregisos, sendo a repre-mentação de Companhia privativa dos Directores.

Os membros do Conseino di Administre can serso eleitos rele fraccoleis Ge can serso eleitos rele fraccoleis Ge ral e destituíceis a qualquer tempo, e serse proporção que os membros do Corseino fin cal da Companhia.

Deorrendo vaga no Conselho de Administração, proceder-que a acusto com o disposto no artigo 150 e seus paragrafos, do lei no.... 6.104/76.

permitide a roc'sição, ter manda rempre em 15 ou marça permitide a roc'sição, ter manda rempre em 15 ou marça permitido a roc'sição.

As deliberto es in finne to de Adminim tración serás comudos por alfalos od varia Artigo 160): -

DO CONSCENO DE APPRINTSTRUCIÓN - MAPETÊNCIA

Artico 170): -

Compete ed Conseino de Administração:

- I first a orientação perol due negúcios:
- II Elegar o destituis os Disetares de Ega ponhis e fiaer-lies a temperaçõe, e no estibuições, unacresido o use ulaque ; esta teintuto.
- The Floralizer a newton the Directores a compared a number of temps, on living a papels of Companhis, onlicitur information and compared to the calculation of the ca

IV . Convocat a Assertable Geral minute 1st

7 d - Manifestar-ne ribre us relatúrias do Administração e se contas da Diretoria

VI - Autorient a alternição de mem de ativo permanente, a constituição de como te-elo e a prestação de quantina a obcituição do terreisoa

VII - Facolner e destituir on nuuttures inde Spendentes, se couver.

ennágrafo (mico: -

Acres angulares on sometre de fonées (19 p. del 19 cm angular de fonées (19 p. del 19 cm angular de fonées (19 p. del 19 cm angular de fonées a del 10-reson des 10-adam a pagisal a del 10-a angular

DA DIRCTORIA. COMPOSIÇÃO E COMPCIÇACIA

Artige 187): *

Anten delliet

A Diretoria *cra comocdia uor Ol(dala)

Diretorea, brost leiron e obrigatariamen
te remidenten no pala-seritor e dentituiveta a munitant
tendo pejo Connelho de moministratuo, no forma desta latatuto, da quato exercicio da torno de diretor Presi
tente e Diretor Auministratus e financeifu.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:-

De estables de Conseino de Administra -Ceu, eté o marito de 1/3 'hum terco) , poderão ser eleitos para o carça de Diretor.

PARÁGRAFO EEGUNDO: -

De derque se lireter poderés der exer-libes per dut.luer dubbes, delenitis, ou não, man de reconnecias calcidade & illentoses en a rel compravada, e torso neus lencimentos rimadom pelo ; Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCETRO: -

Facultando o Estatuto a opmissão de o-cionistam estrangeiros(artigo 90-letra b), estes não poderão epopor a Diretoria.

npragrafo quarto:
jão inelegíveis pera os cardos de Vire

toria de lecelhente impedidos, conforme o artigo 147 da Lei 6.404 de 15/12/76.

PARÁGRAFO QUINTO: -

Não poderão exercer conjuntemente o cargo de Diretor,acionistas que forem entre si escendete: ou descendantes, sogra e ocoro, cunha dos, parentes e afins até o segundo grau civil.

PARÁGRAFO SEXIO: +

Pera gorantia de sua gestão deverá co-que Diretor. Su alquem por vie, coucid-nor 20 (vinte) ações do Compantia. Coução vista que do se ra levantada depuis de haver a últretor doixado o cargo: e aprovincia sa contas por ela apresentadas.

PARÁBRACO SÉTURO: - O mandato dos Directores sera de D7-(dois) enze podendo ser recleitos ' ou destituídos pelo Conselho de Administração, terminan-do sempre em 15 de março dos enos impares.

DAEÁSBAFO DITAVO: -

Mas susencias temporárias do Dire-tor Presidente, o seu substituto e-ventual, será o Diretor Administrativo e Financeiro.

Ocorrence vage definitiva na Direte ria, o firetor en exercición, melicitar en reunião do Conselho de Aministração, a fin de eig per o outro acadro de Diretrila, o Qual completará o appondato do substituido.

Artigo 190): - As enlinerações de "liveteria resão" tomadas jur maitrid de "loton, cubir do so Diretor Piratérnia sace de seu versa, e voto de de composito.

Compete e Diretoria, hice de que :
coubet v.. force de test, ou outros!
dispositivas dose frentato:

service assis exicit;

II - eleborar e manter atuatizado o Hogiacisto interno de Compensita;

. III - erier e valinguir, cargos e fa<u>n</u> çore e fixet vencimentun e de -

. . .

de serviços e purtariam desserviços e que purtariam desserviço

At a mineral a chemicia minera, espajemente minera, espajemente en jeung;
A a laist a bindraminche minera, esta De gereter gerell

ADMINISTRAÇÃO ATA DO CONSELHO DE DA COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT, REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 1999.

Aos quatro dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e noventa e nove, às 15:00 horas, reuniu-se o Conselho de Administração da METAMAT com a finalidade de eleger os integrantes da Diretoria da Empresa, atendendo ao disposto no Artigo Trinta e Um de seu Estatuto Social, para o biênio 1999 a 2001. Os Senhores Membros do Conselho de Administração resolvem eleger para compor a Diretoria da Companhia os Senhores: Sidney Durante, brasileiro, casado, Biólogo, CIC 903.722.048-72, RG 9.192.696 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua 6 Ouadra 23, Casa 263 - Bairro Recanto dos Pássaros - Diretor Presidente, Vital Anselmo da Silva, brasileiro, casado, servidor público, CIC 199.755.389/91, RG 1.072.561 SSP/PR, residente e domiciliado nesta Capital - Diretor Administrativo e Financeiro e Wanderlei Magalhães de Resende, brasileiro, casado, geólogo, CIC 361.216.306=04, RG 293.306 SSP/MG, residente e domiciliado no Setor Centro-Norte, Bloco 03 Apto 104- Bairro Morado do Ouro, nesta Capital, para o cargo de Diretor Técnico. Nada mais havendo para ser tratado, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Metamat deu por encerrada a reunião, determinando a mim Samuel Pedro de Sales, secretário, que lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada é assinada por todos. Cuiabá, 04 de janeiro de 1.999.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

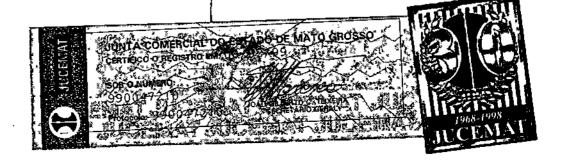
CÁRLOS AVALONE JUNIÓR

Presidente de Conselho

SIDNEY/DURANTE Membro do Conselho

SÉRGIO MACHNIC

Membro do Conselho



MATOGROSSENSE

ĎĚ

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 1998.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de Hum mil, novecentos e noventa e oito, reuniram-se os acionistas da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, na forma do Artigo 135 da Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, na sede da METAMAT, à Avenida Jurumirim, 2.970 - Bairro Planalto, nesta Capital, de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial de Mato Grosso, edições de 09, 10 e 13 de julho de 1998, que está assim redigido: Edital de Convocação-Assembléia Geral Extraordinária -Ficam convocados os Acionistas da Companhia Matogrossense de Mineração -METAMAT, para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária no dia 21 de julho de 1998, às 15:00 horas, na sede da METAMAT, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação e Alteração do Estatuto Social e Regimento Interno; b) Substituição de membro do Conselho de Administração; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Verificando o número legal de acionistas, conforme assinaturas apostas no livro de presença, e tendo convidado a mim, Samuel Pedro de Sales, para secretariá-los, deu por instalada a Assembléia Geral Extraordinária e pediu que procedesse a leitura do referido Edital. Em seguida o Sr. Carmindo Francisco Ferreira - Diretor-Presidente da METAMAT, apresentou a exposição de motivos constantes do ítem "a" do Edital, demonstrando a necessidade de se alterar o Estatuto Social e Regimento Interno, com a finalidade de adaptálos à nova realidade operacional da Empresa, sendo propostas as seguintes alterações: -Artigo Terceiro: Acrescenta-se o item VII - Atuar como órgão delegatário do sistema portuário, no âmbito do Estado de Mato Grosso, no mesmo artigo está inserido o Parágrafo Quinto; Artigo Quinto - Alteração do Capital Social; Alteração do Parágrafo único do Artigo Vinte e Seis dando nova redação; Alteração do Artigo Vinte e Oito - A Diretoria está constituida por 04(quatro) Diretores; Alteração do Artigo Vinte e Nove - Acrescido de Ol(um) Diretor de Portos. Inserir o Artigo Trinta e Nove - Competência da Diretoria de Portos: Renumerar o Artigo Trinta e Nove que passa a Ser Artigo Quarenta e seguintes na mesma ordem, passando o Estatuto a ter 50(cinquenta) artigos; Alterar o Artigo Quarenta e Tres, dando nova redação, sendo as mesmas submetidas à imediata apreciação, discussão e votação, foram aprovadas pelos acionfistas, ficando o estatuto consolidado com a seguinte redação:

M

DE

ESTATUTO DA COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO METAMAT

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

ARTIGO PRIMEIRO: A Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, é uma Sociedade por ações, de economia mista, constituída na forma da Lei nº 3.130 de 03 de dezembro de 1971 e Decreto Estadual nº 329 de 14 de dezembro de 1971, que se rege pelas disposições da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e por este Estatuto.

ARTIGO SEGUNDO: A Sociedade tem sede e foro na cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, com endereço à Av. Jurumirim nº 2970, Bairro Planalto, podendo manter filiais, agênciais, escritórios ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria, observadas as determinações legais.

ARTIGO TERCEIRO: A Sociedade tem por objetivo principal o incremento do desenvolvimento dos setores de mineração e administração dos portos do Estado, podendo para tanto:

- I Atuar no campo de pesquisas minerais, lavra, compra, venda, importação, exportação, industrialização, transporte de minerais, e admistração de jazidas próprias ou de terceiros situadas em qualquer parte do território nacional, ou no exterior
- II Construir, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração, sociedades coligadas e controladas, e ainda associar-se a grupos nacionais e/ou estrangeiros.
- III Celebrar Convênios ou Contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras.
- IV Prestar serviços à órgãos do setor público ou privado.
- V Editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.
- VI Realizar ações na área de fomento e Extensão Mineral, Mapeamento geológico básico, Modérnização Tecnológica e Capacitação Técnica e Desenvolvimento de Projetos Especiais.
- VII Atuar como órgão delegatário do sistema portuário, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a consecução do ítem I dos seus objetivos sociais, a Sociedade utilizar-se-á, preferencialmente, de serviços contratados à iniciativa privada, visando incentivar o seu desenvolvimento no estado atravé da participação nos programas

Per Sp. or 1

DE

da empresa, bem como permitindo a necessária apropriação de recursos humanos, técnicos, e administrativos, minimizando custos e otimizando os resultados dos projetos a serem desenvolvidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços prestados pela Sociedade a entidades dos setores públicos e privados serão sempre remunerados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Sociedade poderá desenvolver projetos, e trabalhos de interesse público, custeados pelo estado, por agências do Governo Federal ou órgãos de apoio ao setor de mineração nacionais ou internacionais.

PARÁGRAFO QUARTO: - Para consecução do item VII dos seus objetivos, a Sociedade deverá definir diretrizes básicas para o desenvolvimento sócio-econômico auto sustentado do sistema portuário no âmbito do Estado.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL, AÇÕES E'ACIONISTAS

ARTIGO QUINTO: O Capital Social da Sociedade é de R\$ 40.629.338,37 (Quarenta milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos) representado por 35.404.732 ações (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quatro mil, setecentos e trinta e duas ações) ordinárias nominativas endossáveis de valor de R\$ 1,15 (um real e quinze centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO: As ações são indivisíveis em relação à sociedade.

ARTIGO SEXTO: Cada ação tem direito a hum voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

ARTIGO SÉTIMO: A Sociedade pode emitir certificados múltiplos de ações e provisóriamente cautelas que a represente.

PARÁGRAFO ÚNICO: As ações e as cautelas provisórias serão assinadas em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

DF

ARTIGO OITAVO: Eventuais modificações do capital social far-se-ão nos termos do Capítulo XIV da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese de aumento de capital, os acionistas terão direito de preferência para subscrição das ações correspondentes ao aumento, na proporção do número de ações que possuírem, sendo que, ao Governo do Estado de Mato Grosso, representado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração; nos termos do Decreto nº 005/03/75, será assegurado sempre uma subscrição mínima de 51% (cinquenta e hum por cento) de ações com direito a voto.

ARTIGO NONO: Por deliberação da Diretoria e prévia autorização do Conselho Fiscal, a Sociedade poderá adquirir ações de acionistas de seu próprio capital.

ARTIGO DEZ: São acionistas da Sociedade:

- a) O Estado de Mato Grosso;
- b) Pessoas Físicas ou Jurídicas de Direito Público e Privado Nacionais e/ou Estrangeiros.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

ARTIGO ONZE: São órgãos da Sociedade:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - A Diretoria:

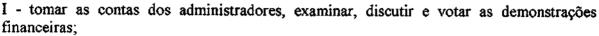
IV - Conselho Fiscal.

SECÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO DOZE: Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver 1 (uma) assembléia geral ordinária para:

DE



II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III - eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;

IV - aprovar a correção da expressão monetária do capital social (Art. 167) e, extraordináriamente, sempre que convocada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou pelos acionistas que representam número legal.

ARTIGO TREZE: As Assembléias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho, Diretor Presidente ou por um dos Diretores presentes por eles indicado. Na falta ou impedimento destes a Assembléia indicará aquele que deverá dirigir os trabalhos, cabendo sempre a quem presidir a Assembléia, a escolha do Secretário.

ARTIGO QUATORZE: Só poderão participar da Assembléia Geral, os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome no Livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião.

ARTIGO QUINZE: Os acionistas poderão ser representados na Assembléia Geral por Procurador que prove tal qualidade respeitados os impedimentos legais.

ARTIGO DEZESSEIS: A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á a qualquer tempo e para qualquer fim que não seja os da competência da Assembléia Geral Ordinária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As Assembléias Gerais Extraordinárias serão precedidas de uma convocação mínima de 08 (oito) dias úteis, com a necessária divulgação para conhecimento dos acionistas.

SECÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO DEZESSETE: A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração composto de três membros, eleitos pela Assembléia Geral e por uma Diretoria composta de três membros, eleita pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO III

DF

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO DEZOITO: O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, e seus membros deverão ser acionistas da Sociedade, sendo a representação da Companhia privativa dos Diretores.

ARTIGO DEZENOVE: O mandato dos membros do Conselho de Administração será de dois anos, permitida a reeleição, terminando sempre a 02 de Janeiro dos anos ímpares.

ARTIGO VINTE: Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, proceder-se-á de acordo com o disposto no artigo 150 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76.

ARTIGO VINTE E UM: A Presidência do Conselho de Administração será reservada ao representante do acionista majoritário.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nas ausências temporárias do Presidente do Conselho, este será substituido pelo Conselheiro que por ele for previamente indicado.

ARTIGO VINTE E DOIS: O Conselho de Administração reunir-se-á com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros sempre que convocado pelo seu Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO: As convocações para as reuniões do Conselho de Adiministração deverão acontecer com uma antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

ARTIGO VINTE E TRÊS: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos, e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de desempate.

ARTIGO VINTE E QUATRO: Os Conselheiros serão remunerados na mesma proporção do Conselheiro Fiscal da Sociedade, quando não exercerem função na Administração Pública Estadual, que seja remunerada.

ARTIGO VINTE E CINCO: Os membros do Conselho de Administração, até máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para os cargos de Diretores.

ARTIGO VINTE E SEIS: Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições citadas, criar e extinguir cargos e funções, fixar vencimentos, gratificação e vantagens do quadro de pessoal da empresa.



Parágrafo Único: As funções gratificadas terão seus valores fixados na proporcionalidade do Artigo Quarenta, honorários dos demais diretores, em 33 % (trinta e tres por cento) para FG1, 25% (vinte e cinco por cento) para FG2 e 17% (dezessete por cento) para FG3.

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA

ARTIGO VINTE E SETE: A Diretoria é orgão de direção que representa, privativamente, a Sociedade, coordena e supervisiona suas atividades de acordo com este Estatuto e com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e Assembléia Geral.

ARTIGO VINTE E OITO: A Diretoria está constituída por 04 (quatro) Diretores, brasileiros, obrigatoriamente residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração na forma estatutária.

ARTIGO VINTE E NOVE: A Diretoria é composta de 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 01 (um) Diretor Técnico e 01(um) Diretor de Portos.

PARÁGRAFO ÚNICO: O cargo de Diretor Presidente deverá ser preferencialmente de técnico com formação universitária. O cargo de Diretor Técnico preferencialmente deverá ser preenchido por Geólogo/Engenheiro de Minas do quadro permanente da empresa.

ARTIGO TRINTA: Não poderão exercer conjuntamente o cargo de Diretor, pessoas que forem entre si ascendentes ou descendentes, sogro e genro, cunhados, parentes afins até o segundo grau civil.

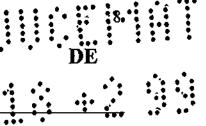
ARTIGO TRINTA E UM: O mandato dos Diretores será de dois anos podendo ser reeleitos, terminando sempre em 02 de Janeiro dos anos ímpares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos casos de vacância por renúncia ou morte, de qualquer membro da Diretoria, o Diretor em exercício solicitará reunião do Conselho de Administração a fim de eleger outro membro da Diretoria o qual completará o mandato do substituto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nas ausências temporárias do Diretor Presidente, caberá ao Conselho de Administração indicar o substituto. Nas dos demais Diretores, caberá ao

M





Diretor Presidente designar o substituto eventual, não podendo tal designação recair em pessoas estranhas ao quadro funcional da empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de ausência temporária dos 03 (três) Diretores, estes poderão constituir dentre servidores da Sociedade procuradores com poderes transitórios e específicos para o exercício de determinadas atribuições de competência da Diretoria.

ARTIGO TRINTA E DOIS: É vedado aos Diretores e aos procuradores o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto da Sociedade. Além de sua ineficácia em relação à sociedade, a violação implica responsabilidade civil e criminal do infrator.

ARTIGO TRINTA E TRÊS: Os membros da Diretoria ficam sujeitos à Cláusula de sigilo estabelecida no "caput" do Art. 48 deste Estatuto.

ARTIGO TRINTA E QUATRO: As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos cabendo ao Diretor Presidente, além do seu voto, o voto de desempate.

ARTIGO TRINTA E CINCO: Compete a Diretoria, além do que lhe couber por força da Lei, ou de outros dispositivos deste Estatuto:

- Gerir os negócios sociais, cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembléia Geral, e do Conselho de Administração, instalar escritórios e outros, da Sociedade em cidades do estado, fora dele, ou no exterior, sempre que as necessidades do serviço assim exigir.
- II Elaborar e manter atualizado o Regimento Interno da Companhia
- III Aplicar e gerenciar o Plano de Cargos e Salários da empresa.
- IV Baixar instruções, normas, ordens de serviço e portarias, quando de caráter geral.
- V Elaborar e executar, uma vez aprovada, a programação anual de atividades da Sociedade.
- VI Apreciar e discutir sobre medidas propostas por Diretores para o aperfeiçoamento de seus serviços e solução de seus problemas.
- VII Aprovar o orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos da Companhia.
- VIII Distribuir e aplicar o lucro apurado na forma estabelecida neste Estatuto e na forma da Lei.
- IX Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, e em suas relações com terceiros.
- X Apresentar anualmente ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral o Relatório Anual das Atividades da Sociedade, bem como o balanço e demais demonstrações financeiras.

ŧ

MATOGROSSENSE

DE

ARTIGO TRINTA E SEIS: Compete ao Diretor-Presidente:

- Representar a Sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele e em suas relações com terceiros, podendo para tal fim constituir procurador, e também delegar ao Diretor Administrativo e Financeiro essas atribuições.
- II Convocar e presidir as Assembléias Gerais.
- III Convocar e presidir reuniões da Diretoria, sempre que tenha de tratar de assuntos de interesse da Sociedade, não compreendidos nas atribuições específicas de cada um dos Diretores.
- IV Desenvolver e promover Convênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia e assiná-los com os demais Diretores.
- V Apresentar anualmente à Assembléia Geral o relatório das atividades da Companhia.
- VI Movimentar as contas bancárias da Companhia, sempre em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro ou Diretor Técnico.
- VII Manter e supervisionar os serviços da Assessoria Jurídica e Banco de Dados.
- VIII- Baixar instruções e normas para a administração de fundos de repasse e de outras operações financeiras, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro.
- IX Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais de acionistas. Baixar instruções, normas, ordens de serviços e portarias de caráter geral, e assiná-las em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro.
- XI Supervisionar e solicitar às áreas Administrativa, Financeira e Técnica as providências ao bom desempenho das tarefas que lhes competem, assim como o andamento de seus programas e projetos.

ARTIGO TRINTA E SETE: Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

- I Dirigir, coordenar, orientar e supervisionar os setores sob sua direção.
- II Assinar juntamente com o Diretor Presidente e Diretor Técnico, contratos, convênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia.
- III Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, e na ausência deste com o Diretor Técnico, documentos que envolvam movimentação financeira e ou responsabilidade patrimonial da Sociedade.
- IV Gerir as atividades administrativas, econômicas, financeiras, comerciais e contábeis da Sociedade, bem como seus recursos humanos e materiais, sempre em conjunto com o Diretor-Presidente.
- V Cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria.
- VI Assinar portarias, instruções, normas e ordens de serviço de caráter geral.
- VII Substituir outro Diretor, quando designado pelo Diretor-Presidente.
- VII Elaborar e apresentar ao Diretor-Presidente, anualmente o orçamento-programa da sociedade para o exercício seguinte, e Relatório de suas atividades e do acompanhamento da execução das receitas e despesas da empresa sempre que solicitado

14





- IX Conceder férias, licenças, vantagens e indenizações aos servidores da Companhia, com a anuência do Diretor-Presidente e na forma da Lei.
- X Colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções.
- XI Elaborar anualmente a proposta orçamentária e o plano de aplicação dos recursos da Companhia.
- XII Manter os serviços de Auditoria Interna e Externa da Companhia.
- XIII Propôr à Diretoria a criação de órgãos, funções e contratações, atendendo as conveniências do serviço, bem como o plano de remuneração dos serviços da Companhia.

ARTIGO TRINTA E OITO: Compete ao Diretor Técnico:

- I Definir normas e instruções de serviços nas áreas de suas atribuições.
- II Cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria.
- III Substituir eventualmente, outros Diretores da Companhia, por determinação do Diretor Presidente.
- IV Apresentar mensalmente ao Diretor Presidente, relatório de suas atividades, bem como anualmente a programação para o exercício seguinte.
- V Colaborar com o Diretor Presidente no desempenho de suas funções.
- VI Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de Planejamento e Política Mineral, Prospecção, Pesquisa e Mapeamento, os Setores de Topografia, Desenho e Laboratório Químico e Artesanato Mineral da Companhia.
- VII Assinar, juntamente com o Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro, contratos, convênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia.

ARTIGO TRINTA E NOVE:

Compete ao Diretor de Portos:

V

- I Definir normas e instruções de serviços nas áreas de suas atribuições
- II Cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria.
 Substituir eventualmente, outros Diretores da Companhia, por determinação do Diretor
- III Presidente.

Apresentar mensalmente ao Diretor Preszidente, relatório de suas atividades, bem como IV anualmente a programação do exercício seguinte.

Colaborar com o Diretor Presidente no desenvolvimento de suas funções.

M

Æ \$ Ø. %



Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de Planejamento e Política de VI execução Portuária.

Assinar juntamente com o Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro. VII contratos, copnvênios, ajustes ou acordos de interesse da Companhia.

ARTIGO QUARENTA: Os Diretores, durante o mandato, terão seus honorários fixados em 90 % (Noventa Por Cento) do salário de Secretario de Estado, mantendo sempre a proporcionalidade de 10 % a mais, entre os honorários do Diretor Presidente e dos demais diretores. As verbas de representação serão calculadas tendo como referência 90 % da representação do Secretario de Estado mantendo o procedimento dos honorários.

ARTIGO QUARENTA E UM: Os Diretores não pertencentes ao quadro de pessoal da Metamat, não terão vínculo empregatício com a empresa e receberão remuneração, conforme previsto no Artigo Quarenta, durante o mandato, fazendo juz aos direitos enunciados no Artigo 16 da Lei 8.036 da CLT, no seu desligamento.

ARTIGO QUARENTA E DOIS: O funcionário nomeado para o cargo de Diretor, durante o mandato, deixa de perceber o salário e as vantagens do seu cargo efetivo, passando a perceber a remuneração prevista no Artigo Quarenta.

ARTIGO QUARENTA E TRES: Todos os servidores do quadro efetivo da Cia., que tenhan exercido o cargo de Diretor por um período de dois (dois) anos, após o término do mandato, passarão a perceber o teto salarial da categoria, acrescido de 30% (trinta por cento). Aqueles que permanecerem no cargo por 04 (quatro) ou mais terão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o teto salarial.

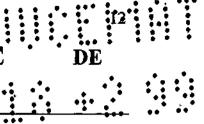
SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO QUARENTA E QUATRO: A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente composto de três membros e de igual número de suplentes,

1





eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, acionistas ou não, residentes no país, podendo ser reeleitos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Compete ao Conselho Fiscal exercer as atribuições que a lei lhe confere.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o disposto no parágrafo terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As deliberações do Conselho Fiscal constarão das atas lavradas em livro próprio.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de vaga, falta ou impedimento dos membros efetivos, serão convocados os membros suplentes, na ordem em que forem eleitos.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO QUARENTA E CINCO: O exercício social coincidirá com o ano civil.

ARTIGO QUARENTA E SEIS: No fim de cada exercício social proceder-se-á ao Balanço Geral da Sociedade com observância das prescrições legais.

ARTIGO QUARENTA E SETE: Do lucro líquido apurado em cada exercício, depois de feitas as deduções e aplicações determinadas por lei, o saldo ficará à disposição da Assembléia Geral, que lhe dará a devida destinação nos termos da proposta feita pela Administração da Sociedade ouvido o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V

DA LIQUIDAÇÃO

7



DE

ARTIGO QUARENTA E OITO: No caso da dissolução da Sociedade, a Assembléia Geral deliberará sobre as condições, o modo e prazo de liquidação, elegerá o liquidante, bem como o respectivo Conselho Fiscal, estabelecendo suas remunerações.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO QUARENTA E NOVE: Considerar-se-ão confidenciais, devendo a Sociedade mantê-las sob sigilo, as informações obtidas durante a prestação de serviços remunerados por terceiros, bem como os resultados das análises e pesquisas por estes contratados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os elementos do corpo técnico da Sociedade serão contratados sob cláusula de sigilo quanto as informações pertencentes à sociedade ou a clientes, não podendo exercer funções externas ou manter vínculos, que a juízo da Diretoria, possam comprometer os aspectos de insuspeição e de imparcialidade, que devem distinguir as atividades da Sociedade.

ARTIGO CINQUENTA: Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

Cuiabá, 21 de julho de 19

Conselho de Administração

Ali Veggi Atala

Presidente

Carmindo francisco Ferreira

Constitueiro

Sergidi Machnic Conselheiro



DF

Diretoria da Metamat

Carmindo Francisco Ferreira
Diretor Presidente

Vital Anselmo da Silva Diretor Administrativo e Financeiro

Wanderlei Magalhães de Resende Diretor Técnico

Referindo-se ao ítem "b" da ordem do dia - Substituição de membro do Conselho de Administração, a Assembléia resolve substituir os Srs. Carlos Avalone Júnior - Presidende do Conselho - brasileiro, casado Engenheiro Civil, CREA 3374D/MT, RG Nº 11.204.716 SSP/SP, CIC Nº 205.824.631-49, residente e domiciliado à Rua Manoel Leopoldino, nº 185, aptº 801 - Bairro Araés - Cuiabá/MT e Membro do Conselho - Armando Carlos Arruda de Lacerda, brasileiro, casado, empresário, carteira de identidade RG Nº 6552932 SSP-RJ, CPF 022.663.181-87, residente e domiciliado nesta Capital.Os senhores acionistas resolvem dar posse aos novos conselheiros que fica composto da seguinte forma: Presidente do Conselho - Sr. ALI VEGGI ATALA Secretário de Indústria Comércio e Mineração, brasileiro, casado RG 00001 -CRQ, CPF 1818925001-25, residente e domiciliado à travessa da Esperança nº 88, bairro Jardim Primavera - Cuiabá Mato Grosso, e para Membro do Conselho o Sr. CARMINDO FRANCISCO FERREIRA, brasileiro, casado, RG 0342971-7, CPF 304435631-87, residente e domiciliado à Rua Maracanã nº 15 CEP 78060470, Cuiabá Mato Grosso, permanecendo no cargo o Membro do Conselho -SERGIO MACHNIC, brasileiro, casado, empresário, RG Nº 1 884 567 SSP/PR, CPF 387.217.759-15, residente e domiciliado à Rua Rondonópolis, nº 761 - Centro - Primavera do Leste-MT. Com relação ao ítem "c" - Outros assuntos de interesse da sociedade, Tendo em vista a dificuldade financeira da Companhia, os acionistas autorizam a Diretoria, alienar bens moveis e imoveis que não atendam aos objetivos da Empresa. Nada mais tradado, o Sr. Presidente da Assembléia deu por encerrada a reunião,





DE

determinando a mim Samuel Pedro de Sales, Secretário, que lavrasse a Ata, que após lida e achada conforme e assinada por todos, Cuiabá, MT, 21 de julho de 1998.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALI VEOGI ATALA

Presidente do Consetho

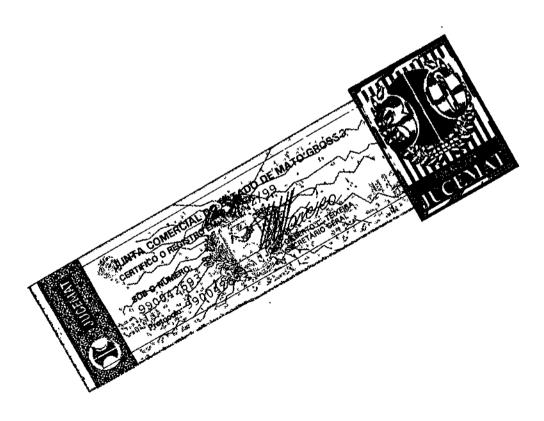
SERGIOMACHINIC

Membro

p.p. Governo da Estado

CARMINDO FRANCISCO FERREIRA

Membro



CONTRATO DE PESQUISA E PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS MINERÁRIOS

- A. Das Partes Contratantes, de um lado,
- A1. COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT. sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado de Mato Grósso, inscrita no CGC/MF sob o número 03.020.401/0001-00, com sede na Av. Jurumirim, 2970, Bairro Planalto, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada por seu Diretor Presidente Armando Carlos Arruda de Lacerda, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade número 6.552.932, expedida pelo SSP-SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 022.663.181-87. residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, e por seu Diretor Técnico Wanderlei Magalhães de Resende, brasileiro, casado, geólogo, portador da Carteira de Identidade número 293,306, expedida ema SSP/MT, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 361.216.306-04, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, e por seu Diretor Administrativo e Financeiro Vital Anselmo da Silva, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade número 1.072.561, expedida pela SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 199.755.389-91 residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, eleitos pelo Conselho de Administração da Sociedade, em Cuiabá - MT, em 25.08.97, doravante, para efeito deste contrato, simplesmente designado "METAMAT"; e do outro lado:
- CONSÓRCIO BRASIL GOLD, com sede estabelecida na Capital do Estado de A2. São Paulo, na Avenida Paulista, 949, 14º andar, com seus atos constitutivos devidamente protocolados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP. em 08/10/97, sob o nº 08108, constituído pelas empresas SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A., **SUMITOMO** CORPORATION MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION, neste ato representado por sua empresa líder SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 949 - 130. a 16º andares e 2º subsolo, inscrito no CGC/MF sob o número 60.492.212/0001-65. representado por seu Procurador Tetsu Tsujimura, japonês, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE V 167.106-5, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 052.337.237-00, residente e domiciliado na Rua Timóteo da Costa, 600, Bloco 3 aptº 902- Alto Leblon -

y

Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, doravante, para efeito deste Contrato, simplesmente designado "CONSÓRCIO".

B. Das Considerações Gerais

Considerando-se que:

- I. A METAMAT, diretamente em seu nome ou em nome de suas empresas coligadas e controladas, detém os Direitos Minerários sobre as áreas relacionadas aos processos DNPM 866.897/89, 866.434/86, 867.401/91, 867.404/91, 866.779/93, 866.538/92, 866.539/92, 866.540/92, 866.541/92, 866.542/92, 866.550/92, 867.138/93, 867.140/93, 866.449/94, 866.450/94, 866.296/92, 866.291/92, 866.292/92, 866.537/92, 867.400/91, 866.883/96, 866.053/94. 866.054/94, 867.137/93, 867.139/93, 866.836/95, 866.839/95, 869.609/96, 869.610/96, 869.611/96, 866.832/95, 866.833/95, 866.834/95, 867.407/95 e 867.408/95. Essas áreas são aquelas publicadas na Licitação Pública número 001/97 da METAMAT e estão apresentadas no mapa QUADRO I, que faz parte integrante do presente instrumento.
- II. A METAMAT, desenvolveu trabalhos de pesquisa que demonstraram a existência de ouro e outros minerais não ferrosos nas áreas relacionadas no mencionado QUADRO I, acima.
- III. A definição de viabilidade econômica do aproveitamento mineiro industrial destes minerais depende da continuidade dos trabalhos de pesquisa.
- IV. Faz parte da estratégia da METAMAT oferecer oportunidades à iniciativa privada para participar de programas de pesquisa e aproveitamento econômico de bens minerais, existentes em áreas da METAMAT para pesquisa/lavra, mediante processo de Cessão, através de processo de Licitação Pública, na modalidade de concorrência.

V. Para atingir o objetivo definido no item anterior, foi realizada pela METAMAT a Licitação Pública número 001/97, sendo declarada vencedora o CONSÓRCIO acima qualificado.

My Mas

- VI. O CONSÓRCIO, conforme a sua Proposta Técnico-Econômica, apresentada na referida Licitação, e que faz parte integrante deste Contrato, reitera seu interesse em desenvolver trabalhos de pesquisa e se comprovada a existência de jazida economicamente viável, o aproveitamento de minérios, nas áreas relacionadas no item I, acima.
- VII. O CONSÓRCIO conduzirá e executará os trabalhos de pesquisa até a etapa do Estudo de Viabilidade Econômica do aproveitamento econômico da(s) jazida(s) revelada(s).
- VIII. Havendo a necessidade de se estabelecer os princípios básicos e normas gerais que deverão reger a execução do programa de pesquisa e a futura Cessão dos Direitos Minerários, indispensável para o desenvolvimento e implantação do projeto mineiro, acordam as partes, a METAMAT de um lado e o CONSÓRCIO do outro lado, em firmar o presente Contrato de Pesquisa e Promessa de Cessão de Direitos Minerários, segundo as cláusulas e condições enumeradas a seguir, que voluntariamente aceitam e outorgam.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1. Constituem objeto do presente Contrato:
- 1.1 Realização de pesquisa mineral em 35 (trinta e cinco) áreas abrangidas pelos processos a seguir:
- 1.1.1 DNPM 866.897/89, 866.434/86, 867.401/91, 867.404/91, 866.779/93, 866.538/92, 866.539/92, 866.540/92, 866.541/92, 866.542/92, 866.550/92, 867.138/93, 867.140/93, 866.449/94, 866.450/94, 866.296/92, 866.291/92, 866.292/92, e 866.537/92, com Alvarás de Pesquisa concedidos.
- 1.1.2 DNPM 867.400/91, 866.883/96, 866.053/94 e 866.054/94, com prioridade assegurada.

No.

- 1.1.3 DNPM 867.137/93, 867.139/93, 866.836/95, 866.839/95, 869.609/96, 869.610/96, 869.611/96, 866.832/95, 866.833/95, 866.834/95, 867.407/95 e 867.408/95, pendentes de definição de prioridade.
- 1.2 Elaboração dos Planos de Aproveitamento Econômico PAEs, para as áreas constantes dos processos descritos no item 1.1 acima, nas quais forem definidas jazidas, cujo Relatório Final de Pesquisa seja conforme o Artigo 30, alínea "a ", do Código de Mineração.
- 1.3 Promessa de Cessão e Transferência Definitiva dos Direitos Minerários das áreas portadoras de jazidas minerais economicamente explotáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS TRABALHOS DE PESQUISA

- 2.1 Os trabalhos de pesquisa nas áreas correspondentes aos processos DNPM relacionados no item 1.1, deverão ser executados no decorrer da vigência dos Alvarás de cada área e de suas eventuais prorrogações, sob o gerenciamento e responsabilidade técnica do CONSÓRCIO, que providenciará o aporte de recursos necessários a cobrir a totalidade dos gastos com trabalhos de pesquisas, conforme Plano de Pesquisa apresentado na Proposta Técnico-Econômica do CONSÓRCIO.
- 2.2 O CONSÓRCIO poderá executar os trabalhos através de equipe própria ou equipes subcontratadas, e na hipótese de contratação de serviços de terceiros, o CONSÓRCIO dará preferência à contratação da METAMAT para a execução dos aludidos serviços, desde que para isso a METAMAT esteja habilitada e que os preços e condições por ela apresentados sejam compatíveis com os vigentes no mercado.
- 2.3 Fica assegurado à METAMAT, a qualquer tempo, o acompanhamento da execução e o pleno acesso a todas as informações técnicas relacionadas às etapas de pesquisa e avaliação econômica do empreendimento.

2.4 O CONSÓRCIO se compromete, sempre às suas expensas a:

Puy

- 2.4.2 Indenizar quaisquer prejuízos que venham efetivamente a causar a terceiros em decorrência dos trabalhos de pesquisa executados por seus empregados ou trabalhadores temporários, eximida a METAMAT de qualquer responsabilidade.
- 2.4.3 Elaborar e entregar à METAMAT, trimestralmente, relatório detalhado dos trabalhos de pesquisa realizados no período, inclusive para atender ao disposto no item 2.6 deste Contrato.
- 2.4.4 Assumir os encargos relativos ao pagamento da renda e das indenizações por danos causados à propriedade superficiária.
- 2.4.5 Promover com os superficiários os acordos amigável e/ou judicial necessários ao ingresso na área superficial, a fim de iniciar os trabalhos de pesquisa.
- 2.4.6 Responder pelo pagamento da Compensação Financeira pela exploração dos recursos minerais, pelos impostos decorrentes das operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS), que sejam devidos em função da extração de substâncias minerais nas áreas referidas neste Contrato, realizada mediante Guia de Utilização.
- 2.4.7 Pagar a taxa anual por hectare relativa aos Alvarás de Pesquisa em vigor, ou suas prorrogações de que trata o inciso II, Artigo 20 do Decreto-Lei número 227, de 28.02.67 (Código de Mineração).
- 2.4.8 Responder pelos encargos de recuperação ambiental decorrentes dos trabalhos de pesquisa ou de lavra.
- 2.4.9 Fornecer à METAMAT, sempre que por esta solicitada, as informações técnicas e outros quaisquer documentos necessários ao cumprimento de exigências decorrentes de normas expressas nas legislações mineral, ambiental e correlativas,

My S

formuladas pelos poderes público federal, estadual ou municipal, relativos às áreas objeto deste Contrato. O CONSÓRCIO obriga-se, também, a arcar com os gastos necessários ao efetivo cumprimento dessas exigências legais.

- 2.5 Para execução dos trabalhos de Pesquisa, a METAMAT se obriga a prestar a máxima cooperação e apoio ao CONSÓRCIO e suas subcontratadas, devendo ainda:
- 2.5.1 Autorizar o CONSÓRCIO, por seus empregados, agentes, representantes credenciados, empreiteiros e sub-empreiteiros, a ingressar nas áreas de pesquisa.
- 2.5.2 Colaborar com o CONSÓRCIO, quando preciso, na preparação de todos os documentos necessários ao cumprimento das exigências relativas à Legislação Mineral e a de Meio Ambiente, quando aplicáveis.
- 2.5.3 Colocar à disposição do CONSÓRCIO todos os acordos com superficiários e dados técnicos existentes sobre a área de pesquisa.
- 2.5.4 Lavrar instrumento de procuração em favor do CONSÓRCIO ou de pessoas por elas indicadas para o fim especial de, em nome da METAMAT, acompanhar junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM e demais órgãos públicos, os processos relativos às áreas de pesquisa abrangidas por este Contrato, podendo inclusive, requerer prorrogação de autorização de pesquisa, apresentar relatórios, parcial ou final, cumprir exigências, interpor recursos, requerer concessão de lavra, pedir Guias de Utilização, firmar acordo amigável com os superficiários, e tudo mais que necessário for ao fiel cumprimento do mandato.
- 2.5.5 Assumir os encargos administrativos ou tributários decorrentes dos processos objeto deste Contrato e em tramitação no Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, cujos fatos geradores tenham ocorridos antes da assinatura do presente Contrato.
- Para atendimento das obrigações perante o DNPM e órgãos de Meio Ambiente, a programação dos trabalhos de pesquisa do CONSÓRCIO deverá adequar-se aos dispositivos das Legislação Mineral e do Meio Ambiente, onde aplicáveis, especialmente no tocante aos prazos estabelecidos para a entrega de relatórios e cumprimento de exigências.

Mr. S

- 2.6.1 O CONSÓRCIO, a seu exclusivo critério técnico, mediante prévio comunicado com 30 (trinta) dias de antecedência, poderá apresentar à METAMAT o descarte de áreas propondo a desistência aos direitos de pesquisa nos termos da Legislação vigente, sendo que a partir dessa data, o CONSÓRCIO se desobrigará do pagamento das taxas anuais incidentes sobre as correspondentes áreas de pesquisa.
- 2.7 Na hipótese de vir a ocorrer a caducidade, nulidade, anulação ou revogação dos direitos minerários originários dos Alvarás ou Requerimentos protocolizados no DNPM conforme relacionados na cláusula primeira, fica vedado ao CONSÓRCIO requerer, no todo ou em parte, a área a que se refere o presente Contrato, direta ou indiretamente através de subsidiárias, coligadas, controladas ou controladores, ficando desde já estabelecido que caberá unicamente a METAMAT fazê-lo, não sendo devido qualquer ressarcimento por parte da METAMAT. O(s) novo(s) requerimento(s) formulado(s) pela METAMAT objetivando a retomada dos direitos de quaisquer uma das áreas, passarão a integrar o objeto do presente Contrato.
- 2.8 Após a assinatura do presente instrumento, será constituído um Comitê Técnico de Acompanhamento com quatro membros, sendo dois representantes da METAMAT e dois representantes do CONSÓRCIO.
- 2.8.1 O Comitê Técnico de Acompanhamento terá como atribuições acompanhar e dar sugestões ao CONSÓRCIO sobre os trabalhos técnicos desenvolvidos ou a serem implantados.
- 2.9 O presente Contrato de Pesquisa será rescindido de pleno direito caso, se sem qualquer justificativa, o CONSÓRCIO não iniciar a execução dos trabalhos de pesquisa nos prazos estabelecidos entre o CONSÓRCIO e a METAMAT, ou não concluir os trabalhos dentro dos prazos estabelecidos ou dos prazos vigentes dos Alvarás.
- 2.10 Após a conclusão dos trabalhos de pesquisa, o CONSÓRCIO deverá apresentar à METAMAT, após a apreciação do Comitê Técnico de Acompanhamento, os Relatórios Finais de Pesquisa, o Estudo de Viabilidade Econômica e o Plano de Aproveitamento Econômico da(s) Jazida(s), que consubstanciará o Projeto Mineiro.

- 2.11 Constatada, após a realização de pesquisa a inexistência de jazida (depósito mineral economicamente aproveitável), circunstância essa que a lei minerária prevê o Arquivamento do Relatório Final de Pesquisa, não cabera, por quaisquer partes, indenizações ou ressarcimentos, ficando a respectiva área automaticamente excluída do presente Contrato.
- 2.12 Aprovado o Relatório Final de Pesquisa pelo DNPM, caberá ao CONSÓRCIO, em nome da METAMAT, mediante procuração específica e com colaboração desta, providenciar, nos termos da Legislação Mineral aplicável, a elaboração do Plano de Lavra em nome da Empresa de Mineração que vier a ser constituída, em conformidade com as leis brasileiras.
- 2.13 O CONSÓRCIO poderá, a seu critério, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação da Aprovação do Relatório Final de Pesquisa no Diário Oficial da União (D.O.U) comunicar a METAMAT seu desinteresse no aproveitamento econômico da respectiva jazida, ficando isenta das demais obrigações decorrentes deste CONTRATO, sem que lhe seja devido qualquer ressarcimento por parte da METAMAT.
- 2.14 Sobre qualquer produção realizada sob regime de Guia de Utilização durante a pesquisa e até a assinatura do Contrato de Cessão de Direitos Minerários, o CONSÓRCIO pagará à METAMAT no 5° (quinto) dia útil de cada mês, em moeda corrente, um "royalty" mensal correspondente a 2,10% (dois vírgula dez por cento) da receita bruta de venda do mês anterior.
- 2.14.1 O "royalty" será calculado sobre a receita bruta dos produtos finais comercializados, ao preço vigente de mercado, deduzindo-se os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir.

2.14.2 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento do "royalty" mensal, referido no item acima, o CONSÓRCIO pagará à METAMAT multa no valor de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante do débito atualizado monetariamente pela UFIR.

M

- 2.15 Ocorrido atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento dos "royalties" referidos no item acima, o presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independente da notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízos de outras sanções e sem que caiba ao CONSÓRCIO qualquer ressarcimento seja a que título for.
- 2.16 Na hipótese dos trabalhos de pesquisa conduzirem a descoberta e cubagem de jazida de ouro e metais associados economicamente explotáveis, o CONSÓRCIO pagará à METAMAT a título de valor de ressarcimento em moeda corrente nacional, em função das reservas medidas e indicadas em metal contido, as seguintes importâncias:
- 2.16.1 Para depósitos com reservas até 10,00 (dez) toneladas de ouro: US\$ 1,200,000.00 (um milhão e duzentos mil dólares americanos).
- 2.16.2 Para depósitos com reservas superiores a 10,00 (dez) toneladas e até 20,00 (vinte) toneladas de ouro: US\$ 1,700,000.00 (um milhão e setecentos mil dólares americanos).
- 2.16.3 Para depósitos com reservas superiores a 20,00 (vinte) toneladas até 30,00 (trinta) toneladas de ouro: US\$ 2,200,000.00 (dois milhões e duzentos mil dólares americanos).
- 2.16.4 Para depósitos com reservas superiores a 30,00 (trinta) toneladas de ouro: US\$ 2,700,000.00 (dois milhões e setecentos mil dólares americanos).
- 2.17 O valor do ressarcimento em moeda corrente deverá ser pago em duas parcelas iguais, cujos valores serão calculados pela taxa do dólar comercial vigente nas datas de pagamentos, sendo a primeira até o 60o. (sexagésimo) dia após a publicação de despacho da Aprovação do Relatório Final de Pesquisa e, a segunda parcela na data da assinatura em Cartório da Cessão Definitiva dos Direitos de Lavra, à Empresa de Mineração que vier a ser constituída pelo Consórcio como concessionária de lavra e operadora da futura mina.
- 2.17.1 Antes do pagamento da segunda parcela, o seu valor será confirmado du recalculado e ajustado, em conjunto pelas Partes, em função de eventual variação.

havida nas reservas medidas e indicadas, consignadas e aprovadas pelo DNPM, e as reservas medidas e indicadas definidas e utilizadas no Plano de Aproveitamento Econômico quando do Pedido da Portaria de Lavra ao DNPM.

2.17.2 O não pagamento da primeira parcela do ressarcimento de que trata o item anterior, implica na automática renúncia ao direito sobre o depósito avaliado, não cabendo ao CONSÓRCIO direito a indenização, a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO APROVEITAMENTO ECONÔMICO E CESSÃO DE DIREITOS MINERÁRIOS

- 3.1 Os Estudos de Viabilidade Econômica para Implantação do Empreendimento Mineral, assim como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e outros que se fizerem necessários serão executados e custeados pelo CONSÓRCIO, ficando assegurado à METAMAT, às suas expensas, o acompanhamento de sua execução.
- 3.2 A METAMAT se obriga a firmar com o CONSÓRCIO, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo I deste Contrato, dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação da competente Portaria de Lavra no Diário Oficial da União (DOU), a realização da cessão e transferência definitiva dos direitos minerários à empresa de mineração a ser constituída ou indicada pelo CONSÓRCIO.
- 3.2.1 Caso o CONSÓRCIO decida não firmar o Contrato de Cessão no prazo estipulado no item 3.2 acima, cessará a obrigação da METAMAT em fazê-lo, podendo livremente dispor da Portaria de Lavra, extinguindo de pleno direito a obrigação de celebrar o Contrato de Cessão, sem que caiba ao CONSÓRCIO qualquer ressarcimento, pleiteado seja a que título for.
- O empreendimento que vier a ser implementado com base no Contrato de Cessão será executado, controlado e gerenciado pela Empresa de Mineração a ser constituída pelo CONSÓRCIO, sob sua responsabilidade técnica e financeira, providenciando a Empresa de Mineração todos os aportes de recursos necessários a cobrir, na totalidade, a sua implantação, operação e desenvolvimento.

m Miles

- 3.4 Até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Cessão de Direitos Minerários, a Empresa de Mineração constituída ou indicada pelo CONSÓRCIO deverá requerer averbação junto ao DNPM nos termos do Artigo 59 do Regulamento do Código de Mineração.
- 3.5 A METAMAT receberá da Empresa de Mineração constituída ou indicada pelo CONSÓRCIO pela Cessão dos Direitos de Lavra da (s) jazida (s) mineral (is), um "royalty" mensal, em moeda corrente, que incidirá sobre a receita bruta mensal de venda dos produtos finais gerados na mina, excluídos os impostos e taxas incidentes, de acordo com os percentuais:
- 3.5.1 Na explotação de jazida com reserva mineral de até 10,00 (dez) toneladas de ouro: 2,10% (dois vírgula dez por cento).
- 3.5.2 Na explotação de jazida com reserva minerável superior a 10,00 (dez) toneladas: 2,55% (dois vírgula cinquenta e cinco por cento).
- 3.5.3 Na explotação de jazida de outros metais ou minerais, o "royalty" a ser pago será o correspondente a 2,55% (dois vírgula cinqüenta e cinco por cento).
- 3.6 Para fins de aplicação das disposições do item 3.5 poderão ser incorporados no Contrato de Cessão Definitiva, cuja minuta integra o Anexo I quais sejam:
 - sanções por inadimplência do Contrato;
 - possibilidade de transferência de Contrato;
 - antecipação dos pagamentos dos "royalties".

CLÁUSULA QUARTA: OUTRAS DISPOSIÇÕES

4.1 Para os efeitos deste contrato podem ser consideradas partes integrantes do CONSÓRCIO, todas e quaisquer empresas subsidiárias e coligadas, direta ou indiretamente, da MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION e da SUMITOMO CORPORATION, indicadas pelas mesmas e/ou pelo CONSÓRCIO.

_

- 4.2 MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION e a MATERIALS CORPORATION DO CORPORATION com aprovação da SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A poderão permitir a participação de quaisquer terceiros nas Fases de Pesquisa, do Estudo de Viabilidade e do Desenvolvimento e Implantação da Mina, como membros da MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION e da SUMITOMO CORPORATION, desde que esses terceiros concordem e cumpram integralmente as obrigações contratuais assumidas pelo CONSORCIO.
- 4.3 Caso seja firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Mato Grosso, diretamente ou por meio de suas instituições, os trabalhos previstos neste CONTRATO poderão ser assumidos e executados sem afetação a nenhuma Cláusula vigente deste CONTRATO pela METAL MINING AGENCY OF JAPAN MMAJ para o CONSÓRCIO.
- 4.4 Até a Concessão Definitiva dos Direitos Minerários e com antecedência mínima de 90 dias, o CONSÓRCIO poderá, em função dos resultados obtidos durante os trabalhos de pesquisa, que desaconselhem seu prosseguimento, manifestar formalmente sua desistência ao projeto, desde que expressamente, renuncie em favor da METAMAT ou a quem ela indicar, todos os direitos decorrentes deste CONTRATO, ficando o CONSÓRCIO e terceiro conforme itens 4.1, 4.2 e 4.3 desobrigado a partir da data assinalada na desistência das responsabilidades que lhes foram atribuídas por força deste Contrato.
- 4.4.1 Na hipótese consignada no caput deste sub-ítem o contrato será rescindido mediante termo assinado pelas partes contratantes.
- 4.5 O CONSÓRCIO a partir da data de assinatura deste Contrato até a data de Cessão Definitiva dos Direitos Minerários, deverá tomar as providências necessárias e em conjunto com a METAMAT para a perfeita manutenção dos Direitos Minerários de Titularidade da METAMAT perante o Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, as Secretarias e Órgãos do Meio Ambiente.
- Durante a vigência do Contrato, a METAMAT e o CONSÓRCIO através de suas empresas participantes ou de suas coligadas poderão requerer autorizações de pesquisa na região, em outras áreas diferentes daquelas relacionadas poderão. QUADRO I.

M

- 4.6.1 As áreas requeridas pela METAMAT na região serão apresentadas ao CONSÓRCIO que terá a prioridade em efetuar a opção de incorporar ao presente Contrato, e somente em caso de desinteresse, que se fará por escrito, a METAMAT poderá transferir para terceiros.
- 4.7 Na hipótese das partes, METAMAT e CONSÓRCIO descumprirem as obrigações e as condições contratuais, tornando impossível a consecução dos objetivos deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções, fica desde logo acordado que as partes responderão pelo inadimplemento contratual, sendo o CONSÓRCIO com a perda dos direitos decorrentes deste CONTRATO e dos investimentos realizados nas áreas de pesquisa em favor da METAMAT, e a METAMAT com o ressarcimento em favor do CONSÓRCIO dos valores correspondentes a esses investimentos, monetariamente corrigidos pela variação cambial.
- 4.8 Não se exigirá o cumprimento das obrigações do presente Contrato, nem as partes contratantes, responderão pelos prejuízos daí resultantes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, como disposto no Artigo 1058 do Código Civil Brasileiro.
- 4.9 As partes CONTRATANTES obrigam-se a guardar sigilo sobre os dados, informações e resultados obtidos nos trabalhos de pesquisa e nas demais atividades previstas neste Contrato, que não poderão ser revelados a terceiros sem o prévio e expresso consentimento formal da outra parte, ressalvando o fornecimento de informações técnicas indispensáveis à execução de serviços eventualmente contratados a terceiros, em beneficio do empreendimento.
- 4.10 As Partes obrigam-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do presente Contrato, vedada a sua transferência à terceiros, sem prévia autorização da outra Parte, exceto nos casos expressamente previstos neste Contrato.
- 4.11 Quaisquer questões omissas ou divergentes deste Contrato ou que dele originarem, serão solucionadas de comum acordo pela diretorias da METAMAT e do CONSÓRCIO.
- 4.11.1 Na impossibilidade de uma solução amigável, as Partes resolverão a questão por meio de arbitragem, antes da tomada de qualquer medida judicial, com a nomeação de um árbitro, que vier a ser livremente aceito pelas partes.

- 4.12 Integram o presente Contrato a Proposta Técnico-Econômica/e a Proposta Comercial apresentadas à METAMAT pelo CONSÓRCIO BRASIL GOLD, no processo licitatório da Licitação METAMAT número 001/97.
- 4.13 O presente Contrato contém na integra o entendimento entre as Partes e substitui e revoga qualquer comunicação verbal ou escrita já realizadas entre as Partes, com relação a este Contrato.
- 4.14 Fica entendido e acordado entre as Partes que nenhuma alteração ou renúncia aos termos deste Contrato será vigente a não ser que se faça por escrito e seja firmado pelas Partes.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

5.1. Fica determinado que o Foro da Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, será o competente para dirimir as questões do presente Contrato, que não puderem ser solucionadas por arbitragem, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

W SX

E por estarem assim justas e contratadas, METAMAT e o CONSORCIO presença das testemunhas abaixo indicadas e a tudo presentes, firmam o instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma. Cuiabá, 9 de outubro de 1997. Pelo CONSÓRCIO: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A (Líder do CONSÓRCIO) P.p. Tetsu Tsujimura Pela METAMAT: amando Carlos Arruda de Lacerda Diretor-Presidente 1º SERVIÇO NOTAPIAL E II GISTRAL of Gloria A. Forreire partol! Registro de Titulos e Documentos Vital Anselmo da Silva Diretor Administrativo e Financeiro Protocolo nº.... Registro nº.. Em Teste (.... CUIABÁ-MT.... Rua Comte. Costa, 663 Wanderlei Magalhães de Resende Diretor Técnico Testemunhas Nome: Wilson Menezes Coutinho Nome: Marcos Vinicius Paes de Barros RG.: 012,690 - SSP/MT RG: 026.957 - SSP/MTCPF/MF: 16 C963:356-87 0 1º Uficio de PF/MFt 137.934.111-68 CERTIDÃO oran dispursado Dango citado

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

METAMAT

À
Registradora do 1º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá

A METAMAT – Companhia Matogrossense de Mineração, através do seu Diretor-Presidente ARMANDO CARLOS ARRUDA DE LACERDA, portador do RG nº 6552932 – SSP/RJ, inscrito no CPF nº 022 663 181 – 87, vem requerer o registro do Contrato de Pesquisa e Promessa de Cessão de Direitos Minerários devido ao enorme volume, solicitar a dispensa de apresentação dos anexos mencionados B – Das Considerações Gerais - Item I - Quadro I e Item VI – Proposta Técnico-Econômica; Cláusula Terceira – Item 3.2 – Anexo I, Item 3.6 – Anexo I – Minuta do Contrato; Cláusula Quarta – Item 4.12 – Proposta Técnico Econômica e a Proposta Comercial, que permanecem arquivados na sede da METAMAT.

O valor das propostas consignadas nos itens 2.16.1, 2.16.2, 2.16.3 e 2.16.4, serão correspondentes à taxa do dólar comercial nas datas de pagamento, conforme Cláusula Segunda - Itens 2.16 e 2.17, o valor do dólar para conversão neste Contrato é de US\$ 1,10.

- Para o Item 2.16.1 US\$ 1.200.000,00 = R\$ 1.320.000,00
- Para o Item 2.16.2 US\$ 1.700.000,00 = R\$ 1.870.000,00
- Para o Item 2.16.3 US\$ 2.200.000,00 = R\$ 2.420.000,00
- Para o Item 2.16.4 US\$ 2.700.000,00 = R\$ 2.970.000,00

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Cuiabá, 24 de outubro de 1997.

ARMANDO CARLOS ARRUDA DE LACERDA

Diretor-Presidente

CONTRATO DE PESQUISA E PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS MINERÁRIOS



- A. Das Partes Contratantes, de um lado,
- COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO METAMAT, **A**1. sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado de Mato Grosso, inscrita no CGC/MF sob o número 03.020.401/0001-00, com sede na Av. Jurumirim, 2970, Bairro Planalto, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada por seu Diretor Presidente Armando Carlos Arruda de Lacerda, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade número 6.552.932, expedida pelo SSP-SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 022.663.181-87, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, e por seu Diretor Técnico Wanderlei Magalhães de Resende, brasileiro, casado, geólogo, portador da Carteira de Identidade número 293.306, expedida ema SSP/MT, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 361.216.306-04, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, e por seu Diretor Administrativo e Financeiro Vital Anselmo da Silva, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade número 1.072.561, expedida pela SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 199,755.389-91 residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, eleitos pelo Conselho de Administração da Sociedade, em Cuiabá - MT, em 25.08.97, doravante, para efeito deste contrato, simplesmente designado "METAMAT"; e do outro lado:
- A2. CONSÓRCIO BRASIL GOLD, com sede estabelecida na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 949, 14º andar, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob o NIRE 500026474, em sessão de 09/10/97, constituído pelas empresas SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A., SUMITOMO CORPORATION e MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION, neste ato representado por sua empresa lider SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 949 - 13o. a 16º andares e 2º subsolo, inscrito no CGC/MF sob o número 60.492.212/0001-65, neste ato representado por seu Procurador Tetsu Tsujimura, japonês, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE V 167.106-5, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 052.337.237-00, residente e domiciliado na Rua Timóteo da Costa, 600, Bloco 3 aptº 902- Alto Leblon -Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, doravante, para efeito deste Contrato, simplesmente designado "CONSÓRCIO".

M is

Dr 13

B. Das Considerações Gerais



Considerando-se que:

- I. A METAMAT, diretamente em seu nome ou em nome de suas empresas coligadas e controladas, detém os Direitos Minerários sobre as áreas relacionadas aos processos 1) DNPMs 866.993/83, 866.333/84, 866.316/86, 866.682/88, 866.077/91, 866.078/91, 866.118/91, com Alvarás de Pesquisa concedidos; 2) DNPMs 866.075/91, 866.919/92 e 866.783/92, com prioridade assegurada; e, 3) DNPMs 866.117/91, 866.171/92 e 866.918/92, pendentes de definição da prioridade. Essas áreas são aquelas publicadas na Licitação Pública número 002/97 da METAMAT e estão apresentadas no mapa QUADRO I, que faz parte integrante do presente instrumento.
- II. A METAMAT, desenvolveu trabalhos de pesquisa que demonstraram a existência de ouro e outros minerais não ferrosos nas áreas relacionadas no mencionado QUADRO I, acima.
- III. A definição de viabilidade econômica do aproveitamento mineiro industrial destes minerais depende da continuidade dos trabalhos de pesquisa.
- IV. Faz parte da estratégia da METAMAT oferecer oportunidades à iniciativa privada para participar de programas de pesquisa e aproveitamento econômico de bens minerais, existentes em áreas da METAMAT para pesquisa/lavra, mediante processo de Cessão, através de processo de Licitação Pública, na modalidade de concorrência.
- V. Para atingir o objetivo definido no item anterior, foi realizada pela METAMAT a Licitação Pública número 002/97, sendo declarada vencedora o CONSÓRCIO acima qualificado.
- VI. O CONSÓRCIO, conforme a sua Proposta Técnico-Econômica, apresentada na referida Licitação, e que faz parte integrante deste Contrato, reitera seu interesse em desenvolver trabalhos de pesquisa e se comprovada a existência de jazida economicamente viável, o aproveitamento de minérios, nas áreas relacionadas no item I, acima.
- VII. O CONSÓRCIO conduzirá e executará os trabalhos de pesquisa até a etapa do Estudo de Viabilidade Econômica do aproveitamento econômico da(s) jazida(s) revelada(s).

M z

Or 3

VIII. Havendo a necessidade de se estabelecer os princípios básicos e normas a que deverão reger a execução do programa de pesquisa e a futura Cessão/do Direitos Minerários, indispensável para o desenvolvimento e implantação do projeto mineiro, acordam as partes, a METAMAT de um lado e o CONSÓRCIO do outro lado, em firmar o presente Contrato de Pesquisa e Promessa de Cessão de Direitos Minerários, segundo as cláusulas e condições enumeradas a seguir, que voluntariamente aceitam e outorgam.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- Constituem objeto do presente Contrato: 1.
- 1.1 Realização de pesquisa mineral em 13 (treze) áreas abrangidas pelos processos a seguir:
- 1).DNPMs 866.993/83, 866.333/84, 866.316/86, 866.682/88, 866.077/91, **866.078/91, 866.118/91,** com Alvarás de Pesquisa concedidos;
- 1.1.2 2). DNPMs 866.075/91, 866.919/92 e 866.783/92, com prioridade assegurada; e,
- 3) DNPMs 866.117/91, 866.171/92 e 866.918/92, pendentes de definição da prioridade.
- 1.2 Elaboração dos Planos de Aproveitamento Econômico - PAEs, para as áreas constantes dos processos descritos no item 1.1 acima, nas quais forem definidas jazidas, cujo Relatório Final de Pesquisa seja conforme o Artigo 30, alínea "a ", do Código de Mineração.
- 1.3 Promessa de Cessão e Transferência Definitiva dos Direitos Minerários das áreas portadoras de jazidas minerais economicamente explotáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS TRABALHOS DE PESQUISA

2.1 Os trabalhos de pesquisa nas áreas correspondentes aos processos DNPM relacionados no item 1.1, deverão ser executados no decorrer da vigência dos Alvarás de cada área e de suas eventuais prorrogações, sob o gerenciamento e responsabilidade técnica do CONSÓRCIO, que providenciará o aporte de

in the series

recursos necessários a cobrir a totalidade dos gastos com trabalhos de pesquisa conforme Plano de Pesquisa apresentado na Proposta Técnico-Econômica do CONSÓRCIO.

- 2.2 O CONSÓRCIO poderá executar os trabalhos através de equipe própria ou equipes subcontratadas, e na hipótese de contratação de serviços de terceiros, o CONSÓRCIO dará preferência à contratação da METAMAT para a execução dos aludidos serviços, desde que para isso a METAMAT esteja habilitada e que os preços e condições por ela apresentados sejam compatíveis com os vigentes no mercado.
- 2.3 Fica assegurado à METAMAT, a qualquer tempo, o acompanhamento da execução e o pleno acesso a todas as informações técnicas relacionadas às etapas de pesquisa e avaliação econômica do empreendimento.
- 2.4 O CONSÓRCIO se compromete, sempre às suas expensas a:
- 2.4.1 Executar os trabalhos de pesquisa nas áreas a que se refere o presente Contrato em conformidade com a Legislação Mineral, Ambiental e diplomas legais correlatos e em conformidade com o Plano de Pesquisa constante na Proposta Técnico-Econômica apresentada pelo CONSÓRCIO na Licitação Pública número 002/97.
- 2.4.2 Indenizar quaisquer prejuízos que venham efetivamente a causar a terceiros em decorrência dos trabalhos de pesquisa executados por seus empregados ou trabalhadores temporários, eximida a METAMAT de qualquer responsabilidade.
- 2.4.3 Elaborar e entregar à METAMAT, trimestralmente, relatório detalhado dos trabalhos de pesquisa realizados no período, inclusive para atender ao disposto no item 2.6 deste Contrato.
- 2.4.4 Assumir os encargos relativos ao pagamento da renda e das indenizações por danos causados à propriedade superficiária.
- 2.4.5 Promover com os superficiários os acordos amigável e/ou judicial necessários ao ingresso na área superficial, a fim de iniciar os trabalhos de pesquisa.
- 2.4.6 Responder pelo pagamento da Compensação Financeira pela exploração dos recursos minerais, pelos impostos decorrentes das operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS), que sejam

MAR

Re John

devidos em função da extração de substâncias minerais nas áreas referidas de Contrato, realizada mediante Guia de Utilização.

- 2.4.7 Pagar a taxa anual por hectare relativa aos Alvarás de Pesquisa em vigor, ou suas prorrogações de que trata o inciso II, Artigo 20 do Decreto-Lei número 227, de 28.02.67 (Código de Mineração).
- 2.4.8 Responder pelos encargos de recuperação ambiental decorrentes dos trabalhos de pesquisa ou de lavra.
- 2.4.9 Fornecer à METAMAT, sempre que por esta solicitada, as informações técnicas e outros quaisquer documentos necessários ao cumprimento de exigências decorrentes de normas expressas nas legislações mineral, ambiental e correlativas, formuladas pelos poderes público federal, estadual ou municipal, relativos às áreas objeto deste Contrato. O CONSÓRCIO obriga-se, também, a arcar com os gastos necessários ao efetivo cumprimento dessas exigências legais.
- 2.5 Para execução dos trabalhos de Pesquisa, a METAMAT se obriga a prestar a máxima cooperação e apoio ao CONSÓRCIO e suas subcontratadas, devendo ainda:
- 2.5.1 Autorizar o CONSÓRCIO, por seus empregados, agentes, representantes credenciados, empreiteiros e sub-empreiteiros, a ingressar nas áreas de pesquisa.
- 2.5.2 Colaborar com o CONSÓRCIO, quando preciso, na preparação de todos os documentos necessários ao cumprimento das exigências relativas à Legislação Mineral e a de Meio Ambiente, quando aplicáveis.
- 2.5.3 Colocar à disposição do CONSÓRCIO todos os acordos com superficiários e dados técnicos existentes sobre a área de pesquisa.
- 2.5.4 Lavrar instrumento de procuração em favor do CONSORCIO ou de pessoas por elas indicadas para o fim especial de, em nome da METAMAT, acompanhar junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM e demais órgãos públicos, os processos relativos às áreas de pesquisa abrangidas por este Contrato, podendo inclusive, requerer prorrogação de autorização de pesquisa, apresentar relatórios, parcial ou final, cumprir exigências, interpor recursos, requerer concessão de lavra, pedir Guias de Utilização, firmar acordo amigável com os superficiários, e tudo mais que necessário for ao fiel cumprimento do mandato.

M

dry

- 2.5.5 Assumir os encargos administrativos ou tributários decorrentes dos processos objeto deste Contrato e em tramitação no Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, cujos fatos geradores tenham ocorridos antes da assinatura do presente Contrato.
- 2.6 Para atendimento das obrigações perante o DNPM e órgãos de Meio Ambiente, a programação dos trabalhos de pesquisa do CONSÓRCIO deverá adequar-se aos dispositivos das Legislação Mineral e do Meio Ambiente, onde aplicáveis, especialmente no tocante aos prazos estabelecidos para a entrega de relatórios e cumprimento de exigências.
- 2.6.1 O CONSÓRCIO, a seu exclusivo critério técnico, mediante prévio comunicado com 30 (trinta) dias de antecedência, poderá apresentar à METAMAT o descarte de áreas propondo a desistência aos direitos de pesquisa nos termos da Legislação vigente, sendo que a partir dessa data, o CONSÓRCIO se desobrigará do pagamento das taxas anuais e de quaisquer outros valores incidentes ou que venham incidir sobre as correspondentes áreas de pesquisa, bem como, de quaisquer obrigações, e responsabilidades assumidas pelo CONSÓRCIO conforme estabelecidas neste Contrato, na legislação pertinente e em decorrência da Licitação Pública METAMAT nº 002/97. Havendo o descarte das áreas, a METAMAT, às suas custas, irá tomar todas as providências legais necessárias para a regularização da situação perante os órgãos competentes.
- Na hipótese de vir a ocorrer a caducidade, nulidade, anulação ou revogação dos direitos minerários originários dos Alvarás ou Requerimentos protocolizados no DNPM conforme relacionados na cláusula primeira, fica vedado ao CONSÓRCIO requerer, no todo ou em parte, a área a que se refere o presente Contrato, direta ou indiretamente através de subsidiárias, coligadas, controladas ou controladores, ficando desde já estabelecido que caberá unicamente a METAMAT fazê-lo, não sendo devido qualquer ressarcimento por parte da METAMAT. O(s) novo(s) requerimento(s) formulado(s) pela METAMAT objetivando a retomada dos direitos de quaisquer uma das áreas, passarão a integrar o objeto do presente Contrato.
- 2.8 Após a assinatura do presente instrumento, será constituído um Comitê Técnico de. Acompanhamento com quatro membros, sendo dois representantes da METAMAT e dois representantes do CONSÓRCIO.
- 2.8.1 O Comitê Técnico de Acompanhamento terá como atribuições acompanhar e dar sugestões ao CONSÓRCIO sobre os trabalhos técnicos desenvolvidos ou a serem implantados.

N 2

Jr 35

- 2.9 O presente Contrato de Pesquisa será rescindido de pleno direito caso, se sem qualquer justificativa, o CONSÓRCIO não iniciar a execução dos trabalhos de pesquisa nos prazos estabelecidos entre o CONSÓRCIO e a METAMAT, ou não concluir os trabalhos dentro dos prazos estabelecidos ou dos prazos vigentes dos Alvarás.
- 2.10 Após a conclusão dos trabalhos de pesquisa, o CONSÓRCIO deverá apresentar à METAMAT, após a apreciação do Comitê Técnico de Acompanhamento, os Relatórios Finais de Pesquisa, o Estudo de Viabilidade Econômica e o Plano de Aproveitamento Econômico da(s) Jazida(s), que consubstanciará o Projeto Mineiro.
- 2.11 Constatada, após a realização de pesquisa a inexistência de jazida (depósito mineral economicamente aproveitável), circunstância essa que a lei minerária prevê o Arquivamento do Relatório Final de Pesquisa, não caberá, por quaisquer partes, indenizações ou ressarcimentos, ficando a respectiva área automaticamente excluída do presente Contrato.
- 2.12 Aprovado o Relatório Final de Pesquisa pelo DNPM, caberá ao CONSÓRCIO, em nome da METAMAT, mediante procuração específica e com colaboração desta, providenciar, nos termos da Legislação Mineral aplicável, a elaboração do Plano de Lavra em nome da Empresa de Mineração que vier a ser constituída, em conformidade com as leis brasileiras.
- 2.13 O CONSÓRCIO poderá, a seu critério, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação da Aprovação do Relatório Final de Pesquisa no Diário Oficial da União (D.O.U) comunicar a METAMAT seu desinteresse no aproveitamento econômico da respectiva jazida, ficando isenta das demais obrigações decorrentes deste CONTRATO, sem que lhe seja devido qualquer ressarcimento por parte da METAMAT.
- 2.14 Sobre qualquer produção realizada sob regime de Guia de Utilização durante a pesquisa e até a assinatura do Contrato de Cessão de Direitos Minerários, o CONSÓRCIO pagará à METAMAT no 5º (quinto) dia útil de cada mês, em moeda corrente, um "royalty" mensal correspondente a 2,10% (dois vírgula dez por cento) da receita bruta de venda do mês anterior.
- 2.14.1 O "royalty" será calculado sobre a receita bruta dos produtos finais comercializados, ao preço vigente de mercado, deduzindo-se os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir.

M

PL

) ();

- 2.14.2 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento do "royalty" mensal, referido no item acima, o CONSÓRCIO pagará à METAMAT multa no valor de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante do débito atualizado monetariamente pela UFIR.
- 2.15 Ocorrido atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento dos "royalties" referidos no item acima, o presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independente da notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízos de outras sanções e sem que caiba ao CONSÓRCIO qualquer ressarcimento seja a que título for.
- 2.16 Na hipótese dos trabalhos de pesquisa conduzirem a descoberta e cubagem de jazida de ouro e metais associados economicamente explotáveis, o CONSÓRCIO pagará à METAMAT a título de valor de ressarcimento em moeda corrente nacional, em função das reservas medidas e indicadas em metal contido, as seguintes importâncias:
- 2.16.1 Para depósitos com reservas até 10,00 (dez) toneladas de ouro: R\$ 1.320.000,00 (um milhão trezentos e vinte mil reais), correspondentes, nesta data, a US\$ 1.200,000.00 (um milhão e duzentos mil dólares americanos).
- 2.16.2 Para depósitos com reservas superiores a 10,00 (dez) toneladas e até 20,00 (vinte) toneladas de ouro: R\$ 1.870.000,00 (um milhão oitocentos e setenta mil reais), correspondentes, nesta data, a US\$ 1.700,000.00 (um milhão e setecentos mil dólares americanos).
- 2.16.3 Para depósitos com reservas superiores a 20,00 (vinte) toneladas até 30,00 (trinta) toneladas de ouro: R\$ 2.420.000,00 (dois milhões quatrocentos e vinte mil reais), correspondentes, nesta data, a US\$ 2.200,000.00 (dois milhões e duzentos mil dólares americanos).
- 2.16.4 Para depósitos com reservas superiores a 30,00 (trinta) toneladas de ouro: R\$ 2.970.000,00 (dois milhões novecentos e setenta mil reais), correspondentes, nesta data, a US\$ 2.700,000.00 (dois milhões e setecentos mil dólares americanos).
- 2.17 O valor do ressarcimento em moeda corrente deverá ser pago em duas parcelas iguais, cujos valores serão calculados pela taxa do dólar comercial vigente nas datas de pagamentos, sendo a primeira até o 60o. (sexagésimo) dia após a publicação de despacho da Aprovação do Relatório Final de Pesquisa e, a segunda parcela na data da assinatura em Cartório da Cessão Definitiva dos

M

Z

de s

Direitos de Lavra, à Empresa de Mineração que vier a ser constituída pelo. Consórcio como concessionária de lavra e operadora da futura mina.

- 2.17.1 Antes da assinatura, em Cartório, da Cessão Definitiva dos Direitos de Lavra de que trata este subitem, a METAMAT deverá promover, através do Departamento Nacional da produção Mineral DNPM, a prévia anuência junto à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, tendo em vista que as áreas objetivadas se encontram localizadas dentro da Faixa de Fronteira, tudo conforme disposto na NOTA/SAJ Nº 1690-FB, de 02.06.97, da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República que, ao apreciar consulta específica, concluiu que "restrições legais como a prevista no art. 3º da Lei nº 6.634, de 1979, tornaram-se insubsistentes, por derrogação após a Emenda Constitucional nº 6/95, ressaltando-se contudo, que a exploração de áreas de fronteiras dependerá, sempre, de autorização do Conselho de Defesa Nacional" e, ainda, que "Em face da alteração do ar. 176 não é mais possível limitar a participação de empresas nas atividades de exploração dos recursos minerais e hídricos, nas áreas de fronteiras e terras indígenas, em função da origem de seu capital acionário".
- 2.17.1.1 A promoção da obtenção de prévia anuência acima citada, será efetuada às custas da METAMAT que deverá empenhar-se e utilizar-se de todos os meios legais para a obtenção da referida anuência perante o DNPM e os órgãos envolvidos.
- 2.17.2 À METAMAT não incumbe qualquer responsabilidade na hipótese de falta de assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), decorrente de supervenientes alterações em leis, regulamentos, entendimentos normativos ou pareceres jurídicos que venham a impedir a lavratura definitiva do referido Contrato de Cessão de Direitos".
- 2.17.2.1 No caso da não obtenção da anuência acima citada ou quando da verificação, a qualquer tempo, da impossibilidade na sua obtenção, o CONSÓRCIO poderá, independentemente do prazo contido no item 4.4, e assim que tiver conhecimento, manifestar formalmente sua desistência ao projeto, ficando o CONSÓRCIO e terceiros conforme itens 4.1, 4.2 e 4.3, desobrigados, a partir da data assinalada na desistência, de todas as obrigações e responsabilidades que lhes foram atribuídas por força deste Contrato, incluindo-se, mas não se limitando à imediata suspensão do pagamento dos valores vincendos de ressarcimento conforme disposto no item 2.16 e seguintes.

2.17.3 Antes do pagamento da segunda parcela, o seu valor será confirmado ou recalculado e ajustado, em conjunto pelas Partes, em função de eventual variação havida nas reservas medidas e indicadas, consignadas e aprovadas pelo

M

3 A

DNPM, e as reservas medidas e indicadas definidas e utilizadas no Pla Aproveitamento Econômico quando do Pedido da Portaria de Lavra ao DMPM.

2.17.4 O não pagamento da primeira parcela do ressarcimento de que trata o item anterior, implica na automática renúncia ao direito sobre o depósito avaliado, não cabendo ao CONSÓRCIO direito a indenização, a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO APROVEITAMENTO ECONÔMICO E CESSÃO DE DIREITOS MINERÁRIOS

- 3.1 Os Estudos de Viabilidade Econômica para Implantação do Empreendimento Mineral, assim como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e outros que se fizerem necessários serão executados e custeados pelo CONSÓRCIO, ficando assegurado à METAMAT, às suas expensas, o acompanhamento de sua execução.
- A METAMAT se obriga a firmar com o CONSÓRCIO, em caráter irrevogável e 3.2 irretratável, nos termos do Anexo I deste Contrato, dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação da competente Portaria de Lavra no Diário Oficial da União (DOU), a realização da cessão e transferência definitiva dos direitos minerários à empresa de mineração a ser constituída ou indicada pelo CONSÓRCIO.
- Caso o CONSÓRCIO decida não firmar o Contrato de Cessão no prazo estipulado no item 3.2 acima, cessará a obrigação da METAMAT em fazê-lo, podendo livremente dispor da Portaria de Lavra, extinguindo de pleno direito a obrigação de celebrar o Contrato de Cessão, sem que caiba ao CONSÓRCIO qualquer ressarcimento, pleiteado seja a que título for.
- 3.3 O empreendimento que vier a ser implementado com base no Contrato de Cessão será executado, controlado e gerenciado pela Empresa de Mineração a ser constituída pelo CONSÓRCIO, sob sua responsabilidade técnica e financeira, providenciando a Empresa de Mineração todos os aportes de recursos necessários a cobrir, na totalidade, a sua implantação, operação e desenvolvimento.

•••••

3.4 Até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Cessão de Direitos Minerários, a Empresa de Mineração constituída ou CONSÓRCIO deverá requerer averbação junto ao DNPM nos termos do Artigo 59 do Regulamento do Código de Mineração.

•

- 3.5 A METAMAT receberá da Empresa de Mineração constituída ou indicada pelo CONSÓRCIO pela Cessão dos Direitos de Lavra da (s) jazida (s) mineral (is), um "royalty" mensal, em moeda corrente, que incidirá sobre a receita bruta mensal de venda dos produtos finais gerados na mina, excluídos os impostos e taxas incidentes, de acordo com os percentuais:
- 3.5.1 Na explotação de jazida com reserva mineral de até 10,00 (dez) toneladas de ouro: 2,10% (dois vírgula dez por cento).
- 3.5.2 Na explotação de jazida com reserva minerável superior a 10,00 (dez) toneladas: 2,55% (dois virgula cinquenta e cinco por cento).
- 3.5.3 Na explotação de jazida de outros metais ou minerais, o "royalty" a ser pago será o correspondente a 2,55% (dois virgula cinquenta e cinco por cento).
- 3.6 Para fins de aplicação das disposições do item 3.5 poderão ser incorporados no Contrato de Cessão Definitiva, cuja minuta integra o Anexo I quais sejam:
 - sanções por inadimplência do Contrato;
 - possibilidade de transferência de Contrato;
 - antecipação dos pagamentos dos "royalties".

CLÁUSULA QUARTA: OUTRAS DISPOSIÇÕES

- 4.1 Para os efeitos deste contrato podem ser consideradas partes integrantes do CONSÓRCIO, todas e quaisquer empresas subsidiárias e coligadas, direta ou indiretamente, da MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION e da SUMITOMO CORPORATION, indicadas pelas mesmas e/ou pelo CONSÓRCIO.
- 4.2 MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION e a SUMITOMO CORPORATION com aprovação da SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A poderão permitir a participação de quaisquer terceiros nas Fases de Pesquisa, do Estudo de Viabilidade e do Desenvolvimento e Implantação da Mina, como membros da MITSUBISHI MATERIALS CORPORATION e da SUMITOMO CORPORATION, desde que esses terceiros concordem e cumpram integralmente as obrigações contratuais assumidas pelo CONSÓRCIO.
- 4.3 Caso seja firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Mato Grosso, diretamente ou por meio de suas instituições, os trabalhos previstos

M

neste CONTRATO poderão ser assumidos e executados sem nenhuma Cláusula vigente deste CONTRATO pela METAL MINÍNG AGENCY OF JAPAN - MMAJ para o CONSÓRCIO.

- 4.4 Até a Concessão Definitiva dos Direitos Minerários e com antecedência mínima de 90 dias, o CONSÓRCIO poderá, em função dos resultados obtidos durante os trabalhos de pesquisa, que desaconselhem seu prosseguimento, manifestar formalmente sua desistência ao projeto, desde que expressamente, renuncie em favor da METAMAT ou a quem ela indicar, todos os direitos decorrentes deste CONTRATO, ficando o CONSÓRCIO e terceiro conforme itens 4.1, 4.2 e 4.3 desobrigado a partir da data assinalada na desistência das responsabilidades que lhes foram atribuídas por força deste Contrato.
- 4.4.1 Na hipótese consignada no caput deste sub-ítem o contrato será rescindido mediante termo assinado pelas partes contratantes.
- 4.5 O CONSÓRCIO a partir da data de assinatura deste Contrato até a data de Cessão Definitiva dos Direitos Minerários, deverá tomar as providências necessárias e em conjunto com a METAMAT para a perfeita manutenção dos Direitos Minerários de Titularidade da METAMAT perante o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, as Secretarias e Órgãos do Meio Ambiente.
- 4.6 Durante a vigência do Contrato, a METAMAT e o CONSÓRCIO através de suas empresas participantes ou de suas coligadas poderão requerer autorizações de pesquisa na região, em outras áreas diferentes daquelas relacionadas no QUADRO I.
- As áreas requeridas pela METAMAT na região serão apresentadas ao CONSÓRCIO que terá a prioridade em efetuar a opção de incorporar ao presente Contrato, e somente em caso de desinteresse, que se fará por escrito, a METAMAT poderá transferir para terceiros.
- 4.7 Na hipótese das partes, METAMAT e CONSÓRCIO descumprirem as obrigações e as condições contratuais, tornando impossível a consecução dos objetivos deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções, fica desde logo acordado que as partes responderão pelo inadimplemento contratual, sendo o CONSORCIO com a perda dos direitos decorrentes deste CONTRATO e dos investimentos realizados nas áreas de pesquisa em favor da METAMAT, e a METAMAT com o ressarcimento em favor do CONSÓRCIO dos valores correspondentes a esses investimentos, monetariamente corrigidos pela variação cambial.

- 4.8 Não se exigirá o cumprimento das obrigações do presente Contrato, destinas partes contratantes, responderão pelos prejuízos daí resultantes, na hipatese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, como disposto no Artigo 1058 do Código Civil Brasileiro.
- 4.9 As partes CONTRATANTES obrigam-se a guardar sigilo sobre os dados, informações e resultados obtidos nos trabalhos de pesquisa e nas demais atividades previstas neste Contrato, que não poderão ser revelados a terceiros sem o prévio e expresso consentimento formal da outra parte, ressalvando o fornecimento de informações técnicas indispensáveis à execução de serviços eventualmente contratados a terceiros, em beneficio do empreendimento.
- 4.10 As Partes obrigam-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do presente Contrato, vedada a sua transferência à terceiros, sem prévia autorização da outra Parte, exceto nos casos expressamente previstos neste Contrato.
- 4.11 Quaisquer questões omissas ou divergentes deste Contrato ou que dele originarem, serão solucionadas de comum acordo pela diretorias-da METAMAT e do CONSÓRCIO.
- 4.11.1 Na impossibilidade de uma solução amigável, as Partes resolverão a questão por meio de arbitragem, antes da tomada de qualquer medida judicial, com a nomeação de um árbitro, que vier a ser livremente aceito pelas partes.
- 4.12 Integram o presente Contrato a Proposta Técnico-Econômica e a Proposta Comercial apresentadas à METAMAT pelo CONSÓRCIO BRASIL GOLD, no processo licitatório da Licitação METAMAT número 002/97.
- 4.13 O presente Contrato contém na integra o entendimento entre as Partes e substitui e revoga qualquer comunicação verbal ou escrita já realizadas entre as Partes, com relação a este Contrato.
- 4.14 Fica entendido e acordado entre as Partes que nenhuma alteração ou renúncia aos termos deste Contrato será vigente a não ser que se faça por escrito e seja firmado pelas Partes.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

5.1. Fica determinado que o Foro da Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, será o competente para dirimir as questões do presente Contrato, que não puderem

M

A Company

ser solucionadas por arbitragem, com renúncia a qualquer outro, por divisis privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, METAMAT e o CONSÓRCIO, na presença das testemunhas abaixo indicadas e a tudo presentes, firmam o instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Cuiabá, 7 de novembro de 1997.

Pelo CONSÓRCIO:

SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A (Líder do CONSÓRCIO)

P.p. Tetsu Tsujimura

Pela METAMAT:

Apmando Carlos Arruda de Lacerda

Diretor-Presidente

CO HOTAMAL & REGISTRAL

m objesentoron des onexos

Wanderlei Magalhães de Resendo Diretor Técnico

Vital Anselmo da Silva
Diretor Administrativo e Rinanceiro

Testemunhas:

Nome: José Lincoln Gambier Costa

RG.: 732.012 – SSP/GO

Nome: Nádia José de Souza

RG: 381.516 - SSP/MT

ne fitulos e Documente

MICROFILMADO

Recistro nº.

Em Test"

Pra Comte. Costa, 363 - Fond: 300

METAMAT

À
Registradora do 1º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá

A METAMAT – Companhia Matogrossense de Mineração, através do seu Diretor-Presidente ARMANDO CARLOS ARRUDA DE LACERDA, portador do RG nº 6552932 – SSP/RJ, inscrito no CPF nº 022 663 181 – 87, vem requerer o registro do Contrato de Pesquisa e Promessa de Cessão de Direitos Minerários devido ao enorme volume, solicitar a dispensa de apresentação dos anexos mencionados B – Das Considerações Gerais - Item I - Quadro I e Item VI – Proposta Técnico-Econômica; Cláusula Terceira – Item 3.2 – Anexo I, Item 3.6 – Anexo I – Minuta do Contrato; Cláusula Quarta – Item 4.12 – Proposta Técnico Econômica e a Proposta Comercial, que permanecem arquivados na sede da METAMAT.

O valor das propostas consignadas nos itens 2.16.1, 2.16.2, 2.16.3 e 2.16.4, serão correspondentes à taxa do dólar comercial nas datas de pagamento, conforme Cláusula Segunda - Itens 2.16 e 2.17, o valor do dólar para conversão neste Contrato é de US\$ 1,10.

- Para o Item 2.16.1 US\$ 1.200.000,00 = R\$ 1.320.000,00
- Para o Item 2.16.2 US\$ 1.700.000,00 = R\$ 1.870.000,00
- Para o Item 2.16.3 US\$ 2.200.000,00 = R\$ 2.420.000,00
- Para o Item 2.16.4 US\$ 2.700.000,00 = R\$ 2.970.000,00

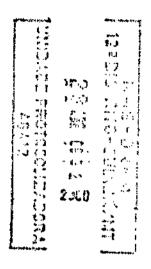
Nestes Termos Pede Deferimento.

•••• 7••••

Cuiabá, 24 de outubro de 1997.

ARMANDO CARLOS ARRUDA DE LACERDA

Diretor-Presidente



MINERAÇÃO-METAMAT, Sociedade de Economia Mista com sede nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, na Avenida Jurumirim, nº 2.970, Bairro Planalto, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.020.401/0001-00, pelo seu Diretor Presidente que esta subassina, o Dr. Sidney Durante, brasileiro, casado, biólogo, portador do CIC nº 903.722.048-72, e da Cédula de Identidade RG nº 9.192.696/SP, e seu Diretor Técnico, o Dr. Wanderlei Magalhães de Resende, brasileiro, casado, geólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 293.306-MT e do CIC 361.216.306-04, ambos encontradiços no mesmo endereço supra, vem à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, expor e requerer o quanto segue.

No desenvolvimento das suas atividades precípuas, que têm por objetivo principal o desenvolvimento do setor de mineração no Estado de Mato Grosso, a requerente celebrou com esse Departamento o Convênio datado de 02 de julho de 1.998, com o fito de dar maior

Je vz

incrementação e agilidade aos trabalhos de exploração nimeral no denominado Projeto Alta Floresta, tudo segundo o que preconiza o Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Japão.

Conta esse ajuste com a participação de entidades nacionais e internacionais, estando envolvidos diretamente, alem desse conceituado Departamento, a Agência Brasileira de Cooperação – (ABC), a Metal Mining Agency of Japan (MMAJ) e a Japan International Cooperation Agency (JICA).

Realmente, essa prolífica entidade, cônscia de exibir naquele projeto o exato perfil das concepções prospectivas que serviram de inspiração à sua própria criação, no salutar intuito de resguardar os interesses do Estado no que tangia às suas potencialidades minerais, à exploração delas e ao direcionamento do seu resultado para o desenvolvimento regional e nacional, não hesitou em emprestar à sua execução tanto o apoio logístico quanto o reconhecido know how que detém sobre a matéria.

Em andamento, pois, perante esse Departamento, à guisa de imprimir exequibilidade àquela avença, os seguintes processos, que visam à regularização dos trabalhos de pesquisas colimados:

DNPM 866.897/89, 866.434/86, 867.401/91, 867.404/91, 866.779/93, 866.538/92, 866.539/92, 866.540/92., 866.541/92, 866.542/92, 866.550/92, 867.138/92, 867.140/93, 866.449/94. 866.450/94, 866.296/92, 866.291/92, 866.292/92, 866.537/92, 867.400/91, 866.883/96, 866.053/94, 866.054/94, 867.137/93, 867.139/93, 866.836/95, 866.839/95, 869.609/96, 86.610/96, 869.611/96, 866.832/95, 866.833/95, 866.834/95, 867.407/95 e 867.408/95.

Como é do pleno conhecimento desse conceituado Departamento, os estudos geológicos preliminares sobre áreas minerárias às vezes se revestem de complexidade tal que impossibilita a imediata expedição de conclusão acerca do seu real potencial.

Essa situação de dificuldade se apresenta ao pesquisador mesmo quando já autorizado pelo agente controlador e fiscalizador dessa atividade, no caso esse Departamento, através da expedição a seu favor dos competentes Alvarás, que lhe permitem o contato direto, o revolver das entranhas do solo na busca de sinais mais eloqüentes da existência do minério.

A in

Que dizer-se quando necessita do inferessado em proceder às averiguações antecedentes ao pedido de alvará, aquelas que o induzem a decidir, através da mera e precágia captação de indícios e sinais exteriores do terrenos que então lhe é permitida, pela formatidadão ou não do seu intento perante esse órgão?

A motivação pela integração desse Departamento ao convênio em tela residiu, obviamente, no consenso geral sobre resultar a cooperação mútua dos partícipes no principal bastião do empreendimento, para o enfrentamento das previsíveis dificuldades que anteporiam ao seu normal desenvolver.

Atualmente a principal dificuldade a afligir principalmente a ora requerente e, por isso, a ameaçar o futuro da realização, se mostram a automática contração das obrigações financeiras, como resultado da expedição e publicação dos Alvarás de Pesquisa sobre as áreas referidas no intróito destas articulações.

É curial que esse conceituado Departamento também nutra interesse no absoluto sucesso da empreitada de que faz parte, não somente pelo resultado que isso trará em termos econômicos para a região, dados os efeitos cascata progressistas que redundarão em derredor dela, com a movimentação de ativos financeiros e patrimoniais e a geração de empregos diretos e indiretos para centenas, talvez milhares de seus habitantes.

Servirá também o sucesso dessa empreitada para provar a todos, inclusive àqueles que relutam em investir na atividade minerária, que a participação física desse órgão, quando formalmente concitada, é garantia maior de transposição também de obstáculos surgidos mercê do exacerbado distanciamento das frias disposições legais, cuja inteligência, sem ofensa ao seu espírito, permite flexibilização para adequação a casuística, cuja atempada resolução milite favoravelmente ao fim econômico almejado.

Para que esse colimado objetivo seja finalmente alcançado, portanto, especial mercê está esta Companhia a merecer desse nobre Departamento. Expediram-se os Alvarás que, de fato, foram requeridos para a realização das pesquisas nas áreas declinadas. Realmente, no dia 07 de janeiro de 2000, foram publicados no Diário Oficial da União os Alvarás de Pesquisa, correspondentes aos processos DNPM nº.s: 867.137/93, 867.139/93, 866.053/94, 866.054/94, 866.836/95, 866.839/95, 866.832/95, 866.833/95, 866.834/95, 866.407/95 e 867.408/95.

J 34

Mas tais Alvarás, como dito, foram requeridos a tempo prematuro, em desacordo com as informações atelentão colhidas a respeito da ambiência geológica da área examinanda, haja vista a insuficiência das análises preliminares sobre elas executadas e que deveriam prededer ao pedido para se prever ou se estimar a viabilidade de resultado satisfatório das pesquisas que viessem a ser autorizadas por esses documentos.

Com a vinda desses Alvarás a lume sobrecarregou-se a sofrível capacidade de endividamento que a requerente, a duríssimas penas, vinha exibindo, fato que pode, a permanecer assoberbando-a de forma asfixiante, tornar inteiramente inviável o prosseguimento do projeto minerário que os motivou.

A ora requerente sempre foi, como é, ciosa de suas obrigações e das suas responsabilidades, como têm provado o pleno, pontual e heróico adimplemento de taxas e emolumentos que a seu cargo têm sido inscritos perante esse Departamento, ex vi do quantum recentemente honrado pela manutenção de autorizações de pesquisas e que ultrapassou a importância de R\$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três mil reais), isto somente no pretérito exercício de 1.999.

Atualmente, porém, as perspectivas negociais com as quais a requerente se depara, como soe acontecer de forma geral no país, que atravessa período sobremaneira desfavorável a empreendimentos da natureza do ora versado, dispendioso e incerto, definitivamente não lhe permite arcar com os encargos decorrentes da manutenção da vigência dos Alvarás recentemente publicados a propósito dos processos acima elencados.

Assim é que, invocando a própria condição de parceiro em que se encontra, nos termos do que expressamente avençado no convênio sob a égide do qual se expediram os referidos Alvarás, pelas razões que integram a presente vindicação, em que se demonstra à saciedade toda a gama de motivos pelos quais esse conceituado Departamento também acalenta especial interesse em que o projeto em execução cubra-se do mais completo êxito, é a presente para requerer a Vossas Senhorias que, mais uma vez usando do alto espírito de justiça e descortino administrativo que sempre nortearam as suas sábias decisões, dignem-se determinar sejam REVOGADOS os ALVARÁS DE PESQUISA emitidos favoravelmente à requerente e consequentemente suprimidos do mundo jurídico os

consectários dessa emissão, com a desconstituição dos débitos correspondentes, lançados à sua conta.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 25 de março de 2000

SIDNEY DURANTE
Diretor Presidente da Metamat

Wanderlei Magalhães de Resende Diretor Técnico da Metamat TOUR ENDING TOUR STANDS TO THE STANDS TO THE





MEMORANDO Nº 02/DT/2002

Cuiabá, 16/01/2002.

AO: DIRETOR PRESIDENTE

DO: DIRETOR TÉCNICO

Prezado Senhor

Na qualidade de geólogo mais antigo do quadro desta empresa, com mais de 20 anos dedicados ao serviço publico, acredito ter chegado o momento de corrigir uma injustiça ocorrida no mês de maio de 2000, quando ao adquirir direito a uma gratificação a titulo de Ex Diretor, prevista no Estatuto da empresa, tive uma outra gratificação que percebia a mais de 10 anos, excluída dos meus proventos, sem nenhuma justificativa plausível.

Reiteradas vezes, através dos memorandos Nº 07/2000, de 28/06/2000; Nº11/DT/2001, de 16/05/2000 e Nº 23/DT/2001, de 10/08/2001; em anexo, busquei a diretoria da empresa, apresentando argumentos e documentos para que esta injustiça fosse reparada.

Os memorandos supra citados, bem como a documentação que se segue, em anexo, trazem subsídios mais do que suficientes para que pelo menos um encaminhamento formal seja efetuado, uma vez que até o momento, desconheço sequer o destino dos processos que foram montados inerentes aos memorandos supra citados.

Pelo exposto solicito a Vossa Senhoria que seja reconhecido o direito a gratificação legalmente constituída e consolidada, que me foi retirada, sem nenhum embasamento legal, ainda mais considerando-se que a remuneração a título de Ex Diretor, não se constitui uma forma de gratificação do tipo cargo de confiança, em exercício, isto posto que "gratificações" são somas em dinheiro de tipo variável, outorgadas voluntariamente pelo patrão aos seus empregados, a título de prêmio ou incentivo, para lograr a maior dedicação e perseverança destes pelo exercício em curso de determinada tarefa.

Assim entendo, que a remuneração a título de Ex Diretor constitui uma vantagem definitiva, incorporada ao salário e que em nenhum momento, deveria concorrer para expurgar dos meus rendimentos a gratificação pelo cargo de Assessor Técnico da METAMAT, que desempenhava a época.

Antonio João Paes de Barros Geólogo CREA 2505/D.

Av. Jurumirim, 2970 - Bairro Planalto - Cuiabá/Mt - CEP. 78.050-300 PABX - 653-2276 / Fax - 653-3200

Osepr our Oslos

(1) p 1/

MEMORANDO 07/2000

Cuiabá 28 de junho de 2000

Do Geólogo

Antonio João Paes de Barros

Ao Diretor Técnico Wanderlei Magalhães de Resende

Ref. Cargo comissionado

Prezado Senhor

Nos dois últimos olerites pertinentes ao salário que ora percebo nesta empresa foi retirado da remuneração, o valor que vinha recebendo relativo a uma função gratificada FG-01, concedida através da Portaria numero 011/95.

Como não recebi nenhum comunicado referente a supressão ou mesmo destituição

de tal função, solicito esclarecimentos quanto ao fato.

Em tempo, caso o problema seja devido a equívocos administrativos, solicito que seja normalizado a situação e na medida do possível, que se proceda o ressarcimento dos valores que foram suprimidos intempestivamente, durante os meses de abril, maio e junho de 2000.

Antonio João Paes de Barros Geólogo CREA 2505 D METAMAT Protocolo 20 174100 Protocolo 20 174100 Protocolo 20 174100 Data 18 06 00 Santos





MEMORANDO Nº 11DT/2001 Em, 16/05/2001.

AO: DIRETOR TÉCNICO

DO : GEÓLOGO ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS

Prezado Senhor

Reiterando a solicitação formulada nos termos do memorando 07/2000, em anexo, venho a Vossa Senhoria expor e requerer os seguintes procedimentos.

- a) Em 06/08/81 fui admitido como geólogo nível A, no quadro funcional da CIA Matogrossense de Mineração - METAMAT.
- b) A partir de 01/08/84, por força da portaria 029/84, em anexo, passei a ocupar o cargo de Chefe da Assessoria de Estudos e Projetos Especiais, cargo que permaneci até assumir a Diretoria Técnica, em março de 1989.
- c) Entre março de 1989 e março de 1991, ocupei o cargo de Diretor Técnico da METAMAT, conforme ATA do Conselho de Administração, cópia em anexo.
- d) A partir de Abril de 1991, por força da Portaria 016/91, em anexo, passei a exercer o cargo de chefe da divisão de projetos.
- e) A partir de Abril de 1993, por força da Portaria 017/93, em anexo, passei a exercer o cargo de supervisor de projetos.
- f) A partir de Janeiro de 1995, por força da Portaria 011/95, em anexo, passei a exercer o cargo de Assessor Técnico da METAMAT. Cargo que continuo exercendo até o momento.
- g) Entre 01 a 31 de janeiro de 2000, por força da Portaria 18/99, em anexo, ocupei a Diretoria Técnica da METAMAT, em substituição ao Diretor titular.
- h) Em maio de 1999, em conjunto com o colega Wilson Menezes Coutinho, demos entrada a uma solicitação de enquadramento junto a METAMAT, conforme processo 218/99, em anexo, pleiteando a incorporação ao salário de uma remuneração prevista nos termos do Artigo 43 do Estatuto da METAMAT. Após tramitação do processo foi decidido a procedência do pleito, sendo o percentual devido incorporado ao salário do mês de maio de 2000, na forma de uma gratificação de Ex Diretor, conforme cópia do demonstrativo de Pagamento do mês maio de 2000, em anexo.







- i) A pretensa remuneração pleiteada devido a condição de Ex Diretor foi concedida, porém com a supressão de uma gratificação que possuía e creio que faça juz, inerente ao cargo de Assessor Técnico da METAMAT, devidamente regulamentada por portaria (Portaria 011/95), ainda em vigor. Esta gratificação foi suprimida a revelia, dos meus honorários contratuais, sem nenhuma justificativa plausível, conforme pode ser constatado pela simples comparação das cópias dos demonstrativos de Pagamento entre os meses de abril e maio de 2000, em anexo.
- j) Continuo exercendo de forma efetiva e dedicada o cargo de confiança que me foi atribuído nos termos da Portaria 011/95, apesar da supressão da gratificação pertinente, ocorrida no mês de maio/2000 e
- k) Desde agosto de 1984 venho ocupando cargos de confiança, sendo a mais de 10 anos de forma ininterrupta, acumulando a coordenação de projetos de pesquisa, executando pesquisas e trabalhos de campo, participando de trabalhos multi institucionais e ainda concluindo um mestrado na área de geologia econômica (IGUSP), documento em anexo, que inclusive viabilizou o Projeto Alta Floresta (IICA/MMAJ/DNPM); enfim contribuindo para o desenvolvimento do setor mineral do Estado

Pelo exposto, entendo que o ato de retirar da minha remuneração uma gratificação legalmente constituída e consolidada, não tem respaldo legal, uma vez que a remuneração a título de Ex Diretor, não se constitui uma forma de gratificação do tipo cargo de confiança, em exercício, isto considerando-se que "gratificações" são somas em dinheiro de tipo variável, outorgadas voluntariamente pelo patrão aos seus empregados, a título de prêmio ou incentivo, para lograr a maior dedicação e perseverança destes pelo exercício em curso de determinada tarefa.

Assim entendo que a remuneração a título de Ex Diretor constitui uma vantagem definitiva, a ser incorporada ao salário e que em nenhum momento poderia ser expurgada dos meus rendimentos a gratificação pelo cargo de Assessor Técnico da METAMAT, que ora desempenho.

Considerando-se ainda, que até o momento sequer recebi um comunicado ou mesmo tomei ciência de qualquer despacho quanto ao requerimento inicial formulado através do memorando 07/2000, de 28/06/2000, em anexo; rogo a diretoria da empresa que não sendo possível resolver a pendência internamente, talvez face a inexistência de um setor jurídico apropriado, que o pleito seja encaminhado para outras instâncias; caso da Secretária de Administração, Procuradoria do Estado, ou outro foro competente.

Antonio João Paes de Barros Geólogo CREÁ 2505/D.





MEMORANDO Nº 023/DT/2001

Cuiabá 10/08/2001.

AO : DIRETOR PRESIDENTE

DO : GEÓLOGO ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS

Prezado Senhor

Reiterando a solicitação formulada nos termos dos memorandos nº 07/2000, de 28 de junho de 2000 e nº 11/DT/2001 de 16 de maio de 2000, em anexo, venho a Vossa Senhoria requerer providencias no sentido de que seja normalizado o pagamento da remuneração a título de gratificação por exercício de cargo comissionado; devidamente regulamentado pela Portaria 011/95, bem como que seja restituído os valores devidos, suprimidos dos meus rendimentos desde o mês de maio/2000.

Esta gratificação pelo cargo de Assessor Técnico da METAMAT, que ora desempenho, foi suprimida a revelia, dos meus honorários contratuais, sem ocorrer a destinição do cargo, e mesmo sem nenhuma justificativa plausível, conforme pode ser constatado pela simples comparação das cópias dos demonstrativos de Pagamento entre os meses de abril e maio de 2000, em anexo.

O ato de retirar da minha remnneração uma gratificação legalmente constituída e consolidada alem de ser ilegal e imoral, é injusta, considerando-se os trabalhos prestados a empresa, e o notório reconhecimento da nossa atnação como geólogo da METAMAT, pela classe dos profissionais que atuam na área de geociências.

Considerando-se ainda, que até o momento sequer recebi um comunicado ou mesmo tomei ciência de qualquer despacho ou encaminhamento pertinente aos requerimentos formulados através dos memorandos supracitados, em anexo; solicito que alguma providencia seja tomada, para reparar o ilícito.

Assim sendo, caso não seja possível resolver a pendência na esfera administrativa da METAMAT, solicito que o processo seja encaminhado para instâncias superiores.

Antonio/João Paes de Barros Geólogo CREA-2505/D.



PORTARIA Nº 029/84

A Diretoria da Companhia Matogrossense Mineração - METAMAT -, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o Geólogo ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS para responder, pelo cargo em Comissão - Símbolo FG - 01, d Chefe da Assessoria de Estudos e Projetos Industriais; da Dir toria de Operações, a partir de 01/08/84.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Cuiaba-MT., 21 de Agosto de 1 984

JOSE ALFREDO DA COSTA MARQUES

Diretor Presidente

Diretor Administrativo e Financeiro

METAMAT - 034 SG



Companhia Malogrossense de Mireração

רח ל

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA METAMAT REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1989.

Aos vince e dois dias do mês de março de 1989, às 10:00 horas, na sede da Com panhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, reuniu-se o Conselho de Adminis tração recem, empossado, com finalidade de eleger o Presidente do referido co legiado e os integrantes da Diretoria da empresa, para o Bienio 1989/1991, fa Dando início a reu ce ao término do mandato dos Diretores eleitos em 1987. nião, o Cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa foi elei to por unanimidade o representante do Acionista Majoritário, o Sr. EDSON TAR A seguir, os Senhores Conselheiros resolveram ele CISTO DE OLIVETRA CAMPOS. ger para compor a Diretoria da empresa para publicaio, os Srs. ARMANDO CARLOS ARRUDA DE LACERDA, brasileiro, casado, empresario, Carteira de Identidade nº 6.552.932 e CPF -nº 022.663.181/87, residence e domiciliado nesta Capital, pa ra o Cargo de Diretor Presidente, Dr. BENEDITO SCAFF CABRIEL, brasileiro, casa do, Advogado e Farmacentico, Carteira do Identidade nº 19.919 - MAP/AT, ng 011.938.871/34, residente e domiciliado nesta Capital, para o Cargo Diretor Administrativo e Financeiro e Dr. ANTONIO JOÃO PARO DE BARROS, brasi leiro, casado, Geólogo, CREA - nº 2505/D - MT, CPF - nº 242.204.291-53, resi dente e domiciliado nesta Capital, para o Cargo de Diretor Tócnico, presentes a reunião, e que ato continuo tomaram posse, conforme Termo lavrado no livro Nada mais havendo parajser tratado o Sr. Presidente de Atas da Diretoria.

. . . /

Companhia Malogrossense de Mineração

determinou a mim CARLA MORETRA LETTE, que lavrasse a presente Ata, que após sua leitura e aprovação, é assinada por todos. Cuinbá - MT, 22 de março de 1989 - CARLA MORETRA LETTE, Secretária do Conselho de Administração.

EDSON TARCISIO DE OLIVEIRA CAMPOS

ARMANDO CARLOS ARRUDA DE LACERDA

GERALDO MARTINS MAIION

, ox



Companhia Matogrossense de Mineração

P O R T A R I A Nº 016/91

. A Diretoria da Companhia Matogrossense de Mineração ~ METAMAT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

a) - Designar o Geólogo ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS, para exercer a partir desta data, o Cargo de Chefe da Divisão de Projeto, da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, concedendo-lhe a Comissão - Símbolo FG-02 a que faz jús, de acordo com o Novo Organograma da Empresa.

Registrada, Publicada, Cumpra-se

Cuiabã - MT., Op∵de Abril de 1991

EDISIO PODRIGUES ROCHA

Diretor Presidente

EDUINO JACOMO ORIONE

Director Administrativo e Financeiro

WILSON MENERS COUTINHO

Diretor Tecnico



PORTARIA Nº 017/93

A Diretoria da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

CRIAR a Supervisão de Projetos subordinada a Diretoria Técnica, respondendo pelo cargo o Geólogo ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS. Concedendo-lhe a partir de Ol de Maio de 1993, a Comissão Símbolo FG-Ol.

Registrada, Publicada, Cumpra-se

Cuiabá-MT., 27 de Abril de 1993

EDISIO RODRIGUES ROCHA Diretor Presidente

EDUINO JACOMO ORIONE

Director Administrativo e Financeiro

WILSON MENERS CONTINHO

Diretor Técnico





PORTARIA Nº 011/95

A Diretoria da Companhia Matogrossense de Mineração -METAMAT, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

DESIGNAR o Geólogo ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS, para exercer a partir desta data, o Cargo de Assessor Técnico da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, concedendo-lhe, a Comissão Símbolo FG-Ol, a que faz jús, de acordo com o Organograma da Empresa.

Registrada, Publicada, Cumpra-se

Cuiabá -MT, 20 de Janeiro de 1995

HILARIO MOZER NETO

Diretor Presidente

ERNESTO CAMPOS FILHO

Diretor Administrativo e Financeiro

WANDERLEY MAGALHÃES DE RESENDI

Diretor Técnico



PORTARIA Nº 18/99

A Diretoria da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, no uso de suas atribuições legais, consubstenciado no que percetua o Artigo Trinta e um ao seu Parágrafo segundo.

RESOLVE

DESIGNAR o Sr. Antonio João Paes de Barros, Geólogo, servidor desta Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, para exercer o Cargo de Diretor Técnico da METAMAT no período de 01/01/2000 a 31/01/2000, em substituição ao Sr. Wanderlei Magalhães de Resende que entrará em gozo de férias regulamentares.

Registrada, Publicada, Cumpra-se

Cuiabá, 20 de Dezembro de 1999.

WANDERLI MAÇALHAES DE RESENDE

Diretor Técnico

Dados pessoals

Formação acadâmica/Ţţulação Producão científica, artistica/cultural

Atuação profissional

Áreas de atuação

Idiomas

Prémios e titulos

Indicadores de producão

Outras informações relevantes .

Curriculum Vitae

ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS

Dados pessoais

Nome

ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS

Filiação

Martinho Lutero Paes de Barros e Zuleide Figueiredo Paes de Barros

Nascimento

03/01/1960, Cuiaba /MT - Brasil 038517 / SSP / MT / 21/01/1977

CPF

24204129153

Endereço profissional

Carteira de identidade

Companhia Matogrossense de Mineração.

Av. Jurumirim 2970

Planalto

78050300 Cuiaba, MT - Brasil Telefone: (65) 6532276 Fax: 6533200 E-mail: metamat@cepromat.com.br

Endereço residencial

Av. Coronel Escolástico, 515 Apto 303

Bandeirantes

78010200 Cuiaba, MT - Brasil Telefone: (65) 3220008 E-mail: ajpbarros@uol.com.br

Voltar

Formação acadêmica/Titulação

Mestrado em Geociências (Recursos Minerais e Hidrogeología). 1988 -

1990

Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil.

Título: Contribuição a Geologia e Controle das Mineralizações Auriferas da Região de Peixoto de

Azevedo - MT, Ano de obtenção: 1995.

Orientador: Evaristo Ribeiro Filho.

Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/DF, CNPQ/DF.

Brasil.

1977 -

Graduação em Geologia.

1981

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Mato Grosso, Brasil.

Voltar

Atuação profissional

Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT

Vinculo institucional

1981 - Atual Vinculo: Servidor público ou celetista, Enquadramento funcional: Geologo, Carga horária: 40,

Atividades

3/1994 - Atual Direção e administração.

Cargos ou funções

1. Assessor Tecnico da Diretoria

8/1981 - Atual Pesquisa e desenvolvimento.

Linhas de pesquisa

1. Mapeamento geológico.
2. Projetos de cooperação técnica para desenvolvimento de procedimentos exploratórios.
3. Regularização, ordenamento e orientação à atividade gartimpeira.
4. Avallação das Mineralizações Auriferas.
5. Pesquisa de metais base e roctas carbonaticas.
6. Ordenado técnica a accountante de contraction de contractio

6. Orientação técnica a cooperativas de garimpeiros e prefeituras.

3/1989 - 3/1991 Diregão e administração.

21/01/2000

Cargos ou funcões 1. Diretor de unidade

5/1984 - 3/1989 Direção e administração.

Cargos ou funções

1. Chefe da Assessoria de Estudos e Projetos.

Organizacion de Los Estados Americanos - OEA

Vincuto

institucions

2000 - 2001 Vinculo: Outro, Enquadramento funcional: Consultor.

Atividades

7/2000 - Atual Serviços técnicos especializados.

Serviços realizados

1. Desenvolvimento de metodologias de recuperação para cavas abandonadas.

Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - FEMA

Vinculo

1993 - 1998 Vinculo: Consultor (PNUD).

AtMdades

10/1993 - 3/1998 Serviços técnicos especializados.

Serviços realizados

Elaboração de Termos de Referência para EIA / RIMA, Planos Operativos, Relatórios de vistorias, Laudos Técnicos e Pareceres Técnicos para a FEMA / PRODEAGRO (CONSULTOR do PNUD).

10/1993 - 3/1998 Pesquise e desenvolvimento.

Linhas de pesquise

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de pesquise

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de pesquise

Linhas de pesquise

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de pesquise

Linhas de pesquise

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de pesquise

Linhas de pesquise

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de pesquise

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de Licenciamento de Licenciamento de Matalis

Linhas de Licenciamento de Licencia

 Concepção e elaboração do projeto "Difusão de Tecnologias e Regularização de Atividades Mineradoras Sub Becia do Rio Paraguel e Rio Vermelho, inserido no sub componente Manejo integrado de Sub Bacias Criticas, do programa BID Partanal...

Voltar

Áreas de atuação

- Geologia, Metalogenia.
- 2 Geologia, Geologia Ambiental.
- 3 Geologia, Prospecção Mineral.

Voltar

Idiomas

Compreende Espanhol (Razoavelmente), Inglês (Pouco).

Fala

Espanhol (Razoavelmente), Inglês (Pouco). Espanhol (Razoavelmente), Ingiês (Bern).

Lê Escreve

Espanhol (Pouco), Inglès (Pouco).

<u>Voltar</u>

Produção científica, tecnológica e artística/cultural

Producão bibliográfica

Produção tácnica

Produção artistica/cultural

Orientações concluídas

Demais trabalhos

Produção bibliográfica

Trabalhos resumidos em eventos

- 1 Hylander, L. D. OLIVEIRA, Lazaro Jose de, SILVA, Edinaldo Castro, BARROS, Antonio João Paes de. Monitoring of heavy metals in the Bento Gomes River Basin, Poconé, Mato grosso, Brazil. In: 5TH INTERNATIONAL CONFERENCE, 1999, Rio de Janeiro. Barbosa, J.; Meiamed, R. and Villas Bôas. R. (eds). Mercury as a Global Pollutant. 1999.
- 2 BARROS, Antonio João Paes de, LAET, Sandra Marcia, RESENDE, Wanderlei Magaihaes de. Provincias Auriferas do Norte do Estado de Mato Grosso. In: VI SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÓNIA., 1999, Manaus. Boletim de Resumos Expandidos, 1999, SBG, p.124-127, 1999.

HIE.//A./CURRICAJ.nin

21/01/2000

DON,

- 3 COSTA, Jose Lincon Gambier, BARROS, Antonio João Paes de, WEBER, Franco. Controle Estrutural do Depósito Aurifero da Fazenda Salinas, Poconé MT. In: XXXX Congresso Brasileiro de Geologia. In: XXXX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 1998, Belo Horizonte. XXXX Congresso Brasileiro de Geologia. 1998.
- 4 BARROS, Antonio João Paes de, COSTA, Jose Lincon Gambier, RESENDE, Wandelei Magalhaes de. Tipologia das Mineralizações Auriferas da Fazenda Salinas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 1998, Belo Horizonte. XXXX Congresso Brasileiro de Geologia, 1998. Belo Horizonte MG. 1998.
- 5BARROS, Antonio João Paes de, SILVA, Gercino Domingos da, OLIVEIRA, Lazaro Jose de, BARRETO, Luis Benedito, RODRIGUES, Marcele Damiani. Estágio Atual da Exploração Mineral e das Práticas de Controle Ambiental nos Garimpos de Ouro da Região de Poconé/MT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 1996, Salvador. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Geologia. 1996.
- 6BARROS, Antonio João Paes de, SINGULANE, Leila Marta de Carvaiho, BARROS, Luis Carlos de. Projeto de recuperação de áreas degradadas por mineração em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 1996, Salvador. XXXIX Congresso Brasileiro de Geologia. 1996.
- 7 BARROS, Luis Carlos, BARROS, Antonio João Paes de, CARVALHO, Leila Marta de. Recuperação de uma área degradada por garimpo de ouro às margens do córrego do Padre, no município de Matupá MT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 1996, Savador BA. XXXIX Congresso Brasileiro de Geologia,. 1996.
- 8 BARROS, Antonio João Paes de. Considerações Sobre as Mineralizações da Região de Peixoto de Azevedo. In: ! ENCONTRO CIENTÍFICO E DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AMAZÔNIA E CENTRO OESTE, 1990, Cuiaba. Anais. Cuiaba: FUFMT, 1990. v.1. p.42-43.

Livros organizados ou edições

1 BARROS, Antonio João Paes de (Org.), SINGULANE, Leila Marta de Carvalho (Org.), SOARES, Gislaine Ferreira (Org.), SILVA, Gercino Domingos da (Org.), ALMEIDA, Andre Luis de (Org.), OLIVEIRA, Lazaro Jose de (Org.), BELLATO, Vanderlei (Org.), PAULA, Joaquim Paiva de (Org.), BARRETO, Luiz Benedito (Org.), OTAVIO, Paulo Pinehas Figuieredo (Org.), FERNANDES, Sander (Org.), NADAF, Carlos Cesar. (Org.). Manual de Procedimentos - Atividades Mineradoras. Cuiaba: DIGIDISK Editoracao e Servicos Ltda, 1998. v.1. 167p.

Demais tipos de produção bibliográfica

- 1 OLIVEIRA, Lazaro Jose de, BARROS, Antonio João Paes de. Projeto Monitoramento de Metais Pesados na Bacia do Rio Bento Gomes Poconé / MT, 2000. Cuiabá MT. Relatório Técnico FEMA / PRODEAGRO / PNUD. 2000. (Relatorio Tecnico).
- 2 BARROS, Antonio João Paes de, MOLINA, Andre, LUZ, Jose Maria Gurjao da, ARAUJO, Salatiel Alves de. Perfil da Atividade Mineradora. Projeto Plano Diretor de Mineração de Poconé, 1999 Cuiabá MT. Relatório Técnico FEMA / PRODEAGRO / PNUD. 1999. (Relatorio Tecnico).
- 3REZENDE, Frank Edward de Oliveira, PARADELLA, Casemiro, BARROS, Antonio João Paes de, SILVA, Gercino Domingos da, BELLATO, Vanderlei. Projeto Planta Fixa. Projeto de Melhoramento Tecnológico, 1999. Cuiabá MT. Relatório Técnico. FEMA / PRODEAGRO / PNUD. 1999. (Relatorio Tecnico).
- 4BAKER, Frank, PARADELLA, Casemiro, BARROS, Antonio João Paes de, OLIVEIRA, Frank Edward de. Projeto Planta Movel Desenvolvimento de processos para a descontaminacao com disposicao final de rejeitos contaminados. Projeto de Melhoramento Tecnológico, 1999. Cuiabá MT. Relatório Técnico. FEMA / PRODEAGRO / PNUD. 1999. (Relatorio Tecnico).
- 5 BARROS, Antonio João Paes de. Contribuição a Geologia e Controle das Mineralizações Auríferas da Região de Peixoto de Azevedo - MT - Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo - São Paulo. Março/95. 1995. (Dissertação).
- 8BARROS, Antonio João Paes de, SALUSTIANO, Max, ARAUJO, Salatiel Alves de, QUADROS, Alvaro Pizzato, RESENDE, Wanderlei Magalhaes de, ABREU, Waldemar de, MACEDO NETO, Marcionilio. Diretrizes à Política Mineral do Estado de Mato Grosso.1995. FEMA / PRODEAGRO/METAMAT/ DNPM / PNUD. 1995. (Documento).

- 7 SILVA, Roberto Hugo Ramos E, BARROS, Antonio João Paes de, SILVEIRA, Geraldo Majela de Paula, VASCONCELOS, Lourival Alves. Projeto Básico para Mina Subterrânea para Região de Peixoto de Azevedo - MT. Relatório Técnico. 1995 - Cuiabá: FEMA / PRODEAGRO / PNUD. 1995. (Documento).
- 8 BARROS, Antonio João Paes de, COSTA, Jose Lincon Gambier, WEBER, Franco, RESENDE, Wanderlet Magalhaes de. Relatório Final de Pesquisa do Projeto Ouro Salinas. 1998. Poconé MT. 1988. (Relatorio Tecnico).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

- 1 BARROS, Antonio João Paes de, COSTA, José Lincon Gambier, WEBER, Franco, RESENDE, Wanderlei Magalhães de. Projeto Ouro Salinas. 1996.
- 2 BARROS, Antonio João Paes de, SILVA, Gercino Domingos da. Reconhecimento geológico na bacia do rios Comandante Fontoura e Xingu. 1999.
- 3 BARROS, Antonio João Paes de, SILVA, Gercino Domingos da, SOUZA, Izaias Mamoré de. Projeto Ouro Alta Floresta. 1998.
- 4 BARROS, Antonio João Paes de, SILVA, Gercino Domingos da. Reconhecimento Geológico na região de Aripuanã. 1995.
- 5 BARROS, Antonio João Paes de, SILVA, Gercino Domingos da. Reconhecimento geológico na Serra dos Apiacas. 1994.
- 6 BARROS, Antonio João Paes de. Avaliação das mineralizações auriferas do garimpo do Araés. 1993.
- 7 BARROS, Antonio João Paes de, SILVEIRA, Geraldo Mageta de Paula. Projeto ordenamento e orientação a atividade garimpeira na reserva garimpeira de Peixoto de Azevedo. 1992.
- 8 BARROS, Antonio João Paes de, ABREU, Waldemar de, CAVALCANTE, Mario. Projeto Ouro Gemas. 1992.
- 9 BARROS, Antonio João Paes de, SILVA, Gercino Domingos da. Reconhecimento geológico na região garimpeira do Cabeça. 1992.
- 10 BARROS, Antonio João Paes de, BARROS, Marcos Vinícius Paes de, SOUZA, Izaias Mamoré de, NEDER, Renato Dantas. Projeto Calcario Serra Formosa. 1990.
- 11 BARROS, Antonio João Paes de, FIGUEIREDO, Wilce Aquino de. Projeto Ouro Colider. 1987.
- 12 BARROS, Antonio João Paes de. Projeto Calcario Fazenda Santa Mariana. 1984.
- 13 BARROS, Antonio João Paes de, SOUZA, Izaias Mamoré de. Projeto Ouro Livramento. 1983.
- 14 BARROS, Antonio João Paes de. Projeto Chumbo Ranchão, 1982.
- 15 BARROS, Antonio João Paes de, VASCONCELOS, Lourival Alves. Projeto Máficas Ultramáficas cabeceiras do Guaporé. 1982.

Demais tipos de produção técnica

- 1 BARROS, Antonio João Paes de. Avaliação de impactos ambientais no meio hidrico associado aos garimpos de ouro da região de Poconé MT. 1998. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 2 BARROS, Antonio João Paes de. Recuperação de solos Novas perspectivas. 1998. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 3 BARROS, Antonio João Paes de. Apresentação do Manual de Procedimentos para licenciamento de atividades mineradoras. 1997. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 4 BARROS, Antonio João Paes de. Mineração: Contexto Municipal e Proposta de Intervenção. 1997. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 5 BARROS, Antonio João Paes de. Mineração: Contexto Municipal e Proposta de Intervenção. 1997. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 6 BARROS, Antonio João Paes de. Trabalhos conduzidos pela FEMA para a regularização dos garimpos de ouro da região de Poconé. 1997. (Apresentação de trabalho Comunicação).
- 7BARROS, Antonio João Paes de. As áreas Potenciais para Exploração de Ouro nos Estados Brasileiros. 1996. (Apresentação de trabalho - Simpósio).

21/01/2000

DoT,

- 8 BARROS, Antonio João Paes de. Perspectivas tecnológicas para o controle da degradação ambiental por atividades mineradoras. 1996. (Apresentação de trabalho - Outra).
- 9 BARROS, Antonio João Paes de. Mining and the economy. 1995. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 10 BARROS, Antonio João Paes de. Regularização de garimpos: Alternativas e Tendências. 1994. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 11 BARROS, Antonio João Paes de. Estagio do conhecimento geológico da região de Peixoto de Azevedo Provincia Aurífera do Tapajós. 1991. (Apresentação de trabalho Seminário).
- 12 BARROS, Antonio João Paes de. III Simpósio de Geologia do Centro Oeste, SBG, Cuiabá / MT. 1991. (Organização de evento Outro).

Orientações concluídas

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1 NADAF, Carlos Cesar. Avaliação de impactos ambientais em shafts abertos por garimpeiros. 2000. Monografia (Geologia) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, (Orientador) ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS.

٧	٥	ż	8	r
=				

Indicadores de produçã Produção bibliográfica	io Produção t <u>écnica</u>	Produção attistica/cultural	Orientações, concluidas	Demais trabalhos
Produção bibliográfica				Total
Trabalhos em eventos	•			8
Livros e capítulos Livros organizados ou edições				8 1
Demais tipos de produçã	o bibliográfica			1 8
Produção técnica				Total 27
Trabalhos técnicos Demais tipos de produçã	o técnica			15 12
Orientações concluídas				, Total
Monografias de conclusã Votar	o de curso de ape	erfeiçoamento/especializ	zação	1
Página gerada pelo sistema Lattes/	Сипісию - СМРф/Grupo	Stela/PPGEP/UFSC		atualizada em 27/07/2000



Universidade Federal de Mato Grosso Ministério da Educação e Coltura República Aederativa do Brasil

no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Eurso de Geologia D Reitor da Universidade Aederal de Mato Grosso, em or de agosto de 1981, confere o título de Geólogo a

Antonio Zoão Paes de Barros

filho de Martinho Lutero Paes de Barros e Zulcide de Figueiredo Paes de Barros, nascido a 3 de janeiro de 1960 notural do Zseado de Mato Geosso,

e outorga-lhe apetsente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Sviabs, 19 de ontubro de 1981

Diplomado

GABRIEL NOVIS NEVES

This have be





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS Seção de Pós-Graduação

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o Senhor ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS defendeu Dissertação de Mestrado no dia 15 de março de 1995, intitulada: "CONTRIBUIÇÃO A GEOLOGIA E CONTROLE DAS MINERALIZAÇÕES AURÍFERAS DA REGIÃO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT", tendo sido aprovado com a média 9,0 (Nove inteiros), obtendo o título de Mestre em Ciências.

Outrossim, informo que o Histório Escolar e o Diploma encontram-se em fase de tramitação burocrática.

São Paulo, 07 de fevereiro de 1996

Prof^a. Dr^a. **Sonia Maria Barros de Oliveira**Presidente
Comissão de Pós-Graduação



ESTADO DE MATO GROSSO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

ABR/2000 SIFE DE FOLGE NORMAL

ANTONIO JOAD PAES DE BARROS CO0206.2

		· ·	- 000200.2
SALARIO BASE GRATIFICACAO ADICIONAL DE CAMPO AD. YEMPO DE SERVICO	01 / 01 01 / 01 01 / 01 01 / 01 00 / 99	### YQTA# 7 36	1.940,05 535,94 679,01 698,42
INSS	00 / 99 00 / 99 00 / 99 00 / 99		138,09 16,07 19,40 612,00
FGTS A RECOLHER			308,27

1 A × 4 .	PERVICE	S. RESCOUTES	(dulas
BANCO DO BRASIL	3.853,42	785,56	3.067,86
0.000			
3498-3- AV. DA FEB - VARZEA G	RANDE		00003140-2

001	CUIABA	04-225329-2
212	METAMAT-CIA, MATOGR. DE MINERACAO.	* A * A 30/04/2000
01001001	METAMAT/SEDE	BENGERETA 9

MARIFAREN GARANTA SEU SALARIO EM DIA. EXIJA A NOTA FISCAL.



15,



ESTADO DE MATO GROSSO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

MATRICAL DE LA CALLA DEL CALLA DE LA CALLA DEL CALLA DE LA CALLA D

do de navendacia MAI/2000 FIFE BL PELHA

NORMAL

NTONIO JOAO PAES DE BARROS			000206.2
			87778
ALARIO BASE	01 / 01	resp/gree	
RATIFIC.EX.DIRETOR.	00 / 99		1.940,05
D. TEMPO DE SERVICO	00 / 99	36	970.02 698,42
	55 , 55		050,42
ı			
NSS	00 / 99		138,09
I O. DOS PARTIDOS.	00 / 99]	16,07
ESC. A. SIM	00 / 99	1	19,40
. R.RETIDO NA FONTE	00 / 99		544,00
STS A RECOLHER			288,67
		1	200,07
1			
			•
		!	
1		1	
]	
!			
	•		
ľ	•		

BANCO DO BRASIL	748788748 3.608,49	717.56	kteuros
3498-3- AV. DA FEB - VARZEA G	****	717,56	2.890,93
3498-3- AV. DA FEB - VARZEA G	RANUE		00003140-2

• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	
OO1 CUIABA	05-227845-0
4. 212 METAMAT-CIA. MATOGR. DE MINERACAD,	91/05/2000
01001001 METAMAT/SEDE	SEFENSETA 9

**** GARANTA SEU SALARIO EM DIA. EXIJA A NOTA FISCAL.





Número	į,
218/99	::

CAPA DE PROCESSO

Assunto				us)E WILSON		
	SULI	CITAÇ ão de	ENUUADRAME	NTO.		; . ≱ .
Movimente	·					
Data	Órg	ā o	Rubrica .	Data	Órgão	Inhrica
7.05.99	<u>D</u>	Т.	***************************************			
			***************************************	***************************************		
		- 100000	***************************************	***************************************	······································	
***************************************	***************************************	***************************************	***************************		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	************************************	.,,,,,,		•		
***************************************					<u></u>	
***************************************	*				<u> </u>	4 67 1 de
	************************	***************************************	***************************************		7	· 原 【梅枝】
	******************	***************************************	*			
	***************************************		***************************************			0.78779
	***************************************	······································				100 100 11
***************************************	***************************************				·	(STEED !
***************************************	·					
***************************************	*****************					
	***************************************	*******************************				- : 经股
		***************************************	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			The state of the s
Ajuntado			<u>.</u>		 	
. /Ano do Processo .	Jantado	Data da Juntada	Nom	e do Interessado		MACON STATE
						Observações
***************************************	************************		***************************************	***************************************		
		************************			*******************	14.4
***************************************	****************			**************************************		1000
***************************************	***************************************	·				Charles y
***************************************	·	***************************************	48 / An 4 y 1 y 2 4 4 4 4 y 2 y 2 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4			17 - 17 - 17 - 17 - 17 - 17 - 17 - 17 -
			<u></u>			100

MEMORANDO S/N°/99 Em, 26/05/99

AO : DIRETOR TÉCNICO

DOS : GEÓLOGOS ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS WILSON MENEZES COUTINHO

Senhor Diretor

Nos termos do artigo 43 do Estatuto da METAMAT estamos solicitando enquadramento.

Atenciosamente

Antonio João Paes de Barros Geólogo

Wilson Menezes Coutinho Geólogo



Fls nº 10

CERTIDÃO

41.18

nandeiro: Mario Antunes de Almeida Filho. Em 28.04.87 sob o nº . 9.828-ARC de 31.07.86- Foi eleito para D. Presidente: Serafim Carvalho Melo. Em 28.04.87 sob o nº 29.829-ARC de 01.08.86-Efeti va o Sr. Serafim Carvalho Melo, no cargo de D. Presidente, com ' mandato até 15.03.87, o qual responderá cumulativamente pela diretoria Técnica da empresa. Em 28.04.87 sob o nº 29.830-AGE 26.08.86-Eleitos para o conselho de administração: Presidente : Valdon Varjão; Membros: Edmmindo da Silva Ta**ques e Serafim Carva**lho Melo. Em 28.04.87 sob o nº 29.831-ARC de 09.09.86 - Eleito ' para D. Técnico: Air Praeiro Alves. Em 28.04.87 sob o nº 29.832 ARC de 23.09.86 -Eleitos para D. Técnico: Lourival Alves Vasconcelos e D. de Operações: Air Praeiro Alves. Em 29.05.87 sob o nº 30.132-AGOE de 23.03.87- aprova balanço/86. Aprova a destinação' do lúcro liquido do exercio/86. O capital social e de Cz\$ 39.724.109,29, representados por 35.404.732 ações ordinárias nominativas. Eleito conselho de administração: membros: Jesus Lange Adrien Neto: Jair de Freitas: Otton Nunes Pinheiro. Conselho' Fiscal-Efetivos: Arnaldo Borges: João Vanderley Vilela Garcia: ' Armando Carlos Arruda de Lacerda. Suplentes: Cecília Arlene Mo raes; Maria da Conceição Saddi; João Gilberto Calvoso Teixeira . Em 29.05.87 sob o nº 30.133-ARC de 23.03.87 - Eleito para Presi dente do Conselho de Administração: Jesus Lange Adrien Neto. Diretor Presidente: Otton Nunes Pinheiro. Diretor Adm.e Financeiro Benedito Scaff Gabriel, Diretor Téchico: Max Salustiano de Lima. Diretor de Operações: Francisco Egídio Cavalcante Pinho. Em.... 13.04.88 sob o nº 31.903-ARC de 30.09.87 - Apreciação de Assun tos de interesse geral. Em 13.04.88 sob o nº 31.904-ARC de 29.02.88 - em virtude da renúncia do D. de Operações o Sr. Francisco Egídio Cavalcante, foi eleito para substitui-lo o Dr.Wilson





Fls nº 11

CERTIDÃO

dk/d/lf/k/d/. Menezes Coutinho. Em 08.06.88 sob o nº 32.437-AR de 25.03.88 -assuntos diversos. Em 08.06.88 sob o nº 32.438-AGO de 09.05.88 - aprova balanço/87 - aprova a correção monetária d capital mediante incorporação do saldo das contas correção da e pressão Monetária do capital Cz\$ 748.038.598,00 -subvenções Go vernamentais Cz\$ 5.075.278,33 e reserva legal Cz\$ 38a.843,11, totalizando Cz\$ 753.496.719,52. elevado o capital social de Cz\$ 221.519.534.50 para Cz\$ 975.016.254,02, alterando o art. 59 Estatuto social- eleito para o conselho fiscal efetivos o Sr. Marcio Aurélio Nedel e os demais reeleitos. Em 27.07.88 sob o n 32.927-ARC de 01.07.88 - Em virtude da renúncia do cargo de con selheiro, ocupado pelo Sr. Jesus Lange Adrien Neto, foi eleito para substitui-lo o Sr. Edson Tarcisio de Oliveira Campos. 31.03.89 sob o nº 33.970-ARC de 13.02.89 - Eleito para o cargo de D. Presidente o Sr. Armando Carlos Arruda de Lacerda, com map dato até 15.03.89. Em 04.04.89 sob o nº 33.986-AGOE de 22.03.89. Re-ratifica-se AGE de 13.02.89. Aprova renúncia dos Conselheiro. os Srs. Otton Nunes Pinheiro e Jair de Freitas, sendo indicado para substitui-lo os Srs.Arnando Carlos Arruda de Lacerda e Ge · · raldo Martins Mahon, indicado para ocupar o cargo de Secretária do Conselho a Srª Carla Moreira Leite. Fixado remuneração da di. retoria, Em 23.05.89 sob o nº 34.344-ARC. de 22.03.89-Eleita Diretoria, com mandato até 1.991, para Presidente: Armando Car . los Arruda de Lacerda; D. Administrativo/Financeiro: Renedito Scaff Gabriel: D. Técnico- Antonio João Paes de Barros. Wada ma: consta anotado em hossa ficha de controle. Eu, datilografei. Eu. HONOUUD conferi. O REFERIDO É VERDADI E DOU FÉ.-Cuidbá-NI 22 de Setembro 1.989

> FOAO CHERTO C. TEIXEI Secretário Geral.-



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINIS-TRAÇÃO DA COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18.03.91.

Aos dezoito dias do mês de março de 1991, na séde da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, reuniu-se o Conselho de Administração recém empossado, com a finalidade de eleger o Pre sidente do referido colegiado e os integrantes da Diretoria de empresa, para o Biênio 1991/1993, face ao término do mandato dos Diretores em 15.03.89. Dando início à reunião, para o Cargo de Presidente do Conselho da Empresa, foi eleito por unanimidade o representante do acionista majoritário, o Sr. JOSÉ FERNANDO DE QUEIRÓZ, brasileiro, casado, Bancário, Portador da Carteira de Identidade RG Nº 570.055 SSP/MG e CPF Nº 009.333.096-00, re sidente e domiciliado nesta Capital, à Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 525, apartamento 1.101 - Edifício Golden Gate. A se guir, os senhores membros do Conselho resolveram eleger para compor a Diretoria da Empresa para o Biênio de 1991/1993, os se nhores EDÍSIO RODRIGUES ROCHA, brasileiro, casado, Geólogo, Car teira de Identidade Nº 376.853 SSP/DF, CPF Nº 057.366.251/72, residente nesta Capital, para o Cargo de Diretor Presidente; EDUÍNO JÁCOMO ORIONE, brasileiro, casado, Empresário, Carteira de Identidade nº 018.470 SSP/MT, CPF Nº 007.993.001/87, residen te e domiciliado nesta Capital, para o Cargo de Diretor Adminis trativo e Financeiro. e WILSON MENEZES COUTINHO, brasileiro, casado, Geólogo, Carteira de Identidade Nº 012.690 SSP/MT e CPF Nº 161.903.351-87, residente nesta Capital, para o Cargo de Diretor Técnico, presentes à reunião, e que ato contínuo tomaram posse conforme termo lavrado no Livro de Atas da Diretoria. Nada mais havendo para ser tratado, o Sr. Presidente determinou



- 02 --

que lavrasse a presente Ata, que após sua leitura e aprovação e assinada por todos. Cuiabá-MT., 18 de março de 1991.

JOSÉ FERNANDO DE QUETROZ

Presidente do Conselho de Administração

EDÍSIO RODRIGUES ROCHA

Membro do Conselho Administrativo

ILSON PERNANDES SANCHES

Membro do Conselho



Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, realizada no dia 20 de Outubro de 1993.

Aos vinte dias do mês de Outubro de 1993, na sede Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT, reuniu-se o Conselho de Administração recém empossado, com a lidade de eleger o Presidente do referido colegiado e integrantes da Diretoria da empresa, para o Biênio 1993 1994, face ao término do mandato dos Diretores em de março de 1993. Dando início a reunião, para o Cargo de Presidente do Conselho da empresa foi eleito por de orepresentante do acionista majoritário o Sr. Fernandes Sanches, brasileiro, separado judicialmente, Eco nomista, Portador da Carteira de Identidade nº SSP/MS e CPF-nº 041.592.761/72, residente e nesta capital, à Rua Cursino Amarante nº 44, Apartamento 904, Edificio Constance. A seguir, os Senhores @membros do Conselho resolveram eleger para compor a Diretoria da empresa para o Biênio de 1993/1994 os Senhores Rodrigues Rocha, brasieliro, casado, Geólogo, Carteira de Identidade nº 376.853 SSP/DF, CPF-nº 057.366.251/72, residente nesta Capital, para o Cargo de Diretor Presiden te, Eduino Jácomo Orione , brasileiro, casado, Empresa , CPF-nº rio, Carteira de Identidade nº 018.470 SSP/MT, 007.993.001/87, residente e domiciliado nesta Capital para o Cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, Geólogo Wilson Menezes Coutinho, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 012.690 SSP/MT e CPF -161.903.351-87 residente nesta Capital, para o Cargo de Diretor Técnico, presentes à reunião, e que ato contínuo tomaram posse conforme termo lavrado no livro de Atas de Diretoria. Nada mais havendo para sen tratado, o



02

Presidente detrminou que lavrasse a presente Ata, após sua leitura e aprovação e assinada por todos. Cuiabá-Mato Grosso, 20 de Outubro de 1993.

Ilson fernandes Sanches

Mamihistração Presidente do Conselho de

Edisio Rodrigues Rocha

Membro do Conselho de Administração

Osvaldo Alvarez de Campos

Membro do Conselho de Administração

Processo nº 218/99 Interessado – Antônio João Paes de Barros e Wilson Menezes Coutinho Assunto – Ascenção a Teto Salarial

Trata o presente processo de pedido de equiparação salarial para a última referência da categoria funcional a que pertence.

Fundamenta o seu pedido no permissivo constante do artigo 43 do Estatuto Social desta Companhia, alterado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de julho de 1.998.

Com efeito prescreve referido dispositivo estatutário, verbis:

"Artigo 43: Todos os servidores do quadro efetivo da Cia., que tenham exercido o cargo de Diretor por um período de dois (dois) anos, após o término do mandato, passarão a perceber o teto salarial da categoria, acrescido de 30% (trinta por cento). Aqueles que permanecerem no cargo por 04 (quatro) ou mais terão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o teto salarial".

O fundamento do pedido mostra-se, portanto, apto a dar-lhe sustentação e, portanto, a autorizar o seu deferimento, materializada a hipótese.

Da análise das informações constantes do presente feito, mormente daquelas prestadas pelo Setor de Recursos Humanos desta Companhia, constata-se que:

1 – O requerente Wilson Menezes Coutinho exerceu o cargo de Diretor Técnico desta Companhia, primeiramente de 13 de abril de 1.988 a 22 de março de 1.989, contando, aí, 11 (onze) meses e 09 (nove) dias; após, sucessiva e ininterruptamente, de 18 de março de 1.991 até 31 de dezembro de 1.994, perfazendo desta feita, 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 13 (treze) dias, que, somados àqueloutro período, totalizam 04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 22 (vinte e dois) dias de efetivo serviço diretivo.

No que se refere a este servidor, realmente não há o que perquirir, encontra-se registrada historiografia funcional que atende os pressupostos estatutários necessários ao deferimento do seu pedido, no percentual máximo permitido.

Os assentamentos existentes relativamente ao postulante Antonio João Paes de Barros provam que:

- foi eleito para o cargo de Diretor Técnico desta Companhia em 22 de março de 1.989, para o exercício de mandato que expirou no dia 18 de março de 1.991, perfazendo, portanto, 01 (um) ano, (onze) meses e 26 (vinte e seis) dias de efetivo exercício daquele cargo.

De se ver, portanto, que, a rigor, apenas por 04 (quatro) dias à frente da função diretiva exercida, deixou o requerente de fazer jus ao beneplácito instituído pelo artigo 43 do Estatuto Social desta Companhia.

Esse interstício faltante à consecução do beneficio, no entanto, a critério dessa Diretoria, pode ser reputado como inexigível, por aplicação analógica do que a própria CLT preconiza para efeito de concessão, v.g., de indenização de férias proporcionais a empregados dispensados.

Realmente, ao dispor sobre considerações de tempo de serviço para efeito de cálculos indenizatórios por fracionamento de período aquisitivo, estabelece o artigo 146 do Digesto trabalhista, verbis:

Artigo 146.....

Parágrafo único. Na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde quenão haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou <u>fração superior a 14 (quatorze) dias</u>".

Na tradução do que vem da inteligência dessa disposição legal, é apreensível que o legislador pretendeu estabelecer favoravelmente ao laborista

a complementação do mês trabalhado àquele que houvesse efetivamente assim procedido por período superior a 14 (quatorze) dias, por entender que essa fração, correspondente a mais da metade da trintena, atribuir-lhe-ia direitos iguais aos decorrentes do cumprimento integral dela.

Sem se indagar sobre os motivos que teriam levado o feitor da lei a assim deliberar, verdade é que, por um ou por outro motivo nesse sentido a lei vige. Ora, se por esse interregno, significativamente superior ao faltante para o requerente cumprir o exigido pelo Estatuto da Metamat para merecer a vantagem invocada no referido artigo 43 – apenas quatro dias, é legalmente permitida a sua consideração pela CLT como extensível ao 30º dia do mês para o efeito pretendido, por equidade, repita-se, caso essa Diretoria assim entendesse, não agiria em desacordo com o espírito desse mesmo Estatuto se houvesse de considerar perfeito o período de dois anos em que o requerente esteve à frente da Diretoria Técnica da Metamat, concedendo-lhe o adicional postulado, que, no caso, seria de 30% (trinta por cento) sobre o teto salarial da categoria funcional a que pertence.

A questão assim nos parece, salvo melhor juízo

Cuiabá/Mt., 10 de agosto de 1.999

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA

OTHON JAIR DE BARROS

Assessores Jurídicos





PORTARIA Nº 18/99

A Diretoria da Companhia Matogrossense de Mineração – METAMAT, no uso de suas atribuições legais, consubstenciado no que percetua o Artigo Trinta e um ao seu Parágrafo segundo,

RESOLVE

DESIGNAR o Sr. Antonio João Paes de Barros, Geólogo, servidor desta Companhia Matogrossense de Mineração — METAMAT, para exercer o Cargo de Diretor Técnico da METAMAT no período de 01/01/2000 a 31/01/2000, em substituição ao Sr. Wanderlei Magalhães de Resende que entrará em gozo de férias regulamentares.

Registrada, Publicada, Cumpra-se

Cuiabá, 20 de Dezembro de 1999.

SIDNEY DURKNIE

Diretor Presidente

WANDERLI MAGALHAES DE RESENDE Diretor Técnico



ANEXO AO PROTOCOLO OFICIAL NºDE
PARTE INTERESSADA ANTONIO TOAS POES DE BURROS
ASSUNTO: SOLICITA ENGLABRAMENTO PALARIO DE
Si De-Ton
DESPACHOS EINFORMAÇÕES
A ACICALORIA JURIDICA.
COM BOSE NO PARCCER 218/99 DOR PARTAM
04 JAS A FEEDRE DA FUNCAS DEIXDO DR
FAZER JUS
AGUER COULDEME POPTARIA 18 QQ DE
20/17/49 omomo responses pero Coeros
Nie Viscorian it in the second
- DE YOREOU TECNICO NO PERIODO DE
01.01.200 v 31.01.2000.
- solicita o regienence a complementer
- pelo CARCIO DE INPECTOR COM PARE NO
pelo CARGO DE INFECTOR com PAGE NO PART. 13 du OTATUTO SOCIAL DOJA CIA.
Em 04. US. 2000
1/2
COMPANERA WATOGROSSENSE DE MIRERAÇÃO
AND WALL THE AND THE COLUMN THE C
AO DIRETOR ADM. FINANCIRO
- compens passer nº 018/2000 consolidou-se ao
divito de GRATIFICAÇÃO DE EX MIRETOR NO VALOR DE
Dr. 970.02, solicitarum autoripes para
endeux eser follre de paga nunto.
I METAMAT
SITT TO SE
A Sou de la
April de la Comano - 1991
- 15- fingo - teroluser que la

Parecer nº 018/2000 Interessado - Antonio João Paes de Barros Assunto - Enquadramento Funcional

Estes autos, que trataram da pretensão do servidor Antonio João Paes de Barros em obter enquadramento funcional para efeito salarial a nível de , Diretoria, fundamentando-se nas disposições constantes do artigo 43 do Estatuto Social desta Companhia, já haviam recebido solução final através do parecer de fls., e fls., que, à vista da comprovação dos requisitos básicos à consecução do beneficio, terminou por conferir deferimento ao pleito.

Se àquela época, nos termos do que relatado naquele parecer, já fazia o requerente jus ao postulado ainda que faltante pequeno tempo para o cabal cumprimento do interstício exigível à consecução do beneplácito, mais agora consolidou-se esse direito, haja vista o exercício temporário do mesmo cargo concessivo, ex-vi da Portaria nº 018/99, de 20 de dezembro de 1.999.

Assim, reiterando in totum os termos em que vazado aquele referido parecer que expressa e inequivocamente fez reconhecer o postulante como merecedor do agraciamento vindicado, mais uma vez somos pelo deferimento do pedido cujo resultado, aliás, de há muito já devia ter integrado o seu patrimônio.

Cuiabá/Mt., 15 de maio de 2000

Newton Ruiz da Costa e Faria Assessor Jurídico



ANEXO AO PROTOCOLO OFICIAL Nº MEMO S/Nº/99 DE 26/05/99	
PARTE INTERESSADA <u>CEÓLOGOS</u> : <u>ANTONIO JOÃO PAES DE BARROS E WILSON MENEZES COUT</u>	DHA
ASSUNTO: Saliaiton Pagarandromento	
ASSUNTO: Solicitam Reenquadramento .	
DESPACHOS E INFORMAÇÕES	
Ao D.P	
conhecimento de V.Sª. com sugestão de encaminhamento	a
Assessoria Jurídica .	
Em, 27/05/99	
- Priende	
Mondertey Tochico	
Dindertey Tecnico NETAMAT	•
1. DAC	
140 444	
solicifor pareces de DSS. UNLies	
Solicifor Paleces do DSS. Justico	
	. = -
- Law	
71	
A Assessoria juridica,	
para conhecimento e providencia	
28 06/99	
Sagio Ricerto de Almeida	
- And the second	
	·



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT



OFÍCIO DIREX Nº 109/2002

Cuiabá, 19 de junho de 2002

Exm° Sr.

Dr. José da Silva Luz

Diretor do 12º Distrito do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM

Cuiabá-MT

Referência: Processo DNPM 806.578/73 Assunto: Juntada novo Fluxo de Caixa

Prezado Diretor.

A Companhia Mato-Grossense de Mineração - METAMAT vem através desta solicitar que seja desconsiderado o Oficio Direx nº069/2002 de 13 de maio de 2002, protocolado no DNPM em 16/05/2002, referente a juntada ao Processo DNPM 806.578/73.

Outrossim solicitamos de V.Sº que seja feita uma nova juntada ao referido Processo, de um novo Fluxo de Caixa, conforme a Instrução Normativa nº 7, de 09/07/2000, do Diretor Geral do DNPM e atendendo solicitação do DNPM, no sentido de que fosse previsto o recolhimento da CFEM no demonstrativo da economicidade do Projeto de Lavra, procurou-se adequar os valores (investimentos, custos e receitas) inicialmente previstos e calculados em cruzeiros, para uma realidade atual de mercado e em moeda corrente do País. Portanto, o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, será de 2% do faturamento líquido, conforme está previsto no Inciso II do parágrafo 1º do artigo 2º, da Lei nº 8.001 de 13/03/90, publicada no D.O.U de 14/03/90.

Reapresentamos nova Anotação de Responsabilidade Técnica - Art, do Engo de Minas responsável pelo Projeto de Lavra com a retificação do número do Processo objeto do Projeto.

Atenciosamente

Paulo Ronan Ferraz Santos Diretor Presidente

FLUXO DE CAIXA

Valores Expressos em Real (R\$)

vaiores Expressos em Real (R\$)										
Anos	1980	1981	1982	1983	1984*	1991	1992*	2006		
Produção Anual (Ton)	•	40.000	40.000 '	40.000	40.000	60.000	60.000	60.000		
A. Investimentos	-641.375	_	<u>-</u>		-	-	-	_		
B.Receita Bruta Anual		640,000	640.000	640.000	640.000	960.000	960.000	960.000		
C. Custo Operacional Anual		420.000	420.000	420.000	420.000	630.000	630.000	630.000		
D. Receita Líquida Anual (B-C antes do IR)		220.000	220.000	220.000	220.000	330.000	330.000	330.000		
E. Deduções E1. Depreciação		164.400 32.000	164.400 32.000	164.400 32.000	164.000 32,000	246.600 48.000	246.600 48.000	246.600 48.000		
E2. Cota Exaustão	·	128.000	128.000	128.000	128.000	192.000	192.000	192.000		
E3. CFEM (2% de D)		4.400	4.400	4.400	4.400	6.600	6.600	6.600		
F. Renda Tributável (D-E)		55.600	55.600	55.600	55.600	83.400	83.400	83.400		
3. Imposto de Renda 15% de F)		-8.340	-8.340	-8.340	-8.340	-12.510	-12.510	-12.510		
1. Renda Liquida F+G após o IR)		47.260	47.260	47.260	47.260	70.890	70.890	70.890		
r+G apos o irc) . Fluxo de Caixa A+D+G)	-641.375	-429.715	-218.055	-6.395	205.265	317.490	317.490	317.490		

^{*} Neste ponto para maior clareza do Quadro e devido à repetição dos dados, foram omitidos os anos nestes intervalos, ficando submetido a sequência dos anos.

	o do Br	ASIL :	001-9	سبنيسه	Re	cibo do Sacado
Local de Pagamento	,				- 字 诗	Vencimento 1996 A Propinsi
QUALQUER BA	NCO ATE O VE	ENCIMENTO				00/700
	G ARO AGRON	OMIA MT			•	Agéncia / Código Cedente 12 de 1985 2373-6/ 65007-2
Dela do Documento	Nº do Documento	A 10144 7 3 1 2	Espécie Doc.	Acelle	Data Processamento	Nosee Numero
Úso do Banco	Carleira 18-019	Espécie :	Quantidade	<u> </u>	20/06/2002 Valor X	93.045.771.593-5
Instruções: PAT EEQLOSTA		<u> </u>	1.1.3	ધ	27	(-) Descorito
					35 19	(+) More / Multa (Aurea) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-
						(+) Outroe Acréscimos
15 (A AK) 30	. 133. ppôrt, het	(MA)			2. 185 :d	(=) Valor cobredo
Sacado Light - 12	R-TRA PARFETO	1 FF618-mit f	Na 10056071 OTARDIR BOSTO (LEMA	(vei-D) ARF 1	TRASSCULARACHT	
7 (£9).81					1. 4	
Sacarlor / Availata:					- ₩64927-3001 0092	Código de Balisa:

PGE - SISTEMA DE PRETUCULU PRETGECLO NUMERO 0.006.341-0 DATA -03/05/95 HORA - 15:16.



ESTADOPOEMMATO GROSS

Procuradoria Geral do Estado

1905

HO CO

istolo**6.3141-0/95**1

AND THE PARTY OF T

ASSIUNTIO

OF: 185/DP/95-METAMAT, solicita parecer sobre a maneira de regularizar a exploração das Aguas Termais, no lugar denominado de Aguas Quentes pino Município de Santo!

Antonio de Leverger,

Setorfide Protocolo de PGE

Cuieba, 04 de meto de 1.995.

ومروز الم

15 Verso 195 Sub.





OF. Nº. 185/DP/95.

Cuiabá, 03 de maio de 1.995

PGE - SISTEMA DE PROTOCOLO

PRUTOCOLO NUMERO 0.006.341-0

DATA -03/05/95 HORA -15:15.

Exma. Sra.,

A Companhia Matogrossense de Mineração - META

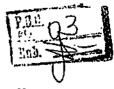
MAT, vem à presença de V. Exª., solicitar parecer sobre a maneira de regularizar a exploração das Aguas Termais, no lugar denominado de Aguas Quentes, Distrito de Palmeiras, Município de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso, portaria nº 240, de 21 de julho de 1991, do Ministro de Estado de Minas e Energia, portaria em anexo.

O Balneário Aguas Quentes S/A, através de con corrência pública nº 001/89, foi arrendado ao consórcio de Empresa Treze-Homat. Em nenhuma cláusula do contrato de arrendamento há referências do arrendamento das Fontes de Aguas Termais, contrato em anexo. Entendemos que a exclusão de : tal cláusula era nescessário, pois até a data da Licitação não havia sido expedida a portaria de Lavra.

A portaria 240, foi expedida para a concessão de Agua Mineral o que é perfeitamente possível adaptá-la para Agua Termal, através de novo plano de aproveitamento econômico das 08 (oito) fontes que sécutilizada pelo Hotel.

Assim, vimos consultar essa Procuradoria sobre a possibilidade de ser realizado em Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento, tendo em vista os investimentos financeiros e físicos feitos pelo Consórcio Treze-Homat, no referido local, e ainda, da premissa que quando se licitou o complexo Aguas Quentes estava incluso as Fontes de Agua, apenas se esquecendo a Comissão de Licitação de nominá-la e de ter citado sua situação técnica e jurídica junto ao DNPM, à época.

Mag





Na concordância do Termo Aditivo é pensamento da Diretoria da METAMAT a cobrança do Royalt, pelo uso das Fontes, já que o direito de Lavra pertence à Companhia Matogrossense de Mineração.

Atericiosamente

HILARIO MOZER NETO

Diretor Presidente- METAMAT

Exmª Srª.

DRª MARIA MAGALHÃES ROSA

MD. Procuradora Geral do Estado

Nesta.

- RECEBI-Em<u>OB 106 196</u> às <u>LSB</u>Hs

Anexos:

Documentos

Folhas

PROT**uro de Pig** Linho Chefe da Divisão de Assuntos Processuais 3.580m, no miss vertiseire de 13/20/188, de centre de porte na Via Anhanquera sobre o edrrego Terra Hova, com ar asquintes coordenadas geográficam Lat. 23/14/16.6m e tiong, 45/27/06,1mc na lados a partir deses vertico, com de asquintes cuapitamentos e rumos verdadeiross 490m-Z. 100m-S. 200m-B. 100m-B. 200m-B. 200m-B. 200m-B.

Art. 21 A descaractorização de titula: nomo empre-brabileira de capital rescional acarretará a invalidade da proser concessão, nos termos do est. 176. paragrafo is, emalsimado ent. 171, focacillo de Constituição

Ari. 3: Pata Portails corra em vigos da data do una publisação, - 1066, 4.00) PAULING CICERO DE "ASCONCELLOS (Guie Nº 03279-1 - 05/03/93 - CFS 700.700.00)

POSTARIA NV 215, DE 21 DI JULHO DE 1941

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E EMERGIA, usendo de delegação que lhe foi conferida pelo est, 1: do Decreto nº 595. de OS de Julho de 1997, tendo es vista o que coneta do Processo DMPH Nº 822.104/73, resolvei

Art. 1º Outorque à Compannia Brasileira de Alaminio.

Concesso pars lavier flackità, no luqui denomicado a.o due lodina.

Concesso pars lavier flackità, no luqui denomicado a.o due lodina.

Controlos e Municipios de Rio Fortuna a Senta Roses de Liena. Estado
de Santa Catarina, numa érea de 2018,00%, delleirada por un lo logua
que tes um vértion a 200s, no rumo verdadeiro de 13003.º

confluéncia do rio due Bugres, com o rio de Seciatia, com es
confluéncia documento quoquaficas: lat 3104406.10% e conquinta
deguinte operiornados quoquaficas: lat 3104406.10% e conquinta
deguinte operiornados quoquaficas: lat 210406.10% e conquinta
deguinte operiornados quoquaficas: lat 210406.10% e conquinta
deguinte operiornados quoquaficas: lat 210406.10% e conquinta
deguinte operiornados promos verdadeiros: latego. 1.30006.10% e consprientes e rumos verdadeiros: latego.

Locos N. 1.2525 M. 3.835 M. N. 3.0006 M. 3.000 M. 1.1018 M.

1.7000 M. 1.1018 M.

hrt. 24 A descoraterrização de tiblor com empresa brasilaire de appital macional achtretara e invalidade de presenta concessão, nos termor do avt. 176, parágrafo 11, communado com o art. 173, inciso II, de Constituição.

PADELEGGE - 1984, 4.803 PAULINO CICREO DE CANCONCELLOS (6018 Nº - 05883-4 - 29/01/9) - CF\$ 1.194.200,003

BOMININ RA 336° NV 31 NV BRITTO JA 1863

Q MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E EMERGIA, puendo de gesto que lho foi conferide pelo att. 1º do Decreto nº 540, de de julho de 1992, tendo se vieta o que coneta do Processo DMPH Nº 813.347/83, resolve:

Art. 14 Outorgar & WinthAcko VIIOA LTDA, concessão para lavrar ARRIA DE FINDICAO, no lugar denominado Corveta, Districto de Liapoco, Kunicípio de Araqueri, fetanto de Santa Catarina, nues artide de Sal, 25ha, delimitada par ua poligone que tas ua vártice a 6 Anja no rumo veridedoro de Civilina, de pento trigamenterido est a no rumo veridedoro de Civilina, de pento trigamenterido est a morro de Civili rom se seguintes coordenades geográficas. LAS. Morro de Civili rom se seguintes coordenades partir dessa vártica, 24-24-19, 8-5 a Long. 44-14-128, 70 e os lados a partir dessa vártica, 24-24-19, 8-5 a Long. 44-14-128, 70 e os lados a partir dessa vártica, 25-26-19, 8-6 a seguintes comprimentos e rimos verdadeiros. 3,450-8. 340-8. 350-8. 1,400-9. 650-8. 120-8.

Art. 2º A deschrecterização da titular como emprasa bresilaira de capital macional econocida a invalidade do presente concesso, non termos do ast. 1º deragrafo is, como esta com o art. 121, leciao II, da nome tuição

Art. Ar throughours on a new right has their the publicación. - (Cod. 4.08) PAPELAND CICERD OF DESCONDERING

(Quia 8/H+ = 18.12.92 = CFS 572.460,00)

ì

eriti

. .

Art. 3: Outerque à CALITA HINERAÇÃO E EMPREHDIMENTOS
LTDA, concessão para lavier adua minimale, no lugar denominado
Patenda Brasi), pietrito de Euclideidandia, municiplo de Cantagalo,
Estado do Rio de Janeiro, numa áron de 24, apona, adiantida por ce
poligono que tos us vértice à 6,00%, no rum verdandeiro 40% SW,
poligono que tos us vértice à 6,00%, no rum verdandeiro 40% SW,
confluência do córrogo Portazio com o cerego Janeiras, que as
inconfluência do córrogo Portazio com o cerego Janeiras, que as
juntos coordonadem quegráficas: 150, 715170,0°S a junto2110733,6°W e os lados a partir dosse vártice, cos os erquintes
dosprimentos e rumos verdadeiros: 150m-M, 700m-N, 350m-F, 700m-S

Art. 3º A desceracterização da titular como ompresa draelleira de capital nacional acarratará a invalidade da presente equessão, nos termos do art. 176, parágrafo lº, combinado com o art. 171, inciso II, de Constituição

Art. 31 Esta Portarta colca am vagos de de mos publicação. - (Cód. 4.09)

PORTARIA SP 23A, DE 2 - 18 1, MH, 18 (1931)

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E FNERGIA, USANCIO da delegação que lhe foi conferida pelo art. 1º do Decreta nº 548, de

OR de julio de 1992, tendo Si vieta que coneta do Processo DA.
RECAO I T Transco

HIMERAÇÃO/CONTRUÇÃO LIDA, ponceses para levrar BARALTO, no lugar dengminado Traveseão, Distrito e Municipio de Dois Irmãos, Zetado do Rio Grando do Nvi, numa área de 24,87he, delimitada por us políquos de tem us vertice a 7.003m, no rumo verdedeiro de 66'13'NM, do que tem us vertice a 7.003m, no rumo verdedeiro de 66'13'NM, do que tem us vertice a 7.003m, no rumo verdedeiro de 66'13'NM, do que tem us vertice a 7.003m, no rumo verdedeiro de 66'13'NM, do que tem us vertice a 7.003m, no rumo verdedeiro de 66'13'NM, do que tem us vertice, one os seguintes comprisentes con lados a portir desme vértice, one os seguintes comprisentes rumos verdedeiros: 700m-8, 163m-M, 330m-8, 163m-M, 230m-H, 161m-E, 133m-H, 167m-E,

Art. 2º A descerecterização de tituler como empresa brasileire de capital nacional ecerretará a invalidade de presente concessão, nos termos do art. 176, parágrafo 1º, combinado com o art. 171. Inciso II, de constituição.

Art. 3º Esta Porteria entra em vigor na date de sus publicação. - (COG. 4.00)

PAULING CICERO DE VASCONCELLOS (Cuis H+ 07610-2 - 10/03/9) - CF\$ 990.000.00)

DESCRIPTION OF THE STATE OF THE

Art, 1: Outorger & PLUMBUM - MINERACAD E METALUPGIA TALA-CRUPO TREVA, commessão para levrer MINERACAD E ELICO, CHUMBO E TALA-CRUPO TREVA, commessão para levrer MINERACAD E ELICO, CHUMBO E PARA, no lugar denominado Epitacio Pescos, Distrito e Município de PALTA, no lugar denominado Epitacio Pescos, Distrito e Município de PALTA (1995), no rumo verdedeiro de por um políquem que tem um vértico e 1.03%, no rumo verdedeiro de por um políquem que tem um vértico e 1.03%, no rumo verdedeiro de 1910, por um políquem que tem um verdedeiro de pinheirinho com orta des Canoss 1910, por la composição de 1910, por em empliante coordinados (1910, 1910), por em empliante de coordinados (1910, 1910), por emplica de 1910, por empliante de 1910,

Art. 2º A descaracterização da titular como empresa braulierra do unpital nacional acarretará a invelidade da presente concenso, nos termos do art. 376, parágrafo 1º, pombinado com o art. 171, Inciso II, de Constituição.

Art. 7º Esta Portaria entra se vigor na deta de sue publicação. • (Con. 4.00)

(Gula #1 05917-7 - 30.11.93 - Cr\$ 519.060,00)

DESTRUCTION OF STADO OF MINAS E EMERGIA, VERNO DE MINAS E EMERGIA, VER

Art. 1º Outorder à COMPANHIA MATOGROSSINSE DE MINERAÇÃO METAMAT, concessão pera levrer AGUA MINERAL, no lugar denominado AGUAS Quentes, Oletrito de Palmeiras, Município de Santo António de Aguas Quentes, Oletrito de Palmeiras, Município de Santo António de Leverger, Mitado do Mato Grossed, nume éres de 49he, deligitade por Leverger, Mitado do Mato Grossed, nume éres de 49he, deligitade por Leverger, Mitado de Mato Grossed, nume éres de 49he, deligitade por Leverger, Mitado de Seguintes de Seguintes de Seguintes de Seguintes de 1977, de 1988 de 1988 de 1988 vértidos, 1988 de 1

bressistra de capital macional acarretará a invalidade de presente concessán, nos termos do art. 176, parágrefo 11, combinado cos o art. 171, indiso 11, de Constituição.

Art. 3º Este Portarie entre em vigor ne data de aus publicación. - ICOd. 4.00] PAULINO CICERO DE VASCONCELLOS

(Quia S/H+ - 17.02.42 - CF\$ 52.782.00)

MINTANIA NO 241. DE 21 DE JULHO DE 199)

O MINJETRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, usando de delegação que lhe foi conferida pelo art. 1º do Decreto nº 558, de os de julho do 1992, tendo em vista e que coneta do Processo DNPK Nº 319 322/71, resolve:

Art. 1º Pios retificado o art. 1º do Dedreto de Lavre nº 80.171, de 16 da aqueto de 1977, publicado no DOU de 17 de aqueto de 1771, de quo á titular MINÉRIOS (MDUSTRIATS DO SUL S.A. - MINEL, a MINEL, a

"fice outergade & Minifinos industrialis Do SUL S.A. "

** Fice outergade & Minifinos industrialis Do SUL S.A. "

** **Pini.** concessão para levier CAULIN, no lugar denominado Cocol.

Pini. concessão para levier CAULIN, no lugar denominado Cocol.

Pini. concessão para levier CAULIN, no lugar denominado Cocol.

Pini. concessão para levier CAULIN, no lugar denominado Caterina.

Pini. concessão de limitada por us politicano que vistua vertica.

Pini. control de politicada por us politicano que verticada ponte de ponte

Pini. concessão de politica por proper o proper de politica de ponte

Pini. concessão de politica por proper de politica de ponte

Pini. concessão de politica de politica

Secretorio de inc. Con e foi smo

Empreso Mato-grossense de furismo S/A

Secretorie de par con el luciente

RALNEÁRIO AGUAS QUENTES

PAR OS PIO. OS

CUMITATO DE ALBEMANENTO DO CUMPLEXO TURISTICO DE AGRÁS QUENTES. LOCALIZADO PO MINICÍPIO DE SANTO ANTULIO DE LE VERGER, NESTE ESTADO DE MATO CROSSO, QUE ENTRE SI CELE-ERAM A ENTRESA BALREÁRIO ÁCUAS QUENTES S/A, E A EMPRESA CUESTRO10 TREZE & HUMAT.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, Espresa Balmeario Á guas Cuantes S/A sociedade de economia mista, com sede nesta Capital . à Praça da Republica nº 131, doravante denominada simplesmente de Arrendador. CGC. nº 03.925.286/0001-04, registro EMBRATUR nº 1455/MM, nes te ato representada pelos sennores: JOAZER BUCAIR CPF 661.930.971-68 . CEPALDO MARTINS MANDE CPF 043,278,454-34 e EDSON TARCISIO GLIVEIRA CAPPOS, CPF 517.863.706-30 respectivamente Diretor Superintendente, Di retor Administrativo e Presidente do Conselno de Administração e 0outro labo a Espresa Consorcio Treze & littat neste ato representada pe la Treze Construtora e Innorporadora LMM. CCC. U3.827.987/0001-00 e Poteis Maro Grosso LEDA. CGC 03.478.393/0001-31 com sede à Rua Joaquin Murtinno 170, sob a liderança doravante denominada simplesmente de Arrendataria, neste ato representada pelos sennores Diretores: HIVETO LUIZ CUTHUS CETYFINA. OFF 064.779.331-67. LEUROLDO MARCO MICHO, CPF 021.724.451-34 e como intervoniente anuente a limpresa Motogrossionos do Turismo S/A - T.E.PAT na qualidade de acionista majoritária.representa pert werhor JOSZIR SECRIF - Diretor Presidente e Geraldo Martins Photo Experor Superintendante (à qualificados, têm como justo e contratact) que se acha estipulado has clausulas e condições seguintes:

Pea, da Republica sin - CP: 500 - Telez 0652200 SICT - Tels (065) 322-5363, 322-5427 e 322-5749 Sala do Torista Pea da Pepublica — Centro de Informações Turistica do Aeropono Mai, Rondon Tel: 321-0216 — Cuidha - MT — CEP 78.000

CHÁISILA PRIMEIRA : CEJETO

- 1.1 O Arrendador dá em arrendamento ao Arrendatario o COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES, de propriedade do BALNEÁRIO ÁGUAS QUENTES S/A localizado no município de Santo Antonio de Leverger, neste Estado compreendendo edificações, conforme projeto em anexo, documento sob nº Ol, equipamentos, móveis e utensilios, de acordo com relação em anexo, documento sob nº O2, datadas e rubricadas pelos contratantes, que dela fará parte como se transcrita estivesse.
- 1.2 O Arrendezento destina-se à exploração de meio de hospedagem, poden do o Arrendatário utilizá-lo da melhor maneira que lhe aprouver, sendo vedado, seja qual for o motivo, converter, modificar ou adputar os prédios e suas instalações para qualquer outra finalidade.
- 1.3 O COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES foi edificado em parte de '
 uma área de 1.487,46 (hum mil quatrocentos e oitenta e sete hectá
 res e quarenta e seis) que no seu todo constitui o PARQUE ESTAUMAL DE ÁGUAS QUENTES conforme Decreto nº 1.240 de 13.01.1978. e
 fica fazendo parte integrante deste contrat.
- Per este instrumento de contrato e na melhor form, a de direito a Arrentariara outorga a Arrendataria os poderes de administradora do PARQUE ESTADUAL DE ÁGUAS QUENTES, podendo em seu nume e por força deste instrumentopreservar a integridade do imóvei, dominio, posse não parmitindo qualquer outras invasões a excessão dos já anotados no têrmo de entrega do imóvei, comprometendo-se aos pagamentos de qualquer impostis, tamas ou outras incidentas legais e fiscais que vennam a recair sobre a área.

CLÁMICA CETATRA : VALOR DO APPENDAMENTO E FLETA LE PARAFESTO

1.1. - L'Arrevistério papará vencalmente au Arrevisión à título de arren economo. Em l'impo percento, sobre a capacidade máxima de cada,

Pon da Result da e al 175 mg. Telegropa. Illusióf e leis 1956 322-5367, 522-6427 e 322-5746 al Sala do Turista. Poa de Republica - Centro de Informações Turistica do Aeropano Mat.Aur.don Tet: 321-0216 — Culaba - MT. — Cup. 13.000



unidade hoteleira calculada sobre o valor do dia.



- 2.2 Os pagamentos deverão ser feitos até o dia O5 (cinco) do mês subsequente ac vencido, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez porcento) sobre os meses em atraso, além da correção que nouver.
- 2.3 O Arrendamento, cuio valor acha-se estipulado no item 2.1 somente será devido a partir do 36 (trinta seis) meses posterior a assina tura do presente contrato.
- 2.4 O pagamento do arrendamento será efetuado na sede do Arrendador ' em nome do BALNEÁRIO ÁGUAS QUENTES S/A, utilizando, obrigatoriá mente, eneque pagável na praça de Cuiabá MT.

CLUBURA TERCETRA : PRAZO DO ARCENDAMENTO

3.1 - O prazo de Arrendamento é de 20 (vinte) anos, a partir da assinatura do presente contrato, regido pelo Código Civil e pela legis lação pertinente.

Paragrafo Úmico: O prazo referido na Cláusula acima será automaticamente renovado por mais 10 (dez) anos em obfidiencia às normas logais vigentes.

A prorrogação do prazo dependerá de fiel observancias das diversas Clausulas do presente instrumento e da prestação dos serviços em observância às normas da EMBRATUA.

CIALISMA QUARTA : EQUIPAMENTOS, NÍVELIS E CIENSELIOS

4.1 - Todos os equipamentos, móveis e utensilios existentes nas dependências do COMPLEXO TURISTICO DE ÁGUAS OUENTES, constante do documento nº 02 em amexo, são de propriedade do Ar emdador devendo ser substituidos por idênticos ou similares quando forem quebrados ou de qualquer modo ficarem sem condições de uso, ou, ainda, pelo seu valor corrente a époda.

Poal da Republica sin - OP FOR - Tivis 0652200 SICT - Tivis 1065-922-5557 (322-5477 e 322-5477 e 32

._ .



Paragrafo Úmico: O Arrendatário devera equipar todo o Complexo qual seja em suas unidades hoteleiras, bares salão de convenção. capela áreas de lazer ou qualquer outro item que compõe o Balneário tudo na conformidade de sua proposta apresentada e aprovada pela Comisão de Licitação (Pasta e Envelope 2) anexo.

CLÁISULA QUINTA : EENFELTURIAS

As benfeitorias a serem realizadas previstas da mesma proposta (en velope 2) bem assim, os equipamentos e tudo mais que forem necessá rios a composição e funcionamento do Complexo de Águas Quentes de modo a estevir a transformar-se em um hotel de 3 (três) estrelas conforme previsto e pactuado na Cláusula Décima deste instrumento. incorporarar-se-ão ao patrimônio final do Complexo Águas Quentes no término de seu contrato, ou na renovação como obrigação contratual aceita pelos Arrendatários, não cabendo aos Arrendatários qualquer direito a retenção, reclamação ou indenização.

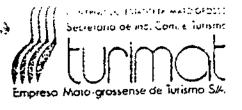
COMPRIMA SEXTA : SUBLOCAÇÃO

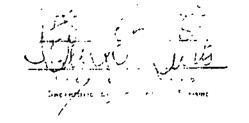
- 6.1 É expressamente proibido o suberrendamento, total ou parcial do COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES, nem mesmo o sub estabelecimen to por procuração.
- 6.2 A infração do disposto no item anterior determinara a rescisão au temática do prosente contrato, independentemente de qualquer forma imperimente pelas paroma e danos decorren tes.

CLÁUSULA SELTEMA : PERSUAL E CERTICAÇÕES SOCIAIS

7.1 - Tour o poposal necessário à exploração do objeto deste contrato se ra de responsabilidade do Amrendatário e por este contratado, obede cidas as disposições legais vigentes, sendo de sua inteira respon

Poal da Republica sin - CP: 500 - Telexint 52700 SICT - Tels (1/5) 120 5363, 322-5427 e 3/2-5749 Sala do Turistar Poa da Republica - Centro de Informações Turistica do Acrobuno Mai Rundon letigaza coa Sounda - M7 -- CEP 75,000







OE.

sabilidade o pagamento de salário, indenizações diversas seguros e demais obrigações decorrentes da legislação de proteção ao trabalidador.

7.2 - Findo o prazo contratual ou rescindindo este contrato, por qualquer motivo, as responsabilidades com o pessoal serão exclusivamente do Arrendatário, que inclusive, figurará como único empregador, não ha vendo qualquer vinculação entre o Arrendador.

CLÁISTRA QITAVA : CONTRILE DE QUALIDATE

Faralelamente à fiscalização dos órgãos públicos, o Arrendador exercerá Controle de Gualidade conforme normas estabelecidas pela EBT-Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, para os meios de hospedagem obrigando-se o Arrendatário a permitir o exercício da referida função, independentemente do horário e data/dia.

CLÁBSTRA PETMA : PADRÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Obriga-se o Arrendatário no prazo máximo de 03 (três; anos, após a assinatura do presente contrato, a assegurar ao COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES, a classificação de, no mínimo 03 (três; estrelas, conforme normas de classificação de EMBRATUR, dem como a manter o referior padrão na vigência de contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁMBILA CÉTIPA : TRIBUTOS E TARIFAS

Arem do pagamento do arrendament de que tráta a Cláusila Segunda deste intrumento de Contrato, o Arrendatário se obriga a efetuar os pagamentos das tarifas de luz e força, impostos estaudais e municipais, federais INCRA - Imposto Territorial Rural e Taxas Diversas del fone cyou or ras que vermam a ser instituidas, as quais correm de la fone cyou or ras que vermam a ser instituidas, as quais correm de la fone cyou or ras que vermam a ser instituidas, as quais correm de la fone cyou or ras que vermam a ser instituidas, as quais correm de la fone cyou or ras que vermam a ser instituidas, as quais correm de la fone cyou or ras que vermam a ser instituidas.

por sua coma extustiva.

A 2017/0 SICT - Time 11 (0 121 5350 121 427 - 322 5745 Centro de informacios Surratos de As Dono Mai Abnodif

5nia po 1 Tet: 321-0:

Tet: 321-0216 - Cuiona - MT. - CEP 76,000

Sugarino e me



OŁ

CLÁRGILA DÉCIMA PRIMEIRA : ALÉNCIAS DE TURISFO

11.1 - Obriga-se o Arrendatário a assegurar às Agências de Turismo do Estado de Mato Grosso, condições de utilização do COMPLEXO TURIS TICO DE ÁGUAS QUENTES, para atendimento dos seus clientes. Demo se compromete a instalar no prazo de 180 (cento oitenta) a pós o início do funcionamento do Complexo, uma Central de Reservas na cidade de Cuiabá MT., para atendimento das mesmas e do público, não podendo delegar representação exclusiva à uma única agência.

CLAUSTRA RÉCIMA SERLEDA : FUECTORAMENTO DO COMPLEXO

- 12.1 O Arrendatário fará funcionar o COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUEN
 TES e todas as suas dependências a partir do dia 30 de Abril de
 1990 ocasião em que deverá estar com todo o pessoal contratado ,
 treinado e a postos . em como com todos os equipamentos, móveis
 e utensilios em condições de pleno uso, para recepção de hóspe
 des.
- 12.2 Somente com autorização prévia e expressa do Arrendador é possivel ac Arrendatário Interromper o funcionemento total ou parcial de COMPLEXO, após a data precista no litem anterio.

CLÁISTA TÉCINA PERELPA : DA FINIÇA

13.1 - O Armendatario apresenta como fiscor es semiores: EDMUNDO 11/12

17/17/05 DE OLIVERAL canado. CPF nº 084./79.331-87 e 1EOPOLIXO MA

RIO NIGRO, casado. CFF nº 021.724.451-34, ficando os respectivos

fisdores solicariamente responsável pelo cumprimentordo presente

contrato, nos termos da Legislação Civil.

Poa da Republica sin - CP 500 - Telez 15:77:05 5:03 - 7:05 5: 5:73 327:5427 e 372-5745 / Sala do Tunsta i en da Penel Issa - Centre de Historius ces sur liba do Arresono di al Rondol Tet: 221-0216 -- Culaba - MT - CEP 73 800 GOSS



Socratorio de Ind. Com. Turanz



CLAUSTRA DÉCIMA QUARTA : DOS SETUROS

14.) - Fica o Arrendatário obrigada à manter contrato de seguro contra incêndio e outros sinistros, no valor de NCZ\$5.000.00 (cinco mil cruzados novos) renovável anualmente e apresentada ao Arrendador.

CLAISULA TÉCHA QUINTA : SUPORTE JURÍDICO

15.1 - Este contrato de arrendamento foi procedido de Concorrência Pública realizado no dia 09.02.89, dela fazendo parte integrante o Edital nº 001/89 do BALNEÁRIO ÁGUAS QUENTES S/A, e a proposta apresentada pelo Arrendatário, os quais passam a integrar esse instrumento como se transcrito estivessem.

CLÁUSILA BÉDIMA SEXTA : FÖRÐ

16.1 - Fica eleito o Fóro da Camarca de Cuiabá MT., com exclusão de qualquer outro, por mais, privilegiado que seja, para diriminas questões oriundas de interpretação ou de inadimplência do pactuado.

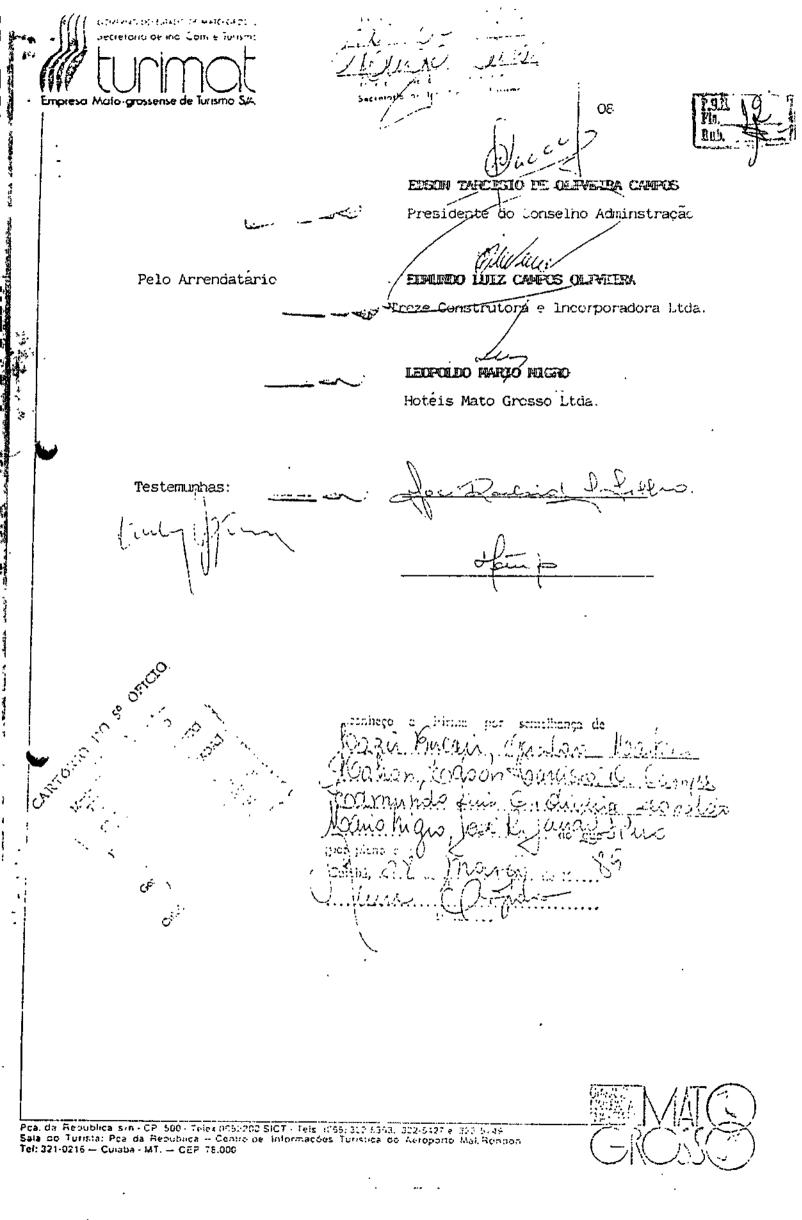
E. por estarm de comum e perfeito acordo, para que produza os juildicos e mecessários efeitos, nesta data, foi assinado o presente contrato, em quatro (Ga vias de igual teor, datilografada de um único lado, em presença das testemunhas admante nomeadas e a tudo presente.

Cuiaba. Opide many de 1.989

Pelo Arrendador e a Interversente TUFLMAT oretor/Siber attadence

CERMON H. FAIR

Diretor Administrative





ESTADO DE MATO GROSSO PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Processo no

0.006.341-0/95-PGE

Interessada:

Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT.

Assunto:

Solicita parecer sobre a maneira de regular<u>i</u> zar a exploração das Águas Termais, no lugar denominado de Águas Quentes no Município de Santo Antonio de Leverger neste Estado.

Parecer:

69/PA/95

Data:

03/06/95

Procuradora:

ARNOLDINA POMPEU DE CAMPOS

EMENTA: Exploração de Água Mineral através de terceiros. Deve esta ser precedida de licitação pública na forma da Lei, com expressa anuência do poder con cedente (Ministério de Minas e Energia). Inteligência do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.

Certifico que a presente cópia fotosla tática está igual ao Original que me
foi apresentado e conferido que dou fé

Imerica Tebbel Derrica Minclel Abbalia Barrad Madiel Larnos dos Santos Inneo Maria Barrad Madiel Corres Inneo Maria Barrad Madiel Hause Interestin de Autros Modiel Hause Akenaldina Revedore do Estedo



ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

.02

A Companhia Matogrossense de Mineração-METAMAT, neste ato representada pelo Diretor Presidente -Hilário Mozer Neto, solicita perante esta Instituição parecer sobre a maneira de como regularizar a exploração das Aguas Termais, no lugar denominado de Águas Quentes, Distrito de Palmeiras, no município de Santo Antonio de Leverger neste Estado.

Salienta o Sr. Diretor Presidente que o Balneário Águas Quentes S/A, através de concorrência pública nº 001/89, foi arrendado ao consórcio de Empresa Treze- Ho mat e que em nenhuma das cláusulas do contrato de arrendamen to existem referências ao arrendamento das Fontes de Águas Termais entendendo que a exclusão de tal cláusula era necessária, vez que na data da Licitação não havia sido expedida a portaria de lavra pelo Governo Federal.

Assinala ainda a consulente, que a Portaria nº 240 (anexo) foi expedida para a concessão de Água Mineral, o que é perfeitamente possível adaptá-la para Água Termal, através do novo plano de aproveitamento econômico das 08 (oito) fontes que são utilizadas pelo Hotel.

Nestes termos, solicita consulta a esta Procuradoria-Geral sobre a possibilidade de ser realizado Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento, vez que "os investimentos financeiros e físicos feitos pelo Consórcio Treze - Homat, no referido local e, ainda, da premissa que quando se licitou o complexo Águas Quentes estava incluso as Fontes de Água, apenas se esquecendo a Comissão de Licitação de nominála e de ter citado sua situação técnica e jurídica junto ao DNPM, à época". (fls. 02).

Transport of the control of the cont

PGE - MOD, 27

A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O

Mora Izabel isarro Muciol
Abadiz Darres Madiel Jemos des Santos
Initas Rarras Barres Madiel Corres
Liveralis de Euros Maciel Hagoe

Arnoldina Procuredore do Estado



ESTADO DE MATO GROSSO PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

.03

Afirma, também, o Sr. Diretor Presidente, que em caso de concordância do Termo Aditivo "é pensamento da Diretoria da METAMAT a cobrança do Royalt, pelo uso das Fontes, já que o direito de Lavra pertence à Companhia Mato grossense de Mineração". (sic).

Instrui o processo cópia da Portaria nº 240, de 21/07/93 e cópia do contrato de Arrendamento do Complexo Turístico de Águas Quentes, localizado no município de Santo Antonio de Leverger, neste Estado de Mato Grosso, celebrado entre a Empresa Balneário Águas Quentes S/A e a Empresa Consórcio Treze & Homat.

Em seguida foi o processo encaminhado a esta Procuradoria Administrativa e, por sua vez, foi distribuido a esta Procuradora para análise e parecer.

Este o relatório.

Opino.

A matéria sob exame está devidamente disciplinada na Carta Constitucional Federal (art. 176 e seus parágrafos) no Código de Mineração - Decreto-Lei 227/67 regu lamentado pelo Decreto nº 62.934/68 e legislação minerária posterior, bem como a Lei Federal nº 8666/93 que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Certifico que a presente cópia fotos.

RESTRICTOR SO SERVICIO QUE a presente cópia fotos.

INTERIOR SO SERVICIO QUE a presente cópia fotos.

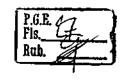
INTERIOR SO SERVICIO QUE a presentado e conferido que dou fé

INTERIOR SO SERVICIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE

iMarta Izabel Barras Maciel IAbudta Barras Miciel Lemos dos Santos Il·lita Marta Barras Maciel Corrêa Il·localla de Barras Maciel Haggo

PGE - MOD. 27

Chroiding Compess do Estado





ESTADO DE MATO GROSSO PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

.04

O contrato de arrendamento do Com plexo Turístico de Águas Quentes (fls. 5/12-PGE), originou-se do disciplinamento do procedimento administrativo licitatório, conforme Edital de concorrência nº 001/89, publicado no Diário Oficial de 12 de janeiro de 1989, tendo como arrendador a Empresa Balneário Águas Quentes S/A - Sociedade de Economia Mista, como arrendatária a Empresa Consórcio Treze & Homat representada pela Treze Construtora e Incorporadora Ltda e, como interveniente anuente, a Empresa Matogrossense de Turis mo S/A - TURIMAT.

Referido contrato precisamente no ítem 1.2 esclarece que o arrendamento "destina-se à explora ção de meio de hospedagem, podendo o Arrendatário utilizá-lo da melhor maneira que lhe aprouver, sendo vedado, seja qual for o motivo, converter, modificar ou adaptar os prédios e suas instalações para qualquer outra finalidade". Portanto, em momento algum, se falou em negociar o direito de lavra mi neral para exploração de Água Mineral localizada no imóvel objeto do contrato.

Em face dos investimentos financeiros e físicos realizados pelo arrendatário sobre o imóvel ar rendado e, ainda, em razão de à época da licitação estar in cluso as Fontes de Água, deixando a Comissão de Licitação de nominá-la por esquecimento, conforme declara a consulente, pergunta-se: pode ser realizado um Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento firmado entre a Empresa - Balneário Águas Quentes S/A e a Empresa Consórcio Treze & Homat para regularizar a exploração de água mineral?

TABLE STOCK OF CErtifico que a presente cópia fotos de la companio del companio de la companio de la companio del companio de la companio del companio de la companio de la companio del companio de la companio del companio del companio del companio de la companio de la companio del companio de la companio del companio

ZiHercília de Barros Macle! Hagge

Arnoldina Rompeu de Compos

PGE - MOD. 27



ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

.05

O assunto deve ser analisado

sob

dois aspectos:

I. O pedido da consulente, "data ve nia" é inviável, considerando que a concessão da lavra mine ral, para a exploração da mesma foi conferida pela União à METAMAT, através da Portaria nº 240/93, empresa esta que preenche todos os requisitos da EMPRESA DE MINERAÇÃO, confor me definição do Código de Mineração - Decreto-Lei nº 227/67 regulamentado pelo Decreto nº 62.934/68 e legislação minerá ria posterior.

Logo, ser conferido tal direito, (concessão de lavra), esta incorporou automaticamente ao patrimônio, não podendo, então, ser objeto de negociação tre o Arrendante do Complexo Turístico de Águas Quentes - (Em presa Balneário Águas Quentes S/A) e a Arrendatária - Empresa Consórcio Treze & Homat, primeiro, porque a Arrendante é te manifestamente ilegitima para dispor sobre os bens da Em presa METAMAT detentora da concessão da lavra; segundo, por que os recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, conforme preceitua o artigo 176 da Carta Politica Fe deral. Tanto é certo, que os recursos minerais estão subordina dos a um disciplinamento jurídico próprio, consubstanciado nas disposições constitucionais (arts. 20, IX, 176, §§ 1º, 2º e 3º) e no Código de Mineração -Decreto-Lei no 28/02/67 regulamentado pelo Decreto nº 62.934, de 02/07/68 e legislação posterior.

Vejamos o que diz os artigos acima epigrafados.

Constituição Federal

Art.	20.	São	bens	da	União:		
Certifico que a presente cópia fotos		• • • •	• • • • • •		••••		_
tática está igual ao Original que ma		• • • •	• • • • • •	••••	••••••	• • •	
foi apresentado e conferido que dou fé					٨	ħ	

Morte Tzabel Barros Mariel

Zabadia Barros Maciel Lorios dos Bantos

Milza Maria Barros Mocial Corres

Mercilia de Barros Maciel Vience

Arnoldina Hompeu de Campo



ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

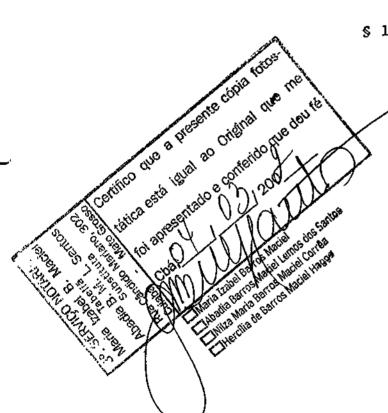
.06

IX. os recursos minerais, clusive, os do subsolo;

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos Мį nerais e os potenciais energia hidráulica consti tuem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração e aproveitamen to, e pertencem à União, garantida ao concessioná rio a propriedade do produ to da lavra. (grifei)

§ 1º

. A pesquisa e a lavra recursos minerais e o apro veitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente pode rão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse cional, por brasileiros ou empresa brasileira de capi tal nacional, na forma da Lei, que estabelecerá condições específicas quan do essas atividades se de senvolverem em faixa de fronteira ou terras indíge nas.



iredore do Estado



.07



titico que a presente cópia fotos

kática está lettel ao Original que me

ntado e conterido que dou

- . É assegurada participação ao proprietário nos resul tados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.
- A autorização de pesquisa será sempre por prazo de terminado, e as autoriza ções e concessões previs tas neste artigo não pode rão ser cedidas ou trans feridas, total ou parcial mente, sem prévia anuên cia do poder concedente. (grifei)

Os dispositivos acima reproduzidos especificamente a segunda parte do § 3º, estipula o personalissimo das autorizações e concessões. Estas têm ser outorgadas como o foi, (através da Portaria nº 240/93) com caráter "intuitu personae" à METAMAT.

Dessarte, é clara e indiscutível impossibilidade jurídica do pedido da Consulente no aditamento no Contrato de Arrendamento firmado entre empresas Balneário Águas Quentes S/A (arrendante) e Consórcio Trese & Homat (arrendatária), posto que a exploração da lavra mineral foi concedida pelo Governo Federal à METAMAT que, por sua vez não figura na relação contratual do arrendamento Complexo "Águas Quentes", além de que, como já foi dito, recursos minerais constituem propriedade distintas da do solo (art. 176, da C.F.), se não bastasse isso, o artigo 59, §§ 10 e 2° do Decreto n° 62.934, de 02 de julho de 1968 que regula mentou o Código de Mineração esclarecem verbis:

PGE · MOD. 27



ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

.08



- "Art. 59 . Subsistirá a concessão, quanto aos direitos, obrigações, limitações e efeitos dela decorrentes, quando o concessionário a alienar ou gravar, na forma da lei:
 - Os atos de alienação ou oneração só terão valida de depois de averbadas à margem da transcrição do respectivo título de concessão, no livro de "Registro dos Decretos de Lavra".
 - . A concessão de Lavra é indivisível e somente transmissível a quem for capaz de exercê-la de acordo com as disposições deste Regulamento.

Portanto, para que outra empresa venha a explorar a Lavra Mineral concedida à METAMAT, necessário se tornar o preenchimento dos requisitos exigidos no supracitado art. 176, § 3º da Carta Política Federal e pelo Código de Mineração e sua legislação complementar.

Desta feita, entendo absolutamente impraticável a forma pretendida pela Consulente.

Arnoldina Procuesdors do Estado

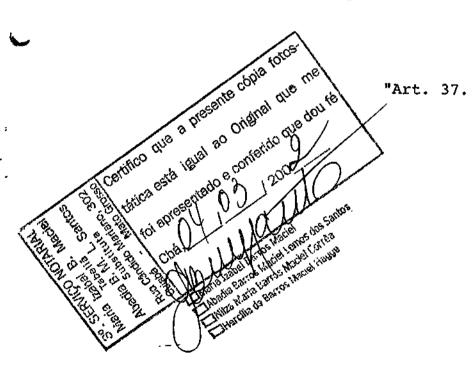


.09

II. Caso a METAMAT, na qualidade de detentora dos direitos minerais concernentes a Água Mineral existente no imóvel referido, decida que economicamente é mais interessante que a exploração de MINA se dê através de terceiros, deve, então, a METAMAT, promover licitação, obede cidas as exigências do Ministério das Minas e Energia, para a qualificação da empresa que será credenciada para tal exploração.

Ademais, a principal exigência na licitação, será a de que as empresas interessadas, provem do cumentalmente que estão capacitadas tecnicamente para exercer a exploração mineral, conforme exige a legislação minerária do País.

A licitação em caso é, pois,obrigat<u>ó</u> ria, de forma a assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes, ou seja, a isonomia de tratamento, como prece<u>i</u> tua o artigo 37, XXI, da Carta Magna e a Lei nº 8.666, de 21/06/93 em seus artigos lº e 2º e seus parágrafos:



Constituição Federal

A administração pública direta, indireta ou funda cional, de qualquer dos Poderes da União, dos Es tados, do Distrito Fede ral e dos Municípios obe decerá os princípios de legalidade, impessoalida de, moralidade, publicida de e, também, ao seguinte:

Arnoldina fompeu Batado

PGE - MOD. 27

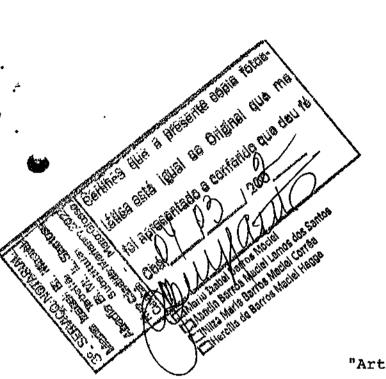


ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

XXI.

.10



ressalvados os casos especifi cados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante pro cesso de licitação pública que assegure iqualdade de condições a todos os concorrentes, cláusulas que estabelecem obri gações de pagamento, mantidas as condições efetivas da propos ta, nos termos da lei, o somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econô mica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Lei Federal nº 8.666/93

"Art. 1º. Esta Lei estabelece normas <u>ge</u>
rais sobre licitações e <u>contra</u>
<u>tos administrativos</u>, pertine<u>n</u>
tes a obras, serviços, inclusi
ve de publicidade, compras, alie
nações e <u>locações</u> no âmbito dos
Poderes da União, dos Estados,
do Distrito Federal e dos <u>Muni</u>
cípios". (grifei).

"§ Único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da adminis tração direta, os fundos especiais, as autarquias, as funda ções públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indireta mente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios".

Campos de Campos de Campos Procuradora do Estado

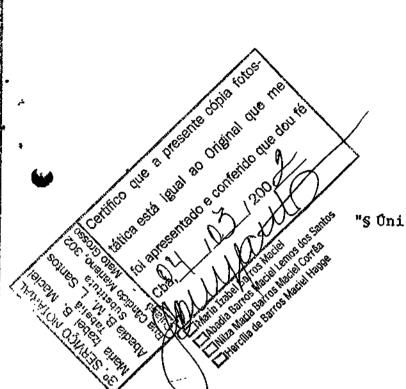
PGE - MOD, 27



ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

.11



"Art. 20. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, aliena ções, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressal vadas as hipóteses previstas nes ta Lei". (grifei)

"S Único. Para fins desta Lei, considerase contrato todo e qualquer
ajuste entre órgãos ou entida
des da Administração Pública e
particulares, em que haja um
acordo de vontade para a forma
ção de vinculo e a estipulação
de obrigações reciprocas, seja
qual for a denominação utiliza
da". (grifei).

Concluindo, da forma como pretende a Consulente o pedido objeto da consulta é juridicamente impossível. Todavia, conforme dito anteriormente, caso entenda a METAMAT ser economicamente mais vantajosa a exploração da jazida através de terceiros, deve esta ser precedida de licitação pública na forma da Lei, com expressa anuência do poder concedente (Ministério das Minas e Energia), como determina o § 30 do art. 176 da Constituição Federal.

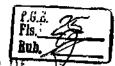
É o parecer. s.m.j.

CAsnoldina Pompeu de Campos
Procuradora do Estado

AGINA 16

DO ESTAIX DE BEATO UNDESC

12 DE JANT



The state of the s						
A C T L C I	e of substitutions	File	17.00	Impostria Compreis e Terresa		
From the cartification between the control of the control of the cartification of the cartifi	FL St.	64 \3 5634 5432 5432 5400 5421		Competante de Estado de Industria Comercio e Xu- riemo, no usa de suas atribunções logais e de acordo com a Legisisção em vigos.		
terrance because the product terral field.) The starbours to product terral field.) The construction entertument. Terral expenses on uncontent mental Transferrance to uncontent mental The compression and estimate the product to percental Transferrance to be uncontent (100 expense). The observation of the uncontent (100 expense). The observation of the uncontent (100 expense).	Invariant States of the States	22.25 2062 2062 2062 2000 2000	100,90	RESOLVE: Designar a Técnica FOI sia EU SENIA DOS REIS HARROS, para responder pero Cargo da Durocho a Assessorumento Superiorea Nive. Come de Configuradora de Assentos Especiais, Curvata d'ORC Configuradora de Assentos Especiais, Curvata d'ORC, que ar en reusa ana como de Eura Parise En dura VOAS, que ar en reusa ana como de Eura Parise En dura Composa de Duroca de Parise En dura Revisión de Parise de Paris de Parise de Par		
Sestematics 3 - Constituent of Shot, elements unabser Go madeline de até sizée su compre, moté.	•		:	Becreticul de indulume Domérius e Edite e ex- Outebe, il de jumeiro de 1933 EDEOS TALICITIO DE GLIVATA CAMPOS Sucretario de la forma, Cambrile e Turi de		
2 - Madeira pré-detrade, no concil amendos de madaira de The de element o mente, incliar			!	The major says are entired		

ř.

TOTAL TRANSPORT

0300 versa: ** * blue que pa de no tata. La tra lao mining a f Copy of the partiament of the Corner of the Corner of the Corner of the Copy o 2

BANCO DO FEE

do co. Coxipó. Cuinba

nome de l Sett Maria Presid 131 L:

EFFALLE

CONCOUNTABLETY STATEMENT

O Banto en En la Comunita Territoria; apetic rate of 1277 vers he mus ; if . no 61 October Pus Cand do Historia meihares armas Edita:

*Edita:

A Dot Minis A Data Manager A Dot Minis A Dot (6;00 borns

POST NEGOTIAN T BONOIS MIDTED LE CLILLIPA Associated Junidices JOSE EDULHIN DIESTING DANATA Membro do Conselho Inneior

MENSABEM NR / MESSAGE N EFAX 081/95 FAC " SIMILE MESSAGE TEL PAR Nº / PHONE FAX N: DR#. BEATRIZES PEDROSO 065 313 2400 TEL FAR Nº / PHOOF FAY N: 065 6"4 0707 DRO. BILÁRIO MOZER METO DATA / DATE : *FROV*ÇÃO / APPROVAL CO'PIA / COPY : 25.05.95 PARRIBLEHOL BETAS PARES (INC.) O THE CHC) BALNEÁRIO ÁGUAS QUENTES S/A

Prezyda Senbora,

Estamos de arieba de la les estados ser conforme collectivada por telefone.

Atendio a not

PAY LINUTE HE PROMETED TO DEPOSE PERSON PERS

OCHOORRÊMOIA PÚBLICA Nº 001/89, PARA ÁRRENDAMENTO DO COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁCUAS QUENTES S/A, NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER, RESTRO DE MATO-

GROBBO MSGTC1 MASS

A COMISSÃO ESPECIAL DE MICITAÇÃO, constituída pela Portaria nº 001/89, do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BAINTÁRIO DE ÁGUAS QUEMPES S/A, toma público a quem possa interessar, que fará realizar no dia 09 de fevereiro de 1.989, às ve horas no AUDITÓRIO DA TURIMAT, sito à Praça da República, 131 Capital, licitação sob a forma de Concorrência Pública para arrendamento do COM PLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES, situado no Município de Santo Antonio do verger, no Estado do Mato-Grosso, constituido das terras do PARQUE ESTADUAL ÁGUAS QUENTES, equipamentos e instalações ali existentes ientos velativos ..

(7- Cabe: I - DISPOSIÇÕES GERAIS : sate Milgodo vencedor, formeder de méssie, mante wadon no some I deste EDITAL e nese saidon ne rian e entre martir

- OL- O COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES, destinando-se ao Turismo organizado e r, deverá prever necessariamente, opção de uso do mesmo com permoite, alimentação, respeitala sua capacidade de atendimento.
- 2- Será condição necessária para participar da presente Licitação que a Empresa Concorrente seja estabelecida no País, que tenha maioria de Capital pertencente à brasileiros e que satisfaça as exigências de habilitação criminadas neste Edital. 'd'erro, toda e lecumentação surá entragua ho
- 03- Na realização da presente Licitação e em todas as suas etapas, constante de celebração de contrato, bem como, em tudo que dela decorrer, serão das rigorosamente as normas e especificações que acompanham este Edital legislação pertinente.

THAL DE HOSPAÇÃO, O directo e a sutoridado. Photo reserve on a

04- Serão admitidos para concorrer somente Empresas ou Consórcio de empresas, jo ramo de atividades seja o de MEIOS DE HOSPEDACEM, entretenimento, e lazer, e que estejam devidamente registradas na EMBRATUR. No caso de sórcio, no minimo uma delas que fazem parte do mesmo, deverá ser do ramo atividade acima descrito. and the Consorrancia, neally kee justifi

Q0) $3i/2i/2i/4/L_{1} + i + iiii$

ear o istermente da 🔑

a opposite to the

"A CLEANTE TO THE on gon has to and

l- É indispensavel para participação desta Concorrência que a empresa tenha, mínimo CZ\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados) de capital social integra lizado, podendo ser este valor formado pela soma dos capitais das empresas consorciadas. Lynn A from its

ilação, ben mina.

ponement with the extensivitions of the sec

05- Quaisquer dúvidas inerentes à presente licitação, deverão ser objeto de sulta, por escrito, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no seguinte endereco: TURIMAT - PRAÇA DA REPÚBLICA, 131 - CENTRO - CEP: 78.000, até 8(oito) úteis anteriores à data de realização de presente ligitação company de las

THE STIFF.

TO ASUME COMMINS (1)

- 06- Nenhuma indenização será devida aos proponentes por despesas com os elementos necessários à organização das propostas, elaboração e/ ou apresentação de do cumentos relativos ao presente Edital.
- Caberá exclusivamente ao Licitante julgado vencedor, fornecer os moveis, mate riais e equipamentos não mencionados no anexo I deste EDITAL e necessários ao aparelhamento do COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES, obrigando-se no márimo de 03(três) anos, a contar da data da assinatura do Contrato de Arren damento, a assegurar ao referido COMPLEXO, a classificação de, no mínimo 03 (três) estrelas, conforme normas de classificação da EMBRATUR, tudo conforme descriminado no Anexo II, bem como, a manter o referido padrão de do contrato, sob pena das cominações legais. Logosute, hos saquir
- 08- Durante o procedimento Licitatório, toda a documentação será entregue no endereno citado no ítem 05, pessoalmente, pelo representante legal da concorren te, conforme o estabelecido no ítem "DOCUMENTAÇÃO", o qual deverá estar muni do da Cédula de Identidade.
- 09- Ficam reservados à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, o direito e a autoridade ' para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no Edital, nas leis, nas normas, nos regulamentos e em tudo mais que, de qual quer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com a licitação em Questão
- 10- É facultada à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS ' QUENTES S/A, transferir ou anular a presente Concorrência, se assim justificar o interesse da Empresa, sem que caiba aos Licitantes qualquer direito de ressarcimento ou reclamação.

taidas propustas, pur vier

P.G.E. Fis. Rub.

MIN - IN MR.

Caberá ao CONSEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES S/A., a homologação da Licitação, bem como, decidir sobre RECURSOS E IMPU CONAÇÕES.

manto agris, envissa a Proposta propifemente di tra Com envelopen

As benfeitorias-melhorias operacionais, ampliações é construções de novos equipamentos; somente poderão ser efetuados com expressa autorização da Arrendador, mediante projeto, devidamente aprovado pelo COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES S/A., e incorporar-se-ão automaticamente so patrimônio do Arrendador, não cabendo à Arrendatária qualquer indenização.

980 the first of Africa Chieffs 5/2

13- 🤔 CAUÇÃO

12.0

Os interessados deverão até 3(três) dias uteis antes da data marcada para apresentação das proposta, efetivar em garantia desta, a Caução no valor de CZ\$5.000.000.000(Cinco milhões de cruzados).

A garantia deve ser apresentada através de caução em cheque nominal, dinhei ro ou fiança bancaria ao cedente e depositada na conta da Empresa Mato-Grossense de Turismo-TURIMAT ou mediante recibo da Tesouraria desta Empre

A referida caução será restituida, automaticamente, nos seguintes prazos:

- a) Até 6 (seis) dias uteis, apóss a abertura das propostas, para os interessados que forem considerados inabilitados.
- b) Até 6 (seis) dias uteis, após a assinatura do contrato para o vencedor da licitação e demais participantes habilitados.

II - DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA (es e . Ed) tali paso to representante de de

paí deserá amere provide refisacioni societat no paí

Documentos que compõem esta Licitação: dontidado e CPF.

a) Edital

turt to de perce puridion, pera joonje. Pasendar

- a) Anexo I,
- Anexo II.
- c) Dec. 1240, de janeiro de 1978 PARQUE ESTADJAL DE ÁGUAS QUENTES.

III - DA INSCRIÇÃO

As Licitantes na hora e local pré-determinados no Edital, entregarão a 🕟 CO MISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, os documentos de habilitação, e, após o julga mento desta, entregarão a Proposta propriamente dita. Os envelopes rão ser opacos, fechados e lacrados, contendo no anverso, além da identifi opão da licitante, as seguintes indicações:

II) I MATEL ON PROPERTY INTOKATO

Envelope nº Ol-Documentos de Habilitação - BAINTÁRIO DE ÁGUAS QUENTES S/A., COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃOS de Protentos, Combordata ou Falência o de Licitação nº 001/89 - COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES S/k

Envelope nº 02 - PROPOSTA - BALNEÁRIO ÁGUAS QUENTES S/A. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE ESPECIAL DE LICITAÇÃO licitação nº 001/89 - COMPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES.

- Constarão do envelope nº Ol- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO-em uma via, os guintes àocumentos que deverão ser apresentados de acordo com a ordem indica da e paginados em numeração corrida, da primeira à última folha.
- 02.1- Atos constituidos da Empresa devidamente atualizados, isto é suas alterações * subsequentes, se houver. Ficha Cadastral da Empresa Concorrente, de seus sócios ou acionista majoritá rios. Em caso de sociedade anônima, a Ata da Assembléia que tenha aprovado ou alterado o estatuto social em vigor e eleito os administradores no exercí cio do mandato. . Des balls per an
- Instrumento de Procuração, outorgando poderes específicos ao representante ' da pessoa jurídica, para os fins deste. Edital; caso o representante seja de nacionalidade estrangeira, deverá anexar proya de permanência legal no país. No caso de firma individual, documentos de identidade e CPF.
- ndas) ess arrorres 02.3- Certidão Negativa de Débito da pessoa jurídica para com a Fazenda:
 - a) Municipal
 - b) Estadual
- 02.17 c) Federal
 - ta de melboramentos nas
- 02.4- Prova de Inscrição de Pessoa Jurídica no Cadastro Geral de Contribuintes no

in a company of the production of the contraction o

Ministério da Fazenda (CCC).

02.5- Certidão de Quitação ou de regularidade de situação à época da Licitação p rante:

DRSERVAÇII a) IAPAS

- b) Banco Nacional de Habitação (FCTS) de erão par apresentados c) PIS

Sec. 15 15 844

d) EMBRATUR ou Órgão Delegado Podenão por unaitor em o tonopias ou culou tipo de naprodução, desum que 📲

02.6- Certidão Negativa dos Cartórios de Protestos, Concordata ou Falência e 🤻 💩 Distribuidores da Justiça Comum e Federal, com data nunca superior a 60 (s senta) dias, contados regressivamente da data da publicação deste Edital, . ferente aos últimos 03(três) anos, passada pelo (s) Cartório (s) de distr buição da sede concorrente ou autoridade equivalente para essa distribuiçã

- Prova de quitação relativa à contribuição Sindical de:
 - a) Empregadores
 - b) Empregados

prop.

- Apresentação do último balanço e o respectivo demonstrativo do resultado d 02.8exercício. to the the many a vinie) diam dad in the
- Atestado de Idoneidade Financeira da concorrente, expedidos no local de su 02.9~ sede por 02 (dois) estabelecimentos bancários com data máxima de 60 dias anterior a apresentaçã da proposta, que por si ou pelos acionistas detent res de seu controle e administradores, não participem do Capital Social (da direção da concorrente, atestando que a mesma tem idoneidade financeira milliono de depenmência, baso a COMICAR
- 02.10- As plantas das edificações existentes no ítem 12, serão rubricadas pelas partes, quando da assinatura do Contrato de Arrendamento.
- 02.11- É expressamente proíbido o subarrendamento, total ou parcial do COMPLE TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES, nem mesmo o repasse de qualquer responsabilio de advindas deste contrato, mesmo que por procuração.
- 02.12- É facultado ao Licitante, apresentar oferta de melhoramentos nas insta. ções para operacionalização do Balmeário Águas Quentes.

ATOMIC OPE-PROPERTY OF

30.06

: 02.13- Recibo referente aquisição da pasta do Edital.

Servetorie de Ind. Com. e formac Rub.

O2.14- Declaração expressa de conhecimento do objeto deste Edital, com firma reconhe

auton'icidada, lega apée a abertara de envelepe 1- RECMENTOS DE HAPITA

CBSERVAÇÕES 1/120 quas um au au comorporte furá him envelope Or. Therefire of ne

Todos os documentos acima relacionados deverão ser apresentados sem emendas, resuras ou entrelinhas, datados e com suas assinaturas reconhecidas em cartó rio. E servicio de entre como 2- PROFOSEA das Concernantes quilidades habilitades poderão ser aceitas em fotocópias ou outro tipo de reprodução, desde que devidamente autenticadas.

O3- Constarão do envelope nº O2-(PROPOSTA)-O2 (duas) visa, os seguintes documentos apresentados de acordo com a ordem indicada, paginados em numeração corrida, da primeira a última folha, organizados em O2 (dois) ítens distintos:

03.1- Carta de Apresentação da Proposta.

7. - Condições Gerais do Arrendamento.

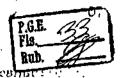
OBSERVAÇÕES:

a) A concorrente contemplada será obrigada a manter as condições gerais da proposta de Arrendamento até 120 (cento e vinte) dias da data da Licitação e a firmar Contrato de Arrendamento, dentro do período de 10 (dez) dias contados a partir da data de conhecimento do parecer da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, devidamente homologado pelo CONSELHO DE ALMINISTRAÇÃO DE BALMEÁRIO ÁGUAS QUENTES S/A. Caso contrário, ficará a critério da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a convocação dos demais concorrentes, por orden de classificação ou a anulação da Concorrência, caso a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, julgue as demais proposta contrárias aos interesses do COMISPLEXO TURÍSTICO DE ÁGUAS QUENTES S/A.

t is lie little onderlog<mark>que enclavemen,</mark> pelos aces is

b) Todos os documentos constantes do envelope 02-FROPOSTA deverão ser redigidos com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografados e apenas um lado de cada folha, datados e assinados nas últimas folhas e rebricados nas demais.

IV - RABILITAÇÃO"



A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, poderá impugnar a documentação de qual 01quer das concerrentes, por julga-la inabilitada, ilegal ou por falta de autenticidade, logo após a abertura do envelope 1- DOCUMENTOS DE HABILE TACÃO caso em que a Concorrente terá seu envelope O2, devolvido nas mesmas condições de entrega. Ed por vivos esseinatura des partos

A abertura do envelope 2- PROPOSTA das Concorrentes julgadas habilitadas 02será realizada em sessão pública, no local inicialmente determinado, logo após a abertura do envelope 1- ou em outras, com horário a ser estabeleci do pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO. An poly poly de 20 (vinte) some in ad

Aberto o envelope " PROPOSTA ", todas as vias constantes do mesmo serão rubricadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes legais de todas as Concorrentes.

Da sessão inicial bem como as subsequentes, se houver, serão lavradas atas nas quais se consignarão eventuais reclamações ou ressalvas apresentadas pelas Concorrentes. The second of the second of the leading of the lead

Essas atas serão assinadas pelo funcionário que as lavrar, pelos membros de COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO & pelos representantes legais de todas Concorrentes.

- JULGAMENTO

THE REPORT WATOR TO GOW

arrendring of the

A sistemática do processo classificatório será feita levando-se em conta 01combinação capacidade empresarial, melhor preço, atendimento ao Edital oferta de melhoramento nas instalações e operacionalização do Balneário. 254

1796 OF 11 11 11 11 11

VI - ADJUDICAÇÃO

1.7.25

1,700,00

A adjudicação do arrendamento feita através de contrato celebrado entre 01-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ALMINISTRAÇÃO DO BALNEÁRIO DE ÁGUAS QUENTES S/A. representante legal da firma contemplada e obedecerá às exigências e ções estabelecidas neste Edital e na proposta vencedora.

120.

02-

Terão parte integrante do contrato, independente da transcrição, todos os elementos apresentados pela concorrente classificada que tenham servidos 'de base à concorrência, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

03- U Contrato somente entrará em vigor após asseinatura das partes contratar tes. 1980 de la contrata de Contrato de Armandemento,

va mercenae is not un ottas, mobili e de torriro, no valendad mimo.

VII - CONDIÇÕES CONTRATUAIS BÁSIGAS

Contrate per college and per college and c

G Contrato será celebrado pelo prazo de 20 (vinte) anos regido pelo Códi go Civil e pela Legislação pertinente.

Renovavel por mais 10 anos, desde que a concessionaria, apresente o empremento com todas as instalações funcionando e em perfeito estado de conservação, limpeza e higiene, alem do cumprimento das demais obrigações contratuais.

02-

O valor do arrendamento será de no mínimo 5% (cinco por cento) sobre a capacidade máxima de cada unidade hoteleira, calculada sobre o valor do dia. As proposta deverão ser apresentadas com o seguinte exemplo.

					•	
U.E.E QUANT.		· VALOR DA D	IÁRIA FERCE	ENTUAL : (VALOR DO 17)	CONT. VALOR MENSA	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· CCRI · CAFF		ARRENDAMEN	mensal	DA U.B.E.	
Suite Esp <u>e</u> l	1 6 	40,000,00	6 да 5% 1 мален мас <i>и</i>	2,000,00 II. 1,23,000,00	180	360.000, 00
Apts Conju	5	46.000,00	5% 100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	2,300,00 In de japare de 1	150 -900	345.000,0
Apto Casal	10	34.000,00		1.700,00		- 510,000,0
Aptº Soltei	13	24,000,00	5% .	1.200,00		- 468.000,0
Outro	1 /	20,000,00	5%	1,000,00	30	30,000,0

1.713.000,0

Este quadro poderá variar dependendo do projeto/e proposta apresentada pelo concorrente, sendo estes valores o conteúdo básico do contrato. A carência para inicio de pagamento mensal do arrendamento conforme o quadro apresentado pelo concorrente será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de assinatura do contrato.

a de la constanta de la consta

A arrendatária, no ato da assinatura do Contrato de Arrendamento, COD promete-se a apresentar apólice de Seguro, no valor mínimo 5.000.000,00 (cinco milhões), renovavel amualmente, com correção pela variação da OTN ou qualquer outro índice que venha substituí-lo, tendo como beneficiário o Balneário águas quentes s/A 指出外,他心事

O Arrendatário recebendo os móveis, utencílios e equipamentos discrimi nados no anexo I, assumirá a guarda dos mesmos, na posição civil fiel depositário, devendo ao final do contrato devolvé-los em perfeito estado de conservação ou indenizar por tais bene ao BAINFARIO AGUAS QUENTES S/A.

Dar-se-á a rescisão do Arrendamento, independente de qualquer notifi cação judicial ou extra-judicial, quando houver infringências às cláu sulas do Contrato de Arrendamento.

A arrendaária se obrigará a realizar no imóvel pbras de restruturação 1 necessárias ao início das atividades comerciais, sempre oferecendo boa qualidade nesta prestação (cercado da área, reforma das estacionamento, melhoria nas instalações de hospedagem, reparos elétri cos e hidráulicos, sem prejuizo das melhorias oferecidas na Proposts de Arrendamento), lista esta no anexo II.

Cuiabá, 16 de jameiro de 1.989

esidente da Comissão Especial de

Li ci tação.



P.G.E. 26 Fls. Rub.

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

R. nesta data.

'A douta Subprocuradoria. Geral, para supervisão.

Obá, 08/06/95

Maria das Dores Gesaldina Cantinho Procuradora Chefe do Gebineto do Recourador Cond

RECEBEMOS DAP em A. 106.195.

Caste da Divisão de Assuntos Processuais

The second of th

ESPAÇO EM BRANCO



Processo nº 0.006.341-0/95-PGE

Interessada: Companhia Mato-Grossense de Mineração - METAMAT

Senhora Procuradora-Geral

Indaga-se nestes autos da possibilidade de ser realizado Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento do Complexo Turístico de Águas Quentes, localizado no município de Santo Antônio de Leverger, neste Estado, celebrado entre a Empresa Balneário Águas Quentes S/A e a Empresa Consórcio Treze & HOMAT.

A matéria está veiculada no expediente encaminhado pelo ilustre Diretor-Presidente da METAMAT, objetivando a alteração do Contrato para fazer constar a exploração de lavra mineral.

O pleito foi regularmente analisado pela Procuradoria Administrativa que, em circunstanciado parecer, demonstrou a inviabilidade da pretensão pelos motivos alinhados.

Comparis Izabei Barros Macielle and Santos

con tonuir Romos Māciel Pomēa Setum ir patros Maciel Hogea

PGE - MOD. 27

.02

Perfilhando esse mesmo entendimento, con cluimos pela improcedência do pleito examinado, por absoluta falta de amparo legal, opinando pela aprovação do Parecer n = 0.69/PA/95.

Cuiabá, 12 de junho de 1.995

MARILICE DE FLEDEIREDO

Procuradora do Estado

Dr. Aderelo Ramices de Mesquita

Subprocurador Geral do Estado

The state of the s

*PGB - MOD. 27



Processo nº 6.341-0/95-PGE

Interessada: Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT

Vistos, etc...

Analisados minuciosamente os autos do Proces so em epígrafe, aprovo, por seus próprios fundamentos jurídicos, o bem elaborado Parecer nº 69/PA/95, da lavra da diligente Procuradora do Estado, Dra. Arnoldina Pompeu de Campos e, para que o mesmo opere seus efeitos legais, homologo-o.

Devolva-se o Processo à origem, com as home nagens de estilo.

Cuiabá, 26 de julho de 1 995.

Procuradora Geral do Estado

Continue de conferido que a presente cópia foto...

Con conferido que a presente cópia foto...

Con conferido que me conferido que dou fe conferido que do conf

Maria Izabel Barros Maciel Abadia Barros Maelel Lemos dos Santos Nilza Maria Barros Maciel Correa Hercília de Barros Maciel Hagge

ESPAÇO EM BRANCO

3° OFFICIO

PGE - MOD. 27





I. Encaminhere on P. A. pour omáline e parecer.

Cha 03-05-95

RECENTRATOS DAP em A P696

Chefe da Divisão de Assuntos Processusis

The state of the s

A Dre bruddine

Cuiala', 15/5/957

Reatrice Maria Pedroso da Silva
Procuradora Chero na Procuradoria
Administrativa

SERVIÇO NOTARIAL Segue eu reparado 30. OFICIO DE NOTAS Brever Conclusivo pole nº 63 / PA/95 Maria Izabel Barros Macial eur 11 (onze) landas dottilografinita M. B. Maciel Corréa das. Abadia B. M. L. des Santos Criaba; 04/06/95 Hercilia de B. Maciel Hagge rua cândido mariano, 302 Arnoldina Hompeu de Camppe Procuradora do Estado TELEFONE: 624 - 0543 CUIABÁ - MATO GROSS Denhou Thomachour Seral: Degue o présente processo succe. Terrière deste Operiolizado. Chericle, 4/6/95 A partice 1 Beatrice Mort Medioso do Silve Proguradore Con Proguradore RECEBEMOS DAP em ABRIGHT No. 1 de Sections Hindlinda II Alband Andrews Chofe da Divieso de Assurtos Processuala TELECORE SERVICES

Sonhora Promadora Chefe:

:

; ;

AN MAN A MANAGEMENTS OF